



Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil

Oswaldo Hajime Yamamoto
Ana Ludmila Freire Costa
(Organizadores)

Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil



A presente obra encontra-se sob a licença *Creative Commons*
(Atribuição-Uso não-comercial-No Derivative Works 3.0 Brasil)

Para visualizar uma cópia da licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/>
ou mande uma carta para: Creative Commons, 171 Second Street, Suite 300, San Francisco, California, 94105, USA.



Esta obra encontra-se disponível integralmente no site: www.cchla.ufrn.br/bvpropsi



Este livro teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

Oswaldo H. Yamamoto
Ana Ludmila F. Costa
(Organizadores)

Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil



Natal, 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Rector

José Ivonildo do Rêgo

Editor

Helton Rubiano de Macedo

Vice-Rectora

Ângela Maria Paiva Cruz

Capa

Fellipe Coelho-Lima

Diretor da EDUFRN

Herculano Ricardo Campos

Foto Capa

Pages of old book, de Zsuzsanna Kilian

Conselho Editorial

Cipriano Maia de Vasconcelos (Presidente)

Ana Luiza Medeiros

Humberto Hermenegildo de Araújo

John Andrew Fossa

Herculano Ricardo Campos

Mônica Maria Fernandes Oliveira

Tânia Cristina Meira Garcia

Técia Maria de Oliveira Maranhão

Virgínia Maria Dantas de Araújo

Willian Eufrásio Nunes Pereira

Revisão

Líssia da Cruz e Silva

Editoração eletrônica

Luiz Junior (Bebeto)

Supervisão editorial

Alva Medeiros da Costa

Supervisão gráfica

Francisco Guilberme de Santana

Divisão de Serviços Técnicos

Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil / Oswaldo H. Yamamoto, Ana Ludmila F. Costa (Organizadores). – Natal, RN: EDUFRN, 2010.
274 p.

ISBN 978-85-7273-668-8

1. Psicólogos – Brasil. 2. Psicólogos – Formação profissional – Brasil. I. Yamamoto, Oswaldo H. II. Costa, Ana Ludmila F.

RN/UF/BCZM

2010/81

CDD 159.981

CDU 159.9-051(81)

Editora da UFRN – EDUFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
edufrn@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
84 3215 3236 | 84 3215 3206

SUMÁRIO

Apresentação.....	7
Parte I.....	13
1 Estudando a profissão de psicólogo no Brasil: introdução	15
<i>Oswaldo H. Yamamoto & Keyla Mafalda de Oliveira Amorim</i>	
2 Profissão de psicólogo no Brasil: análise da produção científica em artigos	31
<i>Ana Ludmila Freire Costa, Keyla Mafalda de Oliveira Amorim & Joyce Pereira da Costa</i>	
3 Caracterização de dissertações/teses que versam sobre a profissão de psicólogo no Brasil.....	59
<i>Pablo de Sousa Seixas, Felipe Coelho-Lima & Ana Ludmila Freire Costa</i>	
4 Um balanço (provisório) dos estudos sobre a profissão.....	97
<i>Oswaldo H. Yamamoto, Ana Ludmila Freire Costa, Pablo de Sousa Seixas & Keyla Mafalda de Oliveira Amorim</i>	
Parte II.....	101
5 A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil.....	103
<i>Enzo Azzi</i>	
6 Enzo Azzi (1921-1985), um médico italiano na psicologia brasileira.....	119
<i>Maria do Carmo Guedes</i>	
7 Psicologia: características da profissão.....	141
<i>Sylvia Leser de Mello Pereira</i>	
8 Por que escrevemos antes, por que escrevermos agora?.....	163
<i>Sylvia Leser de Mello</i>	
9 A quem nós, psicólogos, servimos de fato?.....	169
<i>Silvio Paulo Botomé</i>	
10 A função social do psicólogo.....	203
<i>Regina Helena de Freitas Campos</i>	
11 Reflexões sobre a evolução e tendências contemporâneas na historiografia da psicologia educacional no Brasil.....	213
<i>Regina Helena de Freitas Campos</i>	
12 O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional.....	227
<i>Antonio Virgílio Bittencourt Bastos & Paula Inez Cunha Gomide</i>	
13 O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. O que mudou nestas últimas décadas?.....	255
<i>Antonio Virgílio Bittencourt Bastos, Sonia Maria Guedes Gondim & Jairo Eduardo Borges-Andrade</i>	
Informações sobre os autores.....	271

APRESENTAÇÃO

Próximos do cinquentenário da Psicologia como profissão regulamentada, o quadro com o qual nos deparamos é impressionante. Ultrapassamos a marca de duas centenas de milhares de psicólogos, temos mais de três centenas de agências formadoras no nível da graduação e de seis dezenas de programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil. Ao longo desse período, foram produzidos grandes estudos nacionais; o primeiro, patrocinado pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), com os resultados publicados em 1988, e o segundo, conduzido pelo Grupo de Trabalho em Psicologia Organizacional e do Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP), cujos resultados estão sendo divulgados em 2010.

Não é rara a alusão ao fato de que a Psicologia é uma das profissões que mais estuda e discute seus rumos, no Brasil. De fato, há uma enorme quantidade de estudos de natureza diversa, com diferentes ângulos de análise, focalizações temáticas e abrangência geográfica produzida por pesquisadores da área ao longo destes anos. E é nesse terreno que se move o presente trabalho: o estudo dessa produção sobre a profissão de psicólogo.

Este livro, fruto do projeto de pesquisa 'Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil', apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹, tem por intenção contribuir para o debate acerca da profissão de psicólogo no Brasil. Ele está dividido em duas partes: a primeira, resultado direto da pesquisa, e a segunda, uma coletânea com a reprodução de alguns dos textos que fazem parte dessa história, acompanhados por *post-scripta* dos autores ou de pesquisadores convidados.

1 Processo CNPq 471592/2007-2.

A Parte I, organizada por sua vez em quatro capítulos, apresenta os resultados gerais do projeto de pesquisa antes mencionado. O capítulo introdutório apresenta, além das referências conceituais, um panorama geral dessa produção. O detalhamento da análise é conduzido nos dois capítulos subsequentes, que tratam especificamente da produção veiculada em periódicos científicos (Capítulo 2) e da profissão como objeto de estudo de teses e dissertações do Sistema Nacional de Pós-Graduação (Capítulo 3). O último capítulo apresenta uma síntese dos principais resultados.

A Parte II reúne alguns textos que fazem parte dessa história em construção, da reflexão sobre a situação da profissão no Brasil. Alguns deles já foram muito lidos e citados; outros, pela dificuldade de acesso, não tiveram a exposição necessária.

Disse uma vez Machado de Assis, a propósito da reedição de um de seus livros, que *cada obra pertence ao seu tempo*. Os autores cujos textos foram aqui selecionados responderam aos desafios que lhes foram postos no momento em que foram escritos e não cabe atualizá-los, independentemente de eventuais descompassos históricos. Para fazer frente a esse hiato temporal, convidamos os autores dos textos originais ou, em alguns casos, pesquisadores de alguma forma vinculados aos autores ou aos textos para elaborarem *post-scripta*, com total liberdade no conteúdo e formato.

O espaço restrito de publicação neste livro nos obrigou a selecionar uns poucos textos, cinco ao todo, além dos comentários. Evidentemente, ficamos muito longe de cobrir o que se fez de significativo na área – e não era essa a nossa pretensão. Queríamos, sim, apresentar exemplos do material produzido sobre o assunto nesses quase cinquenta anos de profissão regulamentada, alguns dos quais de difícil acesso.

O Capítulo 5 é composto pelo texto '*A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil*', de autoria de Enzo Azzi, na época em que foi escrito, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e pelo comentário da Professora Maria do Carmo Guedes (capítulo 6), docente e sua ex-colega da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo². O texto foi produzido no ano que se seguiu a regulamentação da profissão, em 1963, por ocasião de um simpósio

2 O professor Enzo Azzi faleceu em São Paulo, no ano de 1985.

sobre a situação da Psicologia no Brasil, promovido pela Associação Brasileira de Psicólogos e pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, e publicado dois anos depois, no Boletim de Psicologia. O texto constitui-se em um precioso documento acerca das questões que estavam postas para uma profissão nascente. A formação pregressa foi adequada para o exercício da profissão? Como a Lei Federal nº 4.119/1962 afetou os psicólogos? Quais as perspectivas de crescimento da profissão? Como lidar com as diferenças de remuneração entre as diferentes especializações estabelecidas pela lei que regulamenta a profissão? A Psicologia pode ser considerada uma profissão liberal? Quais as consequências para o estabelecimento de um código de ética?

O Capítulo 7 é composto pelo texto *'Psicologia: Características da profissão'* de autoria de Sylvia Leser de Mello, e comentário da própria autora (Capítulo 8). O texto foi também publicado originalmente no Boletim de Psicologia, órgão da Sociedade de Psicologia de São Paulo, no ano de 1975. O texto apresenta a síntese de uma pesquisa realizada em 1972 sobre a situação da Psicologia em São Paulo, que resultaria na obra que é, hoje, uma referência nos estudos sobre a profissão, *'Psicologia e profissão em São Paulo'* (Mello, 1975). É desnecessário, portanto, nos alongarmos acerca da importância desse texto.

O Capítulo 9 é composto pelo texto *'A quem nós, psicólogos, servimos de fato?'*, de autoria de Sílvia Paulo Botomé, que não só incluiu comentário ao final do texto como optou por realizar algumas modificações no conteúdo ao longo do material original. O texto foi inicialmente publicado na extinta revista *Psicologia* e discorre sobre a elitização da Psicologia, um tema em evidência desde a regulamentação da profissão. Trata-se de uma versão adaptada de uma intervenção do autor na VIII Reunião Anual de Psicologia da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (atual Sociedade Brasileira de Psicologia), em Ribeirão Preto, SP, no ano de 1978, que teve uma grande repercussão na época. O tema abordado, em que pese às mudanças processadas na Psicologia hoje, ainda tem atualidade e se trata de um importante documento.

O Capítulo 10 é composto pelo texto *'A função social do psicólogo'*, de autoria de Regina Helena Freitas Campos, com comentário da própria autora (Capítulo 11). O texto, versão de uma intervenção da autora em um encontro promovido pelo Conselho Regional de Psicologia, 4ª Região, no ano de 1982, foi originalmente publicado na revista *Educação e Sociedade* no ano seguinte. Além

da qualidade das reflexões da autora, o texto tem uma grande importância pelo fato de anunciar uma mudança em curso na Psicologia e uma polêmica que nos acompanha até hoje: devido às condições do mercado de trabalho, o psicólogo seria cada vez mais confrontado com as classes subalternas, colocando em questão a potencialidade do conhecimento até então produzido para fornecer base para uma atuação diante dessa nova demanda.

Finalmente, o Capítulo 12 apresenta o texto '*O Psicólogo Brasileiro: Sua Atuação e Formação Profissional*', de autoria de Antonio Virgílio Bittencourt Bastos e Paula Inês Cunha Gomide, com comentário do primeiro autor, em colaboração com Sonia Maria Guedes Godim e Jairo Eduardo Borges Andrade (Capítulo 13). O texto sintetiza os pontos principais da pesquisa nacional patrocinada pelo CFP no ano de 1986, transformada dois anos depois no livro '*Quem é o psicólogo brasileiro?*' (CFP, 1988). A pesquisa e, por conseguinte, o texto que aqui reproduzimos, tem o indiscutível mérito de se constituir na primeira – e até muito recentemente, única – tentativa de mapear a situação da Psicologia no Brasil, objeto que era de estudos geograficamente localizados³. Dissemos *muito recentemente* porque uma segunda pesquisa nacional teve início no ano de 2006, coordenado pelo Grupo de Trabalho Psicologia, Organizações e Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, publicada no livro '*O trabalho do psicólogo no Brasil*' (Bastos & Gondim, 2010)⁴. O *post-scriptum* que agregamos a este capítulo é, na realidade, uma síntese dos pontos principais dessa atualização, de autoria de três dos pesquisadores do GT-POT, o que confere ao capítulo uma enorme importância.

Uma advertência com relação aos textos republicados: embora redigidos, as normalizações e grafias originais dos mesmos foram conservadas,

3 É conveniente lembrar que o projeto de investigações sobre a Psicologia no Brasil promovido pelo CFP foi desdobrado em algumas etapas, resultando em outras produções de considerável importância, a saber, *Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços* (publicado em 1992, pela Editora Átomo, Campinas) e *Psicólogo Brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação* (publicado em 1994 pela Casa do Psicólogo, SP).

4 Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.

razão pela qual o leitor encontrará textos que adotam notações diversas e, eventualmente, diferentes da norma utilizada no restante do livro.

A nossa expectativa é que esta coletânea seja útil para todos aqueles que pensam a profissão de psicólogo no Brasil e se preocupam com seus rumos. E o conhecimento é uma condição essencial para essa tarefa.

Gostaríamos de agradecer aos autores que colaboraram para que este livro pudesse ser realizado; à Sociedade de Psicologia de São Paulo e ao *Boletim de Psicologia*, ao CFP e à revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, e ao Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) e à revista *Educação & Sociedade*, pelas autorizações para republicação dos textos aqui incluídos; aos membros do Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pelo apoio; ao Prof. Dr. Paulo Menandro, pela leitura do material e colaboração nos comentários; e ao CNPq, pelo suporte ao projeto original e à presente publicação.

Para finalizar, temos a satisfação de informar a adesão ao movimento de acesso aberto (*open access*), com a disponibilização da íntegra da presente obra no sítio do projeto (www.cchla.ufrn.br/bvpropsi) e adoção da licença de atribuição *Creative Commons*.

Natal, maio de 2010.

Oswaldo H. Yamamoto
Ana Ludmila Freire Costa

PARTE I

CAPÍTULO 1

ESTUDANDO A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL: INTRODUÇÃO

Oswaldo H. Yamamoto

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

O marco referencial para os estudos sobre a profissão de psicólogo no Brasil é a sua regulamentação, promovida pela Lei Federal nº 4.119, de 27 de agosto de 1962. Não seria exagero afirmar que, a partir de então, os psicólogos passaram a produzir conhecimento sobre a profissão. Assim é que o Boletim de Psicologia, periódico editado pela Sociedade de Psicologia de São Paulo, dedicou um número especial sobre a profissão recém regulamentada, resultado de um simpósio promovido pela Associação Brasileira de Psicólogos e pela própria Sociedade de Psicologia de São Paulo intitulado “A situação atual da Psicologia no Brasil”, realizado em julho de 1963, em Campinas, São Paulo. Nesse número especial, questões como a formação acadêmica do profissional (Angelini & Maria, 1964-1965; Benko, 1964-1965), a situação da profissão (Azzi, 1964-1965) e o código de ética profissional (Leite, 1964-1965), dentre outros, já são objetos de investigação.

Considerando o fato de que estudos sobre a profissão não figuram propriamente no eixo central de investigações dos pesquisadores da Psicologia, é possível afirmar que um notável volume de estudos e reflexões sobre a sua prática foi produzido ao longo destas cinco décadas. Tanto a preocupação com

as características e os rumos da profissão, quanto o perfil dessa produção, de pesquisa paralela às linhas prioritárias de trabalho dos pesquisadores, não são exclusivos da Psicologia. De fato, a literatura registra uma significativa produção em áreas tão diversas como a Medicina (e.g., Machado, 1997; Schraiber, 1995), Nutrição (e.g., Bosi 1996), Engenharia (e.g., Kawamura, 1981; Laudares & Ribeiro, 2000), Enfermagem (e.g., Almeida & Rocha, 1997; Barbosa, Medeiros, Prado, Bachion & Brasil, 2004), e Serviço Social (Iamamoto, 1998; Iamamoto & Carvalho, 1982; Netto, 1989; 1990; 1992), para citar poucos exemplos. Para além, há mesmo um ramo das ciências sociais dedicado ao estudo das profissões, a chamada *Sociologia das Profissões*¹.

Tomaremos *profissão*, aqui, como uma *prática institucionalizada, socialmente legitimada e legalmente sancionada* (Netto, 1992). Para que uma ocupação ganhe o estatuto de profissão, entre diversos autores, Freidson (1998) propõe que as características principais sejam a *expertise* (domínio da base técnica), o credencialismo (institucionalização da *expertise*) e a autonomia, em ordem crescente de exclusividade. A autonomia representaria, para Freidson (1998), a capacidade de uma ocupação, pelo seu lugar na divisão social do trabalho, adquirir o controle sobre a determinação da essência do próprio trabalho. De acordo com o autor, a autonomia de uma profissão comportaria duas dimensões: uma técnica, associada ao controle do conteúdo ou conhecimento (da base técnica), e uma socioeconômica e/ou política, que pode ser traduzida como a capacidade organizativa da profissão e a sua relação com o Estado. Portanto, autonomia, significando “capacidade de avaliar e controlar o desenvolvimento do trabalho” (Bosi, 1996, p. 51) é uma categoria dinâmica, dependente da correlação das forças historicamente postas. A sua esfera nuclear residiria no controle da base técnica, ou seja, a posse de conhecimentos e/ou habilidades tão esotéricas quanto complexas que não permitiriam acesso aos não membros da profissão.

1 Para uma análise das tendências desse campo, consultar Barbosa (1993). Bosi (1996) apresenta uma síntese de algumas das questões-chave da discussão sobre profissão e profissionalização. Na vasta literatura a respeito, ver, dentre outros, Abbott (1988); Burrage e Torstendahl (1990); Derber e Schwartz (1990); Freidson (1970; 1988; 1998); e Perkin (1996).

Os estudos sobre a profissão de psicólogo, de acordo com Botomé (1988), têm sido conduzidos, desde a regulamentação, com diferentes sujeitos e metodologias, publicados em diversos periódicos especializados, em anais de eventos científicos nacionais e regionais, além de livros e publicações de órgãos profissionais. Era chegado o momento de sistematizar o conhecimento produzido.

Este capítulo apresenta uma visão geral dessa produção, a partir de uma perspectiva cientométrica. A cientometria é considerada uma área de estudo derivada da bibliometria, cujo objeto seria a análise quantitativa de determinados aspectos da produção, difusão e utilização do conhecimento científico (Braun, Glänzel & Schubert, 1985; Krauskopf, 1994; Meis & Leta, 1996; Santos, 2003; Silva & Bianchi, 2001; Taubes, 1993). Os indicadores bibliométricos referentes ao volume da produção, sua distribuição geográfica, autoria e vinculação institucional, distribuídos ao longo destes pouco menos de cinquenta anos, que é o período-objeto do estudo, nos permitirão vislumbrar o quadro geral dessa produção no Brasil².

1 A pesquisa

O levantamento do material relativo à produção acerca da profissão de psicólogo, levado a cabo entre o segundo semestre de 2008 e o de 2009, foi conduzido em bases de dados bibliográficos eletrônicos reconhecidos pela comunidade acadêmico-científica e profissional, e que indexam documentos científicos de Psicologia e de áreas afins. As bases de dados utilizadas foram: (1) o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); (2) a Biblioteca Virtual em Saúde – Psicologia (BVS-Psi) – que agrupa a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), o Index Psi Periódicos Técnico-Científicos, o Index Psi Periódicos de Divulgação Científica, o Index Psi Teses, e o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC); (3) o Catálogo Global

2 Nos dois capítulos subsequentes, a produção veiculada em periódicos e aquela desenvolvida no âmbito da pós-graduação brasileira será apresentada e discutida em detalhe.

on-line (DEDALUS) do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (Sibi-USP); (4) a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD-IBICT); e (5) o sítio eletrônico Psicologia Online, do Conselho Federal de Psicologia. O buscador Google também foi consultado, mas descartado por armazenar uma diversidade de material que repetia os documentos buscados nas bases específicas.

A investigação foi realizada sem a especificação prévia do período de abrangência da produção e resultou em um conjunto de documentos acadêmico-científicos de natureza diversa, dentre os quais, artigos científicos, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, monografias, relatórios técnicos, artigos em periódicos técnico-científicos, de divulgação científica e em sítios eletrônicos sem vinculação a periódicos. Nesta etapa, não foram considerados os documentos relativos a eventos científicos e ou profissionais, sejam eles trabalhos completos ou resumos em anais.

A busca sistemática do material bibliográfico foi conduzida por meio da utilização de termos-chave, possibilitando a obtenção de informações sobre a localização e o acesso aos documentos científicos nas referidas bases. Os termos de busca utilizados foram: *atuação, exercício, profissão, prática, mapeamento, trabalho, levantamento, inserção, atividade, descrição*; todas acrescidas de *Psicologia*.

Tais termos foram selecionados por serem comumente utilizados como palavras-chave pelos autores de estudos sobre profissão de psicólogo. Os termos foram testados em um estudo-piloto para verificar a adequação dos mesmos para este estudo. Esse conjunto de descritores foi escolhido de modo que se complementassem para melhor refinamento na busca, embora a escolha de tais descritores não atinja a completude de estudos sobre profissão de psicólogo. Não obstante, eles permitiram atingir um núcleo básico de informações que possibilita a discussão da produção acerca da profissão de psicólogo no país.

Para abranger a maior quantidade possível de textos, evitando eliminações indevidas, foram utilizados mecanismos específicos de busca em

cada uma das bases de dados³. Os buscadores empregam um padrão de códigos de truncamento das palavras para que, incompletas, seus caracteres anteriores ao código (por exemplo, \$ ou ?) identifiquem todos os documentos em que constem o tronco do vocábulo. Dessa forma, a palavra *atuação* associada à palavra *Psicologia* poderia ser pesquisada a partir da expressão: *atua\$ psicolog\$* ou *atua? psicolog?*, em que se encontrariam derivados de *atua*.

Os documentos foram selecionados a partir da leitura do título e do resumo dos mesmos, identificando estudos sobre profissão de psicólogo no Brasil. É importante destacar que alguns documentos não apresentavam resumos, resultado tanto da indisponibilidade desse material na base de dados, quanto da ausência de resumo do próprio documento, como são os casos de livros ou artigos publicados em periódicos antigos.

Os seguintes aspectos foram considerados para seleção dos documentos: profissão de psicólogo em regiões ou localidades específicas no país; descrição da atuação de psicólogos (atividades realizadas, serviços de Psicologia); modelos de atuação psicológica; características pessoais do profissional; demandas para o psicólogo; teorias que subsidiam a prática psicológica; mapeamento da profissão-profissional de Psicologia; história da profissão; características relativas à profissão; e atividades interdisciplinares.

Identificados, os documentos foram selecionados e arquivados em formato eletrônico (com extensão .doc ou .pdf) e suas informações foram organizadas em um banco eletrônico com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 16.

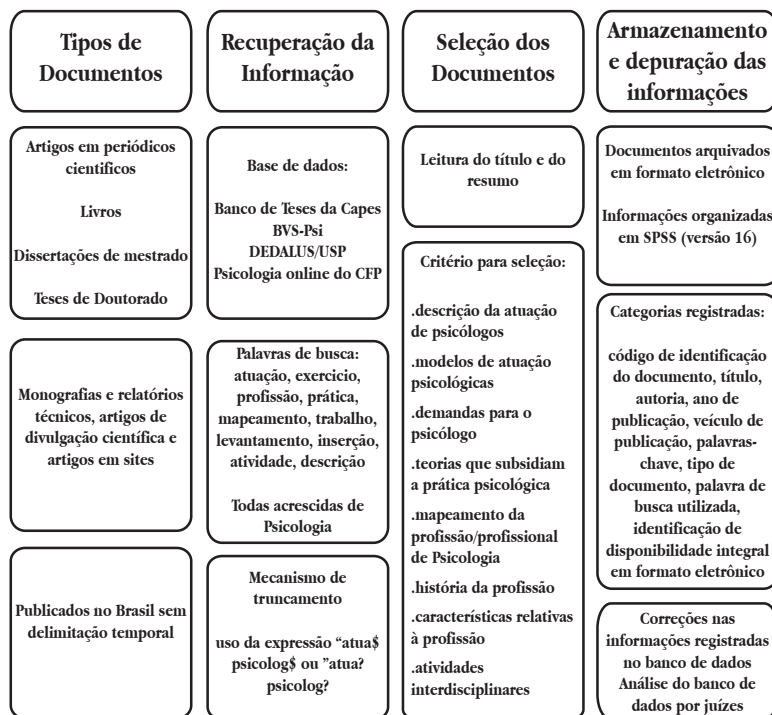
As informações registradas no banco foram: código de identificação do documento; título; autoria; ano de publicação; veículo de publicação; palavras-chave; tipo de documento; palavra de busca que possibilitou a recuperação do documento; e disponibilidade do texto integral em formato eletrônico.

3 Tecnicamente, esses mecanismos são denominados de operadores lógicos associados à busca booleana (no caso, busca por truncamento).

Após a recuperação e sistematização dessas informações, o banco foi depurado. Além da exclusão de documentos não condizentes com os critérios eleitos para a coleta dos documentos, o banco eletrônico foi complementado com informações ausentes nas bases de dados, mas que constavam nos documentos completos. Exemplo desse procedimento foi a reclassificação dos artigos de divulgação científica recolhidos em bases de dados de periódicos técnico-científicos. Esse banco eletrônico foi avaliado por três juízes com experiência de investigação sobre o tema, concluindo a depuração do banco de dados. A análise dos juízes seguiu as mesmas determinações fornecidas para a recuperação dos documentos.

Uma síntese do procedimento adotado é apresentada na Figura 1.

Figura 1. Síntese da estratégia de recuperação e armazenagem dos documentos sobre profissão de psicólogo no Brasil.

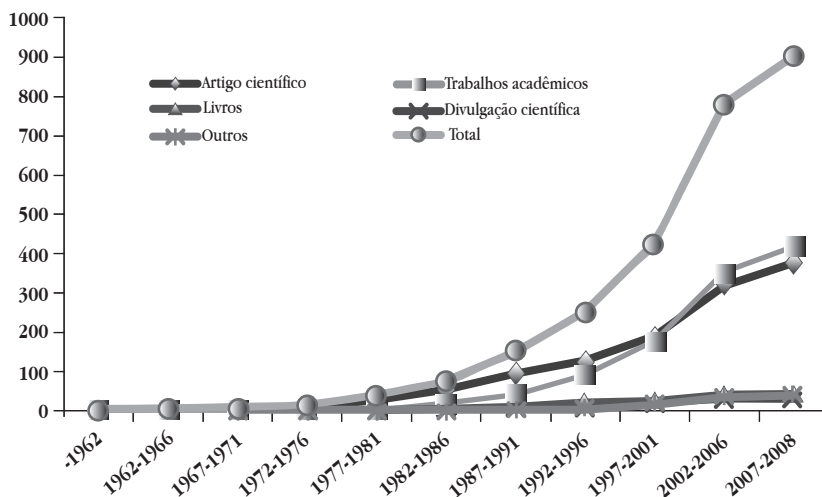


2 Quadro geral da produção sobre a profissão

A recolha dos dados sobre a produção nos bancos especificados anteriormente resultou em um conjunto de 908 documentos, sendo 376 artigos publicados em periódicos científicos, 46 livros, 411 trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e monografias), 31 artigos de divulgação científica, além de 44 outros documentos.

A Figura 2 apresenta a evolução histórica da produção sobre a profissão, por modalidade:

Figura 2. Série histórica da distribuição da produção sobre a profissão por modalidade.



Pode-se observar, em primeiro lugar, que há uma aceleração da produção principalmente a partir da década de 1990, com um salto nos anos 2000. Esse crescimento da produção é devido, sobretudo, ao incremento do número de artigos e trabalhos de pós-graduação. Não nos alongaremos aqui nas razões desse crescimento, uma vez que análises mais detidas sobre a questão serão objeto dos capítulos subsequentes. Apenas deixamos o registro de que a raiz desse crescimento deve ser buscada no sistema de pós-graduação, tanto no que concerne ao aumento do número de trabalhos de titulação, quanto no que diz respeito à produção científica como critério de avaliação dos Programas.

A questão seguinte é: quem são os autores desses trabalhos? Propusemos anteriormente que uma das características da produção brasileira acerca da profissão de psicólogo era a condição de relativa marginalidade do tema com relação às preocupações de pesquisa dos autores. Os dados apresentados na Tabela 1 tratam desse aspecto da produção.

Tabela 1

Número de produtos por primeiro autor

Número de produtos por autor	<i>n</i>	%
1	627	86,7
2	64	8,9
3	15	2,1
4	4	0,6
5	7	1,0
6	4	0,6
13	1	0,1
14	1	0,1

Somam 723 os autores principais que publicaram documentos sobre profissão do psicólogo no país. Os dados evidenciam que a esmagadora maioria – de aproximadamente 90% – dos trabalhos é produzida por autores que têm apenas uma publicação sobre o assunto. Para uma avaliação mais precisa do peso desse dado, seria necessário levantar o total da produção desses autores, o que não foi feito aqui. Ademais, seria necessária uma análise do padrão de produção dos autores por tema. De fato, acerca dessa questão, em estudo conduzido no campo da cientometria, Mueller e Pecegueiro (2001) observam que, analisando os artigos publicados na revista *Ciência da Informação* no período de 1990-1999, 83,33% dos autores assinaram apenas um artigo, seja como autor único, seja em parceria. Embora as inferências sejam desaconselháveis, não deixa de ser interessante observar que, em uma década de funcionamento de uma revista bastante especializada, há pouquíssima repetição de autores. Se alguma conjectura é possível, o referido estudo coloca uma interrogação sobre a importância relativa do tema da profissão para os estudiosos da Psicologia a partir dos dados sobre autoria.

Um segundo conjunto de dados sobre autoria diz respeito à vinculação institucional dos autores (Tabela 2).

Tabela 2

Número de produtos por instituição

Produções	<i>n</i>
> 10	109
11-20	12
21-30	4
31-40	2
41-50	1
51-60	0
61-70	0
71-80	0
81-90	1
91-100	0
> 101	1
Total*	130

** Excluídos os trabalhos de autoria institucional e os que a vinculação institucional não pôde ser identificada.*

Observa-se, inicialmente, que 108 das 130 instituições com autores a elas vinculadas tiveram menos de 10 produções sobre o tema (64 deles com apenas uma produção), o que pode ser considerado um indicador da dispersão da produção. Entretanto, é interessante observar que autores vinculados a apenas vinte e uma instituições são responsáveis por 72,9% da produção total (599 do total de 822 trabalhos com vinculação institucional identificada). Duas conclusões preliminares podem ser adiantadas: que o tema da profissão mobiliza, embora em escalas diversas, um considerável número de instituições, e que a produção mais expressiva, do ponto de vista quantitativo, está concentrada em poucas instituições. A Tabela 3 apresenta o detalhamento desse grupo de instituições.

Tabela 3*Instituições com autores com mais de 10 produções*

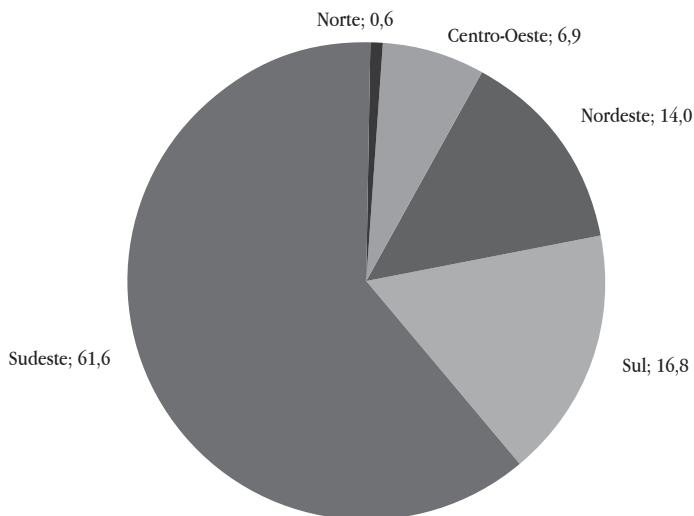
<i>Instituições</i>	<i>n</i>
USP	142
PUC/SP	88
UFRN	45
PUCCAMP	37
UFSC	35
UFRGS	27
PUC/RS	27
UnB	24
UERJ	24
UFRJ	16
UNICAP	14
UNICAMP	14
UNESP	13
UFBA	12
UFU	12
UFC	12
UFES	12
UFF	12
PUCRJ	11
UFPB	11
UFSCar	11

Na Tabela 3 verifica-se, em primeiro lugar, que todas as instituições de vínculo dos autores que produziram sobre o tema são de ensino superior, todas elas com o nível de ensino pós-graduado, questão a ser detalhada posteriormente. O aspecto interessante e relativamente inesperado da vinculação institucional, contudo, diz respeito às 19 instituições que não são dedicadas ao ensino superior, como são os casos, por exemplo, de secretarias de estado, entidades profissionais e hospitais.

Do total de autores, 564 (78%) possuem Currículo Lattes – fonte das informações analisadas sobre os mesmos. *Atualmente*, a maioria desses autores são pós-graduados ou cursam pós-graduação *stricto sensu* (93,5%) – sendo 29,3% mestres, 35% doutores, 17,2% doutores com estágio pós-doutoral ou com livre-docência e 12% com pós-graduação em andamento. Dos 564 autores, 37 são bolsistas de produtividade do CNPq e 21,6% são orientadores de pós-graduação *stricto sensu*; também integram grupos de pesquisa (registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq) (41,1%) e são líderes em 17% desses grupos. Essas informações compilam o alto grau de titulação entre os autores que publicam sobre profissão de psicólogo e o envolvimento com atividades de pesquisa, principalmente em Programas de pós-graduação, sugerindo que são pesquisadores que se mantiveram ou se mantêm vinculados à academia.

A Figura 3 apresenta a distribuição geográfica das instituições de vínculo dos autores no período de publicação dos documentos.

Figura 3. Distribuição geográfica das instituições de vínculo dos autores.



A distribuição geográfica representada na Figura 3 replica, em linhas gerais, o quadro da ciência brasileira e da Psicologia, em particular: nos dois extremos, uma grande concentração na região Sudeste, uma reduzida presença da região Norte e um relativo equilíbrio nas demais regiões. Atualmente, esse quadro se reproduz: ao todo, são 447 diferentes estabelecimentos de vínculo institucional atual dos autores, sendo 52,6% instituições de ensino superior. Dessas instituições de vínculo, 71,7% estão localizadas no eixo Sul-Sudeste (54,2% na região Sudeste e 19,5% na Sul). Há diversas razões para isso, desde aquelas de ordem estritamente geopolítica-econômica, até de organização do campo educacional e da própria Psicologia. Essas questões serão retomadas e detalhadas em outros capítulos.

Destaca-se, ainda, a baixa incidência de estudos cujos autores são institucionais (10 estudos – 1,7% – realizados por institutos de pesquisa ou entidades representativas da profissão de psicólogo, a exemplo do Conselho Federal de Psicologia) e de autores vinculados a entidades representativas da profissão, associações profissionais ou sociedades científicas (11,8% dos 564). Tais índices podem sinalizar que são poucas as iniciativas de desenvolvimento de pesquisas por essas instituições e, em certa medida, que pesquisadores vinculados à academia não mantêm vínculo com instituições na qual o tema profissão é de extrema relevância. Essas características coadunam-se à conjectura de que o tema profissão de psicólogo é uma linha subordinada às atividades primeiras desses autores⁴.

3 Observações finais

O quadro acima apresentado fornece um panorama da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil. Afirmções relativamente recorrentes quanto à importância que os psicólogos e pesquisadores da área conferem ao estudo

⁴ É necessário fazer uma ressalva acerca destes dados: o que a análise nos mostra diz respeito à situação atual dos autores, enquanto as produções estão distribuídas ao longo de mais de quatro décadas. O quadro da situação atual é real e os autores efetivamente produziram, em algum momento, conhecimento sobre a produção.

da profissão, formação e prática profissional, encontram ressonância nos dados apresentados. De fato, é notável a quantidade de estudos de natureza diversa produzidos ao longo do período de profissão regulamentada. Chama a atenção, também, a dispersão dessa produção. Se, de uma parte, isso pode indicar uma relativa ausência de centralidade do tema entre os pesquisadores, é notável o fato de que o tema ocupa, mesmo que em posição subalterna, a preocupação dos pesquisadores.

Os dois capítulos que se seguem detalham as características de duas modalidades de produção, aquela expressa em periódicos e a produzida no âmbito da pós-graduação. São modalidades distintas de produção, embora imbricadas: uma, definitiva, de circulação ampla, com possibilidades de impactar a área e retroalimentar o sistema de ensino e os profissionais; outra, provisória, de pesquisadores em treinamento, mas com uma qualidade de reflexões alicerçada pelo sistema de controle e monitoramento da pós-graduação brasileira. Esses capítulos permitirão discutir com maior propriedade e detença algumas das questões que os dados até aqui apresentados sugerem.

Referências

- Abbott, A. (1988). *The system of professions: An essay on the division of expert labor*. Chicago: The Chicago University Press.
- Almeida, M. C. P., & Rocha, S. M. M. (1997). *O trabalho de Enfermagem*. São Paulo: Cortez.
- Angelini, A. L., & Maria, C. (1964-1965). Contribuição para a formação básica do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 16-18(47-50), 41-45.
- Azzi, E. (1964-1965). A situação atual de profissão de psicólogo no Brasil. *Boletim de Psicologia*, 16-18(47-50), 47-61.
- Barbosa, M. A., Medeiros, M., Prado, M. A., Bachion, M. M., & Brasil, V. V. (2004). Reflexões sobre o trabalho do enfermeiro em saúde coletiva. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, 6(1), 9-15.
- Barbosa, M. L. O. (1993). A sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, 36, 3-30.

- Benko, A. (1964-1965). Formação profissional do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 16-18(47-50), 75-89.
- Bosi, M. L. M. (1996). *Profissionalização e conhecimento: a Nutrição em questão*. São Paulo: Hucitec.
- Botomé, S. P. (1988). Em busca de perspectivas para a Psicologia como área de conhecimento e como campo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 273-297). São Paulo: Edicon.
- Braun, T., Glänzel, W., & Schubert, A. (1985). *Scientometric indicators*. Cingapura: World Scientific.
- Burrage, M. B., & Törstendahl, R. (Orgs.). (1990). *Professions in theory and history*. Londres: Sage.
- Derber, C., & Schwartz, W. A. (1990). *Power in the higher degree: Professionals and the rise of a New Mandarin Order*. Oxford: Oxford University Press.
- Freidson, E. (1970). *Profession of Medicine: A study of the Sociology of applied knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Freidson, E. (1988). *Professional powers: A study of the institutionalization of formal knowledge*. Chicago: University of Chicago Press.
- Freidson, E. (1998). *Renascimento do profissionalismo*. São Paulo: Edusp.
- Iamamoto, M. V. (1998). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez.
- Iamamoto, M. V., & Carvalho, R. (1982). *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- Kawamura, L. K. (1981). *Engenheiro: trabalho e ideologia* (2ª ed.). São Paulo: Ática.
- Krauskopf, M. (1994). Epistemometria, a term contributing to express the meaning and potential methodologies of scientometrics in Spanish speaking countries. *Scientometrics*, 20, 425-428.
- Laudares, J. B., & Ribeiro, S. (2000). Trabalho e formação do engenheiro. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 81(199), 491-500.
- Leite, D. M. (1964-1965). Código de Ética do psicólogo. *Boletim de Psicologia*, 16-18(47-50), 67-74.

- Machado, M. H. (Org.). (1997). *Os médicos no Brasil: um retrato da realidade*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Meis, L., & Leta, J. (1996). *O perfil da ciência brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UERJ.
- Mueller, S. P. M., & Pecegueiro, C. M. P. A. (2001). O periódico Ciência da Informação na década de 90: um retrato da área refletido em seus artigos. *Ciência da Informação*, 30(2), 47-53.
- Netto, J. P. (1989). Notas para a discussão da sistematização da prática e teoria em Serviço Social. *Cadernos ABESS*, 3, 141-161.
- Netto, J. P. (1990). *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Netto, J. P. (1992). *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez.
- Perkin, H. (1996). *The third revolution: Professional elites in the modern world*. Londres: Routledge.
- Santos, R. N. M. (2003). Produção científica: por que medir? O que medir? *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 1(1), 22-38.
- Schraiber, L. B. (1995). O trabalho médico: questões acerca da autonomia profissional. *Cadernos de Saúde Pública*, 11(1), 57-64.
- Silva, J. A., & Bianchi, M. L. P. (2001). Cientometria: a métrica da ciência. *Paideia*, 11(21), 5-10.
- Taubes, G. (1993). Measures for measure in science. *Science*, 260, 884-886.

CAPÍTULO 2

PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL: ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM ARTIGOS

Ana Ludmila Freire Costa

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Joyce Pereira da Costa

O periódico científico é consensualmente acatado pelos cientistas como o canal privilegiado para o debate acadêmico e instrumento de interlocução entre pesquisadores e outros profissionais (Biojone, 2003; Meadows, 1999; Mueller, 1999). Três características essenciais o colocam nessa posição: a garantia da cientificidade dos fatos (avaliação rigorosa por pares), a recentidade das informações divulgadas (fluxo ágil e periodicidade regular) e a acessibilidade (presença em bases de dados reconhecidas e disseminação pela *internet*). Além de atender à necessidade cada vez mais premente de registro e de disseminação do crescente conhecimento científico de maneira dinâmica e eficiente, o periódico responde por uma função essencial, a de memória da ciência.

O exame da produção sobre a profissão de psicólogo veiculada nos periódicos científicos, portanto, possibilita tanto a análise da evolução histórica da preocupação dos pesquisadores sobre esse tema, quanto o exame de algumas das características centrais dessa produção.

1 Periódicos científicos de Psicologia no Brasil

Antes de adentrarmos na análise da produção em si, é necessário fazer um breve percurso sobre o quadro editorial científico da área da Psicologia. O cenário dos periódicos científicos de Psicologia no Brasil – que não difere do apresentado pela produção científica em outras áreas do conhecimento – é marcado por mudanças significativas nos últimos anos, impulsionadas pelo crescimento da área.

As principais características que marcam o cenário atual da publicação de periódicos científicos são a padronização (de forma a garantir eficaz troca de informações), a especialização e fragmentação (antes, os periódicos eram relativos a campos abrangentes do conhecimento e hoje há uma tendência para abordarem temas específicos de uma subárea) e o crescimento exponencial de títulos (as revistas passaram a ser publicadas por editoras comerciais, por Instituições de Ensino Superior e pelo Estado).

Em um breve retrospecto, podemos afirmar que os primeiros periódicos da área datam de 1949: *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*¹, editado pelo Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) e *Boletim de Psicologia*, pertencente à Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP) (Sampaio, 2008). O ISOP nasceu como um órgão eminentemente voltado para a Psicologia Aplicada e os artigos publicados por sua revista tratavam de pesquisas conduzidas pela própria instituição, em contato direto com o público atendido. O objetivo da SPSP não era diferente, também buscando articular o desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão, ao promover o intercâmbio entre profissionais e acadêmicos ligados à Psicologia e a áreas afins.

De acordo com Antunes (2007), nos anos seguintes, houve uma produção esparsa, até pela recentidade da Psicologia no Brasil, cuja profissão foi regulamentada na década de 1960. Os relatos da pesquisa psicológica foram veiculados em algumas poucas publicações da área, em geral editadas por associações profissionais ou sociedades científicas.

1 Atualmente, esse periódico corresponde ao *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. Tal mudança em seu nome se deu em reflexo às mudanças pela qual o ISOP se submeteu, sobretudo quando foi criado o curso de pós-graduação da UFRJ, na década de 1970, provocando transformações no perfil da publicação e conseqüentemente, em sua denominação (Portugal, 2009).

O quadro, que permaneceu praticamente inalterado até aproximadamente a década de 1980, muda radicalmente com a vertiginosa expansão do ensino superior, o crescimento dos programas de pós-graduação na área e os primeiros financiamentos para publicações (Sampaio & Peixoto, 2000). A partir de então, verifica-se um progressivo aumento do volume da produção científica, alimentando um número crescente de periódicos vinculados às IES, característica que persiste até os dias atuais.

Um título que contrariou essa tendência foi a revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, uma vez que é editada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP). Desde o seu primeiro número, em 1979, já frisava que sua política editorial era promover o debate entre a Psicologia acadêmica e a prática profissional. Esse caráter menos acadêmico se tornou ainda mais forte a partir de 1984, com uma mudança da sua linha editorial, passando a publicar não só relatos de pesquisa, mas também reportagens, relatos de experiência, opiniões de leitores, entrevistas e resenhas de livros. Campos e Bernardes (2005), ao avaliarem os primeiros 25 anos da revista, identificaram que, ao longo do período, houve uma preocupação permanente de que esse periódico fosse um veículo de aproximação e congregação dos psicólogos brasileiros, bem como de consolidar seu papel como canal de socialização de material relevante e inovador.

Da época dos primeiros periódicos até hoje, muitos títulos foram criados e outros tantos expiraram. É preciso destacar, em relação à publicação científica em Psicologia no Brasil que, para além do crescimento quantitativo que se assistiu, principalmente a partir no século XXI, a organização desse setor propiciou um salto qualitativo nas revistas científicas da área, tendo como uma consequência o incremento de sua visibilidade.

A preocupação com a qualidade das publicações científicas não é, evidentemente, um fenômeno novo². Contudo, é a avaliação empreendida pela Comissão CAPES/ANPEPP – composta pela Coordenação de Aperfeiçoamento de

2 Veja-se, por exemplo, a reunião promovida em 1996 pela Sociedade Brasileira de Psicologia (SBP) com os editores científicos a fim de “facilitar o fortalecimento de nossas publicações” (Guedes, Zannon & Luna, 1996, p. 1).

Pessoal de Nível Superior e pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia – para a base Qualis que pode ser considerada, definitivamente, um divisor de águas na comunidade científica de Psicologia (Costa & Yamamoto, 2008). A iniciativa, que surgiu como componente das avaliações dos programas de pós-graduação no país, tem promovido uma mudança considerável no âmbito da publicação científica em Psicologia, ao estabelecer um *ranking* que aponta o nível de qualidade dos veículos, ao exigir a padronização dos títulos, ao direcionar o fomento às revistas, ao estimular a indexação e a acessibilidade dos periódicos, principalmente pela *internet*, e, assim, definir os periódicos científicos nos quais os pesquisadores publicam seus estudos.

Paralelamente ao aperfeiçoamento dos periódicos, tornou-se necessário promover o acesso a esses títulos. Visando atender a essa demanda, em 2001, foi criada a Biblioteca Virtual da Psicologia (BVS-Psi), um instrumento para organização e disseminação da literatura psicológica. Nela, estão contidos, dentre outros, os Index Psi Periódicos Técnico-Científicos, Index Psi Periódicos de Divulgação Científica, Index Psi Teses, Index Psi Livros, a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS-Psicologia), a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e o Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC), portal que pretende reunir uma coleção de revistas científicas utilizando a metodologia SciELO³, além de sinalizar gratuitamente pela *internet* a localização de periódicos de Psicologia em formato eletrônico.

Importante ressaltar que foi o Movimento de Acesso Livre (*Open Access* [OA]) que facilitou o acesso à literatura científica (Sampaio & Serradas, 2009). Ao defender a compatibilidade entre sistemas de forma a permitir o intercâmbio de dados, a preservação em longo prazo, o acesso universal à informação e a gratuidade de produção científica, o OA coloca a literatura científica em outro patamar, saindo dos círculos fechados da academia e alcançando não só estudantes, docentes e pesquisadores, mas também profissionais, usuários ou qualquer outro interessado em conhecer os resultados das pesquisas científicas.

3 Sobre metodologia SciELO, conferir Packer et al., 1998.

Também em 2001 foi criada a Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia (ReBAP); em 2004, a Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia (ABECiP). Na primeira, o objetivo é a construção e manutenção de fontes de informação essenciais para a Psicologia, de forma compartilhada. A segunda se propõe a discutir os problemas pelos quais passam os editores, sendo recorrentes a captação de investimentos para manutenção dos periódicos e a adequação dos títulos aos critérios de avaliação Qualis, e a busca por alternativas coletivas para as questões (Sampaio, 2001).

Em virtude da atuação desses organismos (Comissão CAPES/ANPEPP, BVS-Psi, ReBAP e ABECiP) e motivado em grande medida pela organização do sistema editorial, há, hoje, um grande interesse por parte da comunidade científica em não só divulgar seus relatos de pesquisa, mas em escolher como e onde fazê-lo. É fato que a publicação de um artigo científico de Psicologia no Brasil, atualmente, é uma tarefa muito distinta de como se fazia em um passado não muito remoto, tendo em vista as diversas transformações ocorridas em tão pequeno intervalo de tempo⁴.

O crescimento e a estruturação do sistema multiplicam as bases e os repositórios dos periódicos da Psicologia brasileira. No Index Psi Periódicos Técnico-Científicos são listados artigos de mais de 160 de revistas brasileiras publicadas desde 1949. Já no PePSIC são 80 títulos eletrônicos latino-americanos, sendo que, desses, 54 são editados no Brasil. Na relação de sócios fundadores da ABECiP consta o nome de 60 editores de Psicologia. Na última avaliação da Comissão CAPES/ANPEPP, correspondente ao triênio 2007/2009, mais de mil e cem títulos apareceram nos relatórios dos Programas de Pós-graduação. Reduzindo esse número às revistas publicadas no Brasil que tenham como foco principal temas de Psicologia ou de alguma de suas subáreas, totaliza-se, aproximadamente, 120 periódicos.

⁴ Um dos resultados da organização do sistema editorial de Psicologia é a publicação de um manual destinado a estudantes, profissionais, acadêmicos e editores científicos. A versão completa de “Publicar em Psicologia”, organizado por Sabadini, Sampaio e Koller (2009), está disponível em <http://www.publicarempsicologia.blogspot.com>.

O volume de periódicos e o modo como esse sistema editorial se organiza servem para ilustrar o nível de organização e desenvolvimento no setor de publicação de artigos científicos da Psicologia brasileira, que se encontra articulado à estruturação da própria área como um todo. Assim, o incremento dessa produção científica sob análise permite que se conheça o vigor e a composição desse campo do conhecimento, por meio da avaliação da qualidade do que é publicado e da descrição de aspectos específicos dessa produção.

2 A produção científica e a profissão de psicólogo no Brasil

No caso do trabalho em tela, em que se buscou investigar a produção científica sobre a profissão de psicólogo no Brasil, é possível aquilatar não só o grau de envolvimento e investimento que tem sido feito na área em relação a esta temática, mas também em que condições e de que forma os pesquisadores se arranjam para discutir a questão.

Estudos de sistematização do conhecimento produzido, embora recentes, não são raros na Psicologia. De acordo com Santos, Amorim e Yamamoto (2009), é possível encontrar diversas pesquisas que investigam a produção científica na área, variando quanto ao formato do material analisado (dissertações e teses, artigos científicos ou anais de eventos), à área a qual se insere o estudo (se se refere à Psicologia como um todo ou a alguma de suas subáreas), ao recorte teórico, metodológico ou temático, ou, ainda, ao período de tempo analisado.

Podem-se aglutinar os achados dessas pesquisas segundo os aspectos mais recorrentes. É conclusão generalizada que o número de trabalhos científicos tem crescido significativamente nos últimos anos e que essa produção consiste principalmente em relatos de pesquisa. Em relação à distribuição geográfica, não é novidade que a produção científica de Psicologia se concentre na região sudeste do país e nas instituições de ensino superior públicas. Também se atesta que a autoria na área é predominantemente múltipla e feminina e que são poucos os autores que publicam sistematicamente, havendo uma grande dispersão dessa literatura científica.

Contudo, ainda não foram identificados estudos que sistematizam a produção científica sobre a profissão de psicólogo no Brasil, como sinaliza Botomé (1988). Por um lado, as pesquisas nesta temática ocorrem desde a década de 1970 (a exemplo de Campos, 1983; Conselho Federal de Psicologia, 1988;

Mello, 1975; Yamamoto, 1987) e também são recorrentes os estudos de análise metacientífica conforme mencionado anteriormente. Por outro, não se identificam trabalhos articulando esses dois aspectos discutindo a produção científica sobre a profissão de psicólogo. Em outras palavras, pode-se considerar que a atuação profissional na área já é um tema de estudo para muitos pesquisadores. O que até então não foi realizado refere-se à análise minuciosa dos dados obtidos por tais pesquisas, ou seja, a descrição criteriosa das condições de produção desses estudos, a identificação de quem realiza as pesquisas, como são divulgadas e sobre o que especificamente tratam esses estudos.

Em relação à publicação de pesquisas sobre a profissão de psicólogo no Brasil no formato de artigos, há questões ainda mais delicadas a se abordar. A área de Psicologia, representada pela Comissão CAPES/ANPEPP, considera como periódico científico aquele veículo que tem como leitor principal e autor o pesquisador ou alunos de qualquer nível, e que é publicado, prioritariamente, por sociedade científica ou instituição acadêmica. Em outras palavras, o artigo científico se configura quase que exclusivamente, como canal de comunicação entre atores do circuito acadêmico, seja como produtores, seja como consumidores do conhecimento construído.

Dessa forma, depreende-se que o profissional que está em ação não é um interlocutor preferencial no tocante aos periódicos científicos para que se integre e compartilhe experiências, ao contribuir com relatos que possibilitem o aprimoramento da Psicologia. Segundo a concepção anteriormente citada de revistas científicas, ao psicólogo alheio à comunidade científica cabe a “busca da atualização continuada” (Bastos et al., 2008, p. 1).

Foi com essa inquietação que se buscou analisar os artigos científicos que retratam a profissão de psicólogo no Brasil: como essa modalidade de publicação, tão vinculada à comunidade estritamente científica, aborda uma temática essencialmente relacionada à prática profissional?

Os dados coletados permitiram identificar quando os artigos foram publicados e sobre o que se referem (qual o formato desses artigos e sobre quais áreas da Psicologia aludem), quem publica sobre a profissão (quem são os autores, a qual instituição pertencem, onde estão localizados geograficamente) e em que veículos os artigos foram divulgados (em quais periódicos foram publicados, as agências editoras dos veículos, se tratam de títulos especializados ou genéricos).

3 A produção sobre a profissão veiculada pelos periódicos científicos brasileiros

O levantamento empreendido nessa pesquisa resultou no total de 376 artigos, que versam sobre a profissão de psicólogo no Brasil, publicados em periódicos científicos. Contudo, 38,7% dos documentos não se encontravam disponíveis na íntegra *on-line* à época da etapa de coleta das informações para a pesquisa. Ainda, 22,6% dos trabalhos não tinham seu resumo acessível via *internet*. Assim, dos 376 artigos identificados para compor este estudo, 291 foram coletados em sua completude.

Sabe-se que o Movimento de Acesso Aberto, que busca a disponibilização integral da literatura técnico-científica na *internet*, ganhou forças somente a partir das Declarações de Budapeste, em 2002, de Bethesda e de Berlim, ambas em 2003 (Sampaio & Serradas, 2009). No Brasil, a iniciativa resultou na Carta de São Paulo, em 2005, e na Psicologia, a Declaração de Florianópolis, com base na de Bethesda, foi assinada em 2006 por pesquisadores da Psicologia no Brasil no XI Simpósio de Intercâmbio Científico da ANPEPP (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia, 2006). Assim, é compreensível que muitos dos artigos publicados, principalmente anteriores a esse período, não estejam acessíveis *on-line*.

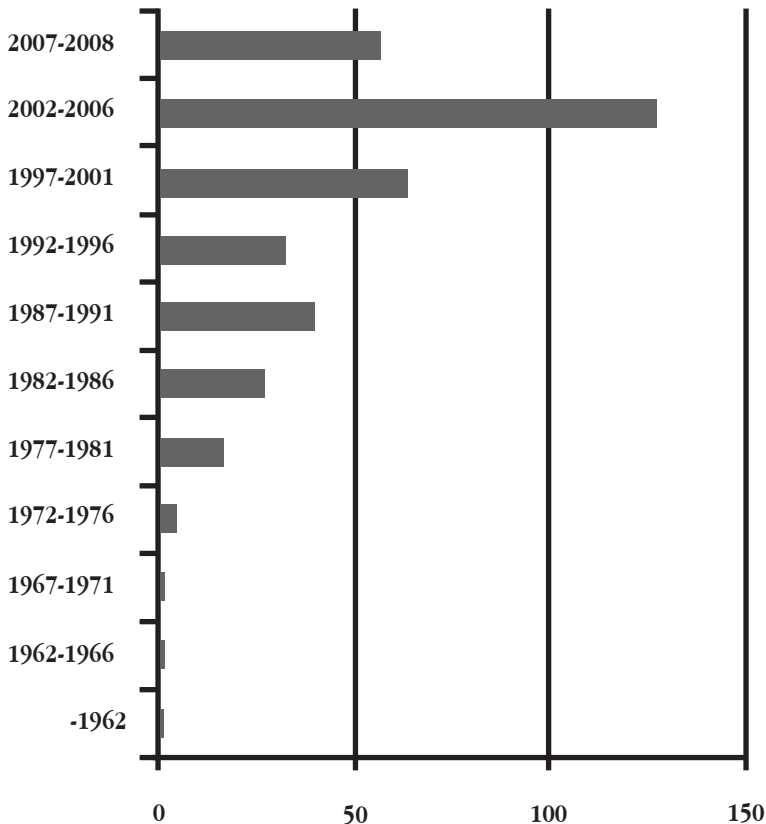
Apesar da recentidade da participação da *internet* na divulgação de artigos científicos, existem algumas iniciativas que objetivam recuperar tais informações científicas já publicadas para disponibilização integral na *internet*. É o caso do PePSIC portal lançado em 2005 e que conta com uma coleção de 80 periódicos de Psicologia, alguns desde o primeiro número, como as revistas Psicologia USP (desde 1990), Psicologia Escolar e Educacional (desde 1996), e Natureza Humana (desde 1999). Foi a partir desse portal que se tornou possível a recuperação do texto integral de grande parte dos artigos identificados na coleta desta pesquisa⁵.

5 Cabe destacar também a colaboração do COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) para acesso aos textos integrais, só disponíveis na forma impressa nas principais bibliotecas do país. Maiores informações sobre o programa estão disponíveis em <http://comut.ibict.br/comut/do/index?op=filtroForm>.

3.1 Caracterização geral dos artigos

Para uma primeira apreciação dos dados, foi considerada a distribuição dos artigos por ano de publicação, ao que foi verificada a existência de documentos que datam de 1952 a 2008, havendo concentração desses estudos em 2007 ($n = 42$) e em 2005 ($n = 39$). Ainda, agrupando os documentos por faixas de ano, percebe-se que há uma concentração dos artigos nos períodos de 1997-2001 ($n = 64$), 2002-2006 ($n = 128$) e 2007-2008 ($n = 57$), como pode ser visualizado na Figura 1. Juntos, os três períodos citados congregam 66,2% dos artigos coletados.

Figura 1. Distribuição temporal da produção de artigos em periódicos científicos da Psicologia.



Os dados acima explicitados podem estar relacionados a diversos determinantes. Inicialmente, é mister ressaltar que a *internet*, fonte utilizada para nossa coleta de dados, é um meio de divulgação científica relativamente recente, que acaba por privilegiar o material publicado nas últimas décadas. A título de ilustração, nenhum dos artigos coletados que datam até a década de 1980 foi encontrado na sua versão completa, constando apenas indicativos de sua existência em bibliotecas universitárias.

Outro determinante refere-se ao reconhecimento da Psicologia como profissão no Brasil, só ocorrida em 1962, o que justifica a escassez de documentos imediatamente anteriores ou posteriores a essa época. Por fim, há de se destacar o próprio crescimento e a estruturação da área, de seu sistema de editoração e da expansão da pós-graduação, principalmente a partir dos anos 2000. Como já foi mencionado, a produção científica é atualmente mais incisiva não só para atender ao imperativo da produtividade imposta pelas agências financiadoras, mas também pela necessidade de desenvolvimento da Psicologia como ciência e profissão.

Considerando as limitações desta investigação, tais aspectos certamente influenciaram a quantidade de estudos sobre profissão recuperados, bem como sua distribuição ao longo dos anos. Sugere-se, desta feita, que trabalhos não disponíveis *on-line* venham a ser depositados na *internet*, a fim de que a comunidade possa ter acesso, contribuindo, assim, para o enriquecimento das discussões e reflexões a respeito da profissão de psicólogo.

Além da distribuição temporal dos artigos coletados, buscou-se identificar como o material aborda a profissão de psicólogo. Para tanto, foram examinados os 291 resumos para a classificação quanto ao formato do trabalho, verificando-se que há predominância dos relatos de pesquisa ($n=123$; 42,3%), imediatamente acompanhados pelos trabalhos teóricos ($n=120$; 41,2%). Já os relatos de experiência aparecem com apenas 16,5% ($n=48$).

Tais índices podem sinalizar uma das principais políticas adotada pela maioria dos periódicos científicos, que é a de publicar relatos inéditos de pesquisa, o que acabou se refletindo nos estudos sobre a profissão de psicólogo. Por outro lado, tem-se também um considerável volume de trabalhos teóricos,

o que sugere que há, diante dessa temática, interesse pela discussão e reflexão a fim de construir um corpo teórico consistente.

Ainda em relação à caracterização dos artigos coletados, buscou-se averiguar a qual subárea da Psicologia os documentos se referem. Dessa forma, observou-se que 71 artigos empreendem discussões a respeito da profissão do psicólogo independente de subárea de atuação (categoria geral), sendo seguidos dos documentos classificados como Psicologia Escolar/Educacional e Psicologia da Saúde, ambas compreendendo 60 artigos cada, e Psicologia Hospitalar, com 51 documentos. Na Tabela 1 é possível identificar as subáreas em que foram situados os artigos para a referida análise.

Tabela 1

Distribuição da produção sobre a profissão veiculada pelas revistas científicas brasileiras de Psicologia pelas subáreas (volume e percentual)

<i>Subárea da Psicologia</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Geral	71	18,9
Psicologia Escolar/Educacional	60	16
Psicologia da Saúde	60	16
Psicologia Hospitalar	51	13,6
Psicologia Clínica	37	9,8
Psicologia Social	30	8
Psicologia Organizacional e do Trabalho	27	7,2
Psicologia Jurídica	17	4,5
História da Psicologia	16	4,3
Psicologia do Esporte	4	1,1
Psicologia do Trânsito	1	0,3
Neurociência	1	0,3
Docência	1	0,3
Total	376	100

Ao analisar a distribuição dos documentos por subárea da Psicologia no decorrer dos anos, foi possível perceber que na época antecedente à regulamentação profissional ocorriam discussões com relação à profissão como

um todo, independente das especificidades das subáreas da Psicologia. Isso pode ter sido reflexo das movimentações ocorridas naquele período, em prol de um reconhecimento legal da profissão de psicólogo, tal como apresentado por Pereira e Pereira Neto (2003).

Os artigos publicados nas décadas de 1970 e 1980 abordam a profissão de modo mais focalizado; ou seja, os trabalhos discutem, predominantemente, acerca dos psicólogos que atuam em subáreas consideradas tradicionais – Clínica, Escolar/Educacional e Organizacional e do Trabalho –, bem como naquelas emergentes àquela época, como Hospitalar e Saúde. Em relação a estas últimas, é possível dizer que estudos emergiram nesse período possivelmente na tentativa de definir práticas e espaços cabíveis ao psicólogo atuante nessas subáreas, tendo em vista que em tais décadas houve uma série de mudanças no tocante à saúde pública do país, abrindo caminhos para uma atuação do psicólogo em espaços diferenciados aos tradicionais (Carvalho & Yamamoto, 1999; Marcon, Luna & Lisboa, 2004).

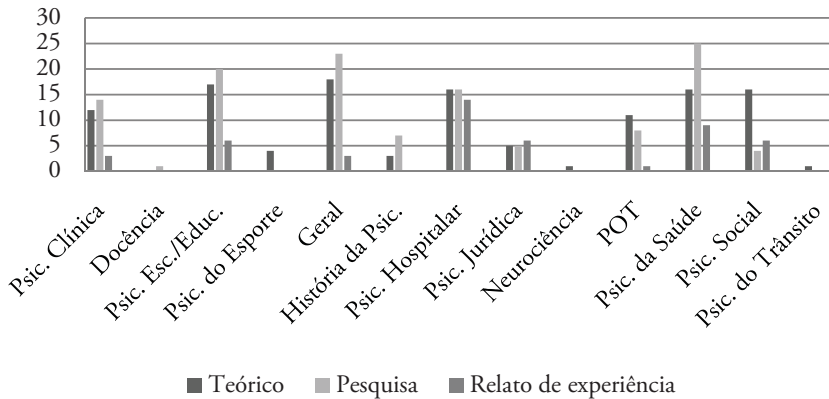
Artigos de Psicologia Jurídica e Psicologia do Esporte também apareceram entre os trabalhos coletados, tendo sido publicados do fim da década de 1990 em diante. É provável que tal dado esteja vinculado à abertura de novos espaços para o psicólogo, tendo em vista a saturação de profissionais nas subáreas tradicionais, o que fez buscarem outros campos de atuação (Pereira & Pereira Neto, 2003).

Vale salientar, ainda, a presença de apenas um artigo em cada uma das três subáreas a seguir: Psicologia do Trânsito, Neurociência e Docência. A raridade de artigos sobre a atuação nas duas últimas pode ser entendida por não serem consideradas propriamente da Psicologia – a primeira por estar majoritariamente voltada à pesquisa e a segunda por não ser prática exclusiva da Psicologia.

Quanto à Psicologia do Trânsito, foram localizados diversos documentos oficiais (seja de órgãos da Psicologia, como o CFP, seja de órgãos referentes ao trânsito em si, como o Conselho Nacional de Trânsito), livros e apresentações em eventos científicos referentes à atuação do psicólogo, mas não foram identificados materiais no formato de artigos científicos na subárea. Deve-se assinalar que o único periódico especializado na temática (Psicologia: Pesquisa e Trânsito) não foi além de dois números e em nenhum deles consta artigos que discutam especificamente sobre a prática do profissional nessa subárea.

Buscou-se, ainda, relacionar a subárea da Psicologia da qual tratam os trabalhos e o formato dos artigos (Figura 2).

Figura 2. Distribuição da produção por subárea da Psicologia e formato do trabalho.



Na maior parte das áreas discriminadas, predomina a produção de artigos que apresentam relatos de pesquisa. A Psicologia da Saúde é a subárea que apresentou maior número nesse formato ($n = 25$), sobretudo a partir dos anos 2000. Ou seja, é possível afirmar que uma vez consolidada, a área passa a ser objeto mais frequente de investigação.

Os estudos teóricos superaram os relatos de pesquisa apenas na subárea da Psicologia Social ($n = 16$), Organizacional e do Trabalho ($n = 11$) e Psicologia do Esporte ($n = 4$). Esse dado pode ser, eventualmente, tomado como um indicativo da preocupação especial que as mesmas apresentariam com relação à fundamentação teórica, aos métodos e às técnicas de trabalho desenvolvidas. Com relação à produção em Psicologia Social, não deixa de ser interessante confrontar a observação de Albuquerque e Arendt (2003), de que a produção acadêmica em Psicologia Social no Brasil está voltada “mais a produzir diagnósticos e reconhecimentos de fatos que teorias psicológicas explicativas” (p. 198), com a grande produção de trabalhos propriamente teóricos observados no presente estudo. Se há procedência a avaliação dos referidos autores, é necessário examinar com maior profundidade a natureza desses estudos para se aquilatar as efetivas contribuições para o acúmulo de conhecimento da área.

Vale apontar também que a Psicologia Jurídica foi a única subárea que apresentou o número de relatos de experiência superior aos demais formatos de trabalho ($n = 6$), o que pode ser reflexo da busca pela consolidação da subárea no país, suscitando o interesse pela apresentação das práticas desenvolvidas pelos profissionais nela envolvidos.

3.2 Análise da autoria dos artigos

Expostas algumas características dos estudos publicados em formato de artigos científicos sobre a profissão de psicólogo no Brasil, a questão seguinte diz respeito a quem produz esses estudos. Não foi possível identificar as instituições de vínculo dos autores principais em 59 casos. Dos demais, foram identificadas 102 instituições distintas, sendo que 73,1% são provenientes do eixo Sul-Sudeste do país (Tabela 2). Esses índices estão muito próximos aos apresentados em outros trabalhos que versam sobre a produção científica em Psicologia como um todo, tal como constatado por Yamamoto, Souza e Yamamoto (1999) que, ao avaliarem os principais periódicos científicos da área, verificaram que mais de 80% da produção se concentrava nas regiões geográficas Sul e Sudeste.

Tabela 2

Distribuição geográfica dos autores de artigos que versam sobre a profissão de psicólogo no Brasil por região, estado e instituição

<i>Região</i>	<i>Estado</i>	<i>Instituição</i>
Sudeste (50%)	São Paulo (32,6%)	USP (13,3%)
Sul (23,1%)	Rio Grande do Sul (13,6%)	UFRGS (4,4%)
Nordeste (17,1%)	Rio Grande do Norte (8,5%)	UFRN (8,5%)
Centro-Oeste (4,7%)	Distrito Federal (3,8%)	UnB (2,8%)
Norte (0,6%)	Pará (0,6%)	UFPA (0,6%)

Analisando mais detidamente a origem destes materiais, verifica-se que, em relação à unidade federativa onde se localiza a instituição de vínculo do autor principal, há predominância do estado de São Paulo, que abrange 32,6%

dos artigos sobre a profissão de psicólogo, sendo seguido pelo Rio Grande do Sul, com 13,6%, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro, ambos com 8,5% dos artigos. Finalmente, as instituições que se destacam quanto à vinculação dos autores foram Universidade de São Paulo (USP) com 13,3% dos documentos, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com 8,5% e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 4,4%. Diante desses dados percebe-se que, mais do que centralização geográfica da produção analisada, existe uma concentração institucional do material.

Vale ressaltar que a concentração geográfica e institucional demonstrada por meio dos resultados não se refere apenas aos trabalhos que versam sobre a profissão de psicólogo no país, mas está atrelada ao fato de que essas regiões congregam a maior parcela de instituições de ensino superior do país (Soares, 2002), consequência da desigual distribuição de recursos, de oportunidades educacionais, bem como de formação acadêmica, ainda presentes no país (Yamamoto, Souza & Yamamoto, 1999). Apesar desse contexto de concentração da produção da ciência no Brasil, há, nos anos recentes, uma tendência de políticas científicas governamentais em enfrentar esse desequilíbrio, a exemplo da descentralização de editais para fomento à pesquisa por meio das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAPs); e pela interiorização do ensino superior público, com a eventual interiorização da pesquisa. Como são tendências recentes e ainda em consolidação, tais avanços ainda não estão refletidos nos índices de produção científica estudados nesta investigação.

Em relação ao tipo de instituição de origem dos autores dos artigos coletados, verificou-se a predominância maciça das IES em detrimento de outras instituições, como órgãos executivos públicos, empresas privadas, sociedades e associações científicas e/ou profissionais (Tabela 3), coadunando-se com a ideia de que a produção científica no Brasil encontra-se fortemente atrelada ao ambiente acadêmico, principalmente à pós-graduação⁶ (Cury, 2004). Sendo assim, não é de se estranhar que os artigos a respeito da profissão do psicólogo brasileiro, configurando-se enquanto um resultado de investigações científicas sejam, em sua maioria, originários de IES localizadas no sudeste do país.

⁶ Esse tema será detalhado no próximo capítulo.

Tabela 3

Tipo de instituição de origem dos autores de artigos referentes à profissão de psicólogo no Brasil

<i>Tipo de instituição</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
IES	83	81,4
Outros	7	6,9
Órgão público municipal	4	3,9
Sociedade/Associação	3	2,9
Órgão público estadual	3	2,9
Entidade profissional	1	1
Órgão público federal	1	1
Total	102	100

Além disso, observa-se que os resultados estão fortemente associados a outras pesquisas sobre a produção científica em Psicologia; as últimas apontam para concentração de autores vinculados a cursos de graduação e programas de pós-graduação (a exemplo dos estudos de Souza Filho, Belo & Gouveia, 2006; Tonetto, Amazarray, Koller & Gomes, 2008; Yamamoto, Souza & Yamamoto, 1999).

Tratando-se de artigos que abordam a temática da atuação profissional, poder-se-ia esperar que houvesse uma participação expressiva de profissionais em ação compartilhando experiências ou refletindo sobre a sua prática. Todavia, não é o que ocorre: menos de 20% dos autores dos artigos identificados nesta pesquisa se enquadram na categoria.

Assim, confirma-se que, de fato, o periódico científico é canal de comunicação para o ambiente acadêmico, restando aos psicólogos da prática profissional o consumo desse material, e sua contribuição para a melhoria da atuação psicológica é relegada à posição de sujeitos das pesquisas empreendidas pelos pesquisadores das IES.

No que diz respeito, ainda, à autoria dos artigos, examinou-se o gênero dos autores (considerando apenas os primeiros autores), e o tipo de autoria (se individual ou coletiva) (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4

Gênero do autor principal dos artigos que versam sobre a profissão de psicólogo no Brasil

<i>Gênero</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Feminino	242	77,3
Masculino	70	22,3
Não se aplica	1	0,3
Total	313	100

Tabela 5

Tipo de autoria dos artigos sobre a profissão de psicólogo

<i>Tipo de autoria</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Individual	202	53,7
Coletiva	173	46,0
Institucional	1	0,3
Total	376	100,0

Os dados evidenciam a forte presença de autoria feminina (77,3%), índice semelhante aos apresentados em outras pesquisas em Psicologia acerca de sua produção científica (Souza Filho, Belo & Gouveia, 2006; Witter, 2005; Yamamoto Souza & Yamamoto, 1999), possivelmente, representando o próprio perfil profissional da área.

Por outro lado, ao se considerar a média de artigos produzidos por homens e mulheres, percebe-se uma tendência inversa, em que autores do sexo masculino são mais produtivos do que do sexo feminino, apesar dessa diferença ser mínima (1,35 para homens contra 1,15 para as mulheres). Os dados confirmam a literatura especializada, que aponta para a hegemonia masculina referente à relação ciência-gênero, ainda que se considerem as diferenças entre as áreas do conhecimento, seja em termos de bolsistas de Produtividade em Pesquisa do CNPq, financiamento de pesquisa proveniente de agências de fomento, expositores em congressos científicos ou como autores de livros e defesas de

teses e dissertações (Yamamoto, Souza & Yamamoto, 1999). Ou seja, mesmo que a produção científica absoluta apresente maior participação das mulheres, em termos de produtividade, os homens se destacam mesmo na Psicologia, área considerada majoritariamente feminina.

Em relação à autoria individual e coletiva, verifica-se a existência de certo equilíbrio, com 53,7% e 46%, respectivamente. No entanto, avaliando como isso se configura no decorrer do tempo, observa-se que, nos últimos anos, há um crescimento da produção em parceria em detrimento da individual, havendo assim o indicativo de que há, hoje, uma maior produção em colaboração do que em outras épocas. Essa inversão é apontada por algumas áreas do conhecimento, a exemplo da Ciência da Informação, como uma tendência no cenário da produção científica como um todo. Soma-se a isso, o incentivo que a produção em parceria vem recebendo por parte das agências de fomento e pelas IES (Vilan Filho, Souza & Muller, 2008).

Assim, o tipo de autoria mais encontrado nesta pesquisa pode ser caracterizado por ser predominantemente feminino, porém os homens são os mais produtivos, com muitos autores de um só trabalho sobre o tema e autoria múltipla em ascensão. Essa descrição foi observada em outros estudos sobre a produção científica em Psicologia, sendo a articulação entre gênero e quantidade de autores característica da área, seja por motivos externos (o incentivo das agências de fomento a trabalhos em parceria) ou internos à profissão (ao situar a Psicologia como uma profissão historicamente feminina) (Oliveira, Cantalice, Joly & Santos, 2006).

Um último aspecto que chama a atenção em relação aos dados referentes à autoria, diz respeito ao número significativo de autores com um único trabalho ($n = 276$), enquanto poucos autores produziram mais de uma publicação na temática ($n = 37$). Essa discussão remete não necessariamente à consistência da carreira de pesquisador dos autores, mas, sobretudo, à participação da temática em questão nas linhas de pesquisa dos mesmos. Os dados apontam apenas 10 autores com três ou quatro trabalhos publicados sobre a profissão de psicólogo no Brasil, o que pode significar que não é comum este tema se configurar como área de trabalho principal, podendo indicar, por sua vez, que a grande

maioria dos autores são pesquisadores que publicaram fora de sua especialidade principal, de forma isolada ou em equipe eventual.

3.3 Análise dos veículos que publicaram os artigos coletados

Dos resultados referentes aos veículos nos quais os artigos sobre profissão de psicólogo foram publicados, observa-se que os documentos estão distribuídos em 78 periódicos acadêmico-científicos, sendo 50,9% concentrados em apenas oito (Tabela 6).

Tabela 6

Periódicos que mais publicaram artigos sobre a profissão de psicólogo

<i>Periódicos</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Psicologia: Ciência e Profissão	54	14,4
Psicologia & Sociedade	27	7,2
Psicologia em Estudo	23	6,1
Psico	21	5,6
Estudos de Psicologia (Natal)	18	4,8
Estudos de Psicologia (Campinas)	17	4,5
Arquivos Brasileiros de Psicologia	16	4,3
Psicologia: Reflexão e Crítica	15	4
Total	191	50,9

Em relação aos oito títulos, um primeiro aspecto que chama atenção refere-se ao tempo de circulação: a média de idade desses periódicos gira em torno de 28 anos, tendo os mais recentes mais de 10 anos de existência. Além disso, figura na lista a revista considerada uma das mais antigas em Psicologia no Brasil (Arquivos Brasileiros de Psicologia). Esse aspecto pode ser contextualizado segundo duas linhas de interpretação. A primeira aponta que, em virtude de estarem em circulação há mais tempo, os periódicos em pauta teriam mais artigos publicados em geral e, portanto, mais chances de divulgar material sobre a temática em questão. A outra seria que, justamente em função de se tratarem de periódicos mais antigos e, portanto, mais conhecidos pela comunidade

acadêmica, teriam um apelo atrativo maior para os autores com interesse de que seus artigos tivessem maior alcance, ainda mais considerando que os oito periódicos aglutinam mais da metade dos artigos cuja temática é geral, ou seja, não aborda nenhuma subárea específica da Psicologia.

Corroborando com a ideia acima apresentada, tem-se que cinco desses títulos estão disponibilizados na biblioteca virtual SciELO, o que representa não só maior facilidade de acesso ao material (por se tratar de um portal com disponibilidade integral dos textos *on-line*), mas, principalmente, significa que se trata de periódicos com qualidade garantida pelo rígido processo seletivo pelo qual os títulos passam antes de serem integrados à biblioteca (Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/Biblioteca Regional de Medicina [BIREME], 2004; Meneghini, 1998). Quanto às outras três revistas, também disponibilizam seu material integralmente na *internet*, seja em site próprio, seja fazendo parte de portais de agrupamento de revistas científicas. A facilidade de acesso aos artigos também pode justificar a coleta de dados desta pesquisa ter apontado diretamente para eles.

Ainda quanto à caracterização dos periódicos, quatro deles explicitam em suas linhas editoriais o interesse em publicar material referente à prática profissional do psicólogo, seja por privilegiar conteúdos oriundos da atuação em campo, seja para discutir o impacto e a relação que a Psicologia estabelece com a sociedade e com os usuários de seus serviços. Ademais, tomando o caso da revista *Psicologia: Ciência e Profissão*, era plausível a expectativa que autores de estudos sobre profissão do psicólogo no Brasil procurassem esse veículo para publicação, uma vez que é baluarte das discussões sobre a categoria profissional.

Com relação ao tipo de instituição responsável pela edição desses periódicos, observa-se a predominância das IES, que correspondem a 62,4% das instituições identificadas (Tabela 7). Contudo, ao se levar em conta as revistas que mais publicam sobre profissão de psicólogo, percebe-se que os dois periódicos que se destacaram são editados por associações ou sociedades científicas e profissionais, a saber, *Psicologia: Ciência e Profissão*, do CFP, e *Psicologia & Sociedade*, da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSOC), algo esperado (porém não apenas deles) já que as entidades mencionadas

lidam diretamente com questões profissionais. Essa configuração reafirma a importância das associações e sociedades no âmbito da Psicologia (Witter, 2007), mantendo-se como instituições que historicamente editam periódicos científicos na área (Antunes, 2007).

Tabela 7

Tipo de instituição que publica a revista

<i>Tipo de instituição</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
IES	35	61,4
Sociedade/Associação	15	26,3
Entidade profissional	3	5,3
Grupo de pesquisa	2	3,5
Editora comercial	1	1,8
Não informado	1	1,8
Total	57	100

Nesse sentido, retoma-se a discussão anterior a respeito da circulação dos periódicos científicos, que acontece prioritariamente na academia. Já havia sido apontado que os autores dos artigos sobre profissão de psicólogo são principalmente pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior. Agora, atesta-se a destinação do material – há de se considerar a possibilidade de que, em relação aos estudos sobre a profissão de psicólogo, outra parcela de atores (os psicólogos em exercício) para os quais essas investigações podem ter bastante significado não estaria tendo acesso ao que se diz a seu respeito fora do seu âmbito de atuação. Dessa forma, é preciso atentar para a amplitude da responsabilidade dos periódicos científicos sobre a disseminação de informações sobre profissão de psicólogo entre aqueles que assumem a ocupação alvo dos estudos publicados.

Os periódicos científicos podem ser classificados, em sua grande parte, como da área de Psicologia e suas subáreas, que, juntas, compreendem 70,4% das revistas (Tabela 8). Assim, pode-se depreender que existe uma preferência

por parte dos autores em publicar seus estudos em veículos da própria área, estando os outros documentos (6,4%) disponíveis em revistas de saúde (e de suas subáreas), subáreas de humanas e interdisciplinares.

Tabela 8

Principal área do conhecimento a que se destina o periódico

<i>Principais áreas</i>	<i>n</i>	<i>%</i>
Psicologia	38	48,7
Subáreas da Psicologia	17	21,7
Saúde	5	6,4
Subáreas da Saúde	12	15,3
Interdisciplinar	4	5,1
Subárea de Humanas	2	2,5
Total	78	100

Relacionando as áreas dos artigos com as dos periódicos nos quais são publicados, nota-se que todos os documentos das áreas de Psicologia Organizacional e do Trabalho e de Psicologia Jurídica foram publicados em revistas de Psicologia ou de alguma de suas subáreas. Seguem esta tendência os artigos classificados como Geral e os de Psicologia Social (com 97% e 96%, cada uma). Estes resultados sugerem que a produção a respeito da profissão de psicólogo não estaria ocupando espaços externos a própria área, indicando que os autores desta temática não consideram a ideia de discutir acerca da profissão com profissionais de outras áreas, sobretudo aqueles que trabalham em conjunto com o psicólogo.

Por outro lado, foi identificado que artigos relativos às áreas de Psicologia Clínica, Escolar/Educacional, da Saúde e Hospitalar foram publicados em revistas de outros campos que não da própria Psicologia, tendo a Hospitalar o maior índice (21,5% dos documentos de Psicologia Hospitalar foram publicados em revistas de áreas externas à Psicologia). Pode significar que essas subáreas, ao contrário do que parece ocorrer com as demais, têm maior diálogo com outros campos do saber, como, por exemplo, ao compor equipes multidisciplinares, e que,

portanto, têm interesse em discutir sobre sua prática com outros profissionais. Essa afirmação se coaduna com o trabalho de Féres-Carneiro e Lo Bianco (2003), que destacam que, apesar de a Psicologia Clínica ser considerada fechada em si mesma, voltada para o atendimento diádico privado, tem cada vez mais buscado ampliar seu campo de atuação e promover intervenções em múltiplas direções.

4 Considerações Finais

Este trabalho compilou informações sobre características dos artigos, autoria dos mesmos e análise dos periódicos nos quais estudos sobre a profissão de psicólogo no Brasil são veiculados. A síntese de informações com esse caráter descritor da profissão de psicólogo no país pode nos fornecer a dimensão do que seja a consolidação da Psicologia, 47 anos após a sua regulamentação legal.

Com considerável volume de documentos sobre a profissão de psicólogo e sobre seus aspectos específicos, o quantitativo de estudos analisados demonstra a preocupação dos pesquisadores da área em desenvolver reflexões acerca das implicações da atuação profissional do psicólogo em âmbitos diversos, sob variadas condições de trabalho e realizando determinadas atividades, com base em aportes teórico-técnicos definidos, seja na academia, seja na elaboração de protocolos nos próprios serviços.

Esse *boom* de publicação científica sobre profissão de psicólogo nos últimos anos deriva não só da preocupação dos psicólogos em comunicar reflexões teóricas sobre o tema, de informações científicas sobre a atuação profissional do psicólogo ou da sistematização de práticas profissionais, mas também das mudanças no modelo de comunicação científica, no caso da Psicologia, amparada por um sistema editorial que se consolida cada vez mais, gerando uma rede entre pesquisadores, associações profissionais e sociedades científicas, e mantenedores de bases de dados. O panorama de estudos sobre profissão de psicólogo no Brasil reflete, portanto, os avanços nessa estruturação da área da Psicologia e de seus suportes comunicacionais.

Também é preciso considerar o fato de que o periódico científico é, primordialmente, um instrumento de comunicação no meio acadêmico, de

interlocução entre pesquisadores, o que acaba por imprimir ao material um caráter pouco receptivo ao acesso do público externo, sejam eles, como no presente caso, os informantes ou participantes da pesquisa, ou não.

Há ainda algumas características de estudos sobre a profissão de psicólogo levantadas nesta investigação que devem ser destacadas. Uma delas é a concentração desses estudos em determinadas subáreas da Psicologia, o que acaba por conferir a tais estudos características que são próprias da subárea⁷. Além disso, chama a atenção a concentração regional de estudos sobre a profissão do psicólogo, por estado da federação e por instituição de vínculo do autor, configuradas de modo semelhante ao que ocorre na ciência brasileira como um todo.

Como a profissão de psicólogo não é tema-chave dos pesquisadores, deter-se em estudo sobre autoria dos documentos pode realçar a importância das instituições nas quais esses documentos são produzidos. Também é relevante atentar para as características das instituições responsáveis por editar artigos sobre profissão, como o destaque ganho pelas associações profissionais e sociedades científicas diante da comum editoria de periódicos científicos por IES.

Por fim, verificou-se que é preciso resgatar e sistematizar as pesquisas sobre a profissão de psicólogo no país, haja vista que pode ser uma via para contar a história recente da Psicologia como ciência e profissão. Manter esse circuito de comunicação de achados científicos gera um clima de reflexão e permite a autoavaliação da Psicologia, devido à importância dos mesmos para garantir o desenvolvimento científico e profissional na área.

É preciso, além disso, atentar para os demais públicos que poderiam usufruir dos resultados dos trabalhos científicos, não só que articule o conhecimento teórico-prático – o que já é tentativa corrente nos estudos acadêmicos da área – como admita as reflexões profissionais dos psicólogos em serviço e amplie o alcance dos conhecimentos divulgados para que atinja a esse

7 Por exemplo, nas subáreas nas quais, por suas características internas ou pelo estágio de desenvolvimento em que encontram, têm os *relatos de experiência* como uma modalidade de estudo muito frequente, os escritos sobre a profissão também recebem essa marca.

mesmo público. Sendo o periódico científico o canal primeiro de comunicação científica dentro da academia, é preciso ressaltar também a sua importância para o desenvolvimento da profissão. Válido é, outrossim, possibilitar modos distintos de diálogo com os psicólogos que estão em campo, adotando padrões diversos de comunicação dos achados científicos e provocando mudanças no desenvolvimento da Psicologia, haja vista a interface possível entre academia e demais profissionais.

Referências

- Albuquerque, F. J. B., & Arendt, R. (2003). A Psicologia Social e o Brasil. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a Psicologia brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 185-212). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Antunes, M. A. M. (2007). *A Psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC.
- Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. (2006, 19 de maio). Declaração de Florianópolis. *XI Simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia*. Obtido em 22 de maio de 2006, de <http://www.bvs-psi.org.br/DeclFlor.pdf>
- Bastos, A. V. B., Maraschin, C., Tomanari, G. Y., Andery, M. A. P. A., Guedes, M. C., Yamamoto, O. H., et al. (2008). *Crêterios do Qualis de periódicos – área da Psicologia*. Obtido em 15 de outubro de 2009, de <http://www.anpepp.org.br>
- Biojone, M. R. (2003). *Os periódicos científicos na comunicação da ciência*. São Paulo: EDUC/FAPESP.
- Botomé, S. P. (1988). Em busca de perspectivas para a Psicologia como área de atuação e como campo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 273-297). São Paulo: Edicon.
- Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. *Educação & Sociedade*, 16, 74-84.
- Campos, R. H. F., & Bernardes, L. H. G. (2005). A revista Psicologia: Ciência e Profissão: um registro da história recente da Psicologia brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 25(4), 508-525.

- Carvalho, D. B., & Yamamoto, O. H. (1999). Psicologia e saúde: uma análise da estruturação de um novo campo teórico-prático. *Psico*, 30(1), 5-28.
- Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde/ Biblioteca Regional de Medicina (BIREME). (2004). *Critérios SciELO: critérios, política e procedimentos para a admissão e a permanência de periódicos científicos na coleção SciELO*. Obtido em 30 de junho de 2005, de <http://www.scielo.org/index.php?lang=pt>.
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Costa, A. L. F., & Yamamoto, O. H. (2008). Publicação e avaliação de periódicos científicos: paradoxos da avaliação Qualis de Psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 13-24.
- Cury, C. R. J. (2004). Graduação/Pós-graduação: a busca de uma relação virtuosa. *Educação & Sociedade*, 25(88), 777-793.
- Féres-Carneiro, T., & Lo Bianco, A. C. (2003). Psicologia Clínica: uma identidade em permanente construção. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 99-119). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Guedes, M. C., Zannon, C., & Luna, S. V. (1996). O cenário da publicação científica em Psicologia no Brasil. In Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), *Encontro de editores de Psicologia* (p. 4). Ribeirão Preto: Autor.
- Marcon, C., Luna, I., & Lisboa, M. (2004). O psicólogo nas instituições hospitalares: características e desafios. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 24(1), 28-35.
- Meadows, A. J. (1999). *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Meneghini, R. (1998). Avaliação da produção científica e Projeto SciELO. *Ciência da Informação*, 27(2), 219-220.
- Mueller, S. P. M. (1999). O círculo vicioso que prende os periódicos nacionais. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, zero, Artigo 04. Obtido em 11 de novembro de 2003, de <http://www.dgzero.org>

- Oliveira, K. L., Cantalice, L. M., Joly, M. C. R. A., & Santos, A. A. A. (2006). Produção científica de 10 anos da Revista de Psicologia Escolar e Educacional. *Revista de Psicologia Escolar e Educacional*, 10(2), 283-292.
- Packer, A. L., Biojone, M. R., Antonio, I., Takenaka, R. M., García, A. P., Silva, A. C., et al. (1998). SciELO: uma metodologia para publicação eletrônica. *Ciência da Informação*, 27(2), 109-121. Obtido em 30 de junho de 2005, de <http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/scielo.pdf>
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27.
- Portugal, F. T. (2009). ABP: um pouco de história. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 61(1), 194-195.
- Sabadini, A. A. Z. P., Sampaio, M. I. C., & Koller, S. H. (2009). *Publicar em Psicologia*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sampaio, M. I. C. (2001). *Ata da primeira reunião do Comitê Consultivo Nacional da Biblioteca Virtual em Saúde*. Obtido em 02 de setembro de 2004, de <http://www.bvs-psi.org.br/atas.htm>
- Sampaio, M. I. C. (2008). Citações a periódicos na produção científica de Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 28(3), 452-465.
- Sampaio, M. I. C., & Peixoto, M. L. (2000). Periódicos brasileiros de Psicologia indexados nas bases de dados LILACS e PsycInfo. *Boletim de Psicologia*, 50, 65-73.
- Sampaio, M. I. C., & Serradas, A. (2009). O Movimento de Acesso Aberto, os repositórios e as revistas científicas. In A. A. Z. P. Sabadini, M. I. C. Sampaio, & S. H. Koller (Orgs.), *Publicar em Psicologia* (pp. 77-89). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Santos, L. I. C., Amorim, K. M. O., & Yamamoto, O. H. (2009, outubro). Estudos sobre produção do conhecimento em Psicologia [Resumo]. In Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Org.), *XX Congresso de Iniciação Científica da UFRN. Anais* (p. 412). Natal: Autor.
- Soares, M. S. A. (Org.). (2002). *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (UNESCO).

- Souza Filho, M. L., Belo, R., & Gouveia, V. V. (2006). Testes psicológicos: análise da produção científica brasileira no período de 2000-2004. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 26, 478-489.
- Tonetto, A. M., Amazarray, M. R., Koller, S. H., & Gomes, W. B. (2008). Psicologia Organizacional e do Trabalho no Brasil: desenvolvimento científico contemporâneo. *Psicologia & Sociedade*, 20, 165-173.
- Vilan Filho, J. L., Souza, H. B., & Mueller, S. (2008). Artigos de periódicos científicos das áreas de informação no Brasil: evolução da produção e da autoria múltipla. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 13(2), 2-17.
- Witter, G. P. (2005). Pós-graduação em Psicologia na PUC-Campinas: dissertações e teses. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(4), 365-370.
- Witter, G. P. (2007). Importância das sociedades/associações científicas: desenvolvimento da ciência e formação do profissional-pesquisador. *Boletim de Psicologia*, 57(126), 1-14.
- Yamamoto, O. H. (1987). *A crise e as alternativas da Psicologia*. São Paulo: Edicon.
- Yamamoto, O. H., Souza, C. C., & Yamamoto, M. E. (1999). A produção científica na Psicologia: uma análise dos periódicos brasileiros de 1990-1997. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 12, 549-565.

CAPÍTULO 3

CARACTERIZAÇÃO DE DISSERTAÇÕES/ TESES QUE VERSAM SOBRE A PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL

Pablo de Sousa Seixas

Fellipe Coelho-Lima

Ana Ludmila Freire Costa

O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), que começa a se estruturar a partir da segunda metade dos anos 1960, tem, como uma de suas consequências, a mudança do locus da pesquisa para o interior das universidades e, mais especificamente, para a pós-graduação. Com a centralidade da pesquisa estabelecida pelo III Plano Nacional de Pós-Graduação, a produção de conhecimento passa a ser um aspecto chave tanto da avaliação dos Programas, quanto de sua própria estruturação interna.

O estudo acerca do tratamento de temas específicos no interior da pós-graduação, portanto, tem a potencialidade de fornecer informações acerca não somente da importância que esses temas adquirem para a comunidade científica da área, quanto indicações sobre o desenvolvimento do cuidado com o tema por parte dessa comunidade. É essa a motivação principal para abordar, neste capítulo, o tratamento dado aos estudos sobre a profissão de psicólogo pelos programas de pós-graduação da área da Psicologia.

O capítulo é iniciado por uma breve introdução à estruturação da pós-graduação no país, seguida de discussões a respeito desse sistema, especificamente na área de Psicologia, e apontamentos sobre a necessidade de constante avaliação da produção científica para auxiliar o aprimoramento da área. Esse resgate teórico serve de subsídio para as análises decorrentes da pesquisa realizada, expostas na sequência.

1 O SNPG e a Psicologia

1.1 Surgimento e desenvolvimento da pós-graduação no Brasil

A ideia de pós-graduação no Brasil começou a desenvolver-se durante a implantação das primeiras universidades brasileiras e por meio da construção do Estatuto das Universidades Brasileiras, tendo sido implementada, de forma incipiente, em meados da década de 1930.

Durante os 30 anos que se seguiram, a pós-graduação no Brasil foi objeto de debates e intervenções acadêmicas e políticas. Na década de 1940, por exemplo, foi utilizado legalmente o termo “pós-graduação”, e nas décadas de 1950 e início de 1960 foram firmados acordos internacionais de nossas universidades com instituições estrangeiras (seja de ensino seja de fomento a pesquisa) que permitiram criar diversos programas de pós-graduação, sobretudo no campo das engenharias (Santos, 2003).

Alguns acontecimentos levaram à criação de um modelo estruturado de pós-graduação no Brasil, a saber: a consolidação das universidades e a percepção da importância de uma política que pudesse capacitar os docentes, como a criação da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)¹; a permissão da formação continuada de profissões especialistas e,

1 A CAPES, quando criada em 1951, visava a capacitação de recursos humanos nacionais para acompanhar o desenvolvimento econômico-industrial pelo qual o Brasil passava no segundo governo de Getúlio Vargas.

principalmente, a urgência em produzir conhecimento científico. Tais aspectos dominaram os debates em cenário nacional, culminando, em 1965, com o parecer 977² do Conselho Federal de Educação.

Esse modelo foi, então, implementado e estruturado pela reforma universitária de 1968, marcando as políticas universitárias no país pela dependência e parceria subordinada. De acordo com Santos (2003), essa parceria foi feita, sobretudo, com os Estados Unidos para a implantação de programas de pós-graduação no país com a capacitação, por meio de intercâmbio de docentes das universidades brasileiras para as americanas.

Na década de 1970, a CAPES teve sua função consolidada e ampliada, passando do *status* de campanha para órgão governamental (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e tendo seu poder de ação maximizado. Se antes estava mais preocupada com a capacitação de pessoal, voltou-se depois para a produção de conhecimento científico e a difusão da ideia de desenvolvimento de uma ciência genuinamente brasileira, visando atender as demandas regionais e específicas de um país de terceiro mundo (CAPES, 2004; CAPES, n.d. a; Kuenzer & Moraes, 2005; MEC, 1975).

Durante esse processo, consolidou-se no país o modelo norte-americano de pós-graduação³, que posteriormente sofreu alguns reajustes. Alguns autores (Bianchetti, 2005; Santos, 2003; Schwartzman, 2006) apontam como principais alterações as avaliações incidentes sobre a titulação do discente, seguindo os padrões europeus de alta exigência, principalmente através do sistema *peer review* (a avaliação pelos próprios pares docentes), e da maior inflexibilidade no manejo do sistema de formação na pós-graduação, sem levar em conta as demandas regionais.

2 Esse documento elaborado pelo Conselho Federal de Educação, em resposta a solicitação do Ministério da Educação e Cultura, tem por objetivo definir a natureza e os objetivos da pós-graduação brasileira.

3 A pós-graduação americana tinha por característica a titulação em dois níveis independentes (mestrado e doutorado), os quais eram divididos em um período de aulas, quando o discente era instruído em uma dada área de concentração do conhecimento, e um segundo, no qual se executaria uma pesquisa a fim de obter a titulação.

A pós-graduação *stricto sensu* possui, hoje, uma dupla função construída nesse percurso histórico: **a)** formação de corpo docente, pesquisadores e profissionais qualificados para postos de trabalho de alto nível (Botomé & Kubo, 2002; Martins, 2000) e **b)** produção de conhecimentos científicos (Martins, 1991, citado por Ferraro, 2005). Considerações recentes a respeito do papel da pós-graduação atentam para o suporte que esta ofereceria à graduação, fornecendo pessoal e conhecimentos para suprir a formação básica de profissionais de nível superior (Yamamoto, 2006).

Tomando-se a criação da CAPES como marco fundamental na sistematização da pós-graduação no Brasil, percebe-se em mais de cinquenta anos de história um grande crescimento quantitativo (em termos de capacitação/titulação) e qualitativo (considerando a produção científica gerada) impulsionado, principalmente, pelo advento dos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG)⁴ e sistematização da avaliação dos programas de pós-graduação⁵, conforme destacado por Cury (2004).

O crescimento contínuo, organizado e estruturado do sistema vem alcançando índices significativos: em 1973 havia 3.500 mestres e 500 doutores no Brasil e em 2003 esse número saltou para 27.630 e 8.045, respectivamente. A quantidade de cursos recomendados (637, em 1976; 2.993, em 2004) e de alunos matriculados (de 37.195 em 1987 para 112.314 em 2003) seguiu a mesma tendência. Atesta-se a tendência de expansão do sistema nacional contrastando os 40% de doutores formados no estrangeiro na década de 1980 contra 20% na década de 1990. Marchelli (2005) compara o índice de titulação de doutores por mil habitantes do Brasil com diversos países – como EUA, Alemanha e Japão – e verifica a impressionante taxa de crescimento de aproximadamente 15% na última década, o maior entre os países comparados.

⁴ Criado em 1975, os PNPG são diretrizes gerais formuladas pela CAPES que estabelecem metas e objetivos voltados a nortear a ação no setor. Atualmente, estamos sob a regência do PNPG 2005-2010.

⁵ A avaliação dos programas de pós-graduação foi implantada pela CAPES em 1976, com o objetivo de identificar deficiências nas instituições a partir de critérios preestabelecidos, servindo esse diagnóstico como fundamento para a elaboração de políticas voltadas para a melhoria dos programas.

Olhando mais de perto a realidade nacional, pode-se encontrar assimetrias importantes para a compreensão da conformação do campo. É notório que em todo o processo histórico de consolidação da pós-graduação no Brasil ocorreu maciçamente uma concentração, em todos os períodos, dessa formação no Sudeste (CAPES, 2004; Cury, 2004). Mesmo com os avanços da Reforma Universitária que propôs a criação de universidades federais e programas de pós-graduação em todas as regiões do país, ainda é larga a diferença entre elas, havendo centralização não só em regiões específicas, mas também em algumas instituições de ensino superior, como a USP⁶.

1.2 A pós-graduação na área de Psicologia

A maior parte dos cursos pioneiros de pós-graduação pertencia às chamadas *hard sciences* (ciências exatas – engenharias e algumas ciências naturais). Diferentemente de alguns cursos das ciências humanas, em 1966 foi criado, na Psicologia, o primeiro programa de pós-graduação, no nível de mestrado no país, na PUC-RJ, na área da Psicologia Clínica⁷, e o primeiro curso de doutorado em 1974, na USP, nas áreas de Psicologia Experimental e Psicologia Escolar.

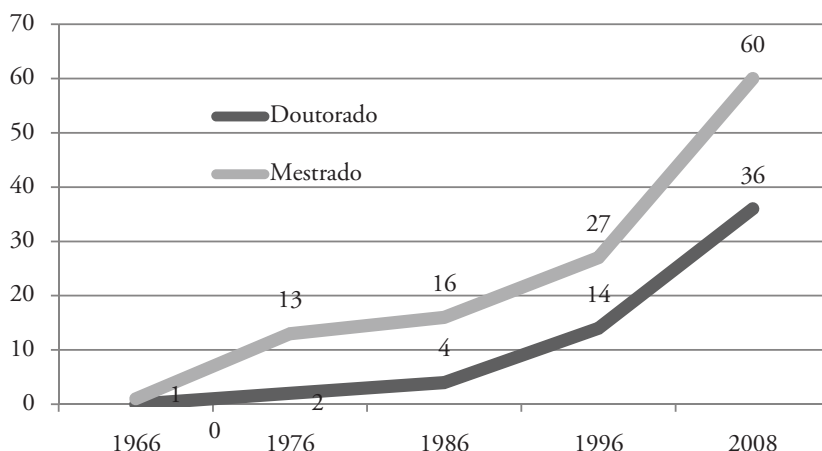
Foi em março de 1966 que o Departamento de Psicologia da PUC-Rio implantou o primeiro Curso de Mestrado em Psicologia do país, sob a Coordenação do Padre Antonius Benko. A primeira dissertação de mestrado na área da Psicologia no Brasil, intitulada “Homeostase psíquica e agradabilidade”, foi defendida no dia 20 de dezembro de 1968, por Leonel Correa Pinto, sob a orientação do professor Carlos Paes de Barros (Féres-Carneiro, 2007, p. 218).

6 Em 2000, 6 em cada 10 doutores eram formados no estado de São Paulo e apenas a USP foi responsável por 37% de todos os diplomas de doutorado expedidos no país.

7 Apesar de possuir o título de pioneira em pós-graduação em Psicologia no país, a PUC-RJ, em função de alguns conflitos internos e problemas na organização de seu programa, só inaugurou o doutorado no ano de 1985 (Féres-Carneiro, 2007) devido, principalmente, à dificuldade de estruturação de cursos de doutorado.

Desde então, houve uma expansão considerável dos programas de pós-graduação em Psicologia que, com alguns percalços, seguiu os rumos da já citada expansão das pós-graduações no país como um todo, como atesta a Figura 1.

Figura 1. Distribuição dos cursos de pós-graduação em Psicologia no país ao longo de quatro décadas. Fonte: Capes, n.d. a.



É notório o pareamento entre as expansões em cada década e a construção dos PNPG, contudo, deve-se ter no horizonte que estes últimos não podem ser tomados como elementos explicativos para o primeiro fenômeno.

Além disso, entre as ciências humanas (Grande área da CAPES na qual a Psicologia está inserida), a referida área ocupa hoje o segundo lugar em quantidade de programas de pós-graduação no Brasil, o que atesta sua posição de destaque em produção do conhecimento no país, tendo hoje um total de 64 cursos de pós-graduação *stricto sensu* credenciados pelo MEC, sendo 23 apenas no nível de mestrado, uma apenas no nível de doutorado e 40 contendo os níveis de mestrado e doutorado.

Para ressaltar ainda mais essa crescente ampliação dos programas de pós-graduação em Psicologia, a apresentação de alguns dados se faz necessária. Segundo levantamento realizado por Borges-Andrade e Menandro (2002), o total de docentes atuando na pós-graduação em Psicologia merece ser considerado: de

455, em 1996, para 586, em 2000, o equivalente a um aumento de 29%. Somem-se a isso os dados referentes à classe discente: o quadro de alunos de mestrado é acrescido a cada ano, em média 29%, e de doutorado, 27%. A evolução da quantidade de titulados é bastante reveladora dessa expansão: a taxa média de crescimento de titulados (no período compreendido entre 1996 e 2000) foi de 22% e no período de 1996 a 2000 formaram-se 2414 mestres e doutores.

1.3 Avaliação da produção científica como aprimoramento para a Psicologia

É fato, então, que a comunidade acadêmica de Psicologia encontra-se em expansão. Tal questão tem despertado, entre outras necessidades, para a avaliação desses programas e de toda a produção científica oriunda dos mesmos, visando, sobretudo, estabelecer um padrão de qualidade compatível com o seu papel de formação profissional e disseminação científica (Yamamoto & Menandro, 2004).

Na verdade, apesar de a avaliação dos programas de pós-graduação ser feita pela CAPES desde 1976, esta ganhou ainda maior consistência com a criação e utilização de uma base de dados (Qualis), a partir de 1998, que registra a classificação dos periódicos nos quais a produção dos docentes e discentes de cada programa é publicada. Segundo Paula (2002), o Qualis, ao qualificar os programas de pós-graduação pela sua produção científica, busca auxiliar na elaboração de estratégias de política científica, ainda hoje uma grande dificuldade que existe no Brasil.

É importante que se tenha clareza de que a obtenção de informações úteis em termos de sociologia da ciência no Brasil possibilita, entre outras ações, a criação de políticas de gestão científica e isso pode ser feito ao se conhecer a produção acadêmico-científica em um contexto amplo, por meio de índices bibliométricos⁸, por exemplo.

8 A bibliometria, por meio de modelos matemáticos, objetiva medir os processos de produção, disseminação e consumo de informações, gerando dados estatísticos para elaborar previsões e apoiar tomada de decisões. Assim, é possível observar o estado da ciência e da tecnologia através da literatura científica e subsidiar as políticas de fomento a pesquisas (Macias-Chapula, 1998).

Dessa forma, é preciso identificar um conjunto de aspectos, tais como: quem está produzindo a literatura científica, a distribuição geográfica e institucional dos pesquisadores, onde estão disponibilizadas as dissertações e teses, como se dá a dinâmica de circulação das informações e quais as temáticas dos trabalhos acadêmicos. Assim, a partir de uma massa crítica de dados, se torna possível conhecer a pós-graduação brasileira de Psicologia e tomar decisões fundamentadas e arbitradas.

Em um breve levantamento, percebe-se que há algumas iniciativas de estudos nesse sentido, desde pesquisas que objetivam a caracterização de determinados programas de pós-graduação em Psicologia (Carvalho, 1999; Carvalho 2001; Granja, 1995; Witter, 2005), até material que trata sobre avaliações desses programas da área (Borges-Andrade, 2001; Macedo & Menandro, 1998; Weber, 2003; Yamamoto & Menandro, 2004).

Além das possibilidades de reunir dados significativos sobre a configuração dos mestrados e doutorados de Psicologia, situam-se também as análises sobre a recorrência de um tema específico nas dissertações e teses (como por exemplo, em Carelli, 2002; Domingos, 1999; Noronha, Andrade & Miguel, 2006). Nesses casos, busca-se não só observar características do sistema de pós-graduação, mas principalmente como determinado assunto é abordado pelas produções acadêmicas, quem são os pesquisadores envolvidos, qual é a distribuição temporal e local dos trabalhos e as instituições e cursos que se envolvem com a temática em questão.

Dentre os assuntos abordados pelos pesquisadores no Brasil, encontra-se a “atuação profissional do psicólogo” em suas diferentes facetas. O tema tem sido alvo de diversos estudos ao longo dos anos, destacando-se as publicações do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que, com algumas exceções, figuram entre os escritos mais importantes sobre o assunto, se não em profundidade, em abrangência dos dados e alcance dos resultados (CFP, 1988; 1992; 1994; 2001). Os dados divulgados falam de um panorama geral da profissão, de aspectos ligados a condições de trabalho, avaliação da formação e sua prática profissional.

De forma esparsa, alguns desses temas foram abordados em outras pesquisas, por vezes com recortes mais diversos, seja por região, por subaspecto da atuação profissional, por público-alvo ou por alcance (como em Dimenstein, 1998; Yamamoto *et al*, 2003; Yamamoto & Cunha, 1998; Zanelli, 1995). No entanto,

não se tem ideia de qual seja a dimensão desse conjunto de pesquisadores, que aparentam não possuir identificação mútua, uma vez que o fenômeno possui inúmeras expressões, impedindo um sentido de unidade. Percebe-se que, mesmo com a importância e relevância dos estudos sobre a profissão, não há no Brasil um levantamento sobre a quantidade dos estudos, os temas que abordam, abrangência, métodos utilizados, nem qual a participação deles nas linhas de pesquisa (se é um tema acidental ou recorrente, por exemplo).

No caso, o presente capítulo visa apresentar a produção que se tem sobre a profissão de psicólogo no Brasil por meio de dissertações e teses. Assim, a análise do material oriundo dos programas de pós-graduação permite não só a promoção de dados a respeito do sistema que engloba mestrados e doutorados, mas também informa sobre a discussão que a academia tem feito em torno do tema.

2 A produção sobre a profissão nos programas de pós-graduação da área da Psicologia

Como ponto de partida para as análises a serem desenvolvidas neste capítulo, é importante especificar o conjunto de documentos aqui tratados. Foi obtido na coleta um total de 323 dissertações (correspondente a 79,6%) e 83 teses (que forma 20,4% do grupo).

Percebe-se, a partir desses dados, que há uma proporção aproximada de quatro dissertações para uma tese, quadro que encontra raízes no modo como ocorreu o processo de desenvolvimento da pós-graduação na América Latina, centrada majoritariamente nos programas de mestrado⁹.

9 Santos (2003) reflete a respeito dessa configuração, apontando que, por muito tempo, a criação de programas de doutorado nos países periféricos era impraticável, tendo em vista o quão dispendiosos tais programas eram (e ainda são). Desse modo, a produção na pós-graduação por um longo período foi atrelada exclusivamente ao mestrado, tendo estes um caráter mais rigoroso quanto ao processo de avaliação para a titulação, e visavam projetos de maiores proporções, na tentativa de suprir a deficiência de conhecimentos nesses países.

Tendo esse primeiro apontamento em vista, passa-se a uma análise mais acurada sobre a produção acadêmica a respeito da profissão de psicólogo no país.

O primeiro bloco de resultados traz dados sobre os locais onde se realizam tais trabalhos e nele são avaliados a natureza das IES, a área dos programas de pós-graduação e o financiamento dos trabalhos. O segundo conjunto de análises refere-se aos documentos propriamente ditos e discute a distribuição temporal e geográfica/institucional, a questão dos professores orientadores e a classificação das dissertações e teses quanto às áreas da Psicologia.

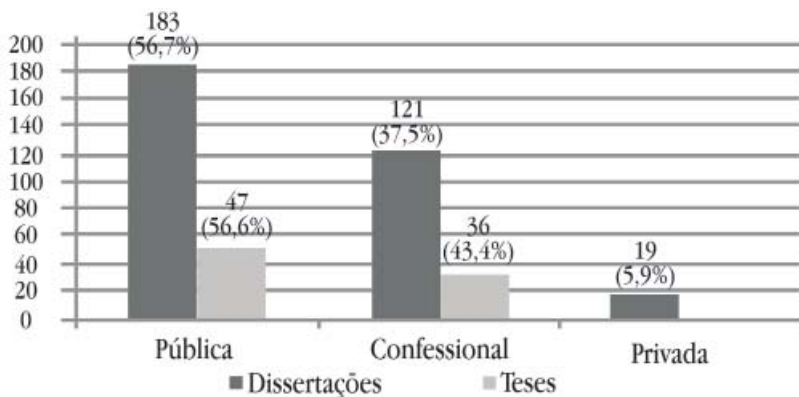
2.1 Contexto de produção das dissertações e teses

As instituições de ensino superior onde se produz dissertações e teses sobre o tema podem ser consideradas centrais no processo de produção desses trabalhos.

A Figura 2 introduz elementos que caracterizam a natureza dessas instituições, apontando uma alta participação das IES públicas (em sua maioria universidades federais e estaduais), que contribuem com pouco mais da metade dessas produções (56,7% em dissertações e 56,6%, em teses). Em seguida, as IES confessionais (em sua maioria representada pelas Pontifícias Universidades Católicas – PUCs) ficam responsáveis por 37,5% (para dissertações) e 43,4% (para teses), e as IES privadas somente participam da produção no âmbito das dissertações (5,9%).

Esses dados relacionam-se com o lugar das IES privadas dentro do sistema de ensino superior brasileiro: elas são as instituições que mais formam profissionais em cursos superiores, mas, em contrapartida, são as que menos investem em pesquisas e programas de pós-graduação *stricto sensu*, ficando tal atividade a cargo do poder público (Martins, 2000). Sendo assim, não se torna inédita a informação de que na temática referente à profissão há uma escassez de investimento da iniciativa privada nessa produção.

Figura 2. Quantidade de documentos pela natureza da IES.



Outro elemento importante que se inclui no processo de caracterização são os programas de pós-graduação (PPG)¹⁰ nos quais são produzidos, observando seu arranjo quanto a área de produção do conhecimento.

A partir da Figura 3, nota-se que mesmo a maioria das produções de dissertações (70,75%) e teses (78%) terem sido feitas dentro de PPG de Psicologia (seja tendo como área a Psicologia ou algumas de suas subáreas, como a Psicologia Escolar e da Educação), ainda encontramos uma participação considerável de PPG de outras áreas.

Analisando a fatia relacionada aos *programas de pós-graduação exteriores à Psicologia*, a área da Educação desponta como a que mais contribui para a produção tanto de dissertações (46) como de teses (9) sobre a profissão de psicólogo. As demais apresentam algumas produções esparsas, como é o caso da Saúde Pública/Coletiva, com 14 produções (11 dissertações e 3 teses), Administração (4 dissertações e nenhuma tese) e Educação Física (com os mesmo valores que última área).

10 Nos dados referentes aos Programas de Pós-Graduação aos quais as dissertações e teses estavam atreladas, são contabilizadas 318 dissertações (das 323 totais) e 82 teses (das 83 totais), tendo em vista não ter sido possível encontrar o vínculo com o PPG das demais.

Ainda é possível identificar diversos trabalhos (27 dissertações e 4 teses) que foram produzidos em programas das mais diversas áreas (todos esses PPG produzindo somente um desses materiais). Tal quadro corrobora com a afirmação de que a participação das outras áreas, excetuando-se a Educação, não é sistemática.

Figura 3. Área dos programas de pós-graduação.



Acrescentando outro dado que auxilia na caracterização dos programas de pós-graduação nos quais os trabalhos foram produzidos, atente-se para o financiamento¹¹ existente no processo de produção da dissertação e/ou tese¹².

A situação quanto à distribuição de bolsas é bastante otimista, tendo em vista que aproximadamente a metade dos autores das dissertações e mais da metade dos de teses possuíram financiamento.

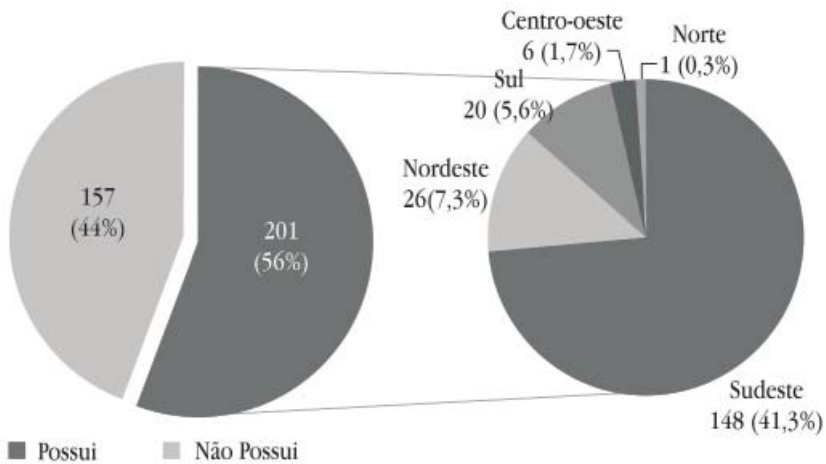
11 Cabe salientar que, no Brasil, a concessão de bolsas de mestrado ou doutorado é feita para os PPG prioritariamente, sendo raros os casos de concessão direta a um determinado discente. Sendo assim, é de responsabilidade destes realizarem a melhor administração/distribuição das bolsas seguindo orientações gerais dos órgãos fomentadores e de regras criadas no interior dos próprios programas.

12 Como financiamento, considerou-se a presença de bolsa de pesquisa diretamente para os mestrandos ou doutorandos.

Atentando para a distribuição regional exposta na mesma Figura 4, percebe-se uma correspondência na proporção dos dados desta com os demais referentes às distribuições regionais de trabalhos, de IES e de programas de pós-graduação. Sendo assim, o Sudeste detém quase 70% de todas as cotas de bolsas de mestrados concedidas e 90% das destinadas aos programas de doutorado.

Essa situação reflete, diretamente, a configuração nacional de distribuição de cotas de bolsas de pesquisa para programas de mestrado e doutorado, onde se encontra um abismo na quantidade de verbas para ambos os tipos de modalidades, se compararmos a região Sudeste com as demais (CAPES, n.d. b) (Figura 4).

Figura 4. Quantidade e distribuição regional de financiamentos de dissertações e teses.



Cabe acrescentar ainda que as principais financiadoras desses trabalhos são a CAPES (participando de 64% do número total de bolsas conferidas) e o CNPq (com 31%).

Ainda foi possível encontrar dissertações e teses (5%) que possuíam outras agências financiadoras: Fundação Porticus, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP); além do financiamento interno da própria

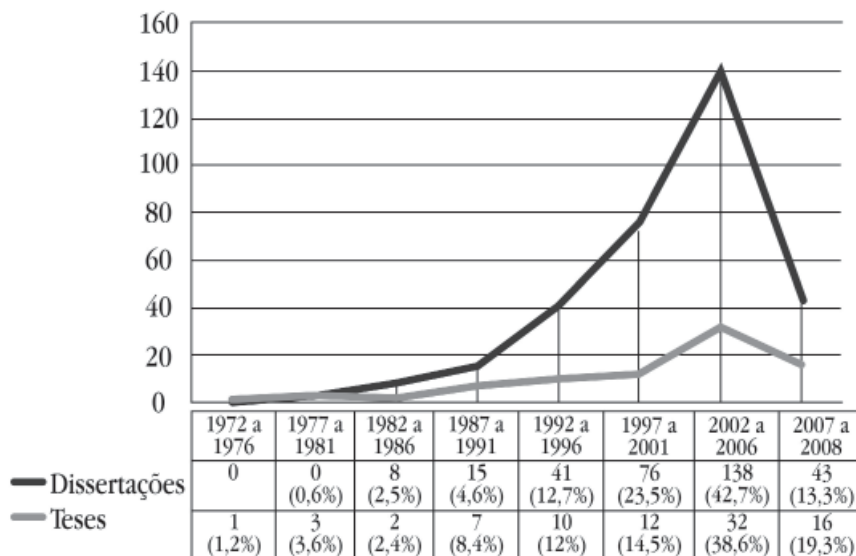
instituição, no caso da Universidade de São Paulo, da Universidade Metodista de São Paulo e da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

O percurso de caracterização até aqui traçado focou os âmbitos institucionais onde se produz dissertações e teses a respeito da profissão de psicólogo no Brasil. As análises a seguir abordarão algumas características desses documentos.

2.2 Análise das dissertações e teses sobre a profissão de psicólogo no Brasil

Inicialmente, será abordada a distribuição temporal das dissertações e teses coletadas na pesquisa (Figura 5):

Figura 5. Distribuição em faixas de cinco anos das dissertações e teses.



A Figura 5 expressa uma tendência, a partir do final da década de 1980, de crescimento na produção de dissertações e teses sobre o assunto referido, culminando em uma expressiva acumulação no início do século XXI, para ambos os tipos de produções (dissertações com 42,7% e teses com 38,6%). É importante

atentar para o fato de que esse crescimento expressivo nos últimos anos não é exclusivo da temática em questão, nem da própria Psicologia, mas da pós-graduação brasileira.

No início da década de 1990, a CAPES, principal órgão financiador da pós-graduação no país (ao lado do CNPq), voltou suas políticas de ação para a produção de conhecimento na pós-graduação, o que impulsionou tanto a quantidade de titulações por programas, como a própria quantidade de programas no país. Assim, a CAPES atesta um crescimento considerável nas últimas décadas tanto da quantidade de cursos de pós-graduação *stricto sensu* como de alunos titulados nos mesmos: houve um acréscimo de aproximadamente cinco vezes no número de mestres titulados em 2003, em comparação com 1990, e um acréscimo superior a seis vezes para a titulação de doutores; além de ter sido duplicada a quantidade de cursos de mestrado e doutorado entre 1990 e 2004 (CAPES, 2004).

Comparando esses dados com o Relatório produzido pela CAPES, no ano de 2001, referente à quantidade de titulações na área de Psicologia, dentro do período de 1996 a 2000¹³, podemos perceber que há uma certa contiguidade no crescimento total dentro desse período do Relatório: enquanto na área de Psicologia cresceu, em média, 64% na produção de mestrados e 69% em teses, para a produção específica a respeito da profissão, notamos um crescimento de 63% e de 65% respectivamente, dentro do período.

Esse alinhamento nos índices de crescimento pode ser reflexo de uma preocupação por parte da academia – e daqueles que compõem o processo produtivo de conhecimento dentro dos programas de pós-graduação – quanto à profissão de psicólogo no país, haja vista que o crescimento da produção de dissertações e teses a respeito do tema acompanha a produção dentro da área de Psicologia como um todo, não estando focalizada em somente um período, mas apresentando uma paridade no crescimento ao longo do período em questão.

13 Nesse momento, são contabilizadas somente as produções realizadas dentro de programas de pós-graduação em Psicologia.

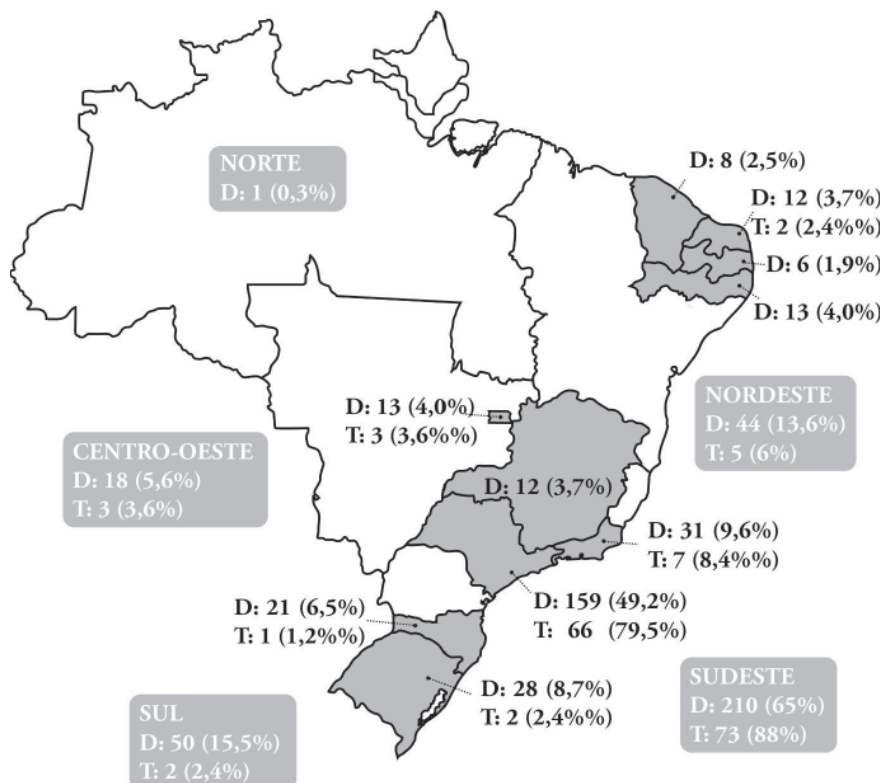
Outro ponto de análise importante refere-se à proporção entre a quantidade de dissertações e a de teses. Resgatando dados já expostos no começo dessa seção, a relação é de quatro dissertações para cada tese, havendo predominância desse quadro ao longo dos tempos. Velloso (2004) constata que as áreas de formação denominadas profissionais (incluindo nessa categoria a Psicologia) possuem menor índice de continuidade na carreira acadêmica, ou seja, os discentes formam-se mestres, mas não continuam sua formação ou atuação dentro do campo da pesquisa e/ou docência.

Um dos possíveis caminhos de análise para essa situação refere-se ao fato de que estes provêm do mercado exterior à academia, buscando na obtenção de um grau de formação mais elevado a possibilidade de angariar melhores postos de trabalhos. Desse modo os egressos desses cursos de pós-graduação não dão continuidade à carreira acadêmica já que, desde o princípio, a sua intenção não fora essa. Por sua vez, estando os discentes preocupados com o mercado de trabalho, mais facilmente buscam discussões que se alinhem com seus campos de atuação, o que poderia incitar trabalhos voltados para a questão da profissão de psicólogo.

Outro ponto importante de discussão a partir da Figura 5 é o *boom* de produções (tanto de dissertações como de teses) no período de 2002 a 2006, com vistas à continuidade no período seguinte. Vale salientar que este crescimento é pareado com a pós-graduação como um todo: no documento referente ao PNPG 2005-2010, a CAPES aponta para um desenvolvimento considerável nas últimas décadas tanto da quantidade de cursos de pós-graduação *stricto sensu* como de alunos titulados nos mesmos com uma taxa de crescimento entre 1990 e 2003 de 12,9% ao ano para o mestrado e 15,1% para doutorado.

Partindo para a distribuição geográfica da produção, pode-se notar como está estruturada a produção a respeito do tema no país.

Figura 6. Distribuição da produção por região e estados com maior índice de produção.



Fica explícita na Figura 6 a hegemonia da região Sudeste sobre as demais, chegando a aproximadamente 50% de diferença entre esta região e a segunda colocada (a região Sul) na produção de dissertações, e de 80% com relação às teses, em comparação com a região Nordeste (segunda na produção desse último tipo de documento).

Analisando mais detalhadamente a referida figura, com relação às dissertações percebe-se que as regiões Nordeste e Sul apresentam certa igualdade, enquanto as regiões Centro-Oeste e Norte apresentam um menor volume de produção sobre o tema. Essa situação segue a mesma configuração do cenário

nacional, na qual a região Sudeste apresenta maior concentração de cursos de mestrado no país, seguida da região Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte (CAPES, 2004).

Já com relação às teses, a produção é ainda mais centralizada, já que a região Sudeste produziu 73 teses, enquanto as demais regiões variam entre duas e cinco produções. Em ambas as seções, o Norte apresenta uma participação mínima no grupo de documentos coletados, fenômeno este compreendido pelo fato de a região não possuir nem tradição, nem infraestrutura (instituições de ensino superior e programas de pós-graduação) para pesquisa de um modo geral (CAPES, n.d. b).

Ainda tendo como foco a Figura 6, que nos revela os dez estados que mais produzem dissertações e teses no tema, notamos que São Paulo constitui-se como grande polo produtor de dissertações e teses sobre essa temática em âmbito nacional, sendo responsável por, aproximadamente, 50% e 80% de todos os trabalhos, respectivamente. Esse dado ganha mais força quando comparado com a situação do Rio de Janeiro, estado que segue em segundo lugar no *ranking* das produções: este participa com 9,6% da produção de dissertações e 8,4% das teses. Assim, a diferença entre o primeiro estado (São Paulo) e o segundo (Rio de Janeiro) é de quase 40% para a produção de dissertações e de 71,1% para teses.

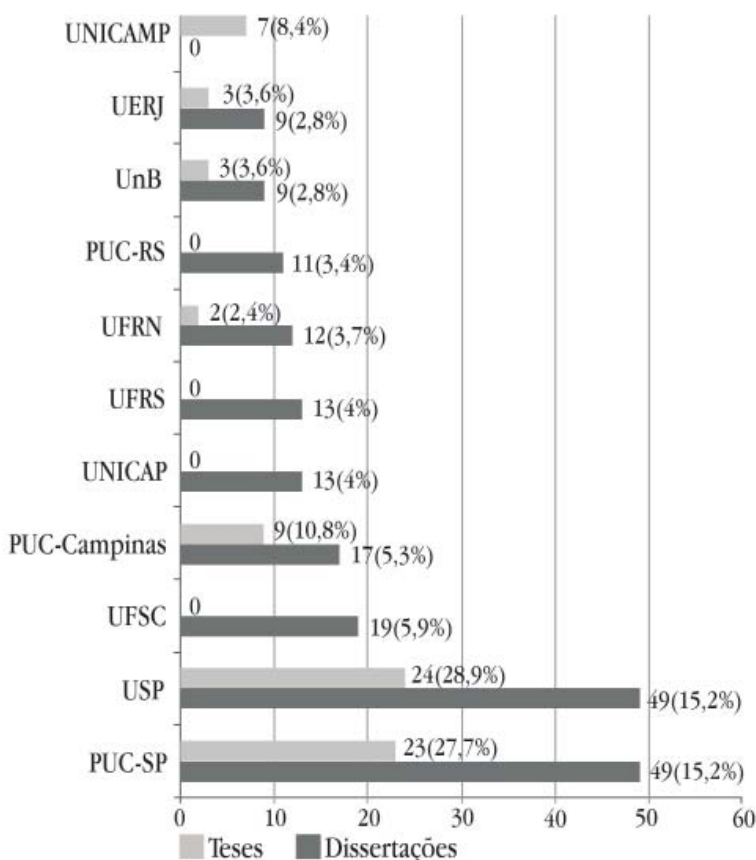
Com isso, destaca-se que não se pode atribuir a concentração da produção acadêmica relacionada a esse tema à região Sudeste como um todo, mas sim ao estado de São Paulo especificamente, pois tanto Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais não apresentam índices tão diferenciados dos demais estados das outras regiões. Excetuando-se São Paulo e Rio de Janeiro, percebe-se uma diminuição gradativa e linear na produção, ao passo em que se observa os demais estados que produziram sobre o tema. Ou seja, até então, não se pode concluir que há concentração específica por região, mas sim por estado da federação.

Em uma análise ainda mais acurada, percebe-se que a concentração em um nível mais amplo (como regional ou estadual) é perpassada por elementos mais específicos, na medida em que se observa a produção segundo os níveis institucionais. Pode-se atentar, com os dados da Figura 7, que são determinadas

IES as responsáveis por quase toda a produção de cada estado da federação, sendo tamanho o volume de sua produção que repercute nos índices regionais de produção.

Desse modo, identifica-se a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo (USP) como os dois polos nacionais de produção no tema. Estas, tanto são grandes centros de produção em sua região – ambas com aproximadamente 23% da produção do Sudeste em dissertações, e, para teses, 31,5% e 32,9%, respectivamente – como em dimensão nacional: somadas são responsáveis por 30,4% da produção de dissertações no tema e mais da metade das produções de teses, com 57,6%.

Figura 7. Ranking das Instituições de Ensino Superior em quantidade de trabalhos acadêmicos sobre a profissão de psicólogo no Brasil.



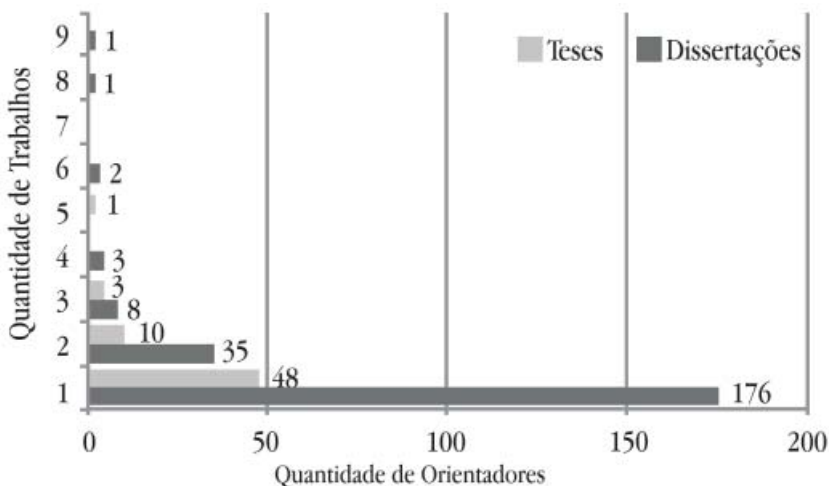
Esse dado pode ser compreendido levando em conta o tempo de atividade de pesquisa nessas universidades, bem como a sua infraestrutura física, econômica e de corpo docente. Ambas as instituições são referências nacionais em pesquisa e pós-graduação de modo geral, ou seja, o desempenho dessas instituições não é específico da produção a respeito dessa temática, mas, em si, são grandes centros de pesquisa. Assim, ao se comparar a quantidade de produção por região, estado ou instituição se está muito mais confrontando um quadro geral de robustez em pesquisa na maioria das áreas, do que um reflexo da excelência em um tema específico, como seria no caso da profissão de psicólogo¹⁴.

Ademais, observando especificamente o histórico da pós-graduação no país, percebe-se que as instituições que mais produziram a respeito do tema são as pioneiras na implantação de programas de pós-graduação em Psicologia. O primeiro mestrado em Psicologia foi o da PUC-Rio, criado em 1966, seguido da USP (criando dois programas simultaneamente), em 1970, e somente em 1972 houve a criação dos programas de mestrado na PUC-SP, PUC-RS e PUC-Campinas. Ou seja, infere-se que muita dessa produção a respeito da profissão esteja vinculada à antiguidade dos programas, haja vista que possuem um histórico antigo e grande volume de materiais produzidos.

Contudo, é imprescindível ressaltar que, além da antiguidade dos programas de pós-graduação, existem outros elementos que devem ser considerados na compreensão dessa produção. Entre estes, destaca-se a questão dos orientadores dos trabalhos analisados, cujo papel na delimitação da pesquisa, escolha metodológica, condução da investigação científica e definição do tema estudado, dentre outros momentos do processo de produção da dissertação ou tese.

14 A respeito disso, Schwartzman (2006) afirma que a USP, historicamente, é identificada como um centro acadêmico de excelência, principalmente em relação às atividades de pesquisa e de pós-graduação, tendo sido a primeira Instituição de Ensino Superior a implantar tais atividades.

Figura 8. Distribuição da quantidade de trabalhos por orientador.



De acordo com a Figura 8, existem 226 orientadores de mestrado a respeito da profissão de psicólogo para 323 dissertações e 62 orientadores para 83 teses, números que fornecem uma média de 1,4% trabalhos por cada orientador, seja para dissertações ou teses (como poderá ser visto mais a frente, existem exceções para essa média). Cabe ressaltar que 34 desses orientadores realizaram tal atividade tanto para dissertação como para teses, desse modo, ao total, contabilizam-se 254 orientadores.

Com isso, o que se percebe de maneira mais acentuada, é a dispersão das dissertações e teses entre os orientadores. A grande maioria dos orientadores (por volta de 78%) possui apenas um trabalho orientado na área, o que demonstra que, no geral, a produção é acidental entre esses pesquisadores.

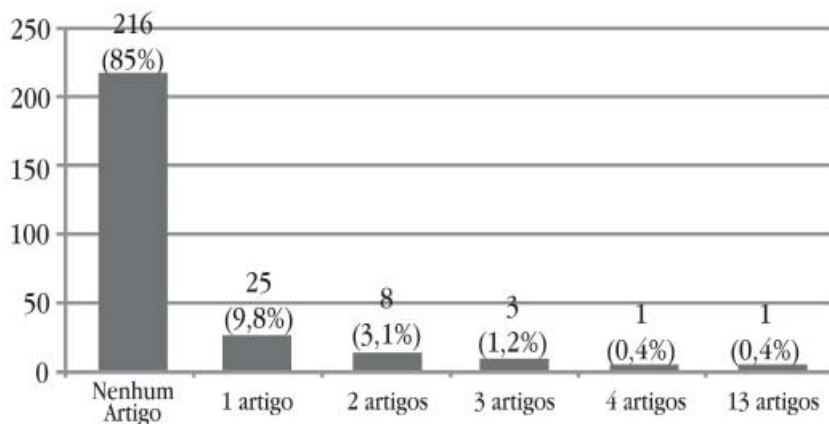
Esse delineamento da distribuição pode apontar para a consideração da relevância dos trabalhos a respeito da profissão na carreira acadêmica dos pesquisadores: a maioria deles não se detém de maneira específica e sistemática sobre o tema, refletindo isso na quantidade de orientações de trabalhos que versam sobre a profissão.

Por outro lado, a mesma figura aponta para a existência de alguns pesquisadores que se destacam da maioria por possuírem mais de uma orientação na área. Se somada a quantidade de orientação daqueles que a realizaram mais

de uma vez, tem-se que estes são responsáveis por aproximadamente 40% da produção de ambos os tipos de materiais. Assim sendo, cabe uma análise a parte destes a fim de compreender melhor como ocorre o processo de produção das dissertações e teses a respeito da profissão de psicólogo no Brasil.

É interessante notar que, por um lado, esses orientadores corroboram fortemente com a produção das instituições das quais participam, mantendo-as colocadas entre as primeiras do ranking – como é o caso das primeiras posições: a USP possui três dos quinze orientadores que mais orientam dissertações e um dos quatro que mais orientam teses sobre a profissão de psicólogo, e a PUC-SP quatro e três orientadores das categorias referidas, respectivamente. Por outro, os docentes/pesquisadores, individualmente, conduzem orientações sobre o tema independente da instituição a qual são vinculados: cinco, dos quinze que mais orientaram, realizaram essa atividade em mais de uma instituição diferente, e dois o fizeram em IES que não despontam entre as dez universidades que mais produziram.

Figura 9. Quantidade de artigos sobre a profissão por orientador.



Ao se atentar para a produção de artigos¹⁵ desses orientadores a respeito da profissão de psicólogo no Brasil, como demonstrado na Figura 9, identifica-se

15 Para maiores informações sobre a publicação de artigos que abordam a temática da profissão de psicólogo no Brasil, conferir o capítulo 2 deste livro.

que não se dedicam a publicação nesse tema, já que 85% destes não possuem nenhum artigo sobre o assunto e apenas 18,1% publicaram até quatro artigos no tema. Há a exceção de um orientador/pesquisador que possui 13 artigos.

Esses dados podem apontar para falta de sistematização da discussão a respeito da profissão de psicólogo no país, na medida em que os orientadores de mestrado e doutorado do tema não possuem uma dedicação, *a priori*, específica sobre o tema. O seu tratamento, dentro do meio acadêmico, pode ocorrer de maneira tangencial a outros debates, não sendo o foco principal das pesquisas realizadas.

Investigando mais detalhadamente o conjunto dos orientadores, detém-se agora sobre os quatro mais produtivos, para análise de seus currículos acadêmicos¹⁶. A Tabela 1 expõe essas informações.

Tabela 1

Os oito orientadores mais produtivos a respeito da profissão de psicólogo

	N de trabalhos orientados no tema	N de trabalhos orientados no geral	% de trabalhos sobre a profissão em comparação às demais orientações do pesquisador
<i>Dissertações</i>			
Orientador A	9	41	22
Orientador B	8	49	16,3
Orientador C	6	19	31,6
Orientador D	6	13	46,15
<i>Teses</i>			
Orientador E	5	31	16,1
Orientador F	3	41	7,3
Orientador G	3	82	3,6
Orientador H	3	22	13,6

¹⁶ Essa consulta foi realizada no Currículo Lattes dos pesquisadores, presente na Plataforma Lattes, construída pelo CNPq, acessível no endereço <http://lattes.cnpq.br>. Embora as informações a respeito do nome dos pesquisadores/orientadores sejam públicas, optou-se, para efeito da análise, omiti-los.

Os dados acima revelam que, no histórico de orientações realizadas, aquelas destinadas aos trabalhos na temática da profissão encontram pouca expressão, tendo em vista que a média do índice de representatividade nas orientações dos quatro pesquisadores é de 29% e somente um dos quatro apresentou índice de representatividade superior a 40%. No caso das teses, a situação é ainda mais drástica, sendo a média de representatividade de 10,15%, chegando ao limite máximo de 16,1%. Isso reflete que, mesmo dentre os pesquisadores que mais orientam trabalhos na temática, elas não ocupam lugar central no desenvolvimento dessa atividade.

Adensando a análise, verificam-se os projetos de pesquisas, já desenvolvidos e em curso, por estes pesquisadores.

Tabela 2

Temática dos projetos de pesquisas dos orientadores mais produtivos no tema

Nome do pesquisador	Temática dos projetos de pesquisa
Orientador A	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas psicológicas clínicas em instituições • Aprendizagem significativa e práticas psicológicas
Orientador B	<ul style="list-style-type: none"> • A conscientização, quanto ao contexto de vida, do público atendido pelos psicólogos • Novo modelo de intervenção comunitária • Bases para prevenção primária (adaptação de instrumentos de avaliação) no contexto escola
Orientador C	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio psicológico para agentes de segurança diante do estresse • O trabalho dos psicólogos em projetos vinculados a programas de responsabilidade social • Papel do psicólogo como mediador de conflitos nas organizações • Aconselhamento psicológico e outras práticas psicológicas voltada para soropositivos • Os motivos que mantém as mulheres em situação de violência doméstica e estratégias utilizadas por elas para sair dessa situação

Orientador C	<ul style="list-style-type: none"> • Ação do psicólogo clínico em diferentes contextos institucionais e situacionais • Ação do psicólogo clínico em avaliação psicológica • Ação do psicólogo clínico junto ao núcleo de medidas sócio-educativas • Prática Psicológica em Instituição
Orientador D	<ul style="list-style-type: none"> • Inserção profissional do psicólogo brasileiro no setor do bem-estar social • Historiografia da produção sobre a profissão de psicólogo no Brasil • A produção acadêmica na pós-graduação em Psicologia no Brasil • Psicologia e compromisso social • Políticas públicas e a prática social do psicólogo (dividida em duas fases)
Orientador E	<ul style="list-style-type: none"> • História da Psicologia Social no Brasil • Dicionário de instituições que possuíram projetos e serviços de Psicologia no Brasil • O papel da SBP e Anpepp para disseminação da pesquisa em Psicologia no país • História da Análise do Comportamento no Brasil
Orientador F	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de inclusão e exclusão e a afetividade das pessoas envolvidas • As emoções nas culturas indígenas
Orientador G	(não possui essa informação disponível no Currículo Lattes)
Orientador H	<ul style="list-style-type: none"> • As emoções na sociedade Xavante

De maneira geral, de acordo com a Tabela 2, pode-se apreender que as temáticas são as mais diversas possíveis e não são orientadas diretamente para o trato com a profissão de psicólogo como um todo. Em muitos casos (como o Orientador A, Orientador B e Orientador C) é possível inferir que o desenvolvimento das dissertações a respeito da profissão de psicólogo ocorreu

como uma temática transversal aos projetos mais amplos. Estes possuíam, por sua vez, o foco na discussão a respeito do desenvolvimento de novas práticas em uma dada área da Psicologia, o que abre espaço para a discussão da profissão, mas que, de partida, não prioriza esse debate.

Nota-se também na tabela que outros projetos de pesquisadores, como Orientador F, Orientador G e Orientador H, em suas descrições sumárias, não indicam a presença de discussões referentes à profissão de psicólogo.

Como exceção a esse quadro, identificamos um pesquisador, Orientador D, que deixa explícito em mais de um de seus projetos a discussão direta a respeito da profissão do psicólogo, seja quanto a inserção do mesmo em novos locais de trabalho, seja com relação à historiografia da produção a respeito desse tema.

Os dados e discussões levantados até aqui a respeito dos orientadores abrem caminho a algumas inferências a respeito da estrutura da produtividade, na pós-graduação, a respeito do ofício de psicólogo no Brasil. Primeiramente, nota-se que está dispersa nas mãos de muitos orientadores, os quais desenvolvem atividade nessa temática, costumeiramente, uma ou duas vezes. Contudo, quando se orienta três ou mais vezes, percebe-se que o fenômeno está relacionado muito mais com a grande quantidade de orientações no geral realizada pelo pesquisador, do que por uma preocupação mais explícita com o tema. Dados como a ausência de produção dos orientadores a respeito da profissão no formato de artigo, a análise dos projetos de pesquisa dos quatro maiores orientadores de mestrado e doutorado no tema, bem como a relação entre as orientações de trabalhos sobre a profissão e as orientações gerais realizadas, demonstram que a temática vem sendo tratada, ao longo dos anos dentro da pós-graduação, de maneira secundária, transversal e fragmentada.

Prosseguindo na análise quanto às características dos documentos, examinam-se as áreas da Psicologia a que essas dissertações e teses fazem referência:

Tabela 3*Distribuição de documentos por área da Psicologia*

Subáreas da Psicologia	Dissertações		Teses	
	N	%	N	%
Psicologia Escolar/Educacional	74	22,9%	14	16,9%
Psicologia Clínica	59	18,3%	11	13,3%
Psicologia da Saúde	50	15,5%	8	9,6%
Geral	26	8%	14	16,9%
História da Psicologia	26	8%	14	16,9%
Psicologia Organizacional e do Trabalho	26	8%	2	2,4%
Psicologia Jurídica	22	6,8%	1	1,2%
Psicologia Hospitalar	18	5,6%	5	6%
Psicologia Social	16	5%	10	12%
Docência	5	1,5%	1	1,2%
Psicologia do Trânsito	1	0,3%	-	-
Psicologia do Esporte	-	-	3	3,6%

Na Tabela 3, identifica-se a área da Psicologia Escolar/Educacional como a que possuiu mais trabalhos direcionados à temática (22,9% das dissertações e 16,9% das teses). As demais áreas variam neste *ranking*, quando comparadas as produções de mestrado com as de doutorado. Há uma relativa mudança concernente às teses, não estando presente a mesma disparidade de produção entre as áreas, já que estão igualadas as quantidades de trabalhos na área de Psicologia Escolar/Educacional, Geral e História da Psicologia.

É interessante atentar para o fato de que mesmo não havendo nenhuma dissertação na área de Psicologia do Esporte foram coletadas três teses na referida área, assim como foi encontrada uma dissertação a respeito da profissão de Psicologia do Trânsito, mas nenhuma tese.

Em relação à predominância da Psicologia Escolar/Educacional, existem alguns aspectos a serem considerados. Primeiro, no âmbito da estruturação da pós-graduação, tem-se que um dos primeiros programas de mestrado e doutorado em Psicologia no país, criado pela USP na década de 1970, priorizava os estudos nesta área em articulação com o tema do Desenvolvimento Humano; esse fato pode auxiliar na compreensão tanto do volume de produção na área, como também a distribuição temporal que possui.

Acrescentando outro aspecto para esta análise, é importante considerar o desenvolvimento desta subárea da Psicologia, no que concerne à sistematização e consolidação dos debates. Maluf (2003) aponta que há um histórico de grande incidência de trabalhos – tanto no âmbito das dissertações e teses, como em artigos e livros – no campo da Psicologia Escolar que remontam à década de 1980, em que eram encontradas produções que se preocupavam em debater (e reformular) a profissão, haja vista o questionamento vigente a respeito dos pressupostos e posturas sobre a qual a ação desses profissionais estava alicerçada. É notório que um dos motivadores da produção voltada ao debate da profissão – mais específica para a Psicologia Escolar – era o reconhecimento da realidade brasileira de desigualdades, o que demandava reflexões sobre considerações realizadas na época a respeito dos fenômenos atinentes ao contexto educacional, como por exemplo, o “fracasso escolar” (Witter, Witter, Yukimitsu & Gonçalves, 1992).

Assim sendo, a assunção de uma nova visão de mundo e de homem que propõe a reformulação tanto da ciência psicológica voltada para a área, como a atuação dos próprios profissionais, contribui diretamente para o grande volume de produções sobre a profissão de psicólogo escolar/educacional.

A maior sistematização a respeito da profissão nesta subárea da Psicologia é reiterada quando se considera a distribuição histórica das produções. É a única das onze subáreas a apresentar uma recorrência sistemática de produção sobre a

profissão de psicólogo, movimento iniciado em 1980, intensificando-se a partir de 1992 (saltando de 5 dissertações no final da última década, para 15 no período compreendido entre 1992 e 1996) e mantendo o mesmo nível até o século XXI (20 dissertações no período de 2002 a 2006, e 17 somente entre 2007 e 2008). Essa configuração não se repete em mais nenhuma outra área, nem no caso da Psicologia Clínica, segunda no *ranking* de dissertações e terceira no de teses, que possui seu volume de documentos inflacionados exatamente no período de 2002-2006 – neste, a área possui concentradas 51% (30 trabalhos) de sua produção de dissertações.

Na distribuição de teses, percebe-se uma situação parecida: o processo de produção a respeito da profissão na Psicologia Escolar/Educacional firma-se como constantemente crescente, e as demais áreas, por seu turno, concentram a produção demasiadamente no período de 2002-2006. Enquanto a subárea citada apresenta duas teses no período entre 1992-1996, cinco entre 1997-2001, quatro em 2002-2006 e, mais recentemente, no intervalo de 2007 a 2008 duas teses; a Psicologia Clínica (apenas para seguir o mesmo argumento anterior) concentra sua produção, quase por inteira, nos dois últimos intervalos descritos – três teses entre 2002-2006 e cinco entre 2007-2008.

O elevado índice de produções no campo da Psicologia Clínica pode ser corroborado pelo fato de ser essa uma área que vem sendo tida como destino historicamente preferencial de muitos profissionais (Bastos & Gondim, 2010; CFP, 1988; 1992; 1994). Ou seja, é uma área que atrai/atraiu maciçamente os psicólogos, tanto na dimensão profissional, como acadêmica. Além disso, outras pesquisas, como a realizada pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (citada por Castro, 1999), apontam um crescimento considerável nas produções específicas da área. Em trabalho de cunho ensaístico, Castro (1999) advoga sobre a necessidade da continuidade desse tipo de trabalho para o desenvolvimento de novas práticas e reformulação de ações já consagradas. Ou seja, percebe-se que no campo da Psicologia Clínica há um grande volume de produções em diversas temáticas, estando a profissão do psicólogo nesse meio, seguindo a tendência geral.

A produção sobre a profissão no campo da Psicologia da Saúde também é um fenômeno que merece considerações. É notória a influência da mudança no modelo de assistência à saúde ocorrida ao longo dos anos na academia, insuflando debates a respeito da atuação do psicólogo nesses (novos) espaços. Tal consideração alinha-se com o que foi detectado nesta pesquisa: o surgimento da primeira dissertação da Psicologia da Saúde voltada à profissão ocorre no mesmo período em que se cria o “Programa de Reorientação Psiquiátrica Previdencial”, em 1982. Note-se que é advindo desse programa de reorientação – que visava à reestruturação do modo como se concebia a assistência psiquiátrica no país – a ampliação das ações possíveis do psicólogo, bem como o que se demandava desses.

Acrescente-se, ainda, que, no final da década de 1980, houve a criação do Sistema Único de Saúde, que aderiu aos novos preceitos da concepção de saúde e das práticas realizadas até então, demandando dos profissionais da área uma reconsideração sobre suas posturas e ações, incluindo nesse rol o próprio psicólogo. Além disso, com a criação do novo sistema, houve a ampliação progressiva de postos de trabalhos no campo da saúde, sendo o profissional de Psicologia um daqueles que mais fora requisitado nesse ínterim (Dimenstein, 1998). Assim, mesmo no final da década de 1990, admite-se que não havia ainda trabalhos que discutissem e propusessem novas formas de atuação do psicólogo da saúde nesse novo campo, havendo um crescimento no número desses trabalhos mais fortemente, a partir dessa época.

Vale acrescentar, ainda, a aparição de uma quantidade relativa de produções dentro da Psicologia Jurídica, área relativamente recente dentro dos espaços e campos de atuação profissional do psicólogo, tendo sua maior inserção na realidade brasileira a partir da década de 1990 (Altoé, 2001). Apesar disso, já desponta com 22 dissertações e uma tese, estando à frente de áreas como Hospitalar e Social (quanto ao número de dissertações), que há algum tempo possuem representatividade dentro das atuações do psicólogo. Tal emergência da Psicologia Jurídica na produção de dissertações e teses a respeito da sua profissão pode ser reflexo de um movimento de discussão em busca de estruturação e construções de rumos para a profissão nessa área.

Ainda cabe comentário a respeito do volume de teses produzidas pela área de História da Psicologia e aquelas classificadas como Geral¹⁷.

Com relação às primeiras, é interessante ressaltar que se concentram principalmente no interregno de 2002-2006, fato que pode se alinhar com a própria recenticidade da regulamentação da profissão de psicólogo em solo brasileiro, datada de 1962. Anterior a esse período é possível encontrar uma forte inserção da ciência psicológica no país, bem como de algumas ações voltadas à aplicação da mesma (Pereira e Pereira Neto, 2003; Pessotti, 1988). Contudo, até meados da década de 1970, a profissão ainda está em sua fase inicial de desenvolvimento, com a criação dos primeiros cursos de graduação acadêmica e de institutos que formavam especialistas na área. É a partir desse período, denominado por Pereira e Pereira Neto (2003) como *profissional*, que podemos falar de uma profissão estruturada, com espaço e poder de atuação.

Por outro lado, a grande quantidade de teses na subárea é influenciada pelo entendimento do quesito histórico como fundamental para a compreensão dos fenômenos. Ou seja, é possível que, como reflexo desse pressuposto, haja maior desenvolvimento de pesquisas mais densas (tendo em vista que se trata de teses) visando compreender a profissão pela via histórica.

Já com relação aos trabalhos de doutorado que não focalizaram em nenhuma subárea específica, é possível inferirmos que a sua alta incidência ocorra devido ao formato do trabalho de obtenção de grau. Segundo Lubisco, Vieira e Santana (2008), as teses são materiais que, em comparação às dissertações, comportam análises mais profundas. Sendo assim, haveria um espaço flexível para discussões mais abrangentes e elaboradas, o que poderia ser realizado através de pesquisas voltadas à profissão como um todo.

Também é possível deduzir que a alta quantidade de teses pode ser o retrato de uma preocupação, mesmo que incipiente, em discutir a profissão do psicólogo pautada em uma visão mais integrada da classe profissional, sem realizar distinções de suas subáreas.

17 Foram considerados nesta categoria os materiais que não se detiveram em uma análise específica por área, mas se dispuseram a tratar a Psicologia/psicólogo como um todo.

Por fim, com relação à Psicologia do Esporte e à Psicologia do Trânsito, não é de todo surpreendente a baixa produção identificada, tendo em vista que são campos eminentemente novos na realidade brasileira, podendo haver uma dificuldade de existência tanto de linhas e projetos de pesquisas voltadas especificamente para o tema, como, muito mais, de orientadores aptos à tarefa. Fato que corrobora essa afirmação são as três teses da área de Psicologia do Esporte terem sido desenvolvidas em programas de pós-graduação de Educação Física.

3 Considerações finais

Descrever e avaliar a produção acadêmica não é novidade no cenário da Psicologia. Sabe-se que ao conhecer a dinâmica de produção e disseminação de teses e dissertações, é possível encontrar subsídios para análise do desenvolvimento de um determinado contexto. No caso em tela, em que se buscou trabalhos referentes à atuação profissional de psicólogos no Brasil, a pesquisa permitiu identificar de que forma os programas de pós-graduação, representados por seu corpo docente e discente, tem empreendido discussões a respeito da profissão.

Uma grande parte dos achados desta pesquisa não surpreendeu, corroborando dados coletados anteriormente, seja na área específica de Psicologia, seja na ciência brasileira como um todo.

A relação desproporcional entre o número de dissertações e teses (com predominância das primeiras), a alta participação das instituições públicas de ensino superior, o crescimento concentrado nos últimos anos e a centralização geográfica e institucional (não só dos trabalhos, mas também dos financiamentos) não são resultados exclusivos da temática em questão ou, sequer, da Psicologia. Na verdade, retratam o quadro típico da produção científica no país, como já atestado por vários autores em décadas anteriores, com avanços muito sutis.

No que concerne aos dados específicos da área, três aspectos merecem atenção. O primeiro deles refere-se à concentração dos trabalhos em programas de pós-graduação de Psicologia em detrimento de outras áreas. Isso não causa estranheza, uma vez que, por se tratar de tema sobre a profissão, os

pesquisadores se voltem para a própria área a fim de contribuições acerca de seus questionamentos sobre a atuação do psicólogo.

O segundo ponto, e o mais significativo no tocante aos rumos das discussões sobre a profissão no país, diz respeito à dispersão das dissertações e teses entre os orientadores. Foi apontado que quase 80% dos docentes-pesquisadores possuem apenas um trabalho orientado na área. Além disso, mesmo entre aqueles com certa regularidade de trabalhos acadêmicos sobre a temática, percebe-se que a preocupação com a questão é mais tangencial que direta, ao se analisar outros tipos de produtos científicos, como artigos e projetos de pesquisa. Tal dado demonstra, explicitamente, que a profissão de psicólogo no Brasil não é foco de interesse principal para os pesquisadores, mas sim circunstancial.

A grande implicação disso é a falta de sistematização da discussão a respeito do tema, que pode trazer prejuízos significativos para o aprimoramento da Psicologia. A ocorrência de trabalhos repetidos, ou de estudos que poderiam ser complementares, mas entre os quais não há comunicação, e ainda pesquisas que poderiam ser replicadas ou exploradas sob uma nova perspectiva, acabam por se perder em virtude da ausência de projetos de pesquisa sólidos e contínuos. Sem a devida organização, não se torna possível identificar os avanços alcançados e as lacunas que ainda estão por preencher no tocante a locais de trabalho, teorias e técnicas de atuação e demandas diferenciadas, por exemplo.

O último ponto de destaque se relaciona à predominância de dissertações e teses na subárea da Psicologia Escolar/Educacional, seguida pela Clínica e pela Saúde. Ora, apesar da ausência da Psicologia Organizacional e do Trabalho entre os três primeiros colocados no ranking, sabe-se que são áreas consideradas tradicionais da Psicologia, portanto, com certo percurso histórico que suscita questionamentos a respeito da prática profissional. Por esse motivo, tal dado não gera inquietações inexplicáveis.

Diante desse quadro, retoma-se o argumento da necessidade de se conhecer a pós-graduação brasileira de Psicologia sob os diversos aspectos (quem, onde, quando e como estão sendo conduzidos os estudos) para que, a partir de um conjunto maciço de informações, seja possível tomar decisões mais balizadas

a respeito da profissão e que as preocupações acadêmicas possam auxiliar na busca constante por uma melhor compreensão da profissão de psicólogo.

Referências

- Altoé, S. E. (2001). Atualidade da Psicologia Jurídica. *Psibrasil Revista de Pesquisadores da Psicologia no Brasil*, 2. Disponível em <http://www.scribd.com/doc/2519940/Atualidade-da-psicologia-juridica>, acessado em 20 de novembro de 2009.
- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Bianchetti, L. (2005). Juracy C. Marques: primórdios e expansão da pós-graduação *stricto sensu* em educação na região Sul. *Revista Brasileira de Educação*, (30), 139-150.
- Borges-Andrade, J. E. (2001). Pós-graduação: enfrentando novos desafios - Psicologia. *InfoCAPES*, 9 (2-3), 141-148.
- Borges-Andrade, J. E., & Menandro, P. R. M. (2002). Pós-graduação em Psicologia no Brasil: tendências recentes e algumas reflexões para o futuro. In *Anais do IX Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico* (pp. 33-38). Águas de Lindóia: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia.
- Botomé, S. P., & Kubo, O. M. (2002). Responsabilidade social dos programas de pós-graduação e formação de novos cientistas e professores de nível superior. *Interação em Psicologia*, 6(1), 81-110.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (n.d. a). *Sobre a CAPES: história e missão*. Disponível em <http://www.capes.gov.br>, acessado em 09 de outubro de 2009.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (n.d. b). *GeoCapes*. Disponível em <http://geocapes.capes.gov.br>, acessado em 25 de dezembro de 2009.
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (2004). *Plano Nacional de Pós-Graduação 2005-2010*. Disponível em <http://www.capes.gov.br>, acessado em 09 de outubro de 2009.
- Carelli, A. E. (2002). *Produção científica em leitura: dissertações e teses (1990-1999)*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

- Carvalho, A. M. A. (1999). Onde estão e o que fazem nossos mestres e doutores. *Psicologia: ciência e profissão*, 19(2), 54-63.
- Carvalho, A. M. A. (2001). Monitoramento e avaliação da pós-graduação: algumas reflexões sobre requisitos e critérios. *Psicologia USP*, 12(1), 203-221.
- Castro, P. F. (1999). Reflexões em Psicologia e Ciência: uma análise da pesquisa aplicada à Psicologia Clínica. *Psicologia: Teoria e Prática*, 1(1), 3-13.
- Conselho Federal de Psicologia. (2001). *Pesquisa feita junto aos associados do Conselho Federal de Psicologia – Relatório final*. Disponível em http://www.pol.org.br/arquivos_pdf/relatorio_who.doc, acessado em 27 de julho de 2002.
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon.
- Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Psicólogo brasileiro: Construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.
- Conselho Federal de Psicologia. (1994). *Psicólogo brasileiro: Práticas emergentes e desafios para a profissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cury, C. R. J. (2004). Graduação/Pós-Graduação: a busca de uma relação virtuosa. *Educação & Sociedade*, 25 (88), 777-793.
- Dimenstein, M. D. B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3(1), 53-81.
- Domingos, N. A. M. (1999). *Produção científica: análise de resumos de dissertações e teses em Psicologia (1992/1996)*. Tese de doutorado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.
- Féres-Carneiro, T. (2007). Memórias do Curso de pós-graduação em Psicologia Clínica da PUC-Rio: comemorando seus 40 anos. *Psicologia Clínica*, 19, 217-225.
- Ferraro, A. R. (2005). A ANPED, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. *Revista Brasileira de Educação*, 30, 47-69.
- Granja, E. C. (1995). *Produção científica: dissertações e teses do IPUSP (1980/1989)*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- Kuenzer, A. Z., & Moraes, M. C. M. (2005). Temas e tramas da pós-graduação em Educação. *Educação e Sociedade*, 26(93), 1341-1362.
- Lubisco, N. M. L., Vieira S. C., & Santana, I. V. (2008). Informações preliminares. In: *Manual de estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses* (pp. 13 – 19). Salvador: EDUFBA.
- Macedo, L., & Menandro, P. R. M. (1998). Considerações sobre os indicadores de produção no processo de avaliação dos programas de pós-graduação em Psicologia. *InfoCAPES*, 6, 34-38.
- Macias-Chapula, C. A. (1998). O papel da informetria e cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da Informação*, 7, 134-170.
- Maluf, M. R. (2003). Psicologia escolar: reafirmando uma nova formação e atuação profissional. In O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Org.), *Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica* (pp. 121-138). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marchelli, P. S. (2005). Formação de doutores no Brasil e no mundo: algumas comparações. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 2(3), 7-29.
- Martins, C. B. (2000). O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em perspectiva*, 14(1), 41-60.
- Ministério da Educação e Cultura. (1975). *I Plano Nacional de Pós-Graduação*. Disponível em <http://www.capes.gov.br>, acessado em 09 de outubro de 2009.
- Noronha, A. P. P., Andrade, R. G., & Miguel, F. K. (2006). Análise de teses e dissertações em orientação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(2), 1-10.
- Paula, M. C. S. (2002). A base Qualis e sua utilização no projeto Inserção. In J. Velloso (Org.), *Formação no País ou no exterior? Doutores na pós-graduação de excelência. Um estudo na Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química no País* (pp. 217-237). Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Pereira, F. M., & Pereira Neto, A. (2003). O psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em estudo*, 8(2), 19-27.
- Pessotti, I. (1988). Notas para uma história da Psicologia brasileira. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 17-31). São Paulo: Edicon.

- Santos, C. M. (2003). Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*, 24(83), 627-641.
- Schwartzman, S. (2006). A universidade primeira do Brasil: entre intelligentsia, padrão internacional e inclusão social. *Estudos Avançados*, 20(56), 161-189.
- Veloso, J. (2004). Mestre e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação. *Cadernos de pesquisa*, 34(123), 583-611.
- Weber, S. (2003). Psicologia: mestres e doutores titulados entre 1990-1999. In J. Velloso (Org.), *A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no Brasil* (pp. 221-243). Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- Witter, G. P. (2005). Pós-Graduação em Psicologia na PUC-Campinas: dissertações e teses (1975-2004). *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 22(4), 365-370.
- Witter, G. P., Witter, C., Yukimitsu, M. T. C. P., & Gonçalves, C. L. C. (1992). Atuação do psicólogo escolar e educacional no Brasil: perspectivas através de textos (1980-1992) In: A. L. Francisco, C. R. Klomfahs & M. M. D. Rocha (Org.), *Psicólogo Brasileiro: construção de novos espaços* (pp. 23-54). Campinas: Editora Tomo.
- Yamamoto, O. H. (2006). Graduação e pós-graduação em Psicologia: relações possíveis. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 3(6), 270-281.
- Yamamoto, O. H., & Menandro, P. R. M. (2004). A avaliação dos programas de pós-graduação em Psicologia. *Temas em debate*, 12(1), 82-91.
- Yamamoto, O. H., & Cunha, I. M. F. F. O. (1998). O psicólogo em hospitais de Natal: uma caracterização preliminar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 345-362.
- Yamamoto, O. H., Dantas, C. M. B., Costa, A. L. F., Alverga, A. R., Seixas, P. S., Oliveira, I. F. (2003). A profissão de psicólogo no Rio Grande do Norte. *Interação*, 7(2), 23-30.
- Zanelli, J. C. (1995). Formação e atuação do psicólogo organizacional: uma revisão da literatura. *Temas em Psicologia*, 1, 95-107.

CAPÍTULO 4

UM BALANÇO (PROVISÓRIO) DOS ESTUDOS SOBRE A PROFISSÃO

Oswaldo H. Yamamoto

Ana Ludmila Freire Costa

Pablo de Sousa Seixas

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Ao longo desses quase cinquenta anos de profissão regulamentada, muito se estudou e se debateu sobre a situação da Psicologia no Brasil. Suas características, suas responsabilidades, seus rumos, evidenciados no quadro traçado nos capítulos anteriores, demonstram a atenção da categoria (profissionais, pesquisadores, docentes e estudantes) ao evoluir da profissão. O estudo apresentado e discutido nos capítulos precedentes, ao mesmo tempo em que confirma algumas suposições, deixa algumas questões em aberto a demandar nossa atenção.

O vigor do que se produz sobre a profissão é inquestionável: 908 documentos, dos quais 376 artigos publicados em periódicos científicos, 46 livros, 411 trabalhos acadêmicos, 31 artigos de divulgação científica e 44 documentos de natureza diversa, não é um volume desprezível.

Tal produção se distribui temporal e geograficamente reproduzindo o padrão da Psicologia e mesmo da ciência brasileira: características como o crescimento exponencial nos últimos anos, concentração dos estudos nas

subáreas mais tradicionais da Psicologia e centralização geográfica e institucional dos autores são configurações que também marcam a produção sobre a profissão.

Um exame mais próximo nos revela algumas características que merecem ser destacadas. Uma delas refere-se ao fato de os artigos publicados serem majoritariamente (mais de 80% dos autores) produzidos por docentes e pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior, mesmo se tratando de um tema eminentemente relacionado à prática profissional. Se isso demonstra, por um lado, o enraizamento do tema no meio acadêmico, tratado como uma importante questão de pesquisa, por outro revela o papel secundário que os profissionais em exercício assumem, resumindo-se basicamente à prestação de informações, na condição de sujeitos de pesquisa, e não como fomentadores da discussão ou produtores de conhecimento e reflexão sobre o tema.

Certamente é um truísmo afirmar que são os acadêmicos que, prioritariamente, produzem conhecimento científico da área. No entanto, é preciso notar que *profissão* é uma modalidade específica de objeto de investigação no qual uma parte considerável da informação relevante é prestada por sujeitos que têm – ou poderiam ter, pelo seu *background* acadêmico – um papel ativo na discussão dos seus destinos. Essa condição se potencializa tendo em vista a forte presença do chamado “Sistema Conselhos de Psicologia”, que oferece oportunidades para a participação profissional – incluindo a publicação – em patamares dificilmente encontrados em outras categorias profissionais. Ratificando o entendimento de que o periódico científico é um meio privilegiado de veiculação de conhecimento e interlocução acadêmica, restaria verificar se essa produção impacta diretamente, ou não, o profissional em exercício, que se encontra ‘na ponta da rede’.

A forte presença da academia na produção de conhecimento sobre a profissão é traduzida, além da publicação de artigos, pelo volume de teses e dissertações tratando da questão. Foram feitos três registros no que tange a essa produção: (a) a (esperada) concentração dos trabalhos em programas de pós-graduação de Psicologia em detrimento de outras áreas; (b) a predominância de trabalhos em subáreas tradicionais da Psicologia; (c) a dispersão das dissertações e teses entre os orientadores (aproximadamente 80% dos docentes-pesquisadores com apenas um trabalho orientado sobre o tema).

Se os dois primeiros aspectos não merecem mais do que o registro, o terceiro nos fornece uma informação que qualifica o aludido vigor da produção sobre o assunto. O fato de haver tamanha dispersão parece confirmar a observação de que a temática em foco é mais tangencial do que preocupação central dos pesquisadores. Tanto no caso dos artigos quanto no de dissertações e teses, a dispersão chegou a mais de 70%, ou seja, a grande maioria dos autores e orientadores tem apenas um estudo sobre a profissão de psicólogo no país.

Finalmente, dentre as questões que se impõem, destacamos duas:

(1) O conhecimento acumulado sobre o tema, produzido ao longo de quase cinco décadas, seria adequado para retratar a consolidação da Psicologia, para narrar a história recente da área como profissão? Em outras palavras, questiona-se quanto os documentos coletados são detalhados e teórico e empiricamente consistentes, a ponto de configurar um conhecimento acurado da profissão. Sem pretender dar uma resposta à questão, pelos limites da estratégia de pesquisa aqui adotada, alguns elementos apontam em direção a uma resposta negativa. A despeito do volume, a dispersão dos autores parece levar à ausência de sistematização da discussão a respeito do tema, dificultando o acúmulo da reflexão sobre a profissão. Uma consequência inevitável dessa constelação de autores e orientadores – exceto talvez pelos estudos conduzidos pelo Conselho Federal de Psicologia (1988, 1992 e 1994), publicados em formato de coletânea, e do Grupo de Trabalho da ANPEPP de Psicologia Organizacional e do Trabalho (Bastos & Godim, 2010) – é a virtual inexistência de programas de investigação de longo curso que conferiria a indispensável densidade a essa área de estudo. Dentre as implicações desse fato está uma eventual fragilidade do ponto de vista teórico-metodológico na abordagem de um tema que é objeto consagrado de estudo em outras áreas do conhecimento¹.

(2) Quais são as reais possibilidades de contribuição dessa produção para operar mudanças significativas na atuação psicológica brasileira? A questão não é se os pesquisadores têm se debruçado para estudar a profissão, mas em que medida tais pesquisas têm sido úteis para embasar decisões a respeito das dificuldades

¹ Conforme referido no Capítulo 1 deste livro.

e desafios que se impõem à Psicologia. Que a academia prevaleça na produção e disseminação do conhecimento é, como afirmamos, uma obviedade. Restaria saber (a) se o conhecimento produzido efetivamente tem a potencialidade de retroalimentar o sistema de ensino e a prática profissional, considerando o questionamento anterior e (b) se esse conhecimento, uma vez suposta a sua qualidade, chega aos destinatários finais ou é simplesmente consumido pelos produtores desse conhecimento.

Apesar de este estudo não fornecer dados suficientemente robustos para permitir respostas a essas reflexões, pode ser considerado uma primeira tentativa de sistematizar o conhecimento até então produzido sobre a profissão no país. A proposta de reunir tais documentos e empreender uma análise cientométrica do conjunto da produção acadêmico-científica parece ser condição necessária para que se alcance outro patamar de questionamentos acerca da atuação profissional do psicólogo no Brasil.

Assim, as questões por ora lançadas permanecem como um desafio no horizonte dos estudiosos e daqueles que se preocupam com os destinos da profissão de psicólogo no Brasil.

Referências

- Bastos, A. V. B., & Gondim, S. M. G. (2010). *O trabalho do psicólogo no Brasil*. Porto Alegre: Artmed.
- Conselho Federal de Psicologia. (1988). *Quem é o psicólogo brasileiro?* São Paulo: Edicon/Educ.
- Conselho Federal de Psicologia. (1992). *Psicólogo brasileiro: construção de novos espaços*. Campinas: Átomo.
- Conselho Federal de Psicologia. (1994). *Psicólogo brasileiro: práticas emergentes e desafios para a formação*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

PARTE II

CAPÍTULO 5*

A SITUAÇÃO ATUAL DA PROFISSÃO DE PSICÓLOGO NO BRASIL

Enzo Azzi

Diretor do Instituto de Psicologia da Universidade Católica de São Paulo

Antes de iniciar a minha exposição, três observações preliminares:

a) Não me foi possível, por falta de tempo, recolher sugestões suficientes para transmitir, neste Simpósio, o pensamento que representasse o dos psicólogos de todo o Brasil. Assim sendo, as idéias aqui expostas são fruto, em grande parte de reflexão pessoal, em parte de sugestões de alguns entre os colaboradores que formam minha equipe no Instituto de Psicologia da Universidade Católica de São Paulo.

b) Também não me foi possível recolher dados estatísticos – nem sei se existem – para confirmar conceitos aqui expostos, alguns dos quais, portanto, são resultado de “impressão” diria mais “clínica” do que fruto de observação objetiva. Estarei pronto, evidentemente, a modificá-los, com a colaboração dos colegas aqui presentes.

c) A Comissão Organizadora do Simpósio distribuiu aos Relatores convidados, a título de sugestão, alguns tópicos que eu seguirei em minha exposição, quer por ter sido inteligentemente escolhidos, quer pela escassez de tempo à minha exposição, quer para facilitar os debates sobre o assunto.

* *Referência completa do texto original: Azzi, E. (1964/1965). A situação atual da profissão de psicólogo no Brasil. Boletim de Psicologia, XVI/XVIII, 47-61.*

I TÓPICO – A preparação profissional até agora recebida pelos psicólogos forneceu instrumentos necessários ao exercício da profissão? Traz a recente legislação reais contribuições à proficiência?

A resposta a este tópico depende do esclarecimento preliminar de uma outra questão extremamente grave: *Em que consiste a profissão de Psicólogo?*

A esse respeito, a Lei 4119 é apenas aparentemente clara, na realidade bastante confusa e imprecisa talvez para não criar, numa época que seria muito inoportuna para a classe psicológica, problemas de competência recíproca, de superposição e de rivalidades.

Diz a Lei 4119, em seu artigo 13: “Ao portador de diploma de psicólogo é conferido o direito de ensinar Psicologia nos vários cursos de que trata esta lei, observadas as exigências legais específicas, e a exercer a profissão de Psicólogo.

§ 1º - Constitui função privativa do Psicólogo a utilização de métodos e técnicas psicológicas com os seguintes objetivos:

- a. diagnóstico psicológico;
- b. orientação e seleção profissional;
- c. orientação psicopedagógica;
- d. solução de problemas de ajustamento.

§ 2º - É de competência do psicólogo a colaboração em assuntos psicológicos ligados a outras ciências.

Chamarei a atenção dos colegas apenas para alguns problemas relacionados com o item a) (diagnóstico psicológico), e o item d) (solução de problemas de ajustamento), justamente os dois itens que criam, ou parecem criar, ou podem criar, problemas de competência, superposição e rivalidade com a profissão médica. Coloca-se, de fato, aqui, o problema da “*Psicologia Clínica*”, sobre o qual gostaria manifestar minha opinião, antes de abordar os dois aspectos específicos acima mencionados.

Parece-me que no Brasil, ou pelo menos em São Paulo, as conceituações de Psicologia Clínica podem ser agrupadas em três categorias: médicas, psicométricas, comportamentais e metodológicas.

As conceituações médicas, defendidas naturalmente por médicos psiquiatras – felizmente cada vez menos numerosos – se baseiam na aceção estritamente etimológica e tradicional do termo “clínico”. A Psicologia Clínica – dizem eles – outra significação não têm senão aquela implícita nos termos: uma psicologia fundamentada na experiência clínica. Ninguém pode se considerar psicólogo clínico se não tiver suficiente prática na arte médica, como o médico não pode se considerar psicólogo clínico se não tiver preparo psicológico.

A segunda categoria de definições, que faz da psicologia clínica um sinônimo de análise psicométrica, se encontra freqüentemente defendida por psiquiatras e leigos – a isso também pelo fato de numerosos psicólogos ou sedizentes psicólogos, por sentimento de inferioridade ou por ignorância aliada a charlatanismo, limitarem suas atividades à aplicação mais ou menos mecânica de “testes” psicológicos.

Finalmente, a terceira concepção é aquela que nós defendemos e que tende a se impôr cada vez mais. A Psicologia Clínica, não obstante sua ressonância médica, não quer dizer nem Psicologia Patológica, nem Psiquiatria ou Psicoterapia, embora pretenda incluir num mesmo conjunto as condutas adaptadas e as perturbações da conduta. Ela se caracteriza mais por uma atitude metodológica do que pelo seu objeto, o qual, afinal de contas, é sempre a conduta (como conjunto de operações fisiológicas, motoras e simbólicas, pelas quais um organismo em situação tende a realizar as suas possibilidades e a reduzir as tensões que comprometem a sua integridade). A Psicologia Clínica, isto é, visa encarar a conduta individual dentro de sua perspectiva própria, apanhar o mais fielmente possível as maneiras de ser e de reagir de um ser humano concreto em contato com situações percebidas e vividas, estabelecer a significação da conduta, sua estrutura e gênese, desvendar tensões e conflitos que a motivam e os mecanismos que tendem a resolvê-los. Sob este ponto de vista, existe uma diferença característica entre atitude clínica e atitude experimental. O experimentador cria uma situação e controla artificialmente todos os fatores, de maneira a estudar as variações relativas das respostas ou variáveis dependentes em relação à ou às variáveis independentes, fazendo abstração do conjunto; o clínico, não podendo nem criar, nem sobretudo controlar a

situação de maneira a fazer abstração de uma parte de suas condições, esforça-se por recolocar os fatores que o interessam no conjunto de suas condições. O experimentador e o clínico utilizam duas maneiras diversas para alcançar um mesmo objetivo: controlar as condições da conduta, o primeiro eliminando o conjunto das condições e manipulando uma “variável independente”, o segundo reconstituindo o conjunto das condições. Compreende-se facilmente como a primeira atitude possa conduzir a uma psicologia com tendência molecular, a segunda a uma psicologia molar; a primeira a relações universais e, portanto, impessoais e atemporais, a segunda à história de um caso.

Entretanto, a diferenciação de uma Psicologia Clínica ao lado de uma Psicologia Experimental não tem outra significação senão de uma necessidade técnica devida à divisão do trabalho científico e à acomodação dos instrumentos intelectuais às propriedades positivas e originais de seus objetos. Certamente, poderá haver divergências, por gosto pessoal ou por julgamento, sobre a ordem de urgência dos problemas e preferir, por exemplo, a demonstração experimental de uma lei à elucidação clínica dos conjuntos complexos da conduta humana. Mas um conflito mais profundo de natureza doutrinária ou filosófica (naturalismo e humanismo psicológico) não corresponde senão a um momento da história das idéias e a uma crise. E o conflito entre Psicologia Experimental e Psicologia Clínica é um momento já superado na história da Psicologia.

Mas voltemos ao nosso assunto.

1. Pelo que diz respeito ao *diagnóstico psicológico*, em que consiste? E quais suas relações com o *diagnóstico médico-psiquiátrico*?

a) O médico clínico, conhecendo esquematicamente as doenças (fenômenos caracterizados por sintomas, síndromes, uma evolução, fatos anatomopatológicos e fatos terapêuticos), procura descobrir a qual, entre os esquemas conhecidos, correspondem, com certeza ou com probabilidade, as características do doente. Há doenças, que fazem parte da ciência chamada patologia, e há uma realidade, a individualidade de cada doente.

O médico clínico tem uma segunda tarefa, relacionada com a primeira: frente a um doente, depois frente a doentes sucessivos, ele deve se perguntar se as particularidades que alteram um ou outro dos esquemas conhecidos, não

justificam um esquema novo, uma doença ainda não descrita e explicada. A colheita de observações, a evidenciação do fator patogênico ou de um processo fisiopatológico coerente, pode fundamentar a sua descoberta e enriquecer, desta maneira, os esquemas da ciência médica.

Assim, a atitude clínica supõe sempre o estado de fenômenos individualizados, mas com preocupações gerais. A medicina foi a primeira ciência que encontrou esse objeto particular (o indivíduo) e que o estudou com a preocupação de estabelecer leis. Para isso foi necessário construir, aos poucos, um método especial que tomasse largamente em consideração a individualidade: é, justamente, o método clínico. É fácil ver que toda e qualquer ciência que, embora com outras preocupações, também deva partir desse objeto (o indivíduo) revestirá igualmente uma “estrutura clínica”. Consequentemente, essa estrutura de investigação, nascida com a medicina, a supera e chega a interessar a outras ciências.

b) Em Psicologia Aplicada, nós partimos das diferenças individuais de conduta, as observamos ou as provocamos, para classificar, orientar, utilizar ou ajudar o indivíduo. Evidentemente, essas diferenças individuais de conduta deverão ser previamente esquematizadas em sua forma, quantitativa e qualitativamente, e explicadas, eventualmente com referência a outras disciplinas (anatomofisiologia, patologia, sociologia, etc.). Dentro desses esquemas, será situada a conduta individual, ou como grau de variação ou como tipo.

Voltando ao paralelo com a medicina, em psicologia aplicada devemos substituir à noção de sintoma aquela de grau de variação ou aquela de reação típica, e à noção de doença aquela de significação e de importância prática dos traços de conduta observados ou provocados, importância prática para as futuras adaptações do indivíduo (escolares, profissionais, sociais, familiares, afetivas, etc.);

c) Podemos, agora, abordar a noção de “clínica” em psicologia. Em Medicina, dissemos, os sintomas são sempre individualizados e a arte do médico clínico consiste em descobrir, com a maior probabilidade possível, a qual esquema nosológico estes sintomas correspondem. Em psicologia também, os graus de variação e as formas de reação são, por definição, fenômenos

individuais; atrás deles podemos colocar os esquemas de conduta que traduzem diversos modos de eficiência, de organização e de adaptação. Se esses esquemas fossem condicionados apenas pelo organismo e pelo sistema nervoso, o trabalho do psicólogo seria idêntico àquê do médico organicista, embora com outros objetivos. Tratar-se-ia de uma “neurologia” extremamente fina que visaria não identificar um doente a ser curado, mas propriedades que inferem ao indivíduo um certo valor econômico e social e que permitem também agir sobre ele para aumentar, se possível, este valor.

Ora, é supérfluo lembrar que a conduta humana não é condicionada apenas pelas características individuais do organismo, mas também pela história pessoal. Por isso se torna indispensável uma exegese que permita encontrar a significação exata dos graus de variação e das formas de reação encontradas no exame de cada indivíduo.

Assim, por exemplo, a eficiência intelectual num determinado indivíduo, pode ser baixa por causa das propriedades de seu sistema nervoso: reconhecer-se-á isso por certos sinais e correlações que podem ser de ordem inteiramente psicológica (características dos processos atuais de aprendizagem, nível baixo de atividades pouco influenciadas pela educação e pelos exercícios especializados, sinais de insuficiência psicológica experimentalmente validados, etc.): cabe à clínica psicológica procurá-los. Mas, a eficiência intelectual pode ser baixa por ausência de treino, ou de iniciação, ou pela interferência de estados afetivos diversos: reconhecer-se-á isso por outros sinais, mas sobretudo pelo exame atento da história do indivíduo. Dessa maneira, à clínica de observação e de experimentação atual deve-se acrescentar uma clínica de análise histórica retrospectiva. Este duplo trabalho, porém, não esgota a pesquisa, pois uma deficiência aparente no rendimento intelectual pode muito bem resultar de uma má colaboração do sujeito examinado. Em psicologia, este fator de colaboração é fundamental e o psicólogo, se não quizer cair em erros grosseiros, deverá realizar, no decurso do exame psicológico, uma verdadeira clínica das motivações.

Dessa maneira, tendo sido observado um grau de variação que traduz uma insuficiência, é preciso ser clínico para apreciar a importância desse deficit particular na organização neuropsíquica do indivíduo; é preciso ser clínico

para constatar até que ponto essa insuficiência não é senão um efeito histórico, reversível em certas condições, ou se, pelo contrário, é a expressão de uma propriedade mais fundamental do organismo; é preciso ser clínico para distinguir se as observações provocadas não são fruto de certas resistências ou de uma má colaboração do sujeito; é preciso ser clínico, enfim, para poder conduzir estas diferentes “clínicas” que interferem continuamente.

Neste ponto de vista, a psicologia aplicada não pode ser senão clínica desde o momento em que, abandonando o estudo dos grupos como tais, se ocupa de um determinado indivíduo.

O método clínico, portanto, enquanto consideração do indivíduo como tal, não é exclusivo do médico, mas sim pertence a todo psicólogo, e não apenas ao psicólogo que colabora profissionalmente com a clínica médica, mas a todo aquele que se ocupa de indivíduos, normais ou inadaptados, nas oficinas, escolas, centros de orientação, etc.

d) O estudo psicológico de doentes não é senão um caso particular em psicologia clínica: diríamos que é uma psicologia clínica especializada.

Aliás, direi entre parênteses, que a psicologia contribuí às vezes, de maneira decisiva para o progresso de amplos setores da ciência médica, tais como a psicopatologia, a psiquiatria clínica, a neurologia, etc. O que não deve a patologia a trabalhos da importância daqueles de Gelb e Goldstein, Wechsler, Rapaport, Schafer, André Rey, Porteus, Eysenck, Inhelder, Gemelli, Haufman e Kasanin, Frank e tantos outros? A psicologia da Gestalt e o estudo das percepções em patologia não fizeram progredir sensivelmente o conhecimento das agnosias? Um estudo mais sistemático dos comportamentos não permitiu diferenciar melhor as apraxias? O exame das capacidades verbais e sobretudo do vocabulário, como de outras capacidades de eficiência intelectual não nos esclareceu sobre a existência de diversas formas de deterioramento intelectual ou mneumônico? Quem pode negar uma melhor compreensão das neuroses, psicoses e psicopatias graças ao emprêgo de procedimentos psicanalíticos e projetivos em patologia?

Bem entendido, o psicólogo não se ocupa de nosografia. Êle simplesmente procura estabelecer até que ponto os graus de variação ou os tipos de reação observados num comportamento individual correspondem a

características fundamentais ou contingentes, reversíveis ou irreversíveis, ligadas à história ou independentes dela, ligadas ao grau de motivação que intervém no exame ou sem relação com êste estado subjetivo. E dado que a conduta tem numerosos aspectos, o psicólogo deverá também relacionar entre si tôdas as reações particulares, integrar cada aspecto num todo e mostrar como êsse todo comporta necessariamente faces e componentes diversas.

Mas, por outro lado, as variações quantitativas e qualitativas da conduta evidenciadas sôbre os doentes podem ser, no mesmo tempo, sintomas. Nosso caso, o psicólogo fornecerá ao médico o resultado de suas investigações, cabendo ao médico interpretá-las, como sintomas, com referência à ciência nosográfica. Em outras palavras, o psicólogo não faz diagnósticos médicos; êle caracteriza condutas, tão bem quanto possível.

2. Ligado a êste problema, está o segundo, o da *psicoterapia*. Legalmente, apenas aos médicos é consentido curar doentes; esta importantíssima e difícil tarefa deveria ser, portanto, proibida a quem não seja médico, conseqüentemente também aos psicólogos não formados em medicina. É esta a tese defendida por muitos psiquiatras.

Não devemos esquecer, entretanto, que a psicoterapia é uma forma de terapia *sui generis*, que não requer um preparo médico em sentido restrito, mas sim um longo preparo doutrinário e técnico de psicologia geral e aplicada, preparo que, na maioria dos casos, os médicos não possuem. Pretender que a psicoterapia seja feita exclusivamente por pessoas com preparo médico mas sem preparo suficiente para aquela forma especial de terapia, é negar êste direito a quem, mesmo sem ser formado em medicina (formação não indispensável para fazer psicoterapia), possui entretanto um preparo psicológico, portanto mais específico para aquela forma especial de terapia, seria um êrro grosseiro. Tomemos como exemplo a psicanálise, que é a forma de psicoterapia que é objeto de luta mais acirrada entre psicólogos e médicos. É sabido como uma boa parte de psicanalistas, no mundo inteiro, não são médicos. Uma boa parte de médicos, por outro lado, psiquiatras compreendidos repudiam a psicanálise. Que essa aversão, declarada ou não, de muitos médicos pela psicanálise seja a conseqüência de uma educação e formação unilateralmente organicística de

muitos psiquiatras, ou apenas a consequência de falta de preparo e, portanto, de conhecimento, é assunto que não nos interessa aqui e agora. O fato é que, se negarmos aos psicólogos não médicos o direito de exercer a psicanálise, não saberíamos com quem substituí-los, sendo escasso o número de psicanalistas médicos. Estes últimos, por sua vez, não acredito se aproveitem de seu preparo biológico e médico quando fazem psicanálise.

A conclusão disso seria reconhecer aos psicólogos não médicos o direito de exercer a psicanálise como terapia.

Mas vejamos o problema sob outro ponto de vista. Quais as doenças ou os casos clínicos em que a psicoterapia é útil? Muitos, sem dúvida, mas certamente não todos. É opinião habitual, e bem fundada, por exemplo, que nas psicoses orgânicas a psicoterapia possa ser útil, mas apenas como complemento de uma terapêutica somática que permanece a base mais sólida da cura. O primeiro problema, portanto, é aquele do diagnóstico. E este o psicólogo clínico, já o dissemos, não pode fazê-lo sozinho. Mas mesmo no caso em que o psicólogo que exerce a psicoterapia trate apenas de doentes cujo diagnóstico foi feito por médicos ou em colaboração com médicos, é suficiente um diagnóstico inicial. Sabemos, por exemplo, quantas vezes um diagnóstico diferencial entre neuroses e esquizofrenia oscile durante meses antes que se possa formular um julgamento seguro, e quantas vezes o diagnóstico é mudado durante o curso da terapia, justamente por esta fazer surgir elementos novos. E há outros casos de diagnóstico mais difícil e enganoso, por exemplo entre neuroses e doenças bem mais grosseiramente orgânicas. Todos nós podemos citar, em nossa experiência pessoal, casos de paralisia progressiva de tumor cerebral ou de aneurisma endocrânio que, durante meses, apresentaram apenas uma sintomatologia subjetiva de tipo claramente psiconevrótico. O que acontece nestes casos, em que o erro diagnóstico não é advertido e em que o psicoterapeuta continua seu tratamento, quase sempre sem sucesso, baseando-se num diagnóstico inicial do médico?

Penso eu que a única solução razoável para todos estes problemas seja a seguinte: no setor específico da psicoterapia, o psicólogo deverá trabalhar obrigatoriamente em colaboração com o médico, colaboração verdadeira e criadora, e não simples coexistência pacífica ou tolerância recíproca.

Estas considerações foram feitas exclusivamente para demonstrar a complexidade do tópico I, para o qual me foi pedida uma resposta.

Antes da organização de Cursos em nível universitário, a formação dependia mais de recursos, interesses e dedicação de cada um: é difícil julgar, evidentemente, do preparo destes profissionais. Por outro lado, levando-se em consideração os Cursos de Pós-Graduação, organizados no Brasil antes da promulgação da lei nº 4119, e que vieram ao meu conhecimento (cursos estes que, por sugestão conjunta de Lourenço Filho, Pe. A. Benkö, P. Parafita Bessa, C. Martuscelli e Enzo Azzi, não deveriam ter aceito mais matrículas iniciais a partir de 1963 e deveriam encerrar suas atividades até o fim do ano acadêmico de 1964, para dar lugar ao Curso de Psicologia reservado exclusivamente para Bacharéis ou Licenciados em Psicologia), a resposta à pergunta pode ser afirmativa. Eles forneceram os instrumentos indispensáveis básicos suficientes a um início de profissão e sem dúvida contribuíram notavelmente para a melhoria do padrão técnico do psicólogo profissional. Evidentemente, um desempenho plenamente satisfatório só seria possível após a experiência prática de vários anos, como é o caso de qualquer profissão liberal.

A resposta afirmativa é válida sobretudo pelo que diz respeito ao diagnóstico psicológico, à orientação psicopedagógica e à orientação e seleção profissional. As deficiências maiores, a meu ver, se referem:

- a) ao preparo psicoterapêutico, geralmente falho teórica e praticamente;
- b) à falta de uma maior base neurofisiológica, falta que induz freqüentemente os psicólogos a um “psicologismo” perigoso, isso é à desconsideração nas condutas, sobretudo de desajustamento, de motivações outras que não as psicogênicas;
- c) à falta de um maior preparo estatístico, imprescindível para uso e interpretação correta e adequada dos resultados de muitas técnicas psicológicas.

A recente legislação traz contribuições reais à proficiência, não só pelo fato de se estruturar um curso de nível universitário, de longa duração (5 anos) e com grandes exigências, mas também porque amplia a segurança e a consciência do psicólogo como profissional, eliminando do campo de trabalho todo indivíduo não devidamente preparado e evitando os males decorrentes da

audácia dos improvisadores que se erigem em psicólogos sem preparo técnico e muitas vezes sem respeitar os princípios elementares que devem orientar a conduta do profissional.

Naturalmente, a lei não traz em si mesma as condições necessárias para uma mudança completa; essa mudança será conseguida se as Faculdades que obtiverem autorização para instalar Cursos de Psicologia tomarem consciência de que a Psicologia é “ciência em formação” e que a abordagem experimental dos problemas e a acentuação do interesse pela pesquisa é de capital importância nessa etapa.

II TÓPICO – De que maneira seria afetada a atividade do psicólogo no que diz respeito aos seus direitos e deveres, pela regulamentação da lei 4119? De modo geral, como qualificar essa modificação?

Esta regulamentação, tal como foi sugerida pela Comissão nomeada pelo Ministro da Educação em obediência ao artigo 23 da Lei 4119 e constituída pelos Professores M. B. Lourenço Filho, Pe. A. Benkö, P. Parafita Bessa, C. Martuscelli e Enzo Azzi, afeta benêficamente a atividade do psicólogo, pois:

a) declara livre em todo território nacional exercício da profissão de psicólogo;

b) reserva a designação profissional de psicólogo aos habilitados na forma de legislação vigente;

c) limita o exercício da profissão de psicólogo;

c-1) aos possuidores de diploma de psicólogo expedido no Brasil por Faculdade de Filosofia oficial ou reconhecida;

c-2) aos diplomados em Psicologia por Universidades ou Faculdade estrangeira reconhecidas pelas leis do país de origem, cujos diplomas tenham sido revalidados de conformidade com a legislação em vigor;

c-3) aos atuais portadores de diploma ou certificado de especialista em Psicologia, Psicologia Educacional, Psicologia Aplicada ao Trabalho expedidos por estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, após estudos

em cursos regulares de formação de psicólogos, com duração mínima de quatro anos, ou estudos regulares em cursos de pós-graduação, com duração mínima de dois anos;

c-4) aos atuais portadores do título de Doutor em Psicologia e de Doutor em Psicologia Educacional, bem como àquêles portadores de título de Doutor em Filosofia, em Educação ou em Pedagogia que tenham defendido tese sobre assunto concernente à Psicologia;

c-5) aos funcionários públicos efetivos que, em data anterior ao dia 5 de Setembro de 1962, tenham sido providos em cargos ou funções públicas, sob as denominações de Psicólogo, Psicologista ou Psicotécnico;

c-6) aos militares que, em data anterior ao dia 5-9-1962, tenham obtido diplomas conferidos pelo Curso criado pela Portaria nº 171, de 25 de outubro de 1949, do Ministério da Guerra;

c-7) às pessoas que, até o dia 5 de setembro de 1962, já tenham exercido por mais de 5 anos, atividades profissionais de psicologia aplicada.

d) exige, como condição indispensável para o exercício legal da profissão de Psicólogo, o registro profissional de Psicólogo na Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação e Cultura.

e) finalmente estabelece como funções de psicólogo as seguintes:

e-1) utilizar métodos e técnicas psicológicas com o objetivo de diagnóstico psicológico, orientação e seleção profissional, orientação psicopedagógica, solução de problemas de ajustamento;

e-2) dirigir serviços de psicologia em órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares;

e-3) ensinar as cadeiras ou disciplinas de psicologia nos vários níveis de ensino, observadas as demais exigências da legislação em vigor;

e-4) supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de psicologia;

e-5) assessorar, tècnicamente, órgãos e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares;

e-6) relatar perícias e emitir pareceres sobre a matéria de psicologia.

Estranhei não ver, na regulamentação assinada pelo Sr. Presidente da República, toda a parte que a Comissão tinha sugerido, referente à criação do Conselho Federal de Psicologia, com jurisdição em todo o território nacional, e dos Conselhos Regionais de Psicologia, com funções de disciplina e fiscalização do exercício da profissão de Psicólogo.

Estranhei também que o prazo de encerramento dos Cursos de Pós-Graduação ou de Especialização em Psicologia tenha sido adiado até 1967, quando a Comissão tinha sugerido, baseada em razões dificilmente atacáveis, que este prazo se encerrassem em 1963.

III TÓPICO – Tem sido a profissão de psicólogo capaz de atrair vocações em número suficiente para atender aos reclamos da comunidade? Quais as perspectivas que, nesse contexto, traz a proteção legal?

Duas observações preliminares, antes de responder a este tópico:

1. É sabido como a Psicologia contemporânea, quer normal quer patológica, é uma ciência em pleno e confuso desenvolvimento, e que, de um lado apresenta um conteúdo surpreendentemente rico, variado e complexo, por outro é agitada por teorias contraditórias (aliás fecundas para o progresso da ciência) que a tornam menos segura daquilo que freqüentemente se supõe. Ela pode oferecer muito à nossa sociedade inquieta, não tanto, porém, quanto esta necessita, e nem tanto como vastos setores da sociedade atual, ingênua e precipitadamente, dela esperam ou exigem. E sobretudo a psicologia deve evitar de se tornar instrumento de opressão social, confundindo (e esta confusão seria por demais simples, ou melhor, por demais desonesta) uma ordem social injusta com uma desordem psicológica e conseqüentemente tentar substituir ações sociais adequadas por medidas mais ou menos paternalísticas e inócuas de higiene mental, relações humanas ou coisa que se equivalha.

2. Às vezes tem-se a impressão que a jovem ciência que é a psicologia, tenta se impôr adotando um nível de aspiração irreal, isto é, ela se propõe um fim sem considerar as possibilidades concretas para essa realização, e isto na

esperança de atingir o nível das ciências físicas. Deparamo-nos aqui com uma das manifestações do desejo da psicologia de determinar seus objetivos segundo o modelo das outras ciências, ao invés de os adaptar à natureza própria dos fenômenos que ela estuda. Êste tipo de comportamento é um sistema de infantilismo ou falta de maturidade. Estamos convencidos de que uma verdadeira ciência psicológica deverá alimentar menos ilusões sobre suas possibilidades e se propôr objetivos mais “orientíficos”. Por isso o psicólogo, hoje, embora confie na fecundidade do seu trabalho, é um homem dolorosamente consciente de caráter incoativo de sua ciência, das fissuras doutrinárias que quebram sua unidade, do torpor de muitos dos seus métodos e sobretudo da sutil e esquiva complexidade das realidades que estuda.

Voltando ao nosso tópico, a profissão de psicólogo, se atraiu muitos curiosos, alguns bem intencionados, outros utilizadores fraudulentos e comerciais da elegante simplicidade de certas técnicas psicológicas (e que muito tem contribuído para o descrédito da profissão em todos os setores), não atraiu “vocações” em número suficiente para atender às necessidades da comunidade, por muitas razões, entre outras:

- a) as incertezas do exercício profissional, decorrente também da falta de reconhecimento legal da profissão;
- b) a existência de poucos cursos de nível universitário com conseqüentes dificuldades do preparo acadêmico;
- c) o preconceito, difundido até em meios cultos, de que o psicólogo não passa de um psicometrista e, portanto, só com direito ao exercício de funções subalternas no esquema do trabalho;
- d) e ainda pouco esclarecimento do grande público sobre as funções do Psicólogo, que às vezes é confundido com o orientador educacional, outros com o psiquiatra ou o psicanalista, outros são às vezes considerados simples aplicador de testes.

Mas não basta preparar profissionais para conseguir a aceitação de sua importância, pois o trabalho do psicólogo sempre tem encontrado barreiras baseadas no preconceito de ser a Psicologia “atividade de luxo”. Na medida em que a profissão ganhar prestígio pelo reconhecimento do seu valor social, estas barreiras tenderão a desaparecer.

Não duvidamos que o atual status legal abreviará este processo e atrairá maior número de elementos, principalmente do sexo masculino (representados, até o momento, por uma minoria reduzida), pelas seguintes razões:

- a) maior estabilidade profissional e maiores garantias de trabalho e, por conseguinte, maiores possibilidades econômicas;
- b) maior aceitação social e por parte de outras classes profissionais, com conseqüente melhoria das condições de trabalho em equipe;
- c) limitação e proibição de atividades abusivas e charlatanescas, ainda tão comuns entre nós.

IV TÓPICO – Existem entre os ramos de especialização inferidos do artigo 16 da Lei 4119, diferentes expectativas de retribuição financeira, de mercado de trabalho e de status na classe dos psicólogos? Se sim, deve-se ou pode-se corrigir essas diferenças? Como?

Pelo que diz respeito, em primeiro lugar, à retribuição financeira e no mercado de trabalho, sem dúvida a indústria e o comércio oferecem as melhores possibilidades, econômicas também, para os psicólogos e por esses motivos os psicólogos especializados no ramo do Trabalho estão, e acho que por bastante tempo ainda estarão, pelo menos em São Paulo, em condições privilegiadas. Em seguida vem os psicólogos clínicos, em último os psicólogos educacionais (escolares): a esse respeito seria interessante discutir (mas não me acho competente para isso) as relações entre orientação educacional (obrigatória em nossas escolas secundárias) e a orientação psicopedagógica que, em base à Lei 4119, é função privativa do psicólogo.

Pelo que diz respeito, em 2º lugar, ao estatus social, talvez aos psicólogos clínicos se atribua o status mais elevado, pela própria natureza de suas atividades (diagnóstico psicológico, solução de problemas de ajustamento, etc.) que as torna semelhantes e, aos olhos de muitos, idênticas as atividades médicas, isto é, de um profissional de status reconhecidamente elevado.

Estas diferenças, aliás, existem em tôdas as outras profissões (por exemplo, entre as várias especialidades médicas, tôdas de igual nível universitário, mas muito diferentes quanto aos atributos apontados), e não vejo sinceramente que se devam e nem se possam ser corrigidas, principalmente dentro de um regime de livre iniciativa. Os desníveis talvez se tornem menos acentuados, à medida em que aumentar a procura dentro de cada ramo.

VTÓPICO – Pode a atividade do psicólogo ser considerada como uma profissão liberal? Quais as decorrências dessa qualificação para o estabelecimento de um código de ética?

Sem dúvida alguma, a atividade do psicólogo se enquadra perfeitamente dentro das profissões liberais, pois:

- a) a atividade pode ser exercida com independência, sem vinculações hierárquicas;
- b) a atividade é livre;
- c) a atividade se caracteriza pela predominância do exercício das faculdades intelectuais e conhecimentos técnicos (tal como a atividade do médico, advogado, engenheiro, etc.).

Assim sendo, o passo necessário para estabelecer um Código de ética deverá ser a criação de um Conselho Federal de Psicologia, que admitindo a todos os psicólogos em igualdade de direitos e de deveres, possa elaborar êsse Código e exigir o estrito apêgo dos psicólogos às normas de conduta profissional estabelecidas, pelo que diz respeito, por exemplo, às relações com os clientes, com os colegas, com outros profissionais, com a Justiça, com Instituições assistenciais, ao segredo profissional, aos honorários profissionais, à propaganda, etc.

CAPÍTULO 6

ENZO AZZI (1921-1985), UM MÉDICO ITALIANO NA PSICOLOGIA BRASILEIRA

Maria do Carmo Guedes

Nascido em Mantova (Itália), Enzo Azzi tinha 28 anos quando chegou no Brasil em novembro de 1949. Tinha sido contratado, ainda na Itália, para instalar, na Universidade Católica de São Paulo¹, um Laboratório de Psicologia Experimental voltado ao ensino e à pesquisa, marco inicial de um futuro Instituto de Psicologia que a Universidade Católica vai inaugurar ano e meio depois, com o nome então de “Instituto de Psicologia e Pedagogia”, unidade acadêmica diretamente ligada à Reitoria (Azzi, 1952). Vinha indicado pelo Diretor do Instituto Salesiano de Psicologia de Turim, Professor Giacomo Lorenzini, com carta de recomendação que destaca seu zelo no desempenho das funções e entusiasmo pelas disciplinas que escolheu e sua vasta preparação doutrinária e plena capacidade para exercê-la como médico e como docente.

Ocupou importante posto na psicologia brasileira – foi membro da Comissão que, em 1962, o Ministro da Educação nomeou, atendendo à

1 Era por este nome que a PUC era então conhecida, embora Pontifícia desde 1946. A própria Revista da Universidade era assim nomeada ainda em 1952, ano em que é publicado o discurso de Azzi na inauguração do IPPUC/SP.

regulamentação na área; e na ciência em São Paulo – integrou o primeiro Conselho Superior da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), presidido pelo então Reitor da USP. Diretor do IPPUC-SP, colaborou, como Assessor Técnico, com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e o Juizado de Menores de São Paulo nas áreas de orientação educacional e vocacional (1954-1965), além de chefiar convênio da PUC-SP com o Serviço de Doenças Mentais do Ministério da Saúde (1962-1969) e com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, que comissionava no IP professores em pesquisa e estágio. Participou como sócio fundador de associações como a Sociedade Brasileira de Psicologia Religiosa e a Associação Brasileira para o Estudo Científico da Doença Mental. Exerceu cargos em diretorias de associações como a Sociedade Pestalozzi de São Paulo (1953-1954) e a Sociedade de Psicologia de São Paulo (1961-1964). E integrou Comissões como a da SPSP para elaboração de um Código de Ética para Psicólogos, a de Exame de Requerimentos para Registro Profissional de Psicólogo (MEC, 1962-1963), a de Cinema e Publicações (Juizado Privativo de Menores de São Paulo) e a de Combate à Deficiência Mental (MEC, 1966) (Guedes, 2001).

Médico em 1947 pela Universidade de Parma (“à parmegiana”, brincava ele), Enzo Azzi trabalhou na Clínica Neuropsiquiátrica dessa instituição como Assistente Voluntário, defendendo tese sobre alucinações. Paralelamente, fez especialização em Psicologia e Pedagogia no Ateneu Salesiano de Turim², onde se iniciou em pesquisa experimental com crianças, sobre percepção estereoscópica.

Ao chegar, teria logo pedido reconhecimento de seu título de médico, providência que demorou perto de 20 anos a ser respondida. No entanto, mais feliz que Mira y Lopes – médico estrangeiro formado na Espanha, que fez sua carreira na psicologia brasileira à mesma época, mas no Rio de Janeiro, Azzi obteve autorização para praticar a medicina no Brasil antes de sua morte, o que

2 Foi com apoio dos Salesianos que Azzi trouxe para o Brasil um laboratório de psicofisiologia e psicofísica à moda dos que se instalaram nos anos 1940 em diversas instituições (na Itália, na Bélgica, na Alemanha) (Hillmann, 1958). Em anexo, foto de uma das atividades na inauguração do IPPUC/SP em 1951.

lhe permitiu chegar a chefe do Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica na Escola de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, onde lecionava Psicologia médica desde meados dos anos 1960.

Mas Enzo Azzi é, acima de tudo, lembrado por seus ex-alunos da PUC-SP, da Católica de Campinas e da Santa Casa com muito carinho e muito respeito, por seu competente e entusiasmado desempenho como professor.

Pouco mais de dez anos depois, pensava, sobre a regulamentação da profissão de psicólogo e sua formação, o que se lê no artigo de 1963, que integra esta coletânea. Como se pretende mostrar em seguida, uma posição contrária à dos médicos (defendida ainda hoje, como se vê no “Ato médico” que, em 2003, retoma, ampliando para outras áreas além da psicologia, antigo projeto dos médicos e deputados estaduais Pedro Kassab e Salvador Julianelli; mas contrária, também, à dos psicotécnicos, defendida em proposta enviada ao MEC em 1954 pela Associação Brasileira de Psicotécnica (RPNP³, 1956).

Para melhor compreender sua posição, serão apresentados alguns dados sobre sua relação com a Psicologia brasileira desde sua chegada a São Paulo; segue-se análise de sua proposta para um “Curso de formação em Psicologia” (RPNP, 1963) e uma rápida descrição de sua atuação junto à formação médica, permitindo concluir que e por que, para ele, a psicoterapia **não** era uma questão para médicos ou psicologistas (título que aparece na proposta dos psicotécnicos), mas para psicólogos clínicos e, mais tarde, “clínicos” com estudos em psicologia médica e psicopatologia.

1 A Psicologia no Brasil em 1950

À chegada de Azzi, a Psicologia na PUC-SP era apenas uma cátedra na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) de São Bento, com uma disciplina no Curso de Filosofia – Psicologia científica (que lhe rendeu seu primeiro contrato

3 A *Revista de Psicologia Normal e Patológica* – revista do Instituto de Psicologia da PUC-SP, será referida ao longo do texto como RPNP.

como professor no Brasil) e uma disciplina no curso de Pedagogia – Psicologia da Educação, então confiada a um padre belga. Na Universidade de São Paulo (USP), também submetida então ao sistema de cátedras, duas cátedras diferentes respondiam por disciplinas na área, uma para o Curso de Filosofia (dirigida por Annita Cabral e com várias disciplinas); e uma que atendia ao Curso de Pedagogia e às Licenciaturas dos diversos cursos da FFCL (também com várias disciplinas e sob direção de Noemy Silveira, depois Rudolfer). Agregada à PUC para fins de oficialização junto ao MEC, mas dela totalmente independente (apenas tinha presença e voto no Conselho Universitário), havia também a FFCL *Sapientiae*, na qual a Psicologia, ensinada nos cursos de Filosofia e Pedagogia, era dirigida por Madre Cristina (Celia Sodré Dória).

Ainda em São Paulo, uma Associação de classe recentemente criada – a Sociedade de Psicologia de São Paulo (SPSP em 1945), já editava um periódico – o *Boletim de Psicologia* (1949-). Além dessas, mais três instituições chamam logo a atenção do jovem pesquisador: a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), criada em 1948 e na qual a Psicologia compõe a Seção F – com Antropologia e Sociologia; e duas instituições de ensino superior: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), criada em 1933 e a Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da USP, criada em 1946, instituições que então colaboram diretamente com profissionais de diferentes áreas⁴ em sua contribuição à modernização do país. É nelas que Azzi vai encontrar

⁴ As transformações no cenário urbano-industrial no Brasil levam a novas formas de organização racional do trabalho. A Psicologia, por meio da Psicotécnica, assume o papel da ciência responsável por organizar as técnicas e métodos relacionados à gestão administrativa. Foi o engenheiro suíço Roberto Mange que, em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, aplicou pela primeira vez testes para fins de seleção profissional. Na década de 1930, é criado o Instituto de Organização Racional do Trabalho – o IDORT. Observa-se, a partir daí, a influência da Psicologia na administração pública e privada, por meio de sua atuação em instituições como a Escola Livre de Sociologia e Política, a Faculdade de Administração, Economia e Ciências Contábeis da USP, o SENAI, a Fundação Getúlio Vargas, o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, a Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes e o Conselho de Higiene e Segurança do Trabalho (Antunes, 2003).

Aniela Ginsberg (1982-1986), colaboradora muito próxima desde 1951, chefe do Laboratório de Psicologia Social na ELSP, a quem vai entregar em 1959 o Departamento de Pesquisa do IPPUC-SP; e Raul de Moraes, um dos assinantes da Ata de Fundação da SBPC e professor na Administração da USP, que trará para lecionar Estatística no IP no Curso de Especialização em Psicologia (em 1959) e no Curso de Psicologia da São Bento (em 1964).

Fora de São Paulo, vale citar pelo menos dois periódicos que davam conta do que ocorria na área no Rio de Janeiro: os *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica* (hoje *Arquivos Brasileiros de Psicologia*), revista do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), iniciada também em 1949; e o *Boletim de Psicologia* da Universidade do Brasil (1951-1952). Cabe citar ainda eminente historiador da psicologia brasileira, o Professor Paulo Rosas, que em 1997 diz, em entrevista ao periódico *Estudos de Psicologia* (Natal):

...eu não tinha com quem dialogar, era pouca gente (...) [e]ntão as dúvidas que eu tinha, principalmente na parte de pesquisa... eu juntava e mais ou menos uma vez no ano, ou para congresso, ou para o que fosse, eu ia ao Rio, São Paulo. E então, eu procurava pessoas, me apresentava. Eu as procurava com aquelas questões, com problemas que eu não conseguia resolver. Não tinha quem desse orientação direta... não havia cursos regulares, mestrados... Então, eu tive muito contato nesse tempo e desse tipo com Enzo Azzi, em São Paulo... era a Faculdade São Bento... — ele me escrevia, dava indicações etc. (Campos, p. 317)

2 Enzo Azzi na Psicologia Brasileira

Enzo Azzi foi professor principalmente na PUC-SP, na Universidade Católica de Campinas, no Curso de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Começou lecionando Psicologia Científica (para alunos de Filosofia), Psicologia Geral e da Educação (para Pedagogia e Serviço Social), respondeu por várias disciplinas nos cursos para especialistas e na Graduação em Psicologia e terminou

sua carreira como professor no curso de medicina da Santa Casa de São Paulo, onde dirigiu o Departamento de Psiquiatria e Psicologia Médica. Na década de 1950 criou, na PUC-SP, em colaboração com a FFCL de São Bento, os cursos de Especialização em Psicologia Clínica e do Trabalho e em Orientação Educacional e, em 1961, o de graduação em Fonoaudiologia.

Com boa formação em pesquisa, respondeu pela criação do *Boletim de Psicologia* do Instituto de Psicologia Educacional e Experimental (1952-1954), substituído em 1955 pela *Revista de Psicologia Normal e Patológica (RPNP)*, que dirigiu até o último número, publicado em 1973. Quase dez anos depois de terminada (após saída de Azzi da PUC), a *RPNP* trazia ainda para a Biblioteca da Universidade muitos dos mais de 150 periódicos com os quais chegou a ser intercambiada desde seu primeiro número. Em 1962, imediatamente após regulamentação da profissão, propôs à FFCL de São Bento um Curso de Graduação em Psicologia, que dirigiu até 1968⁵. Era um curso em tempo integral, com seis anos de duração e dois Trabalhos de Conclusão de Curso – uma pesquisa experimental para obtenção do título de Bacharel, após o 4º ano e outro para o título de Psicólogo, depois do 6º ano, este em pesquisa clínica ou experimental – ambos os TCCs a serem defendidos publicamente (*RPNP*, 1963).

No IPPUC-SP, criou ou acolheu movimentos que mostravam tanto seu compromisso com a psicologia e a formação do psicólogo⁶, como seu entusiasmo com as inovações para a área. Publicou por alguns anos, como Anexo à *RPNP*, o Boletim da Divisão Nacional do Brasil da *The International Society for Clinical and Experimental Hypnosis*; divulgou, na seção “Crônicas e Documentação” da revista, toda espécie de notícia sobre Psicologia e áreas afins (livros e periódicos, cursos, congressos, legislação, abertura de associações – tanto locais como internacionais...). E trouxe, para cursos, simpósios e conferências, importantes

5 Em 1968, Azzi assumiu a direção da FFCL de São Bento, deixando a Coordenação do Curso de Psicologia ao Professor Raul de Moraes.

6 Para se ter ideia, no período 1958-1966 (quatro anos antes e quatro anos depois da lei que regulamentou a profissão), a sua revista era a única que vinha regularmente publicando artigos sobre o tema.

pesquisadores estrangeiros, convidados diretamente pelo IP ou trazidos ao Brasil por outras instituições e brasileiros, das mais diversas áreas e posturas teóricas (*RPNP*, seção Crônicas e Documentação, 1955-1973).

3 A formação do psicólogo na proposta de 1962

Importante documento para compreensão do pensamento de Enzo Azzi sobre a formação do psicólogo é, sem dúvida, sua proposta para um Curso de Psicologia, que propõe à PUC em 1962, tão logo aprovada a lei 4119/62, que “dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de psicólogo”. Publicada na íntegra na *RPNP* (1963), sua proposta provocou, para este texto, a análise que segue.

A ser cumprido em tempo integral e ao longo de seis anos, o Curso atribuiria três diferentes títulos: o de Bacharel (ao final do 4º ano e após defesa pública de pesquisa experimental), título que permitia ao egresso dedicar-se à pesquisa, indo então para cursos de pós-graduação; o de Licenciado (que exigia, além do diploma de bacharel, três disciplinas pedagógicas oferecidas pelo Centro de Educação); e o de Psicólogo, em duas modalidades: Psicologia Clínica e Psicologia do Trabalho, a ser liberado após mais dois anos e defesa pública de pesquisa com metodologia clínica ou experimental.

Percebe-se na grade curricular, logo de início, a preocupação com uma formação ampla, reunindo disciplinas de diversas áreas. Em anexo, estão as tabelas que foram montadas especialmente para esta análise, ao todo quatro, e estão em anexo apenas para fluência do texto. A primeira traz as disciplinas psicológicas, com indicação do número de horas em cada semestre e a formação e ou ocupação dos docentes convidados para ministrá-las, informações essas que se repetirão nas três tabelas seguintes; a segunda traz as outras disciplinas das então chamadas (pela SBPC) “Ciências do Homem”; na terceira, estão duas disciplinas das Ciências Matemáticas; e na quarta as disciplinas das “Ciências da Vida” (que, conforme subdivisão posterior da SBPC, vai incluir a Psicologia).

A tabela que segue é, pois, apenas um resumo desse conjunto de informações:

Tabela 1

Horas semanais de aulas no currículo para formação de psicólogo proposto por Enzo Azzi em 1962 (RPNP, 1963)

Área do conhecimento cf SBPC	Disciplinas	No.	Semestre em que seriam ministradas												n° de horas semanais	
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	teóricas	práticas
da Psicologia* subárea em <i>Ciências do Homem</i> (ver Ciência e Cultura, 1955) ou <i>Ciências da Vida</i> (ver Ciência e Cultura, 1970)	P. Geral*	-	x	x											8	-
	P. Experimental	I e II	x	x	x	x									12	16
	P. Desenvolvimento	I e II	x	x	x	x									8	12
	P. Diferencial	-			x	x									4	-
	P. Social	I e II			x	x	x	x							8	-
	P. Personalidade	-					x	x							4	-
	P. da Aprendizagem	-					x	x							4	4
	P. Animal ou Comp.	-					x								2	1
	P. Religiosa	-						x							2	-
	Questões de P. Exp.	-							x	x					4	4
	P. Criança e Adolescente Excepcional	-							x	x					4	4
	Técnicas de Exame Psicológico	I e II									x	x	x	x	12	12
	Teorias e Técnicas Psicoterápicas	-									x	x			4	10
	Psicoterapia Infantil	-													4	4
Subtotal			18	3	3	4	4	4	2	2	2	2	x	x	40	67
<i>Ciências do Homem</i> (cf SBPC)	Introd. à Filosofia	-	x												2	-
	História da Psicol.	-	x	x											4	-
	Psicol. filosófica	-		x											2	-
	Teoria do Conhec(o)	-							x						2	-
	Lógica simbólica	-								x					2	1
	Sociologia	-	x												2	-
	Antropologia	-			x	x									4	4
	Pedagogia terapêutica	-										x			2	1
	Subtotal	8	3	2	1	1			1	1		1			20	6
<i>Ciências da Vida</i> e <i>Ciências Aplicadas</i> (Medicina)	Biol. e Gen. Humana	-	x	x											2	2
	Neuroanatomia	-		x	x										1	2
	Fisiologia Geral	-	x	x											4	6
	Neurofisiologia	-			x	x									4	4
	Psicofisiologia	-					x	x							4	2
	Patologia Geral	-					x	x							4	4
	Psicol. Profunda	-							x	x					4	4
	Noções de Neuropat.	-							x						2	1
	Psicopatol. Especial	I e II									x	x	x	x	8	8
	Fonoaudiologia	-									x				2	1
	Psiquiatria Infantil	-											x	x	4	2
	Terapêuticas auxiliares em psiquiatria	-											x		2	1
	Subtotal	12	2	3	1	1	2	2	2	1	2	1	3	2	41	37
<i>Ciências Matemáticas</i>	Estatística	-			x	x	x	x							2	2
	Questões de estatística	-							x	x					2	1
	Subtotal	2			1	1	1	1	1	1					4	3
T o t a l			40	8	8	7	7	7	6	5	4	4	5	4	145	113

(*) Estão contadas entre as Ciências Humanas e Sociais e as Ciências da Vida, disciplinas (ditas) psicológicas ministradas por pesquisadores dessas áreas, de modo a atender a perspectiva do autor da proposta. São elas: História da Psicologia, Psicofisiologia, Psicologia Profunda, Psicopatologia especial I e II.

Cabem, desde logo, alguns reparos especiais para falar da formação proposta por Enzo Azzi.

Um primeiro diz respeito à forte presença da medicina, na indicação de disciplinas na área desta ciência aplicada mas, principalmente, na escolha de médicos para responder por muitas das disciplinas ditas psicológicas (Psicofisiologia, Psicologia Profunda, Psicopatologia). Para isso, uma razão pode ser rapidamente lembrada: a necessidade de espaços apropriados para seu ensino – laboratórios especializados e hospitais. Vale lembrar também sua própria formação médica e, não por acaso, estão entre alguns dos primeiros periódicos adquiridos pelo IP: *L'évolution psychiatrique* (desde 1951), *Il lavoro neuropsiquiatrico* (desde 1955) e os *Annales medico-psychologiques* (desde 1940).

O segundo reparo está na exigência explícita na proposta na forma de horas práticas, referendada ainda na escolha de professores para lecionar a maioria das disciplinas, quase sempre pesquisadores.

Ainda um reparo, o terceiro: a proposta de um curso fortemente marcado pela preparação de um psicólogo a quem pouco falta para ser o psicólogo voltado à psicoterapia, ainda que disciplinas muito específicas (Teorias e técnicas psicoterápicas e Psicoterapia Infantil, outras três são “médicas”). A explicação para isto pode estar na maneira como Azzi entendia o método clínico: “não é exclusivo do médico, mas sim pertence a **todo psicólogo** [grifo do próprio Azzi] e não apenas ao psicólogo que colabora profissionalmente com a clínica médica (...), mas a todo aquele que se ocupe de indivíduos, normais ou desajustados, nas escolas, oficinas, centros de orientação profissional, prisões, etc” (Azzi, 1962). E, em 1963, na palestra incluída nesta coletânea, ele vai mais longe: “a psicologia aplicada não pode ser senão clínica, desde o momento em que, abandonando o estudo dos grupos como tais, se ocupa de um determinado indivíduo” (Azzi, 1964-1965).

Cabe destacar finalmente a ênfase na formação científica do psicólogo, que merecerá consideração especial no próximo item.

4 A ênfase em formação científica

Chama atenção na proposta de Azzi que a formação do psicólogo exija dois TCCs. E, de fato, isso acabou se revelando muito difícil para os estudantes mas também para os professores. Não se sabe de nenhum estudante que tenha desistido de nenhum dos títulos por causa das pesquisas exigidas, mas muitos

se atrasaram para obtê-los, porque o curso todo era muito exigente: muitas disciplinas, muitas delas com parte prática que obrigava a deslocamentos em relação ao *campus* da Universidade (por exemplo, era no Hospital do Juqueri, Município de Franco da Rocha a 45 km da Capital, que os estudantes começavam já no 4º ano seus estudos em psicopatologia). Para os professores desta série, além das aulas, havia 40 pesquisas individuais para orientar, razão pela qual a disciplina Questões de Psicologia Experimental passou a ser totalmente dedicada ao primeiro TCC. Cabe contar que a única turma que passou pelo primeiro currículo de psicologia (a Reforma Universitária em 1968 da São Bento apresentou, como TCC de 6º ano, mais um “tipo” de pesquisa, além da clínica (caso da maioria) e da experimental (poucos alunos) – solicitaram entregar o que se poderia chamar de pesquisa teórica (na sua opinião, mais exequível, nas condições dadas).

Na XIV Reunião Anual da SBPC, realizada em Curitiba em 1962, Azzi já deixara claro o que pensava sobre a diferença entre as atitudes clínica e experimental e sua “necessidade técnica” na construção da Psicologia (Azzi, 1962a) e, um ano antes, também na SPBC, quando apresentara trabalho intitulado “Aspecto teórico da Psicologia Clínica (Azzi, 1962b). Reafirmado agora na palestra de 1963 (Azzi, 1964-5), este pensar se reflete na proposta de curso, ao separar como indispensável para o bacharel a realização de uma pesquisa experimental e ao liberar o sextanista para realização de pesquisa clínica.

A diferenciação entretanto de uma Psicologia humana e clínica ao lado de uma Psicologia experimental e comparativa outra significação não tem senão de uma necessidade técnica devida à divisão do trabalho científico (...) (1963, p. 49).

Assim, “por gosto pessoal ou por julgamento sobre a ordem de urgência” do seu problema, o estudante ao final do curso poderia ainda “preferir (...) a demonstração experimental de leis simples à elucidação clínica dos conjuntos complexos da conduta humana” (Azzi, 1962, p. 175).

Refletindo uma discussão candente à época, Azzi toma sua posição entre os “clássicos ou tradicionais”, representados claramente na posição de Lagache⁵ (1949), que em seu *L'unité de la Psychologie* pregava a reunião das correntes existentes dando a cada uma um papel específico na construção da Psicologia. Contra estes, havia os que Garcia Werebe⁶ (1952, p. 36) chama então de “renovadores”, expressão usada “justamente para indicar uma oposição”. Representando no Brasil esta ala, Schneider⁷ (1952), se referia à “psicologia pura experimental” como “estéril”, nada oferecendo “que influa, esclareça e renove os horizontes da psicologia humana” (p. 21). No limite, para ele, importava apenas a “atitude psicológica fundamentada socialmente e não fisicamente” (p. 23).

Para Azzi, dez anos depois, este “conflito mais profundo de natureza doutrinária e filosófica não corresponde senão a um momento da história das ideias e a uma crise” (p. 175). Por uma razão que ele já apresentara em 1951, quando da inauguração do Instituto: como falar em crise se

...é sabido como seu auxílio é invocado, hoje, a todo momento, pela medicina, pela justiça, pelo ministério sacerdotal, pelo trabalho, pela imprensa, pelo comércio, pelas indústrias, pelas artes, pela guerra... (Azzi, 1952, p. 182).

Diferente de ambas as posições⁷, entretanto, havia já o que Politzer⁸ (1929) referia como crise da Psicologia: “uma grande liquefação idealista”. Lembra ele que, “mesmo o behaviorismo rigoroso, de inspiração materialista, desde o começo foi incapaz de manter-se na sua própria linha”, dando origem a diferentes “normas mais ou menos fortemente idealistas” (citado por Werebe, 1952, p. 37).

Na primeira metade dos anos 60, Azzi coordenou um grande projeto apoiado pela Fapesp, no qual se propunha integrar o que chamava de atitude clínica e atitude experimental. Tinha como parceiros Doutora Aniela Ginsberg, representando a primeira, e, pela segunda, o Professor Nelson de Campos Pires,

7 É diferente também a posição de Annita Cabral que, em texto de 1952, diz que há três métodos em Psicologia: o experimental, o estatístico, o clínico e que este é ciência e arte.

então Chefe do Laboratório de Psicologia Experimental do IPPUC-SP, pesquisa a conferir em Ginsberg, Azzi e Pires (1967). Vários estudantes das primeiras turmas tiveram oportunidade de participar desse projeto e tanto Azzi como Aniela Ginsberg sempre incentivaram professores a buscar bolsas de Iniciação Científica junto à Fapesp e ao CNPq.

Entretanto, cabe destacar ainda uma ideia nos textos de Azzi no mínimo curiosa: o que exatamente ele quer dizer quando se refere a uma “necessidade técnica da psicologia”, quando fala da psicologia experimental *versus* psicologia clínica? Será que para ele haveria um momento em que a pesquisa experimental (pesquisa básica?) seria desnecessária à Psicologia? Seria a Psicologia um dia, como a Medicina, “apenas” uma “Ciência Aplicada”? Isto, entretanto, merece pesquisa especial. No momento, queremos apenas lembrar que nos textos de Azzi até agora analisados em nenhum momento ele diz isso, mas dirá muitas vezes da psicologia clínica que é um tipo especial de Psicologia Aplicada.

5 Conclusão

História é sempre embate entre posições. E se uma vence, não significa necessariamente que é a melhor, mas apenas que, no jogo de forças presentes na situação em que o embate se deu, uma delas pôde sobressair-se. Não significa também que ficará sempre assim, pois aos perdedores basta reorganizarem-se e recomeçar. No que se refere à luta com a medicina, cabe lembrar que, enquanto os psicólogos comemoravam a lei 4119, graças a um termo (ajustamento) que parecia eliminar (para Azzi, apenas contornar) a objeção dos médicos à existência de psicólogos ditos clínicos, já os médicos se preparavam para uma primeira volta, volta que veio ganhando força desde o final dos anos 70, até chegar ao final do século com uma nova e mais pesada proposta, o chamado “Ato Médico”, também mais abrangente – para enquadrar agora todas as ocupações (regulamentadas ou não) voltadas à “saúde”.

Quanto aos psicotécnicos, só tinham a ganhar, pelo menos os que puderam se candidatar ao título nas condições da lei: “estar exercendo, por mais de dois anos, atividades profissionais de psicologia aplicada, em serviços idôneos” (Lei 4119/62). Um “Memorial encaminhado aos Senhores Deputados,

a propósito da Regulamentação da profissão de Psicologista” (em *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 1960), mostra bem quanto lutaram por seu projeto de 1954: pediam ainda a volta de artigos mudados pelo Substitutivo da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, entre eles: a “discriminação incompreensível” contra a “Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, ex-Associação Brasileira de Psicotécnica [que] engloba a maioria dos Psicotécnicos ou Psicologistas existentes no território nacional” (p. 83); e a possibilidade de requerer o título pessoas que vinham exercendo, ou tivessem exercido atividades em psicologia aplicada por cinco anos, recuperando os cinco anos em vez de apenas “dois anos [mas] em “serviços idôneos”. Além disso, aliam-se aos médicos, ao insistir na manutenção de alguns parágrafos que excluem da profissão o que é específico da profissão médica e reafirmando como competência do psicologista: “a **colaboração** (grifo nosso) em assuntos psicológicos ligados a outras disciplinas, respeitados os direitos e áreas privativas dos respectivos profissionais” (p. 84).

Quanto à posição do Professor Enzo Azzi relativamente à formação em Psicologia, diferia bastante também das propostas então existentes, principalmente na defesa de pesquisa, experimental e clínica, e na exigência de seis anos para formação em psicologia, para dar conta da forte carga médico-biológica que vai exigir, além de uma formação humanista. Rápida comparação com as primeiras propostas para a área mostra bem a diferença, como vemos em Annita Cabral (1953-4): a de Schneider (FGV), com 4 anos e 12 disciplinas, todas psicológicas – que tem como característica principal segundo a autora “ser uma formação **pura e exclusivamente psicológica** (grifo da autora); a da PUC do Rio de Janeiro, com três anos após um “curso de adaptação” para eliminar os candidatos que buscam no curso ajuda para problemas psicológicos próprios – proposta que, segundo Cabral, tem “acentuada formação médico-fisiológica” [mas] ausência de Psicologia experimental, base antropológica **ou** sociológica (grifo nosso) e Psicologia educacional. Cabral (1952) se refere ainda à proposta de uma “Seção de Psicologia em FFCLs” (apresentada no I Simpósio das Faculdades de Filosofia em 1953) cujas características incluem: não ter “nenhuma feição técnica”, apresentar “boa base biológica e um coroamento filosófico”, além de metade (apenas?) de “matérias psicológicas” (pp. 64-68).

A ousadia de um curso com seis anos (como o da medicina) e de pesquisas como parte obrigatória para o aluno se formar (duas novidades em relação às propostas anteriores) tornam a de Enzo Azzi de fato muito diferente. Mas seria preciso ainda, para entender completamente sua proposta, uma análise do que proporá como formação em psicologia necessária à formação do médico, proposta que vai implantar no Curso de Medicina da Santa Casa de São Paulo a partir de 1966. É onde vai ainda criar um Ambulatório – o primeiro (talvez mesmo único) em Santas Casas de Misericórdia (que sempre excluíram de seu projeto o atendimento ao doente mental) – e que, conforme primeiros dados levantados, teria sido o embrião do CAISM, um conceituado Centro de Assistência Integral ao Doente Mental, que atende hoje “em quatro níveis: ambulatório, internações, emergência psiquiátrica, hospital-dia, nas especialidades psiquiatria, dependência química, psicogeriatrics e infância, oferecendo ainda serviços de psicoterapia, psicologia e serviço social” (*site* do CAISM, *acesso* em 28 de maio de 2010).

Objeto, entretanto, para outro artigo, a análise dessa proposta poderá mostrar pontos comuns com sua proposta para formação de psicólogos. Bem detalhada em documento publicado na *RPNP*, “O ensino das disciplinas psicológicas e psicopatológicas na Faculdade de Ciências Médicas de São Paulo” (Azzi, 1966), a proposta mostra a exigência de três horas semanais desde o primeiro semestre, em Disciplinas Psicológicas e Disciplinas Psicopatológicas: no primeiro ano, Psicologia Geral, Social e do Desenvolvimento; no segundo ano, Psicofisiologia no primeiro semestre, e Psicologia Profunda no segundo semestre. A partir do terceiro ano, os estudantes têm as Disciplinas Psicopatológicas: Psicopatologia Geral (terceiro ano) e Especial (quarto ano), fechando com Medicina Psicossomática, no quinto ano.

Em seu discurso de inauguração do Instituto de Psicologia da PUC-SP em 1951 (*Revista da Universidade Católica*, 1952), Azzi dissera que “a maturidade de uma ciência pode ser revelada, também, pelo grau de aplicabilidade que os dados, as noções e as leis por ela recolhidas assumem aos fins da vida prática

e social” (p. 182). Em 1966, dedicado agora com exclusividade a uma Ciência (definitivamente) Aplicada, como a Medicina, como pensará a formação de seus profissionais? Leitura inicial de Atas de reuniões do Conselho Departamental da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa, das quais participava porque dirigia o Departamento de Psicologia Médica e Psiquiatria, permite ver um Azzi tão batalhador como o que chegou a São Paulo em 1950. Talvez se possa ver aí como e quanto mudaram suas concepções sobre a formação de um clínico.

Referências

- Antunes, M. A. M. (2003). *A Psicologia no Brasil. Leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: Unimarco.
- Associação Brasileira de Psicólogos e Sociedade de Psicologia de São Paulo. (1958). Substitutivo ao anteprojeto de lei 3825/1958 do Ministério de Educação e Cultura. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, IV(3-4), 394-401.
- Associação Brasileira de Psicotécnica. (1954). O problema da regulamentação da profissão de psicologista e da formação regular de profissionais nesse gênero. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 2, 45-50.
- Azzi, E. (1952). Discurso por ocasião da inauguração do Instituto de Psicologia da PUC-SP. *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, 1, 182-188.
- Azzi, E. (1962a). Aspecto teórico da Psicologia clínica. *Ciência e Cultura*, 14(1), 25-26.
- Azzi, E. (1962b). Método experimental e método clínico em Psicologia Científica. *Ciência e Cultura*, 14(3), 175.
- Azzi, E. (1966). O Ensino das Disciplinas Psicológicas e Patológicas na Faculdade de Ciências Médicas de São Paulo. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, XII(3-4), 462-470.
- Boletim do Instituto de Psicologia Experimental e Educacional (1952-1954). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, I-III.
- Cabral, A. C. M. (1952). Requisitos básicos da formação de psicologistas. *Ciência e Cultura*, 5(1), 43-44.

- Cabral, A. C. M. (1953-1954). Problemas da formação de psicólogos. *Boletim de Psicologia*, 5/6(18-20), 64-68.
- Campos, H. R. (1997). Paulo Rosas (Entrevista). *Estudos de Psicologia* (Natal), 2(2), 301-327.
- Centro de Psicologia Aplicada. (1967). Formação do Psicólogo e Regulamentação de seu trabalho. *Boletim CEPA*, 1, 1-12.
- Ginsberg, A. G.; Azzi, E.; & Pires, N. C. (1967). Comparação entre métodos projetivos e experimentais no estudo de alguns aspectos da personalidade. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, XIII(4), 269-286.
- Garcia Werebe, M. J. (1952). As tendências atuais da Psicologia em França. *Boletim de Psicologia*, março-setembro, 35-45.
- Guedes, M. C. (2001). “Enzo Azzi”. In R. H. F. Campos (Org.), *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago.
- Hiltmann, H. (1958). Pesquisa e Prática de Psicologia na América do Sul. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, IV(3-4), 339-343.
- Revista de Psicologia Normal e Patológica*. (1955-1973). Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1-19(1-4).
- Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (1958). Substitutivo apresentado pela Associação Brasileira de Psicólogos e pela Sociedade de Psicologia de São Paulo ao ante-projeto de lei 3.825/1958 do Ministério da Educação e Cultura. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, 4(3-4), 394-401.
- Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (1960). Memorial encaminhado aos Srs. Deputados, a propósito da regulamentação da profissão de psicologista. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, VI(1), 83-86.
- Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (1963). Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento. *Revista de Psicologia Normal e Patológica*, IX(1-2), 301-304.
- Instituto de Seleção e Orientação Profissional. (1959). Substitutivo adotado pela Comissão de Educação e Cultura, ao Projeto nº 3.825 de 1958, dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicologista. *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica*, 11(3-4), 87-91.

- Lagache, D. (1949). *L'unité de la Psychologie: Psychologie expérimentale et Psychologie clinique*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Schneider, E. (1952). A Psicologia como Ciência Social. *Boletim do Instituto de Psicologia* (Universidade do Brasil), 2(1-2), 20-26.
- Seção Crônica e Documentação. (1955-1973). Seção especial da *Revista de Psicologia Normal e Patológica*. Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Universidade Católica de São Paulo. (1952). Crônica da Reitoria: 5º Aniversário da Equiparação da Universidade. *Revista da Universidade Católica de São Paulo*, 1, 182-188.

A autora agradece a Andréa Wu, Camila Silveira da Silva e Gabriel Vieira Candido, do Grupo de Pesquisa em História da Psicologia da PUC-SP, que colaboraram na localização e processamento de informações para este trabalho.

ANEXO 1



ANEXO 2

Número de tomos consultados e número de artigos encontrados em quatro periódicos brasileiros no período 1958-1966*: Arquivos Brasileiros de Psicotécnica (FGV), Boletim de Psicologia (SPSP), Revista de Psicologia Normal e Patológica (IPPUC-SP) e Revista do Departamento de Psicologia da USP.

Ano	Número de tomos consultados					Número de artigos encontrados				
	ABP	BP	RPNP	USP	Total	ABP	BP	RPNP	USP	Total
1958	3	1	2	-	6	0	0	2	-	2
1959	3	1	2	-	6	1	0	1	-	2
1960	4	1	3	-	8	1	0	0	-	1
1961	4	1	2	-	7	1	0	1	-	2
1962	4	1	1	-	6	0	0	0	-	0
1963	4	0	2	-	6	0	0	1	-	1
1964	3	1	2	2	8	0	0	0	0	0
1965	4	1	2	2	9	0	5	1	0	6
1966	4	1	2	2	9	0	1	1	0	2
Total	33	8	18	6	65	3	6	7	0	16

* Quatro anos antes e quatro anos depois da publicação da Lei (1962).

Fonte: Guedes, M.C. "40 anos da Profissão e a Psicologia na PUC-SP". Palestra na Faculdade de Psicologia PUC-SP, 2002. Arquivado no NEHPSI/PUC-SP, Projeto "A Psicologia em SP".

ANEXO 3

Disciplinas no Curso de Psicologia proposto por Enzo Azzi em 1962 (Divisão cf SBPC, *Ciência e Cultura*, 1970).

Tabela 1 – Disciplinas psicológicas

(exceto as regidas por pessoal de outra área: *História da Psicologia, Psicologia Profunda e Psicopatologia I e II*)

nome da disciplina	semestre(s) e horas semanais (teóricas e práticas)	outra ocupação ou experiência profissional do Professor convidado
Psicologia Geral	1° e 2° 4hs	(o próprio Professor Azzi)
Psicologia Experimental I e II	1° a 4° semestres 3h + 4h	Pesquisadora no CRPE*
Psic. Desenvolvimento I e II	1° a 4° semestres 2h + 3h	Pesquisadora no IPPUC-SP
Psicologia Diferencial	3° e 4° semestres 2h	(Azzi + Pesquisadora do IP)
Psicologia Social	3° a 6° semestres 2h	Pesquisadora no CRPE
Personalidade	5° e 6° semestres 2h	a mesma de P. Social
P. da Aprendizagem	5° e 6° semestres 2h + 2h	Professor USP e pesquisador no CRPE
P. Animal ou Comparada	5° semestre 2 + 1h	Substituída por horas práticas em P.Experimental (I e II)
P. Religiosa	6° semestre 2h	Padre com pós-graduação
Questões de P. Experimental	7° e 8° semestres 2h + 2h	(Vários - Orientação de TCC)
P. da Criança e do Adolescente Excepcional	7° e 8° semestres 2h + 2h	Psicóloga do IPPUC
Técnicas de Exame psicológico I e II	9° a 12 semestres 3h + 3h	Psicóloga do IPPUC-SP

Disciplinas exigidas apenas aos optantes pela Psicologia Clínica

Teorias e Técnicas Psicoterápicas	9° e 10° semestres 2h + 5h	Especialização em Psicologia
Psicoterapia Infantil	11 e 12° semestres 2h + 2h	Especialização em Psicologia

Fonte: *RPNP*, 1963, 1-2, pp. 298-303.

* CRPE – Centro Regional de Pesquisas Educacionais (MEC – 1956-1966).

Tabela 2 – Disciplinas das Ciências do Homem (exceto Psicologia)

nome da subárea	nome da disciplina	semestre(s) e n° de horas semanais (a 2a. informação é de hs práticas)
Filosofia	Introdução à Filosofia	1° semestre 2 h/semanais
	História da Psicologia*	1° e 2° semestres 2h/semanais
	Psicologia filosófica	2° semestre 2h/semanais
	Teoria do Conhecimento**	7° semestre 2h/semanais
	Lógica simbólica **	8° semestre 2h + 1h/semanais
Ciências Sociais	Sociologia	1° semestre 2h/semanais
	Antropologia	3° e 4° semestres 2h + 2h/semanais
Educação	Pedagogia terapêutica	10° semestre 2h + 1h/semanais

* Disciplinas (ditas) psicológicas mas com professor de outra área que não a Psicologia são incluídas na área do professor escolhido por Azzi para ministrá-las.

** Cabe contar que, depois de iniciado o Curso, estas disciplinas foram trocadas por uma intitulada “Crítica à metodologia científica”, 7° e 8° semestres, 3 horas/semanais.

Tabela 3 – Disciplinas das Ciências matemáticas

Estatística	3° a 6° semestres 2h + 2h	Estatística Aplicada Pesquisador
Questões de Estatística	7° e 8° semestres 2h + 1h	Estatística Aplicada Pesquisador

Tabela 4 – Disciplinas das Ciências da Vida

nome da disciplina	semestre(s) e horas semanais	formação/ocupação do Professor convidado
Biologia e Genética Humana*	1° e 2° semestres 2h	ciências biológicas
Neuroanatomia	2° semestre 1h + 2h	Medicina; pesquisador
Fisiologia geral	1° e 2° semestres 2h + 3h	Fisiologia; pesquisador
Neurofisiologia	3° e 4° semestres 2h + 2h	Medicina; pesquisador
Psicofisiologia	5° e 6° semestres 2h + 1h	Fisiologia; pesquisador
Patologia Geral	5° e 6° semestres 2h + 2h	Médico, pesquisador
Psicologia Profunda	7° e 8° semestres 2h + 2h	Medicina; pesquisador
Noções de Neuropatologia	7° semestre 2h + 1h	Medicina; pesquisador
Psicopatologia Especial I	9° e 10° semestres 2h + 2h	Medicina; prática em hospital
Fonoaudiologia	9° semestre 2h + 1h	Medicina; pesquisador

Disciplinas exigidas apenas aos optantes por Psicologia Clínica

Psiquiatria Infantil	11° e 12°semestres 2h + 1h	Psiquiatria; pesquisador
Psicopatologia Especial II	11° e 12°semestres 2h + 2h	Medicina; prática em hospital
Terapêuticas. auxiliares em psiquiatria	11° semestre 2h + 1h	Psiquiatria

*** Por sugestão do Professor Frota Pessoa, esta disciplina foi subdividida em 1964: Biologia 1° 2° semestre 2h + 2h (mesmo Professor); Genética 3° semestre 2h e Genética do Comportamento 4° semestre 2h (por pesquisadoras da equipe de Frota Pessoa).**

CAPÍTULO 7*

PSICOLOGIA: CARACTERÍSTICAS DA PROFISSÃO

Sylvia Leser de Mello Pereira

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

O estudo aqui apresentado é o resumo da primeira parte de um trabalho, redigido em 1972, que pretendia verificar como se caracterizava a profissão de psicólogo em São Paulo (Mello, 1975), e que tipos de trabalho os profissionais tinham a possibilidade de escolher ao terminarem os cursos de Psicologia.

É evidente que no tempo decorrido após a redação do trabalho, muitas modificações se concretizaram em relação aos problemas tratados. É suficiente lembrar que temos, atualmente, mais de 20 cursos de Psicologia no estado de São Paulo. Isso representa um grande aumento no número dos psicólogos diplomados em cursos superiores, o que traz como consequência maior oferta de profissionais no mercado de trabalho, e eventual mudança nas orientações constatadas para a distribuição das atividades dos profissionais. Mesmo assim, penso que as constatações feitas são ainda válidas, como um diagnóstico inicial da profissão ou como contribuição a estudos mais aprofundados, que procurem situar o lugar e o papel da Psicologia, e dos psicólogos, na vida da sociedade brasileira.

**Referência completa do texto original: Pereira, S. L. M. (1975): Psicologia: características da profissão. Boletim de Psicologia, XXVI(69), 41-50.*

Os dados que vamos apresentar correspondem ao levantamento das ocupações de todos os psicólogos diplomados, até 1970, pelos cursos de graduação existentes na cidade de São Paulo. O curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, o da Faculdade de Filosofia Sedes Sapientiae e o da Faculdade de Filosofia São Bento, haviam formado, quando iniciamos a coleta de dados, respectivamente 82, 43 e 73 psicólogos. As informações relativas às atividades profissionais dos 198 psicólogos foram recolhidas por meio de um questionário, intencionalmente simples, que perguntava, apenas, quais as primeiras ocupações dos psicólogos após o término do curso, e quais as suas ocupações no momento da pesquisa.

Embora as informações assim obtidas fossem claras e precisas, a sua organização num todo compreensivo, que permitisse traçar as linhas gerais do desenvolvimento da profissão, acarretou alguns problemas. Optamos, afinal, por adotar uma classificação que se limitasse às áreas de trabalho mencionadas pela lei federal: Ensino, Clínica, Escolar e Industrial. Embora essa divisão das áreas seja muito geral, ela facilita a apresentação das informações de modo ordenado. Dessa forma, as atividades profissionais exercidas pelos 198 psicólogos da nossa população, foram assim distribuídas:

ENSINO – incluem-se nesta área de trabalho todas as atividades docentes e de pesquisa dos psicólogos, inclusive as atividades de supervisão e treinamento de alunos.

PSICOLOGIA CLÍNICA – incluem-se nesta área de trabalho todas as atividades de diagnóstico e de terapia dos psicólogos, quando realizadas em clínicas e consultórios particulares, hospitais, serviços públicos e serviços assistenciais.

PSICOLOGIA ESCOLAR – incluem-se nesta área de trabalho todas as atividades dos psicólogos que, realizadas em escolas ou em instituições vinculadas a elas, visam à utilização das técnicas psicológicas, com finalidade de promover a eficiência do ensino em todos os seus aspectos.

PSICOLOGIA INDUSTRIAL – incluem-se nesta área de trabalho todas as atividades dos psicólogos que, realizadas em empresas industriais, comerciais ou em outras instituições, visam a aplicar as técnicas psicológicas, a fim de promover a eficiência e a produtividade no trabalho¹.

O primeiro aspecto a chamar a atenção nas informações obtidas refere-se às ocupações concomitantes, ou seja, uma boa parte dos psicólogos teve, e tem ainda mais de uma ocupação. Esse fato é significativo para uma análise do mercado de trabalho, pois parece indicar que os ex-alunos não só encontraram ocupação dentro do campo da Psicologia, mas tiveram possibilidade (ou necessidade?) de manter mais de uma ocupação como psicólogo.

1 As seguintes “categorias” completam o quadro das informações recolhidas:

OUTRAS ATIVIDADES - incluem nesta “categoria” duas ocupações dos psicólogos que não estão compreendidas nas áreas de trabalho consideradas acima, e três casos de psicólogos que mantêm ocupações sem relação com a psicologia.

EXTERIOR - incluem-se nesta “categoria” treze casos de psicólogos que, no período da coleta de dados, encontravam-se fora do Brasil.

NÃO TRABALHA - incluem-se nesta “categoria” dezoito casos de psicólogos que, no período da coleta de dados, não estavam exercendo quaisquer atividades profissionais.

SEM INFORMAÇÕES - incluem-se nesta “categoria” seis casos de psicólogos sobre os quais não foi possível obter-se qualquer informação durante o período da coleta de dados. (Na categoria *Outras Atividades* encontramos experiências de trabalho sem relação com a Psicologia (industrial, publicitário, administração pública, etc.). Duas atividades atuais, incluídas nessa categoria, poderiam ser classificados como “trabalho de divulgação de conhecimentos psicológicos”. Essas duas experiências profissionais foram aí colocadas, porque são em número reduzido e não se enquadram, pela natureza da atividade, em nenhuma das quatro categorias principais que desejamos analisar. Reconhecemos, entretanto, que talvez representem uma abertura promissora para um novo mercado de trabalho. Eliminaremos de todas as tabelas seguintes os psicólogos incluídos nas “categorias” exterior, não trabalha e sem informações, bem como os dois psicólogos que exercem atividades sem relação com a psicologia. Reduzimos assim a nossa população a 158 psicólogos, quando tratamos das suas atividades atuais e a 170 psicólogos, quando tratamos das suas primeiras experiências de trabalho, pois 12 psicólogos tiveram experiências profissionais em Psicologia ao deixarem o curso, abandonando-as depois.

Tabela I

Distribuição dos Psicólogos segundo o número de ocupações concomitantes que exerceram após o término do curso

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	PSIC. QUE EXERCIAM			Tot.
	1 Ocup.	2 Ocup.	3 ou + Ocup.	
São Bento	32	16	12	60
“Sedes Sapientiae”	16	13	7	36
Universidade de São Paulo	52	19	3	64
TOTAL	100	48	22	170

Tabela II

Distribuição dos Psicólogos segundo o número de Ocupações que Exercem Atualmente

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	PSIC. QUE EXERCIAM			Tot.
	1 Ocup.	2 Ocup.	3 ou + Ocup.	
São Bento	36	15	7	58
“Sedes Sapientiae”	10	15	9	34
Universidade de São Paulo	48	12	6	66
TOTAL	94	42	22	158

Os dados das tabelas acima têm que ser considerados para se poder oferecer um quadro bastante claro de desenvolvimento da profissão, de modo que nas tabelas subseqüentes estaremos sempre lidando com todas as experiências profissionais dos psicólogos, isto é, com o número de ocupações concomitantes mantidas pelos profissionais, e não com o número de psicólogos que mantêm as ocupações. Assim, nas tabelas III e IV os números indicam as experiências profissionais dos psicólogos segundo as áreas de trabalho já definidas.

Tabela III

Número de primeiras experiências profissionais dos Psicólogos distribuídas segundo as Áreas de Trabalho

ÁREAS DE TRABALHO	Ensino	Clínica	Industrial	Escolar	Tot. de Ativ.
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS					
São Bento N = 60	32	45	8	17	102
“Sedes Sapientiae” N = 36	10	39	6	9	64
Universidade de São Paulo N = 74	37	46	7	8	98
TOTAL N = 170	79	130	21	34	264

Tabela IV

Número de Atividades Atuais dos Psicólogos Distribuídas segundo as áreas de trabalho

ÁREAS DE TRABALHO	FACULDADE DE FILOSOFIA CIÊNCIAS E LETRAS			TOTAL (N = 158)
	São Bento (N = 58)	Sedes Sapientiae (N = 34)	USP (N = 66)	
Ensino	24	9	30	63
Clínica	42	40	43	125
Industrial	7	12	12	31
Escolar	13	9	5	27
Total de at.	86	70	90	246

Analisando os números das tabelas acima, verificamos que as experiências nas áreas do ensino e da clínica correspondem a 76% de todas as experiências de trabalho dos diplomados.

O Ensino, a que se refere a nossa categoria, restringe-se, quase que exclusivamente ao Ensino superior, como se pode verificar na Tabela V.

Tabela V

Número das primeiras experiências profissionais e atividades atuais dos psicólogos na área do ensino

	ENSINO SUPERIOR		Ensino de Nível Médio	Outros
	Cursos de Formação de Psicólogos	Outros Cursos Superiores		
Primeira experiência Profissional	46	16	6	11
Atividade Atual	46	12	1	4

O ensino superior representa um importante mercado de trabalho para o psicólogo. Da nossa população, 53 psicólogos eram docentes de cursos superiores, predominantemente de cursos para a formação de psicólogos. Novos cursos de Psicologia, e currículos ampliados e diversificados², representam, ainda, novas possibilidades de trabalho para os diplomados.

Se a diversificação das disciplinas e a criação de novos cursos de Psicologia podem representar uma expansão do mercado de trabalho para o psicólogo no ensino superior, são necessárias algumas ressalvas: note-se, por

2 O currículo do curso de Psicologia da USP constava, quando da sua criação em 1958, de 16 disciplinas. O currículo proposto para o ano de 1972 consta de 41 disciplinas obrigatórias e 16 disciplinas optativas.

exemplo, que enquanto a USP e a PUC de São Paulo ofereceram, em conjunto, 280 vagas para os seus cursos de Psicologia, em 1972, 360 vagas foram oferecidas somente por um dos novos cursos criados na Capital. Mesmo tomando em conta o aparecimento de novos cursos, a diversificação dos currículos e ainda outros fatores, a tendência é a diminuir a importância do ensino superior como mercado de trabalho para os psicólogos nos próximos anos.

Ao classificarmos as atividades dos psicólogos, segundo as áreas tradicionais de aplicação da Psicologia, consideramos que as nossas categorias permitiam, apenas, uma apresentação ordenada das informações recolhidas nos questionários, não porque as atividades dos psicólogos se estendam além daquelas áreas definidas, mas porque os limites entre elas não são nítidos. As três categorias, definidas como áreas de aplicação das técnicas psicológicas, foram por isso reunidas numa única análise, de modo a fornecer uma perspectiva global da profissão. Consideramos, também, as dificuldades encontradas para classificar as atividades dos psicólogos, pois as funções descritas pelos informantes são, em grande parte, idênticas para as três categorias. Dessa forma, concluímos que se fosse possível elaborar uma classificação precisa, esta dependeria da determinação dos objetivos que, em cada caso, conduzem ao emprego das técnicas psicológicas. Portanto, a divisão em áreas de trabalho, Clínica, Industrial e Escolar, é uma divisão formal que corresponde mais à nossa necessidade de organizar os dados disponíveis, a fim de analisar a atuação dos profissionais ao nível do seu significado social, do que ao propósito de realizar um inquérito sobre a característica das técnicas psicológicas, ou sobre a natureza do trabalho dos psicólogos nas diferentes áreas de aplicação.

A área de Psicologia Clínica, tal como nós a definimos, reúne o maior índice de experiências de trabalho de nossa população, isto é, 52% dos psicólogos diplomados, até 1970, na cidade de São Paulo, dedicam-se, ao menos em parte, a atividades que eles denominam *clínicas*.

Tabela VI

Número de atividades atuais dos psicólogos na área de Psicologia Clínica, distribuídas segundo o local de trabalho

FACULDADES DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS	LOCAL DE TRABALHO			TOT.
	Clínicas e Consultórios Particulares	Serviços Públicos	Outros Serviços	
São Bento	28	10	4	42
“Sedes Sapientiae”	35	2	3	40
Universidade de São Paulo	32	10	1	43
TOTAL	95	22	8	125

A distribuição dessas atividades pelos diferentes locais em que os psicólogos prestam seus serviços, parece indicar que o psicólogo atua, preferencialmente, como um profissional autônomo, sendo a clínica particular a expressão mais concreta dessa preferência.

Chamamos preferencialmente à atividade autônoma, porque foi possível constatar uma evasão de todas as atividades assalariadas em benefício do número de atividades autônomas, como podemos verificar nos números da Tabela VII.

Tabela VII

Número das primeiras experiências de trabalho e das atividades atuais dos psicólogos na área da Psicologia Clínica, por local de trabalho

LOCAL DE TRABALHO	Clínicas e Consultórios Particulares	Serviços Públicos	Outros Serviços	Total das Ativ.
Primeira Experiência Profissional	75	37	18	130
Atividade Atual	95	22	8	125

Contrastando com o grande número de atividades profissionais na área da clínica, é muito reduzido o número de psicólogos atuando como psicólogos industriais e escolares.

A psicologia industrial, por exemplo, embora seja uma das antigas modalidades de aplicação das técnicas psicológicas em nosso estado, vem se desenvolvendo muito lentamente.

Tabela VIII

Número de primeiras experiências profissionais e atividades atuais dos psicólogos, na área da Psicologia Industrial, por local de trabalho

	Empresas	“Institutos” de Psicotécnica	Assessoria a empresas	Outros	Total
Primeira Experiência Profissional	15	-	1	5	21
Atividade Atual	15	12	3	1	31

A tabela VIII deixa bem claro que o aumento das atividades atuais dos psicólogos, na área industrial, em relação ao número das primeiras experiências, tem a ver, apenas, com a instituição recente dos exames psicotécnicos para motoristas. Sem entrarmos no problema do valor desses exames para uma seleção adequada dos motoristas, uma popularização da imagem de “aplicador de testes”, do ponto de vista do psicólogo, talvez não seja benéfica, nem a curto nem a longo prazo. Se considerarmos ainda o caráter rotineiro de aplicação e avaliação sempre das mesmas provas, pode-se compreender que esse tipo de trabalho nada possui de estimulante. Entretanto, se as experiências profissionais dos psicólogos, na área do trabalho, aumentaram tão consideravelmente, a explicação deve residir no fato de que os Institutos de Psicotécnica representam uma abertura para o trabalho profissional autônomo.

Os dados referentes à área da Psicologia Escolar parecem vir em apoio do que afirmamos, pois é a área de aplicação que reúne o menor número de atividades atuais dos psicólogos.

Tabela 9

Número de primeiras experiências profissionais e atividades atuais do psicólogo, na área da Psicologia Escolar, por local de trabalho

	Escolas Particulares	Escolas Públicas	Total
Primeira experiência	29	5	34
Atividade atual	21	6	27

Os dados da tabela IX exigem reflexão e colocam um problema dos mais graves, cuja natureza se refere a toda a psicologia aplicada, e nos leva a realizar uma análise do conjunto das informações obtidas a respeito das áreas de aplicação da Psicologia, em São Paulo.

O estudo dos limites da aplicação das técnicas psicológicas, deve ser iniciado por uma revisão crítica da história do ensino da Psicologia em São Paulo, de forma a revelar alguns problemas nucleares que merecem a atenção. Para diagnosticar aqueles problemas, no entanto, é preciso adotar uma perspectiva mais ampla do que os simples limites das preocupações formais com o conteúdo dos conhecimentos, que os psicólogos devem adquirir para exercer a sua profissão e definir, assim, alguns aspectos do ensino e da profissão que não estão sendo considerados quando se discute apenas, o elenco das disciplinas que devem compor um curso de Psicologia.

Em São Paulo, antes de 1930, era inexistente o Ensino Superior da Psicologia e, “até cerca de 1915 a influência francesa era incontestável, e até 1930 os cursos nas escolas normais eram de Psicologia Geral, entrando nelas muito pouco a Psicologia Infantil e o ponto de vista genético e, em lugar das

teorias da aprendizagem, era tratada a formação de conceitos de um ponto de vista mais lógico que psicológico” (Cabral, 1950, p. 32-33).

Até essa época encontramos alguns ensaios de aplicação de técnicas psicológicas em São Paulo. Já em 1924 o engenheiro Roberto Mange introduzia práticas de orientação e seleção profissional para os aprendizes, no Liceu de Artes e Ofícios, em 1930; passou a prestar esses serviços junto à Estrada de Ferro Sorocabana (Santos, 1953). Em 1928, Lourenço Filho ensaiava a utilização, em várias escolas da Capital, do seu teste ABC (Lourenço Filho, 1957). Franco da Rocha e Durval Marcondes, antes de 1930, interessados sobretudo nos conceitos e técnicas psicanalíticas, haviam-nas introduzido no estudo e tratamento dos doentes mentais (Cabral, 1950).

Se considerarmos que o objeto da Psicologia, enquanto ciência e enquanto profissão, é o conhecimento *do* e a intervenção *no* comportamento humano, somos obrigados a reconhecer que numa sociedade em processo lento de evolução, tal como o Brasil até a década de trinta, não pode haver consciência dos problemas, com os quais a Psicologia vai lidar. Ela não encontra lugar num país onde as escolas são poucas e pequena a sua procura, onde o encaminhamento profissional dos jovens resolve-se no âmbito das ocupações tradicionais, onde a organização familiar e a educação das crianças não oferecem problemas que fujam às soluções fixadas pelos costumes e pelos preceitos morais e religiosos, onde uma industrialização incipiente não tem problemas sérios com a mão-de-obra, ou mesmo, quando as comunidades são razoavelmente estáveis e inexistentes os problemas humanos e sociais característicos das grandes metrópoles.

A partir de 1930 tem início no Brasil um processo de aceleração do seu ritmo de desenvolvimento. Segundo os modelos oferecidos pelas sociedades mais desenvolvidas da época, os técnicos e os especialistas passam a ser vistos como indispensáveis para o progresso do país.

Esse interesse novo pela aplicação de técnicas que representam, de alguma forma, uma modernização do país, reflete-se no ensino da Psicologia: em 1931 uma disciplina psicológica é introduzida, pela primeira vez, no currículo de um curso universitário, e o nome que recebe – Psicologia Aplicada aos Problemas da Educação – dá indícios do caráter que se queria atribuir aos cursos.

A partir de então, e dadas as características do movimento de idéias no Brasil, naquele momento, poder-se-ia esperar que o ensino superior passasse a ser o principal responsável pela formação dos profissionais em Psicologia, e que no seu âmbito, a ciência e a pesquisa criassem sólidas raízes.

Tal, porém, não aconteceu, e assim como medeia um longo tempo entre a introdução da Psicologia num curso de nível superior e a criação do primeiro curso superior de Psicologia, assim também a pesquisa é, ainda agora, incipiente mesmo nos centros universitários mais importantes, e estamos longe da originalidade, quer na criação da ciência, quer na invenção tecnológica. Mesmo nas áreas aplicadas, como as tabelas relativas às atividades dos psicólogos o demonstram, é relativamente restrita a expansão dos serviços psicológicos à comunidade.

Estamos, portanto, diante de dificuldades que, tanto o ensino da Psicologia, como a sua aplicação, têm que enfrentar, e que se manifestam pela pouca receptividade que as técnicas psicológicas encontram fora da clínica, e pela escassa representação de profissionais em outras áreas de aplicação, sobretudo em serviços escolares.

Uma primeira explicação para tais dificuldades pode ser encontrada nas resistências do meio ambiente às inovações que a Psicologia traz à compreensão e ao tratamento dos problemas do comportamento. Para o senso comum, o trabalho dos psicólogos sobrepõe-se, de modo supérfluo, ao de outros profissionais e mesmo às funções da família. Assim sendo, é preciso chamar a atenção para os problemas especiais que devem ser enfrentados por uma profissão, que se proponha a introduzir práticas novas em domínios tradicionais, ou considerados como o centro privativo da vida dos indivíduos.

Mas, se compararmos as linhas principais de desenvolvimento da Psicologia Aplicada e do ensino superior da Psicologia, a partir de 1930, torna-se evidente que a explicação é insatisfatória. O que encontramos é um maior interesse pelas aplicações, em oposição ao desenvolvimento do ensino superior da Psicologia, o que parece indicar que se o meio não é muito acolhedor para a profissão, também não oferece resistências excessivas. Tanto é assim que, em 1953, um anteprojeto de lei, preparado pela Associação Brasileira de Psicotécnica,

dava corpo às incompatibilidades que então se imaginava existirem entre a formação universitária dos profissionais, com a ênfase necessária na ciência e no treinamento experimental, e a formação dos profissionais “técnicos”, ou “psicotécnicos”, visando atender às necessidades mais imediatas.

Essa defasagem entre as necessidades de aplicação da Psicologia e o preparo de técnicos, e a insuficiência do ensino superior para formar profissionais, parece indicar que se pode ver a problemática do ensino da Psicologia ainda sob outra perspectiva, ou seja, o da inadequação entre o ensino superior e as necessidades que determinam o aparecimento das profissões. Assim, enquanto se preparavam os técnicos em cursos breves, ou no próprio exercício da profissão, a orientação predominante no ensino superior era teórica, devido em grande parte, ao fato das disciplinas psicológicas, ou mesmo dos cursos de Psicologia, integrarem as Faculdades de Filosofia.

Alguns dos problemas peculiares aos cursos superiores de Psicologia, e que merecem atenção, podem ser assim ordenados: 1) separação entre ciência e técnica. As técnicas foram e são transportadas de seus países de origem, enquanto técnicas e com vistas à sua aplicação imediata; a ciência da qual elas derivam aparece como um “acessório” à utilização das técnicas; 2) os cursos universitários continuam não realizando sua vocação científica, incapazes de criar um padrão diverso do simples consumo de conhecimentos que são transplantados, no mais das vezes, em função das técnicas. A pesquisa, como expressão do crescimento e maturidade da universidade, ainda se faz de forma assistemática ou originada no esforço individual de pessoas isoladas, mesmo quando pertencem aos quadros universitários; 3) a partir da lei nº 4119, os profissionais devem ser formados em cursos superiores, mas os cursos se manifestam impotentes para dinamizar a profissão e ultrapassar as fórmulas, socialmente pobres, das velhas profissões liberais.

As dificuldades e contradições que envolvem a concepção do ensino superior de Psicologia, e se refletem na profissão, aparecem com muita clareza, quando procuramos analisar o porquê da limitada atuação dos psicólogos na área da Psicologia Escolar.

Retomando, a título de exemplo, o ensino da Psicologia na Universidade de São Paulo, é importante salientar que o interesse pelos problemas do ensino e da escola inspirou a estréia da Psicologia como disciplina de um curso de nível superior. Esse interesse não era teórico, mas descendia da grande convivência de Lourenço Filho com os problemas do ensino primário em São Paulo. Após a transferência da disciplina para a Faculdade de Filosofia, já com o nome de Psicologia Educacional, a vinculação com os problemas do ensino e da escola vai se perdendo, em parte, porque as ligações com a profissionalização dos alunos não fossem tão imediatas; em parte, talvez, graças a uma nova orientação clínica que se imprime à disciplina.

Convém estabelecermos agora uma distinção que poderá parecer inútil, à primeira vista, mas que, face ao problema da Psicologia Escolar, ganha um significado especial. A Psicologia oferece à educação duas qualidades de contribuições: uma, científica, que consiste nos conhecimentos sobre problemas que interessam à educação; a outra, que chamaríamos profissional, e que consiste na introdução do psicólogo na escola, como um técnico interessado no desenrolar do processo educacional. A primeira recebe, comumente, o nome de Psicologia Educacional, mas não se trata de uma disciplina psicológica com objeto e problemas próprios. Essa é uma designação genérica que reúne aqueles campos especiais de investigação da ciência psicológica, tais como os estudos do desenvolvimento mental, das diferenças individuais, da aprendizagem, etc., isto é, todos os conhecimentos psicológicos que, de alguma forma, possam trazer qualquer contribuição para a eficácia do processo educativo. A segunda, chamamos de Psicologia Escolar, porque é uma área de aplicação da Psicologia voltada para a solução dos problemas escolares concretos, que possam perturbar os objetivos educacionais.

Ora, a Cadeira de Psicologia Educacional da Universidade de São Paulo, tanto por integrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, como pelas funções a que se destinava no curso de Pedagogia e nos cursos de licenciatura para todos os alunos da Faculdade, nunca se propôs a formação de psicólogos escolares. Enquanto uma cadeira da Seção de Pedagogia, seu interesse estava voltado para a Psicologia Educacional, entendida como um conjunto de disciplinas psicológicas,

e, depois, quando se constituiu o Curso de Psicologia, em 1958, passou a ser responsável por algumas das disciplinas básicas desse curso.

A explicação para a inexistência prática da Psicologia Escolar, no Brasil, envolve ainda outros fatores, sendo que um dos mais importantes reside no modo como as técnicas psicológicas foram encontrando aplicação no país. A orientação profissional oferece um bom exemplo. Desde a sua introdução, em 1924, no Liceu de Artes e Ofícios, em São Paulo, e depois da criação do SENAI, em 1945, ela teve um desenvolvimento consistente, mas extremamente limitado, posto que a sua realização sistemática não ultrapassou o âmbito das escolas de aprendizes industriais ou comerciais. Se esse âmbito de atuação corresponde às modestas ambições originais da orientação profissional na França, ou mesmo nos Estados Unidos, a concepção de uma orientação profissional voltada, exclusivamente, para os trabalhos manuais, foi vencida há muito pela progressiva democratização da escola secundária comum e pela evolução técnica da indústria, com a sua coorte de novas e desconhecidas profissões.

Mais ainda, a orientação profissional dos jovens, concebida como um fator tendente a promover a democratização no mundo do trabalho e, portanto, a idéia de que a orientação profissional está vinculada ao destino democrático das comunidades, tem hoje plena aceitação. Um relatório de 1962 explicita essa idéia no contexto francês:

“Até os nossos dias, a organização escolar, na França, e os meios de formação profissional refletiram as concepções sociais de uma sociedade estratificada e de tipo malthusiano. Nessas condições, só poderia ser aceita uma orientação profissional destinada às crianças das classes sociais mais desfavorecidas (e mais numerosas) e que levasse aos empregos mais humildes da economia. A própria idéia de orientação escolar, se bem que expressa desde 1936, durante muito tempo pareceu incongruente e mesmo atentatória à liberdade das famílias. Com efeito, só é possível uma orientação escolar em estruturas educativas não concorrenciais e que permitam uma verdadeira mobilidade social. Em 1900, e mesmo em 1936, uma reforma escolar verdadeira teria posto em causa os próprios fundamentos da sociedade francesa, porque teria modificado seu modo de seleção das elites” (Binop, 1962, p. 134-35).

Aparecendo, pois, a orientação profissional como um imperativo das sociedades democráticas, a escola surge como o centro privilegiado para assumir essa tarefa. A mais bela concepção das funções democratizadoras da orientação escolar e profissional é o projeto Langevin-Wallon, de reforma do ensino francês, em que orientar constitui o núcleo socialmente significativo do processo educacional. Também nos Estados Unidos encontramos a mesma preocupação:

“A maior responsabilidade em fornecer à juventude a orientação vocacional necessária recai sobre o sistema escolar. Ele tem a seu cargo a grande maioria dos jovens, na época em que mais necessitam de orientação vocacional. A escola, melhor do que qualquer outra agência da comunidade, está em posição de reunir informações relativas às qualidades e características da juventude. Ela pode reunir a informação ocupacional necessária e usá-la com maior proveito. O público confia em suas escolas e no desejo destas de proporcionar um serviço genuinamente desinteressado. O público vem atribuindo mais e mais responsabilidades às escolas, no que se refere ao bem-estar das crianças e da juventude. Um programa adequado de educação pública é impossível sem a orientação vocacional. Entretanto, o sistema escolar não pode realizar sem ajuda esse trabalho. Agindo como um líder responsável, ele deve procurar e obter a cooperação de muitas outras agências sociais / . . /. Dessa forma, a orientação vocacional torna-se empresa da comunidade, centralizada nas escolas públicas” (Myers, 1941, p. 89).

É bem verdade que assistimos, no Brasil, a uma tentativa de implantação da orientação profissional em nossas escolas secundárias, por intermédio da Orientação Educacional. Assim, desde 1942, com a Reforma Capanema (Lei Orgânica do Ensino Secundário, nº 4244, de 9/4/42), a Orientação Educacional é oficializada em nossas escolas secundárias. Não tendo a lei sido regulamentada e nenhuma provisão sido feita quanto à formação dos orientadores, a Orientação Educacional não teve nem acolhida nem desenvolvimento sequer razoável. Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, que em seu Art. 38, item V, instituía a orientação educativa e vocacional nas escolas do ensino médio, e, em seus Arts. 62 e 63, baixava normas para a formação dos profissionais, regularizou-se a situação da Orientação Educacional. Entretanto, 10 anos após a lei, ela não é ainda uma prática comum em nossas escolas secundárias públicas.

A existência de uma profissão, a de Orientador Educacional com seu lugar legalmente garantido nas escolas secundárias públicas, tem conseqüências para a Psicologia Escolar, mas a própria existência da orientação, como uma opção do Curso de Pedagogia, e não de Psicologia, é conseqüência de alguns equívocos históricos quanto à concepção do papel do psicólogo na escola, que derivam, em grande parte, da ênfase clínica que se atribuiu à profissão no Brasil. É certo que, em 1942, quando pela primeira vez se instituiu a Orientação Educacional no Brasil, nem mesmo países como a França e os Estados Unidos podiam oferecer modelos seguros quanto à formação desejável para esses novos técnicos. Os Vocational Counselors nos Estados Unidos, e os Conseillers d'Orientation, na França, foram, de início, recrutados nos meios docentes. É justo, pois, que no Brasil, em 1942, também se atribuísem aos pedagogos essas funções, mesmo porque eram aqueles que, no curso superior, recebiam a mais coerente formação psicológica. Porém, em 1961, quando da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, ou em 1962, quando da Lei nº 4119, a situação era inteiramente outra. As experiências francesa e norte-americana haviam demonstrado que, embora variassem os títulos e as funções³, os profissionais que trabalhavam nas escolas, ou em instituições vinculadas a elas, deveriam receber uma formação psicológica, geralmente em nível de pós-graduação.

³ Veja-se, a respeito da evolução da Psicologia Escolar nos Estados Unidos, Newland (1962), Super (1957) e Jones (1963). Assim, o School Psychologist, que originariamente lidava com os problemas de diagnóstico e reeducação dos deficientes, e os Vocational Counselors ou Guidance Counselors, ligados aos problemas do trabalho, viram, nesse processo, suas funções perderem os limites precisos e seus objetivos se unificarem em torno das crianças e adolescentes normais. Super (1957) sugere que os termos predominantes, conselor e counseling, representam uma síntese dos diversos serviços prestados pelos psicólogos nas escolas. Encontramos a mesma concepção ampla do termo counseling em Krumboltz e Thoresen (1969). Mesmo na França, onde a evolução dos serviços é mais lenta por ser mais rigidamente fixada na legislação federal, também as funções dos Psychologues Scolaires e dos Conseillers d'Orientation tendem a se sobrepor e a perder os limites que as caracterizavam. Veja-se, a respeito, um relatório dos especialistas franceses em Binop (1962), bem como as definições mais tradicionais de Zazzo (1953), Gal (1946), e Lefèvre (1949).

Assim sendo, a legislação brasileira, como é de âmbito federal e busca padronizar as experiências educacionais, criou um impasse que representa um atraso extraordinário para o atendimento psicológico da população em idade escolar, sem mencionar os benefícios da atuação do psicólogo para a própria escola. Esse impasse, que é a resposta do problema da ausência do psicólogo nas nossas escolas públicas, pode ser assim resumido:

1. a Psicologia, por força das contingências que presidiram a sua introdução no Brasil, foi adotando, gradativamente, uma orientação clínica;
2. essa orientação acabou por subestimar as contribuições que a Psicologia pode oferecer fora da clínica, sobretudo à escola;
3. a Lei nº 4119 não procurou corrigir essa tendência, mas antes ratificou-a, se não ao nível dos cursos, que deveriam formar psicólogos, ao menos ao nível da profissão;
4. o mais patente exemplo dos preconceitos profissionais ou acadêmicos que, disfarçadamente, presidiram a formulação legal, é o esquecimento da Orientação Educacional, que deveria ter sido incorporada às funções dos psicólogos, tão precisamente especificadas pela lei;
5. se esse esquecimento custou à Psicologia a perda de uma das suas mais nobres áreas de aplicação, e à Orientação Educacional o esvaziamento de grande parte das suas funções, ele é, sem dúvida, ainda mais oneroso para o sistema educacional como um todo.

É inegável que a Psicologia Escolar, em seu sentido mais amplo e moderno, implica em atividades clínicas, mas estas não representam a parcela mais importante das atividades do psicólogo escolar, pois a imensa maioria dos alunos não necessita desse atendimento. Entretanto, é certo que a imensa maioria dos professores seria beneficiada com a presença do psicólogo na escola, até mesmo porque, através de uma assessoria psicológica segura, estariam em condições de aprender a resolver, na própria sala de aula, grande número de problemas que, em outras circunstâncias acabariam por se converter em casos clínicos.

A inexistência da Psicologia Escolar, em nossas escolas públicas, justifica os serviços de orientação profissional e vocacional e de orientação psicopedagógica, que os psicólogos oferecem em suas clínicas particulares, mas empobrece o conteúdo social dessas intervenções e, de certa forma, cria um padrão brasileiro de atendimento psicológico que é extremamente inadequado, seja ao dinamismo que tem caracterizado, nas últimas décadas, a Psicologia Escolar nos países mais adiantados, seja à nossa realidade social e econômica.

Conclusão

Acreditamos que pelo fato da Psicologia ser uma profissão mais ou menos recente entre nós, e pelo fato, já apontado, da indefinição que cerca as funções do psicólogo na sociedade, os cursos não têm oferecido modelos novos e estimulantes de atuação para o psicólogo, trazendo aos alunos uma idéia inadequada das suas funções sociais. A limitada extensão de serviços que o psicólogo presta à comunidade é, parcialmente, uma decorrência das funções também limitadas que ele se atribui. Dada a virtual inexistência de serviços clínicos públicos e gratuitos, nem mesmo a orientação clínica, predominante na Psicologia, pode ter ampla difusão e chegar a ser socialmente significativa, pois a clínica e o consultório particulares são economicamente seletivos, destinados a atender a uma escassa minoria, dotada de recursos. Nesse contexto cabe, e é justa, a crítica de A. Benkö (1970) acusando a psicologia no Brasil de se ter transformado numa “atividade de luxo”, ou, em outras palavras, numa atividade supérflua.

A formulação e manutenção da imagem de um profissional “de luxo”, transmite certos conteúdos ideológicos residuais, que não podem deixar de ser apontados. Esses conteúdos são, basicamente, de duas ordens: implicam uma concepção da Psicologia alheia às instituições sociais, devotada ao estudo do comportamento humano em si e por si; implicam um modelo de atuação para o psicólogo devotado à melhoria individual em si e por si. É inegável, contudo, que o modo de vida do homem moderno é o modo de vida mais coletivo que a história da humanidade já conheceu. As tensões e conflitos que caracterizam a nossa época são vividos por sociedades inteiras. Os problemas psicológicos com

que nos defrontamos são, na verdade, problemas de saúde mental coletiva. É preciso trazer ao primeiro plano a preocupação de atuar sobre os determinantes sociais da conduta individual. As fontes virtuais de conflito na comunidade, no país e, por fim, no mundo, devem ser gradativamente incorporadas a uma visão psicológica do homem e também à perspectiva da Psicologia Clínica. A intensa e extensa crítica ao *modelo médico das doenças mentais* é apenas um aspecto das tendências atuais da psicologia clínica, para situar as responsabilidades da sociedade na criação e manutenção dos padrões de conduta dos indivíduos. Na verdade, a crítica apresentou um duplo desafio: um desafio à ampliação do próprio conceito de “clínica” ao nível mais geral da Psicologia, e um desafio à inventividade científica e técnica dos psicólogos.

A abertura dos *nosso*s cursos de formação de psicólogos para os problemas da *nosso*a sociedade e, por conseqüência, do *nosso* homem, representaria uma tentativa de superar o problema dos estreitos limites de atuação que a Psicologia tem encontrado no Brasil.

Bibliografia

- BENKO, A. “Como se tem feito e como deverá ser feito o treinamento do Psicólogo Clínico?” Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada, 22 (2) : 21-35, 1970.
- BINOP. “Intégration des Jeunes dans um Monde em Évolution Technique et Économique Accélérée”. Binop, n° spécial, 123-44, 1962.
- CABRAL, A. “A Psicologia no Brasil”. Boletim CXIX n° 3 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 9-47, 1950.
- GAL, R. L’Orientation Scolaire. Paris, Press Universitaires de France, 1946.
- JONES, A. J. Principles of Guidance. New York, McGraw-Hill, 1963.
- KRUMBOLTZ, J. D. e Thorensen, C. E. (eds.) Behavioral Counseling: Cases and Techniques. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1969.
- LEFÈVRE. Le Professeur Psychologue. Paris, Press Universitaires de France, 1949.
- LOURENÇO FILHO, M. B. O Teste ABC. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1957.
- MELLO, S. L. Psicologia e Profissão em São Paulo. Ed. Ática, S.P., 1975.
- MYERS, G. E. Principles and Techniques of Vocational Guidance. New York, McGraw-Hill, 1941.

- NEWLAND, T. E. "Psychologists in the Schools". In WEBB, W. E. (ed.) *The Profession of Psychology*. New York, Holt, Rinehart and Winston, 1962.
- SANTOS, O. B. "Psicologia do Trabalho: Orientação Profissional". In KLINEBERG, O. (ed.) *A Psicologia Moderna*. Liv. Agir Ed., 1953.
- SUPER, D. E. *The Psychology of Careers*. New York, Harper, 1957.
- ZAZZO, R. "Le Psychologue Scolaire". *Enfance: La Psychologie Scolaire*, nº spécial, 1953.

CAPÍTULO 8

POR QUE ESCRREVEMOS ANTES, POR QUE ESCREVERMOS AGORA?

Sylvia Leser de Mello

El peligro real es la sordera...
Julio Cortázar (1975, p. 91)

Reler algo escrito há mais de trinta anos é uma experiência reveladora e concreta do terrível sentimento do passar do tempo. Ela pode ser por demais dolorosa quando temos, diante de nós, a manifestação legível do que pensava a respeito da configuração do mundo, e de seus efeitos, sobre algo que ainda era novo para nós: uma ciência e uma profissão. Também é uma experiência reveladora sobre o tempo e sua ação nos discursos e nas ideias. O que julgava com excessiva severidade, e sem complacência, caracterizando uma possível tendência para a nova profissão é, hoje, parte importante de uma realidade, mas tão múltipla e variada, indicando caminhos inesperados, surpreendentes e promissores. Por isso tive muita resistência a reler e pensar o que ainda poderia ser escrito e se valeria a pena escrevê-lo. Mas, sobretudo, porque, nas palavras de Foucault (1996), o discurso é um acontecimento, é em si mesmo e deve ser liberado do significante. Escrever algo sobre o passado tendo em mente esse ponto de partida é quase impossível, sem preceder o discurso de uma

descrição crítica de seus antecedentes, de que lugar nasceu e quais eram as suas pretensões à verdade. Modestamente, repor as palavras de então no âmbito da criação discursiva e propor palavras de agora como uma experiência atual de reconhecimento dos limites do alcance de um pensamento que, sem intenção, se revelava normativo.

Em 1975 o país vivia a obscuridade política da dominação e da violência militares. As universidades públicas haviam sido duramente atingidas em alunos e professores, seus espaços desrespeitados. A ausência da democracia marcava os rumos do país, adormecia consciências. Os órgãos encarregados da repressão também se acirravam contra o pensamento e a palavra escrita: diziam como, onde e o que poderia ser dito, quais livros eram aceitáveis e quais não deveriam ser indicados e lidos. Não há novidade nessa censura: regimes ditatoriais e totalitários sempre temeram a palavra, a divergência e a liberdade de qualquer natureza.

Quando não se é chamado a decidir sobre o destino da sociedade, por menor que seja a participação possível dos cidadãos numa sociedade de massa, nos habituamos à conformidade, o arbítrio prevalece e a esfera pública cede lugar à privatização da vida social. A universidade foi profundamente marcada pela violência do poder militar que, como em todas as instituições legitimamente democráticas, teve um efeito devastador. Também aqui no Brasil, os acontecimentos de 1968 na França, com o papel tão decisivo dos estudantes e de sua aliança com os operários, teve um impacto muito grande na repressão, disparando, de fato, a caça aos movimentos populares de contestação do regime, e os estudantes e professores universitários foram do mesmo modo atingidos pela brutalidade dos órgãos encarregados da contenção do que denominavam subversão. Também, e em resposta à selvageria da repressão, diversas formas de resistência se formaram deixando uma história que apenas começa a ser contada, ou revelada. As universidades resistiram à invasão do seu espaço geográfico e de seu espaço simbólico, embora tenham sido necessários alguns anos para que os danos da censura e do poder incontestável pudessem começar a ser minimamente reparados.

Em 1970, o ensino superior, ao passar pela reforma universitária, apoiada nos modelos americanos, modifica profundamente a estrutura e as ambições acadêmicas das universidades, fragmentando os cursos e as disciplinas e imprimindo uma posição de destaque aos cursos com base tecnológica. Havia uma clara intenção de desvalorizar as ciências humanas e a filosofia, perigosas e contestadoras. As chamadas ciências duras ganharam espaço, porque se pretendia que elas pudessem colocar o país na corrida tecnológica e promover a modernização. Um outro aspecto evidente da transformação do ensino superior foi a criação de faculdades particulares. O número de vagas oferecidas nos diversos cursos pelas universidades públicas, e algumas confessionais de alto padrão, não acompanhava a demanda crescente de formação dos jovens que, nessa época, ainda viam no estudo um mecanismo privilegiado de ascender socialmente. Os chamados “excedentes”, jovens que não eram selecionados para ingressar nos cursos universitários, embora aprovados nos vestibulares, eram fontes potenciais de agitação das classes médias e de descontentamento com o regime. A resposta aberta pelas autoridades militares foi liberar a criação de escolas particulares para eliminar um dos potenciais motivos de atrito com a população, que exigia vagas nas universidades. De 68 em diante muitos cursos de Psicologia foram criados. A qualidade dos cursos e a intenção de oferecer boa formação aos alunos, com possibilidades de transformar efetivamente as escolhas profissionais, não pareciam ser a finalidade dos novos cursos. Sabe-se que a quantidade não representa a qualidade, lugar comum, mas instrutivo. Sabe-se, também, que as circunstâncias que cercam o nascimento de seres ou instituições são parte fundamental de suas escolhas e de seus destinos. Foi necessário muito tempo para que o grande número de profissionais formados pudesse começar a reverter esse quadro e a qualidade começasse a ser uma das exigências da profissão.

O mundo, hoje, é outro. O país, e o mundo, transformaram-se demais nesses 35 anos, as profissões sofreram significativas mudanças e as perspectivas profissionais já não são as mesmas. O trabalho que escrevi parece-me agora a pré-história do quadro atual da profissão mas é, também, uma indicação segura dos rumos da mudança do mundo. Os escassos postos de trabalho que, na época,

indicavam uma vocação mais democrática da Psicologia, hoje se multiplicaram e os psicólogos são em grande número nas escolas públicas, na atenção pública à saúde e em outros postos de trabalho de vocação mais social. Tiveram parte importante nos movimentos que culminaram no fechamento dos hospitais, vergonhosos depósitos de pacientes caracterizados como doentes mentais, e têm participado de maneira decisiva no processo de denúncia e de dissolução das classes especiais, também depósitos vergonhosos de crianças “com dificuldades” escolares. Eu ousou dizer, mesmo correndo o risco de ser mal entendida, que assistimos a um processo de humanização da Psicologia.

Do ponto de vista de quem lê, hoje, a pequena apreciação sobre o perfil profissional da Psicologia em 1975, o que aí se apresenta perdeu-se irremediavelmente no passado. Os 180 psicólogos paulistas que entrevistei em 1970, que eram a inteira população de profissionais da época, em São Paulo, parecem pioneiros distantes. Mas foram os criadores de padrões que ainda hoje persistem sob a forma de áreas de atuação, disciplinas dos currículos dos cursos e valorização social de algumas áreas que representavam, naquele momento, o trabalho mais desejável para os alunos e futuros profissionais. Era uma profissão nascente e cheia de apelo e possibilidades. Compreende-se a atração que exerceu, e ainda exerce, sobre os jovens: uma espécie de aventura espiritual nos universos da cognição e do afeto. Um bom número dos entrevistados de então deu aulas, ou ainda dá, em cursos superiores e são, assim, formadores dos jovens que vinham, em grande número, procurar os cursos de Psicologia e que foram, naquele momento, também pioneiros. Essas gerações formaram mestres e doutores – os novos professores e pesquisadores –, garantindo a sua presença na renovação e na criação de conhecimentos. Mas, às vezes, também, em sua retransmissão conservadora.

Nestes anos, a Psicologia se abriu para o mundo e já não cabe nos apertados limites das áreas de atuação onde se colocavam os psicólogos dos anos 70. Mas, estranhamente, os currículos das disciplinas dos cursos não são tão diferentes e embora se multipliquem e mesmo se desdobrem, ainda há muito dos ideais e aspirações que motivaram os professores de 1950 e 1960 a enfrentarem dificuldades e preconceitos para criarem os cursos superiores de

Psicologia. Criar os cursos nas universidades significava almejar uma formação de alto nível, digna de uma ciência nova mas herdeira de questões que outras ciências humanas perseguiram há muito tempo: situar os homens no âmbito do mundo construído por eles, definir parentescos e fronteiras, estabelecer uma troca fecunda de perspectivas, métodos, teorias. Mas não foi uma ação tranquila para os seus defensores, pois havia percepções diferentes do lugar e da importância da Psicologia devidas a uma forte corrente de concepção tecnicista, que não encontrava espaço no ensino superior e sua qualificação como ciência, necessitada de formação acadêmica. Mas era ainda mais poderoso o preconceito que reduzia a Psicologia ao exercício empírico de pessoas sem qualquer formação, nem mesmo a técnica. Esse preconceito ainda se fez sentir mesmo após a criação e regulamentação da Psicologia e durante ataques reiterados, que ainda hoje ameaçam a profissão, propondo sua subordinação incondicional, por exemplo, ao saber médico. A ausência de definição de um campo próprio de conhecimento, ou a sua duplicidade de ciência biológica, mas, com certeza, humana e histórica, que consideramos como uma riqueza especial, se apresentava como fragilidade propícia às tentativas de assimilação a outros campos de atuação e de conhecimento.

Quando realizei a pesquisa, que deu origem à publicação desse artigo, eu acreditava que a Psicologia, fincando suas raízes no solo das universidades, estaria situada em lugar apropriado para responder questões ou, ao menos, acirrar os debates salutareos da interdisciplinaridade.

Talvez essas coisas já tenham acontecido ou estejam acontecendo. Agora a Psicologia ocupa um lugar próprio e respeitável no conjunto dos cursos que a universidade oferece aos seus alunos. Enquanto outras áreas desaparecem ou perdem a sua identidade em contacto com outras, a Psicologia se fortalece expandindo seus limites, acolhendo e se associando a conhecimentos de outras áreas de atuação. Mas o discurso produzido em 1975 evoca outros tempos, outras circunstâncias e, nesse sentido, tem algum valor porque é sempre importante voltar-se para o passado e redimir, se possível, os nossos mortos. Porque, lembrando Walter Benjamin (1994, p. 17): “O que é ‘solucionado’? Todas as questões da vida vivida não ficam para trás, como uma ramagem

que nos impedisse a visão? Em desbastá-la, em iluminá-la sequer, dificilmente pensamos. Seguimos adiante, a deixamos atrás de nós, e da distância ela é sem dúvida abarcável, mas indistinta, sombria e, nessa medida, mais enigmaticamente enredada.”

Não foi fácil ou simples escrever estas poucas linhas. Mas o testemunho do que uma vez foi vivido e pensado aí está. E, com certeza, também fica registrada a ação das pessoas que deram formato aos rumos que a profissão foi adotando e, embora sujeita às mudanças que o tempo exige, ou às vicissitudes a que ele dá origem, se mostra capaz de enfrentar os desafios do presente e do futuro. O que se pode perceber é que a própria Psicologia e seus órgãos representativos não ficaram ausentes desses desafios e têm respondido com acertada prontidão às demandas da sociedade, valorizando as disposições democráticas tão presentes na profissão. Cada um dos testemunhos que foram sendo depositados na história da profissão podem ter, humildemente, o papel de tornar menos sombrias e menos indistintas as questões que presidiram a sua origem.

Referências

- Benjamin, W. (1994). *Rua de Mão Única*. São Paulo: Brasiliense.
- Cortázar, J. (1975). *La Casilla de los Morelli*. Barcelona: Tusquets.
- Foucault, M. (1996). *Ordem do Discurso*. São Paulo: Loyola.

CAPÍTULO 9*

A QUEM NÓS, PSICÓLOGOS, SERVIMOS DE FATO¹?

Sílvio Paulo Botomé

Ao receber a correspondência da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, lemos que vocês gostariam que o trabalho, neste simpósio, fosse iniciado com uma “análise crítica da atuação do psicólogo em termos do público que tem sido tradicionalmente atendido”. Talvez não sejamos capazes de realizar uma análise suficientemente crítica, mas, tentando atender um pouco à solicitação feita, vamos examinar alguns dados sobre a atuação dos psicólogos. Para isso, usaremos como exemplo, a atuação dos psicólogos em São Paulo.

No início de seu livro “A maturidade mental”, Overstreet (1967) chama a atenção em relação ao conhecimento característico do século XX ser o “conhecimento psicológico”. O autor salienta que, embora tenha havido dramático desenvolvimento na Física e na Química com o método científico, essa atitude ou disposição (científica) em relação à natureza e experiência humana é nova. O autor ainda destaca que isso não poderia ter acontecido anteriormente.

**Referência completa do texto original: Botomé, S. P. (1979). A quem nós, psicólogos, servimos de fato? Psicologia, 5, 1-15.*

1 Este trabalho foi apresentado no simpósio “A quem a Psicologia atende e a quem deveria atender?”, realizado na VIII Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (SP), em outubro de 1978. Nos anos seguintes, a Sociedade se transformou na Sociedade Brasileira de Psicologia.

Foi necessário haver, antes, uma longa preparação. A Fisiologia teve, primeiro, que se constituir como uma disciplina. O degrau que possibilitou esse avanço da Fisiologia foi um adiantado conjunto de conhecimentos sobre processos e fenômenos biológicos. Mas, antes da Biologia, teve que haver um significativo desenvolvimento da Química e, antes dela, da Física e, ainda antes desta última, da Matemática. “Parece – salienta o autor – haver um despertador científico. Cada disciplina tem uma hora histórica para manifestar-se. Hoje – parece! – o despertador da Ciência anuncia a hora da Psicologia e, talvez, estejamos em uma era onde se vê nascer um novo esclarecimento (...)”.

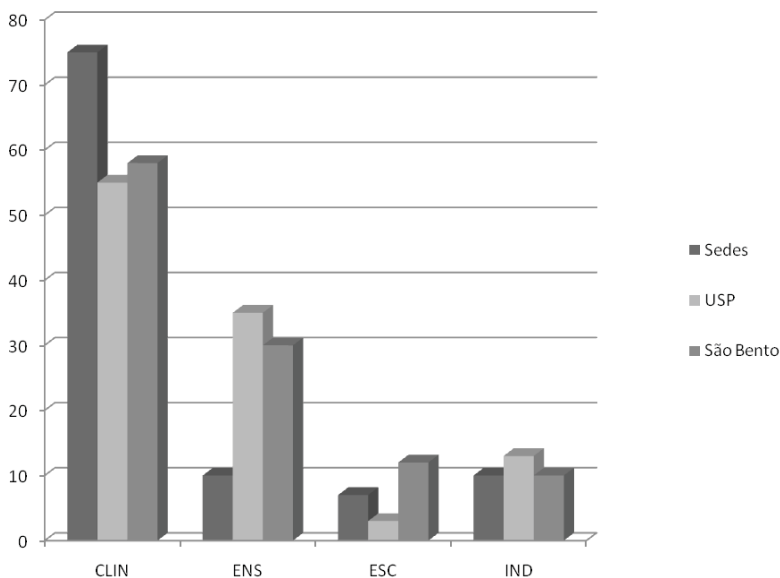
O autor prossegue considerando que “sem dúvida alguma, os interesses explorados pela disciplina que nasce são antigos, mas a acuidade da pesquisa é nova. Parece haver uma lógica de ferro no domínio das coisas: cada disciplina tem que aguardar o momento para alcançar sua acuidade específica, até que a disciplina precedente lhe tenha fornecido os dados e instrumentos para tanto. Hoje, esta nova acuidade no campo da Psicologia está trazendo concepções que estão reformando nossa vida”. É em relação a essa afirmação de Overstreet que parece haver a necessidade de um exame mais demorado: *a vida de quem está sendo reformada em quê?*

Sem dúvida, a Psicologia é a disciplina (a área de conhecimento) do momento. Está na moda, não apenas nas revistas e livros, mas nas verbas de pesquisa, na proliferação de cursos e escolas e no “milagroso” surgimento de novidades “clínicas”, “terapêuticas” e outras capazes de fazer “tanto” pelos “problemas humanos”. No entanto, se perguntarmos o que é feito em Psicologia, hoje, precisamos examinar do que, efetivamente, se ocupam os psicólogos nas suas atividades profissionais. Talvez aí encontremos mais precisa e claramente alguma resposta à pergunta “a quem a Psicologia está servindo?”.

Sylvia Leser de Mello (1975), em uma investigação sobre “Psicologia e profissão em São Paulo” faz, para nós psicólogos, um primeiro alerta sobre a direção dos serviços em Psicologia. Em seu trabalho a autora mostra a discrepância entre quatro grupos de ocupações tradicionais da Psicologia: Clínica, Escola, Indústria e Ensino da Psicologia. O que a investigação de Mello denuncia é um perigoso desequilíbrio entre esses quatro campos de aplicação do conhecimento em Psicologia.

Na Figura 1 há uma representação aproximada das percentagens de ocupações dos psicólogos formados por três dos mais tradicionais cursos de Psicologia da cidade de São Paulo: *Sedes Spientiae*, São Bento (ambos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e Universidade de São Paulo (USP). A Figura 1 ilustra que a grande concentração de ocupação dos psicólogos é a clínica, com um índice oscilando em torno de 60% dos profissionais dedicando-se a esse tipo de atividade. Em segundo lugar, os psicólogos se ocupam com o ensino de Psicologia (em torno de 25% dos profissionais realizam esse tipo de trabalho). As atividades em escolas e indústrias ficam em torno dos 15% restantes, aproximadamente.

Figura 1. Distribuição de percentagens aproximadas das ocupações atuais principais dos psicólogos formados por três universidades da cidade de São Paulo, pelos campos de atuação dos profissionais, em 1969 (Fonte: Mello, 1975).



Ao examinar essas ocupações, Mello ainda observa que a quase totalidade das ocupações em clínica se distribuem indicando que os psicólogos atuam, preferencialmente, como profissionais autônomos, sendo a *clínica particular* a expressão mais concreta dessa preferência por tipo de trabalho dos profissionais

da Psicologia. A autora explica “chamamos preferencial a atividade autônoma porque foi possível constatar uma evasão de todas as atividades assalariadas em benefício das atividades autônomas” (Mello, 1975, p. 44).

Os dados apresentados por Sylvia Leser de Mello e sua análise revelam (ou denunciam) uma tendência no tipo de serviço que os psicólogos preferencialmente oferecem à comunidade. O trabalho de Mello mostra, em linhas gerais, do que se ocupam os psicólogos formados por três grandes universidades paulistas. A partir disso é útil examinar quem ele atende nessas ocupações preferenciais e tende a atender cada vez mais.

O Boletim Informativo do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, em uma publicação de 1977 (relatório publicado em novembro do mesmo ano), mostrou quanto custavam os serviços do “trabalho preferencial dos psicólogos”. Na Tabela 1 estão apresentados os preços desses serviços em 1977 e uma estimativa para o ano de 1978.

Tabela 1

Preços de diferentes tipos de serviços de Psicologia em 1977 e estimativa para o ano de 1978 na cidade de São Paulo.*

TIPOS DE SERVIÇOS	PREÇOS DOS SERVIÇOS EM 1977		PREÇOS DOS SERVIÇOS ESTIMADOS PARA 1978	
	PREÇOS			
	MÉDIA	VARIAÇÃO	MÉDIA	VARIAÇÃO
ORIENTAÇÃO VOCACIONAL	2.000,00	300,00 a 4.500,00	2.800,00	420,00 a 6.300,00
PSICODIAGNÓSTICO	2.300,00	500,00 a 3.500,00	3.220,00	700,00 a 4.900,00
CONSULTA	400,00	-	560,00	-
SESSÃO INDIVIDUAL	400,00	-	560,00	-
SESSÃO EM GRUPO	300,00	-	420,00	-

(Fonte: Sindicato dos Psicólogos de São Paulo, 1977)

*Os valores são em cruzeiros e o salário mínimo, em 1977, correspondia a aproximadamente 1.500,00, nessa moeda.

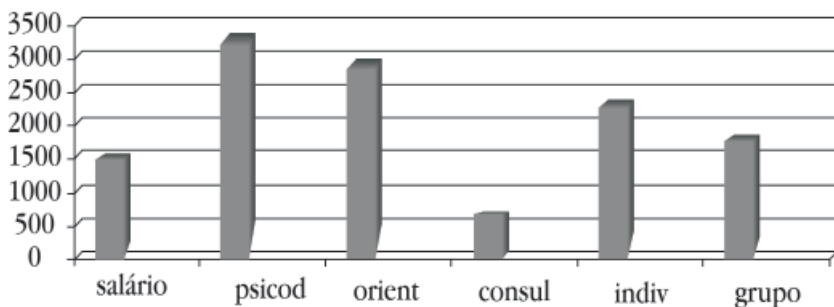
Na Tabela 1 pode ser vista a relação dos preços dos serviços de Psicologia e sua relação com o salário mínimo aproximado na época (1977). Uma

consulta ou sessão semanal com um psicólogo equivaleria a gastar, na média dos preços, um salário mínimo por mês com esse tipo de atendimento. Uma orientação vocacional ou um psicodiagnóstico custaria, cada um, mais de um salário mínimo também na média dos preços cobrados pelos profissionais de Psicologia na cidade de São Paulo. No ano seguinte, esses preços manteriam a mesma proporcionalidade em relação ao salário mínimo ajustado para o novo ano.

Na Figura 2 fica mais visível a relação entre o preço dos serviços dos psicólogos e o salário mínimo em São Paulo. Uma orientação vocacional ou um psicodiagnóstico chegam a custar, cada um, em média, quase dois salários mínimos. Comparando o salário mínimo com os preços mais altos dos serviços dos psicólogos, esses valores custam dois ou mais salários mínimos. No caso de consulta ou sessão individual, o valor se aproxima pouco mais de um salário mínimo por mês (considerando quatro consultas nesse período).

Os dados da Figura 2 foram extraídos e estimados das informações existentes no Boletim do Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. No primeiro semestre de 1978, os alunos da disciplina “Psicologia preventiva ou educação social?”, do Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, encontraram preços bem mais altos que os estimados com 40% de acréscimo para o ano de 1978, a partir dos dados do Boletim do Sindicato sobre os preços praticados em 1977.

Figura 2. Média estimada em cruzeiros (moeda de 1977) dos preços dos serviços de psicologia em relação ao salário mínimo no segundo semestre de 1978 na cidade de São Paulo, considerando 40% de aumento nos preços de 1977 indicados no Boletim do Sindicato dos Psicólogos em novembro de 1977. A estimativa dos preços é considerada no mês para os atendimentos semanais (atendimento individual ou em grupo).

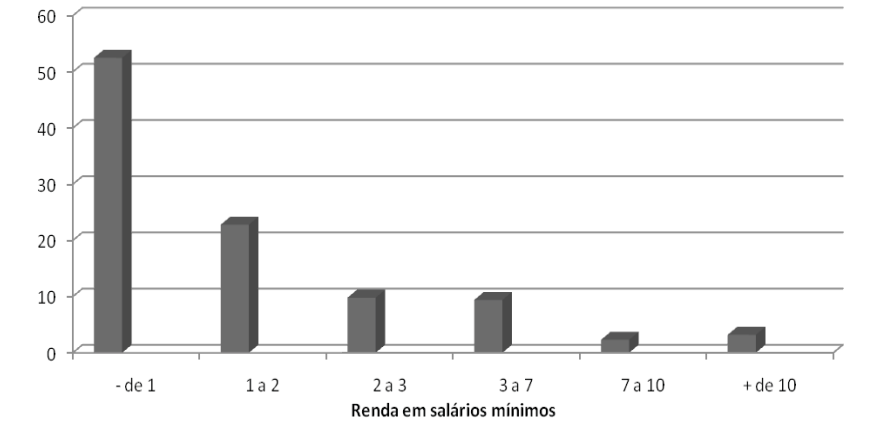


Pelos dados observados nas Figuras 1 e 2 e na Tabela 1, só quem recebe mais de três salários mínimos terá possibilidade de pagar os preços dos serviços dos psicólogos, considerando que qualquer pessoa tem outras despesas para custear sua vida ao longo de um mês. Isso significa que os serviços da Psicologia só são acessíveis a quem recebe mais de três salários mínimos por mês, fazendo com que seja necessário perguntar: quem, na população brasileira, efetivamente pode arcar com esses preços, podendo pagá-los se necessitar desse tipo de serviço?

Singer (1975) apresentou, no jornal *Opinião*, que, em 1972, a população brasileira tinha uma renda distribuída de forma muito diferenciada, conforme pode ser visto na Figura 3. Os dados sobre a distribuição da renda familiar dos brasileiros mostram que apenas uma parcela aproximada de 5 a 15% das famílias brasileiras poderia pagar, e provavelmente com dificuldade, por serviços de Psicologia para alguém da família. Isso significa que somente os que, em tese, têm mais e melhores condições de vida e de rendimento serão atendidos pelos psicólogos, mantendo as condições de pagamento aos serviços de Psicologia nos moldes de São Paulo nos anos de 1977 e 1978. Serão eles os que mais necessitam dos serviços de Psicologia? Os demais 85% da população não necessitam desses mesmos serviços? O que os psicólogos têm a oferecer é “tão especial” que a grande maioria de seus benefícios só se dirige aos ricos mais ricos?

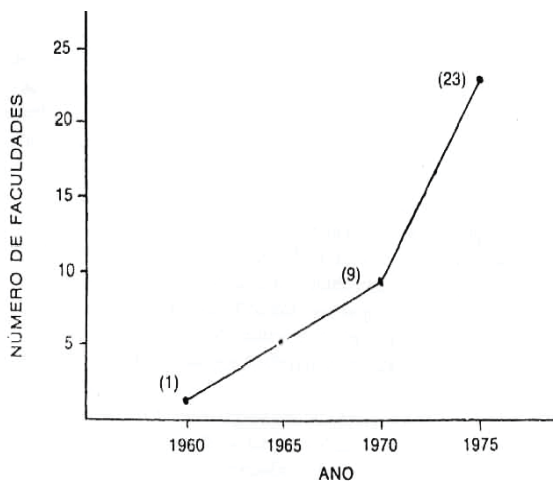
É alarmante a distorção encontrada em tais dados e a direção de suas transformações não parece estar melhorando para a maior parte da população. A formação dos psicólogos permanece sendo em grande parte a mesma: os alunos continuam procurando preferencialmente por clínicas e atividades afins, o mercado parece reconhecer e pagar apenas aos “autônomos”, pagando muito menos aos que colocam seus serviços sob o rótulo de “assalariados”. Onde estarão essas condições dos serviços de Psicologia nos próximos anos? Os psicólogos e administradores da Psicologia, como ciência e como profissão, mudarão essas tendências? O que dará a Psicologia a um povo de um país pobre como o Brasil?

Figura 3. Distribuição percentual da população em relação à renda em salários mínimos por família em 1972 no Brasil (Fonte: Singer, 1975).



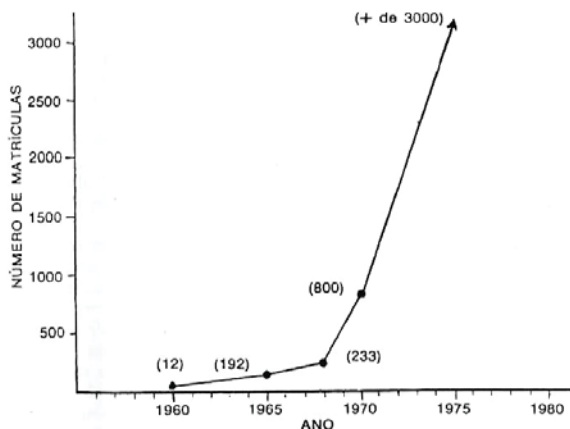
É possível examinar, pelo menos um pouco, o que poderá ser, em um futuro próximo, a Psicologia que os dados examinados mostraram como profissão e benefício para o país. Os dados sobre as escolas, os cursos de graduação, onde são preparados os psicólogos que estarão trabalhando nos próximos anos não só revelam tendências como as que apareceram na Figura 1 sobre as preferências dos psicólogos. Os cursos e os psicólogos estão aumentando em uma progressão muito acelerada que não parece compatível com as necessidades da população do país, considerando os dados existentes na década de 1970. Talvez sejam adequados apenas aos interesses ou aos lucros de pessoas ou grupos muito restritos no país.

Figura 4. Evolução da quantidade de cursos de Psicologia no Estado de São Paulo de 1960 a 1975. (Fontes: MEC, 1968; Mello, 1971; Pastore, 1972; Secretaria da Educação e Cultura, 1975).



Na Figura 5 aparece a evolução da quantidade de matrículas nos cursos de Psicologia do Estado de São Paulo no período de 1960 a 1975, deixando mais claro a quantidade de agentes prestadores de serviço de Psicologia com a provável “preferência” caracterizada nos dados das Figuras 1 a 3 e Tabela 1.

Figura 5. Evolução da quantidade de matrículas nos cursos de Psicologia no Estado de São Paulo de 1960 a 1975. (Fontes: MEC, 1968; Mello, 1971; Pastore, 1972; Secretaria da Educação e Cultura, 1975).



Além do grande aumento nos cursos de Psicologia, cada um deles também aumentou a quantidade de alunos matriculados com um respectivo aumento de vagas em vários desses cursos. O que levou, no Estado, a haver um aumento tão grande em apenas uma década e meia? As necessidades da população? De qual população? Para atender a uma pequena percentagem das pessoas que constituem a sociedade, são necessários tantos psicólogos? O aumento de profissionais também acarretará novas formas de atuação profissional? Novas perspectivas para o trabalho nesse campo de atuação? O que acontecerá, irá além da repetição das demandas tradicionais e ofertas de emprego já conhecidas?

O inquietante nesse tipo de dados é a tendência acelerada a haver uma grande disponibilidade de atendimento aos que menos necessitam de serviços de Psicologia. Parece que, se forem mantidas as “preferências” de trabalho identificadas por Mello (1975), os psicólogos estarão atendendo cada vez mais a quem tem mais dinheiro no país e, com alta probabilidade de descuidar dos demais, com menos recursos financeiros.

Como se não bastasse, a concentração de renda no país parece ajudar essa tendência. Se houvesse uma direção para um maior equilíbrio na distribuição da renda no país, talvez pudesse haver maior “tranquilidade” com a tendência de a Psicologia se voltar para atividades de serviço caras, atualmente acessíveis a apenas cerca de 15% da população. Uma progressiva concentração de renda, porém, aumenta a responsabilidade de profissionais e administradores da Psicologia em relação ao que é feito e ao que podem fazer os psicólogos como serviço à população que constitui o país.

Podemos avaliar quanto estamos sendo profissionalmente atingidos pela política e pela administração do país nesta última década e meia. Também seja possível avaliar agora a necessidade de reformas ou mudanças sociais que, sem dúvida, nos atingem e envolvem como psicólogos, como profissionais de um tipo de serviço para o país. Ou, ainda, quanto um regime político ou tipo de governo como o que temos influi na administração, na concepção, no ensino e no desenvolvimento de uma profissão como a dos psicólogos no país. Os determinantes sociais, políticos e econômicos precisam ser examinados em

relação à influência que exercem sobre o que fazemos como profissionais da Psicologia e como parte da classe dominante, seja como componentes ativos, seja como seus servidores ou como aspirantes a participar dela.

Em relação a tudo isso, expresso ou “anunciado” como possibilidade nos dados examinados, parece útil examinar quatro conjuntos de aspectos que parecem mais acessíveis e pertinentes ao que podemos interferir como estudantes, pesquisadores, professores ou profissionais de outras modalidades de atuação na Psicologia: (1) o mercado de trabalho, (2) a formação do psicólogo em relação a esse mercado, (3) a produção e a divulgação do conhecimento em Psicologia e (4) a administração da Psicologia como Ciência e como profissão no País.

O mercado de trabalho dos psicólogos

Há uma concordância generalizada de que um dos mais poderosos determinantes do trabalho dos psicólogos é o mercado de seus serviços. Parece não haver dúvidas de que ele é o fator “mestre” no exame do que leva os psicólogos a agirem profissionalmente desta ou daquela maneira. Pelo menos no que é predominante no exercício da profissão. Também parece não haver dúvidas de que a relação entre procura e oferta dos serviços de Psicologia é um forte determinante das principais ocupações profissionais dos psicólogos no país.

Mas não basta considerar só tais determinantes ou aspectos do exercício profissional. A oferta de cada tipo de serviço em Psicologia também é determinada por variáveis que podemos identificar, revelar e alterar. A mesma coisa ocorre com a procura dos serviços de Psicologia. Ela também ocorre de certa forma devido a variáveis (fatores, aspectos, eventos...) acessíveis à percepção e intervenção humanas. Por que não interferimos nisso? Talvez, nessa pergunta, estejam presentes várias exigências ou desafios aos que são pesquisadores na Psicologia. As relações entre a procura e a oferta dos serviços de Psicologia são afetadas por variáveis que, como psicólogos, temos que examinar e sobre as quais também temos que interferir por meio de nossa própria atuação profissional em múltiplas instâncias.

Quem, como e quando procura os serviços de Psicologia? Em geral o comportamento – ou classe geral de respostas! – de “procurar serviços de Psicologia” tem sido apresentado pela população diante de situações problemáticas extremas ou quase, ou diante de situações tradicionalmente atribuídas aos psicólogos como trabalho profissional dos mesmos. Os psicólogos são solicitados porque “há um problema que só um psicólogo pode resolver” ou porque “faz parte do serviço ter um psicólogo no quadro de funcionários”. Os psicólogos são considerados necessários quando há problemas sérios com as pessoas (“precisam de terapia”, “há problemas com os recursos humanos na empresa”, “há dificuldades de aprendizagem”) ou quando é “usual” ter o psicólogo realizando certas atividades (seleção de pessoal, psicodiagnóstico, treinamento de pessoal).

Só para esses casos serve o trabalho dos psicólogos? Não são profissionais aptos a ajudar em outros campos (ou subcampos) de atuação além dos já tradicionalmente definidos como sendo de competência ou responsabilidade do psicólogo? O trabalho dos psicólogos só é necessário para “curar quem não está bem”, ou para “resolver problemas humanos que já surgiram”? Serão os psicólogos, à maneira da medicina tradicional, profissionais que só cuidam dos problemas humanos depois que eles se tornam sérios?

Compete aos profissionais da Psicologia, mostrar o que a Psicologia tem e em que pode ajudar nas áreas onde há mais problemas, nas áreas onde é possível evitá-los ou nas quais seja possível promover melhores condições para o desenvolvimento da vida humana, mesmo que não existam problemas identificados. Não é suficiente uma profissão dedicar-se na maioria de sua atuação a “curar” ou “remediar” problemas. É necessário atuar também para “prevenir” ou “impedir” os problemas de acontecerem ou existirem e – até! – ir mais longe, criando condições para “promover melhores comportamentos na sociedade” em qualquer instância de atuação dos mais diferentes agentes sociais, inclusive os da classe dominante em relação à maioria da população em condições mais precárias de vida.

Nós, psicólogos, precisamos mostrar melhor o que a Psicologia tem, onde e em que ela pode ajudar à população em geral. Podemos, sem dúvida, ajudar muito a “curar” onde os comportamentos são inadequados, insuficientes ou produtores de sofrimento ou desconforto. Mas é possível também os psicólogos contribuírem para evitar os problemas acontecerem ou existirem ou até para, apesar e além dos problemas, contribuírem com a identificação, análise e construção de condições que aumentem a probabilidade de maior qualidade naquilo que as pessoas fazem em suas interações com os aspectos do mundo com o qual se defrontam a cada momento de suas vidas.

Nossa contribuição social, como profissionais da Psicologia, precisará ser feita em relação àquilo que mais necessita de contribuição e não apenas naquilo que há mais oferta de dinheiro envolvida. Talvez seja de nossa competência ou responsabilidade esclarecer, ensinar e divulgar o que Psicologia ou os psicólogos podem fazer antes de surgirem os problemas e para evitá-los de maneira apropriada não apenas para si próprio, mas, também, em relação aos demais que participam do mesmo ambiente atingido pelas decorrências do comportamento de cada um. Também parece ser de nossa responsabilidade mostrar que, além de “curar” e “prevenir”, somos capazes de propor medidas que melhorem as condições de vida das pessoas e suas interações com os aspectos do mundo com os quais se defrontam, indo mais longe do que apenas “ajudar quando os problemas já surgiram ou ocorreram”.

Nosso povo, a população que constitui este País, conhece de alguma forma ou em algum grau em que a Psicologia pode ajudar além daquilo que é costume ou difundido? A quem cabe, compete ou é responsabilidade informar sobre ou difundir as contribuições que a Psicologia tem para o desenvolvimento das pessoas, da sociedade, das organizações, dos processos de trabalho profissional, das interações pessoais etc.? Vamos continuar predominantemente a “abrir consultórios” e a ganhar o dinheiro que precisamos graças ao desconhecimento que a população tem a respeito do que interfere com o comportamento humano, com as interações entre as classes de ações e os aspectos que constituem o mundo com o qual cada um se defronta e lida? Ou vamos também interferir ou propor

medidas que minimizem a necessidade do psicólogo para “tirar ou diminuir sofrimento”? Em outras palavras: a quem é acessível a literatura, divulgação e difusão da Psicologia? Que tipo de informações divulgamos ou difundimos sobre a Psicologia e suas contribuições para a vida das pessoas?

Talvez quem tenha acesso à informação daquilo que a Psicologia possa oferecer sejam muito poucos. Provavelmente, apenas alguns economicamente privilegiados podem ter os “luxos” das psicoterapias e afins, conheçam alguns dos benefícios que essa área de conhecimento e esse campo de atuação profissional podem propiciar às pessoas. Por outro lado, também é preciso considerar que os que precisam de ajuda para que “outros não atrapalhem seus lucros”, ou prejudiquem seu bem estar, sossego ou *status* sejam os que solicitam e pagam os serviços dos psicólogos. Holland (1977), em relação a isso, examina a diferença entre cliente e paciente. Nem sempre a procura dos serviços dos psicólogos é determinada pelo sofrimento dos seus “pacientes”, mas pelos interesses dos “clientes” que solicitam e pagam os serviços do psicólogo para que realize uma intervenção sobre o comportamento de outras pessoas (“paciente”).

Parece que o atual “mercado de trabalho” pode ser melhor examinado e avaliado. Procurar um serviço ou vários é uma classe de comportamentos humanos e, sendo assim, o psicólogo tem o que oferecer como contribuição para conhecer, caracterizar, revelar e interferir nos determinantes do tipo e frequência da classe de comportamentos denominada “procurar serviços de Psicologia” apresentada pela população do país. A procura dos serviços dos psicólogos pode ser alterada. E não parece valer a pena deixar que as empresas – talvez estrangeiras – façam essa alteração. Podemos nos preocupar com isso como um problema social de interesse da Psicologia? No primeiro caso corremos o risco de deixar que o lucro de empresários determine o que faremos e que tipo de psicólogo as escolas deverão formar. No segundo caso, a pergunta pode ser respondida com nosso trabalho e experimentar caminhos, alternativas de procedimentos, em direção aos problemas, sofrimentos e necessidades efetivas mais significativas no país, o que inclui quem e quantos terão acesso a que tipos de trabalho dos psicólogos.

Além da procura, que é uma classe de comportamentos da população, há os problemas relacionados com a oferta dos serviços de Psicologia – e esta é uma classe de comportamentos dos psicólogos. Somos nós, profissionais e administradores da Psicologia, que apresentamos os comportamentos relacionados à classe geral denominada “oferecer serviços de Psicologia”. O que faz com que apresentemos comportamentos estereotipados, ou pelo menos muito convencionais, conforme foi analisado no estudo de Sylvia Leser de Mello (ver Figura 1).

Novamente, os determinantes dessas classes de comportamentos (e da situação decorrente deles) existem e basta examinarmos nossos próprios comportamentos profissionais, como cientistas do comportamento, para descobrirmos um pouco mais o que nos leva a fazer o que fazemos como psicólogos, em qualquer um dos papéis que desempenhamos no complexo que está reunido no país sob o nome de “Psicologia”, seja como área de conhecimento, seja como campo de atuação, seja como ensino profissional. Isso pode ser examinado desde nossa formação pessoal e profissional até as oportunidades que nos oferecem ou que construímos. Em qualquer caso existem variáveis que dirigirão e determinarão o que ofereceremos como contribuição profissional ao país. Podemos mantê-las ou alterá-las se também nos ocuparmos de conhecer o próprio comportamento profissional dos psicólogos, as variáveis que os determinam e interferir sobre sua ocorrência desde já e durante o longo e talvez permanente tempo de duração do trabalho de construção do conhecimento e do campo de atuação profissional no âmbito dos processos psicológicos.

A formação, as experiências realizadas, as disciplinas que estudamos, as pesquisas que realizamos, o que elaboramos, os investimentos feitos em dinheiro, esforço e trabalho pessoal e coletivo influirão naquilo que os psicólogos, no futuro, oferecerão como serviço ao país. Felizmente notamos alguns esforços, embora ainda sejam insuficientes, para tornar o trabalho dos psicólogos um serviço mais significativo e abrangente do que está sendo hoje. Ao comentar isso, já é possível iniciar o segundo aspecto que prometemos examinar com vocês: além do mercado, a formação do psicólogo como determinando quem é atendido por esse profissional.

A formação do psicólogo em relação ao mercado de trabalho

A formação oferecida aos psicólogos é basicamente constituída a partir da experiência de escolaridade de seus professores e pelas condições locais ou ambiente de vida dos mesmos. É difícil que o atual ensino de Psicologia saia além do “experientialismo” e das contingências locais a que estão submetidas os diferentes cursos de Psicologia. Não há uma formação ou preparação específica – mesmo nos programas de pós-graduação em geral – para a docência como profissão.

Os ambientes e condições existentes na vida desses professores e desses cursos, no entanto, parecem representar uma parcela muito pequena do que são as condições de vida neste país e as exigências para os psicólogos poderem fazer um significativo trabalho em relação a elas. Quem chega até a Universidade Brasileira representa apenas uma percentagem menor do que 5% da população. Nossas experiências, nesse sentido, podem dirigir nossa atenção, interesse e cultura para um tipo de vida, preocupação profissional e serviços que, talvez, nem de longe sejam orientados às necessidades dos outros 95% da população que sequer se aproximam da Universidade, em grande parte nem como longínquos beneficiários.

Ainda é ouvido nos cursos de Psicologia que a razão principal para a escolha da Psicologia é o interesse individual. Nisso há um claro problema: esse interesse é formado pelas experiências de uma classe social que tem interesses bem distintos e geralmente congruentes com os “donos da sociedade” ou “donos do poder” no país. Um profissional apropriado para este país, parece-nos, teria que ser uma pessoa capaz de prestar um serviço voltado às necessidades da maioria da população e não ao que interessa mais diretamente a um pequeno segmento dela como ainda parecemos estar tendendo a realizar. É nesse sentido que nossa formação obtida com “experiências de vida” acadêmica e até pessoal talvez nos afastem daquilo que constitui a realidade de vida da maior parcela da população do país. Nossas leituras, hábitos, lazer, referenciais, valores, repertórios sociais, técnicos, políticos, éticos etc. longinquamente dirão respeito ou se aproximarão do que vive, sofre ou necessita a maior parte dos brasileiros.

A formação escolar parece somar-se a tudo isso ou potencializar esse distanciamento. Não só atende a uma pequena parcela da população, mas também o faz de uma forma que estreita ainda mais as possibilidades de atuação dos psicólogos nesse contexto. Nidelcoff (1974) mostra com seus dados e respectiva análise que o professor com seus procedimentos corresponde muito mais a “um policial que vigia a fronteira das classes sociais”, impedindo os menos privilegiados de conhecerem, questionarem e participarem daquilo que é a realidade social em que vivem e estudam. A educação universitária, assim examinada, parece manter a perigosa ilusão de que o povo (e até o aluno) é “coitado” e que nós, os psicólogos, vamos atendê-lo com nossa “capacitação profissional”.

O tipo de formação acadêmica que existe nos cursos de Psicologia exige que os alunos tenham tempo integral à disposição do curso. Quem pode ter isso e pagar ou manter-se na escola até os 25 anos de idade, sustentado por seus familiares? Provavelmente, muito poucas das famílias brasileiras podem fazer isso. As escolas de Psicologia ainda mantêm as clássicas divisões entre clínica, escola e indústria (ou trabalho). Serão essas as melhores categorias para organizar a formação dos psicólogos em relação às necessidades da população brasileira? Essas – e outras – características dos cursos de Psicologia selecionam muito os interesses, percepções e capacitações dos profissionais de Psicologia egressos desses cursos e que constituirão a Psicologia que será realizada predominantemente nas próximas décadas.

É difícil, com a formação acadêmica existente, que os atuais estudantes de psicologia percebam, analisem, conheçam, avaliem e proponham providências relacionadas aos fatos e dificuldades reais da população que constitui o país. É mais fácil as informações acadêmicas dirigirem e determinarem o que pensamos e fazemos como profissionais como se as circunstâncias de seu uso não importassem para constituir o trabalho de formação dos futuros psicólogos. Isso tudo pode construir uma percepção “acadêmica” (ou “livresca”, acentuando ainda mais o que parece acontecer no ensino superior) da realidade social e não um compromisso significativo com a superação das atuais condições de vida da maior parte das pessoas que vivem e constituem o país real em que vivemos.

Muitas vezes, o tipo de atividade que é desenvolvido com os alunos nas universidades leva a crer que o conhecimento é um dom ou uma qualidade de quem o tem. Por que não dizemos, da mesma forma, que um serrote e um martelo são dons ou qualidades de um carpinteiro? Os conhecimentos e conceitos produzidos nas pesquisas, experimentos e laboratórios científicos são instrumentos de trabalho e deveriam servir à população que produz as condições (inclusive os impostos) que sustentam o cientista e o professor de ensino superior e não apenas servir aos intermediários que pagam esse cientista, o psicólogo e o professor de ensino superior, particularmente nas universidades públicas do país.

O que vemos, porém, parece ser algo diferente do que seria necessário ou importante para um efetivo desenvolvimento do país e de sua população. O conhecimento que produzimos – muito comumente, o conhecimento que outros produziram e, quando muito, adaptamos ou fazemos repetições e algumas extensões – é para uso dos profissionais autônomos (e relembremos o estudo de Sylvia Leser de Mello, identificando a preferência dos psicólogos por esse tipo de trabalho) e dos patrões na sociedade. Raramente esse conhecimento é acessível, mesmo que indiretamente, à população em geral. Vale considerar as exceções para algumas revistas que acentuam os “mistérios psicológicos” e os mitos de uma Psicologia mais próxima à mistificação e ao “fantasmagórico” do que aos reais e efetivos processos comportamentais que ocorrem e aos seus determinantes mais próximos, físicos ou sociais, do que pensamos ou percebemos.

Um conceito “aprendido” parecer servir para dominar e “cobrar” pelo seu uso. E, em geral, em atividades profissionais que se caracterizam fundamentalmente por contar e esperar (o que é pior!) que haja cada vez mais problemas, dificuldades, sofrimentos para, então, mobilizar tais profissionais em torno de um “mercado mais garantido” para obter lucro ou ganhos em escalas variadas. Recentemente, o exame do currículo de uma grande escola de nível superior do Estado de São Paulo mostrou entre os objetivos dessa escola “fazer planos de tratamento de acordo com as posses do cliente”. Quem tiver poucas posses irá ser pouco ou mal tratado. Não parece ser algo desse tipo um bom objetivo para o ensino superior. Além disso, não foi encontrada, nesse currículo,

em parte alguma, a preparação dos profissionais para oferecer, divulgar ou facilitar o acesso, para a população que deveriam atender, aos conhecimentos e benefícios que a disciplina (ou área) científica e a tecnologia relacionadas à escola e ao curso dispõem.

É oportuno reiterar a pergunta: é o conhecimento científico um recurso de dominação a instrumentar profissionais autônomos para a “cura” de indivíduos com problemas, dificuldades ou sofrimento? Ou deveríamos alterar isso e ensinar, nas escolas de Psicologia, a prevenir os problemas e a promover melhores condições para a ocorrência de comportamentos humanos mais significativos, mais relevantes para as interações das pessoas na constituição de um país em que valha a pena viver em uma extensão muito maior do que o atendimento individual? Qual o caminho que escolhemos ou escolheremos como estudantes, como psicólogos, como professores de Psicologia, como pesquisadores dessa área ou como administradores de tudo isso?

Parece ser pouco que, além da parcial experiência de vida pessoal e profissional de nossos psicólogos, professores e estudantes de Psicologia, ainda seja selecionada essa experiência, afastando-os da investigação, identificação, análise e proposição de soluções relativas aos problemas existentes com a respectiva avaliação dessas “soluções” e correções ou aperfeiçoamentos devidos no caso de ainda não “solucionarem” efetivamente os problemas. A ênfase em manter os estudantes lendo (e não estudando) os autores e autoridades de outros países e de outros tempos, como se o conhecimento estivesse apenas nos livros e não fosse produzido pela experiência humana, principalmente quando orientada pelo método científico ou pelo filosófico. A manutenção do conhecimento da Psicologia como “escolas”, “teorias” ou “abordagens”, por exemplo, encobre a noção de que são contribuições datadas historicamente e condicionadas contextualmente, exigindo que o estudo da história da Psicologia capacite a **avaliar seu desenvolvimento como conhecimento e como profissão até os dias de hoje.**

A esta altura já iniciamos o exame de um terceiro aspecto em relação ao que prometemos no começo deste texto. Além do mercado de trabalho e da formação do psicólogo, examinar a produção e a utilização do conhecimento sobre Psicologia.

A produção e a utilização do conhecimento sobre Psicologia

Parece necessário dar mais importância e estudar melhor a proposição do currículo da formação dos psicólogos no País. Não é raro encontrar os estudantes, ao terminarem o curso de Psicologia, abandonando o verbalismo idealista das salas de aula para obter apenas um emprego. E, nessas condições, contentar-se em desenvolver apenas rotinas de trabalho corriqueiras em detrimento de em esforço (às vezes nada pequeno) para desenvolver trabalhos efetivamente significativos para a sociedade. Os cursos superiores, com isso, são, ainda mais, apenas meios de as classes mais altas na sociedade manterem ou ganharem privilégios (emprego, garantias, salários). E o conhecimento existente disponível e acessível aos professores nas escolas faz com que isso se perpetue. A escola superior, de certa forma, tem sido uma garantia de obter empregos com salários “melhores”. Reduzir o papel do conhecimento científico a isso pode ser um perigoso problema para o desenvolvimento da sociedade. O benefício a que a população terá acesso, graças à existência desse conhecimento, fica reduzido e até anulado, tornando a Ciência em Psicologia, um empreendimento que somente a um prazo muito longo poderá fazer com que seus benefícios sejam efetivamente amplos e acessíveis.

A comparação entre um trabalho de estudantes universitários com pessoas de “classes sociais baixas”, feito no início desta década, e um trabalho realizado, também por estudantes, antes de 1964, com pessoas pobres de algumas favelas do Rio Grande do Sul, pode ilustrar diferentes possibilidades de acesso ao conhecimento e indicar direções para a produção e o uso do conhecimento sobre processos psicológicos. Era mais comum, antes de 1964, encontrar estudantes trabalhando com os mais pobres e participando de sua vida e organização social para superar as condições adversas em que viviam.

Na metade da década de 1970, parece que a preocupação é mais voltada para conhecer e “saber” falar sobre a miséria dos outros. Os problemas de nossa sociedade não são ponto de partida do estudo, da investigação e do trabalho dos estudantes universitários. Tais problemas são, em sua maior parte, ilustração das “teorias” ou informações que são lidas nas atividades escolares e que professores, e mesmo os próprios estudantes quando comunicam seus

trabalhos, tendem a apresentar aos alunos como opções de “verdade” sobre o que sejam os fenômenos ou processos psicológicos e o que sejam as maneiras ou procedimentos para trabalhar com tais processos ou fenômenos, principalmente como patologias existentes nas pessoas. O estudo não é um compromisso social e um exercício para transformação de uma realidade concreta, existente. Parece ser mais um intenso exercício de assimilar, dominar e usar a literatura (as informações, a linguagem, as técnicas ou “truques”) em voga. Dá impressão de que nossos trabalhos de pesquisa são apenas apropriação da experiência – muitas vezes, difícil, trabalhosa e sofrida – de outros para apresentar aos estudantes, falar aos colegas, “curtir uma contestação”, apresentar em congressos ou publicar como se essas fossem as finalidades do trabalho científico ou até mesmo como exibicionismo pessoal. No entanto, é a vida e a experiência de trabalhar com ela ou com o conhecimento sobre ela que têm importância e não a comunicação, a “conversa” ou a publicação como uma “espécie” de *status* que é possível obter por meio disso. O conhecimento produzido e a aprendizagem consolidada dos alunos deveriam ser efetivas contribuições para a superação dos problemas sociais e não apenas um exercício de conhecimento acadêmico. Não parece ser correto, justo, legítimo, ou mesmo legal, nos informarmos sobre como vivem as pessoas sem lhes devolver o conhecimento produzido por meio da produção dessas informações e que poderia melhorar essa vida que foi objeto de investigação, estudo ou exame. A pergunta que permanece e se impõe, ainda, parece ser: que conhecimentos produzimos para servir a quem?

A administração da Psicologia

O último aspecto que foi apresentado como objeto de exame diz respeito à administração da Psicologia. Não somos apenas psicólogos. Também administramos os recursos, condições e oportunidades que podem produzir novos caminhos para as pessoas que estão envolvidas, direta ou indiretamente, com o trabalho da Psicologia. As oportunidades de trabalho, as verbas de pesquisa, os tipos de curso ou de estágios que oferecemos, as publicações que decidimos apresentar à sociedade e as situações profissionais que construímos ou viabilizamos para nós ou para outros darão uma direção, orientação ou ritmo ao

desenvolvimento da Psicologia. E, talvez, seja necessário examinar com honesta profundidade quanto colocamos de cumplicidade, inclusive conosco mesmos, nos juízos e decisões que tomamos ao realizar cada uma dessas ações profissionais que dizem respeito à administração da Psicologia como conhecimento e como profissão.

Em um trabalho desenvolvido no Departamento de Saúde da Comunidade da Secretaria de Saúde do Município de São Paulo esses problemas apareceram de forma a assustar qualquer profissional. O que acontecia no trabalho era a própria constatação de que éramos tudo o que acusamos e que nos preocupa ver no exercício da profissão. A direção do trabalho dependia dos riscos que os psicólogos aceitam ou conseguem enfrentar, junto com a resistência para aguentar as exigências, dificuldades e sofrimentos que trabalhar de forma diferente do que é usual acarreta para a vida de um profissional. Os problemas e o desconhecimento são muito maiores, em quantidade e complexidade, do que as possibilidades de solução existentes. No entanto, urge haver maior envolvimento dos psicólogos com problemas dessa ordem ou porte, indo além do envolvimento com o que é dito sobre eles. Parece ser necessário olhar e envolver-nos mais direta, imediata e profundamente com situações e exigências novas e, examinando-as, produzir conhecimento e recursos novos para a Psicologia poder progressivamente aumentar suas possibilidades de ajuda à sociedade.

O trabalho realizado na Secretaria de Saúde do Município de São Paulo resumiu-se, para a participação dos psicólogos, em integrar uma equipe multidisciplinar e ajudar na melhoria das ofertas de serviços de saúde para a população do município de São Paulo (SP). Foi necessário aprender a analisar comportamentos – de agentes em todas as instâncias do sistema – e suas relações – inexistentes, fracas ou fortes – com os problemas de saúde dos munícipes em uma frequência, intensidade, extensão e complexidade que nem sequer era possível imaginar ao iniciar o trabalho. Sem dúvida, o processo de desenvolvimento e atuação profissional é difícil de realizar e nem sequer é fácil identificar se o processo realizado é o melhor.

As necessidades da comunidade, também sem dúvida, exigem não apenas uma “aplicação” do conhecimento disponível, mas, fundamentalmente, uma percepção dos processos comportamentais, um raciocínio e um compromisso com pessoas e problemas por nós ainda desconhecidos em múltiplos aspectos. E, na maioria das vezes, com tarefas difíceis de elaborar, de realizar e de suportar o esforço para sua realização integral.

Depois da concretização de grande parte do trabalho que precisava ser feito, já é possível oferecer alguma ajuda na organização dos serviços de saúde de São Paulo. Essa ajuda parece caracterizar-se tanto pela análise dos comportamentos dos profissionais e dirigentes da instituição responsável pela prestação dos serviços, como pela criação de condições para que sua atuação, de fato, atenda às necessidades das pessoas que precisam dos serviços que a agência deve prestar. A criação de recursos (inclusive estruturas organizacionais), instrumentos e rotinas de serviço nos postos de assistência médica e de saúde ainda continuam a exigir muito e nem sequer sabemos no que exatamente ainda seremos capazes de ajudar.

O que falta? Talvez tenhamos que rever o que aprendemos como profissionais e como estudantes de Psicologia. Nossos currículos não nos preparam para viver e atuar no complexo “cenário” ou sistema das dificuldades que constituem a vida da população do país. Talvez só estejamos preparados para as atividades mais próximas às salas de aula, situações de testes, salas de clínicas ou dos laboratórios e ambientes de treinamento. O que acontece nos ambientes constituintes das rotinas da sociedade é muito diferente e mais complexo do que aquele ambiente nos quais são produzidos o conhecimento, as aprendizagens tradicionais ou os exercícios e debates acadêmicos. Não basta, na escola, aprender a fazer coisas... É preciso aprender a fazer o que é necessário, o que é útil, o que vale a pena, o que é importante, o que vai, de fato, contribuir para a melhoria, permanente e não apenas circunstancialmente, das condições de vida dos que mais precisam melhorá-las.

Talvez nós, psicólogos, estejamos atendendo a quem menos necessita. O problema está em nem sequer conseguirmos ver direito, no Brasil em que vivemos, quais as necessidades a atender. Aprendemos a fazer muita coisa em

nossos cursos de Psicologia, sem dúvida. Mas, para que exatamente? E essa é uma pergunta que exige respostas precisas e que sejam inequivocamente relacionadas às necessidades das pessoas que constituem o país e não vaidades racionalizadoras a justificar nossa existência como profissão em qualquer instância de sua constituição.

À acusação, insinuação ou questionamento sobre a Psicologia ser um “luxo” na sociedade, talvez seja útil responder com as mesmas questões que Holland (1973; 1976; 1978) faz em seus artigos: a quem devemos “tratar e mudar”: o homem que sofre ou as condições que o fazem sofrer ou produziram seu sofrimento? A segunda alternativa de resposta exige experiência e conhecimento em perceber, identificar, analisar, produzir conhecimento e tecnologia, denunciar, administrar e intervir nos fatores que determinam os problemas humanos na organização, no ambiente social e nos agentes que criam ou produzem esses fatores mais do que apenas naqueles que sofrem suas influências.

Urge para nós, psicólogos, estabelecer um contato vivo e não apenas livresco com esses problemas. Urge ter uma experiência real em interferir sobre tais problemas por meio do manejo de seus determinantes e não apenas interferir com a ocorrência dos próprios problemas depois de instalados e em grau avançado de evolução e comprometimento. Será pouco a escola informar e ajudar a ver, das salas e instâncias acadêmicas, os problemas apenas como ilustrações de informações que os professores preferem ou escolhem mostrar aos que vão constituir o futuro e as possibilidades de desenvolvimento, estagnação ou involução do campo de atuação profissional. Parece necessário olhar em outras ou em mais direções e arriscar novas formas de trabalho com os problemas existentes na sociedade. Caminhos ou procedimentos novos devem existir. Talvez baste procurá-los em todas as instâncias de realização ou de administração do trabalho com Psicologia. Talvez seja necessário procurá-los onde ainda não é usual fazê-lo, onde não costumamos “caminhar” ou onde não procuramos “caminhos” ainda.

Cabe a cada um de nós, estudantes, profissionais, professores ou administradores da Psicologia, contribuir com alguma transformação. Qual é, a cada momento, a nossa contribuição? Essa pode ser a pergunta inicial. As crises

e conflitos que a resposta produzir poderão ser o “caminho” novo a se fazer aos poucos, ao “caminhar”. Os nossos procedimentos de trabalho também precisam ser objeto de avaliação, de estudo, de investigação científica. Aí pode estar uma preciosa fonte de descobertas para a transformação e para o desenvolvimento da Psicologia, seja como conhecimento, seja como um campo de atuação profissional.

Mais de trinta anos depois... mudamos a quem, nós psicólogos, servimos?

Mais de trinta anos depois desse artigo ser apresentado na Reunião Anual da Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto (em 2009 já é Sociedade Brasileira de Psicologia há vários anos) muita coisa, obviamente mudou. Os dados sobre cursos, matrículas e psicólogos formados cresceram exponencialmente. A atuação também ficou ampliada e há muito mais psicólogos assalariados, embora ainda seja grande a concentração em trabalho clínico e muitos psicólogos atuando como profissionais liberais. Nos últimos, porém, há mais trabalho assalariado realizado em muitas organizações públicas (postos de saúde, hospitais) a serviço do Estado.

A multiplicação de cursos de graduação em Psicologia não parece ter incorporado as melhores experiências e aperfeiçoado o ensino superior. Pelo contrário a “abertura desenfreada” de cursos superiores pelo país aumentou a cópia de quaisquer currículos ou experiências existentes e a contratação de pessoas formadas com pouca ou nenhuma preparação para ensino de profissionais de nível superior. Aumentou extraordinariamente o ensino do que cada um aprendeu ou sabe e não necessariamente o que é necessário para a capacitação do psicólogo do futuro. As palavras de Luiz Antonio Cunha (1989) sobre evidentes sinais de deterioração institucional a respeito da Universidade Brasileira parecem ter sido seguidas à risca nas últimas décadas, do final do século XX e do começo do século XXI.

Os custos dos serviços de Psicologia, assim como muitos do campo da Saúde, continuam inacessíveis para grande parcela da população, embora tenhamos muitos planos de assistência à saúde. Neles, porém, ainda há uma grande exclusão do atendimento psicológico. O conceito de mercado (com o

núcleo definidor em torno das demandas feitas aos psicólogos e das ofertas de emprego que as empresas apresentam) dominou cada vez mais, tornando muitos dos psicólogos meros “despachantes de rotinas de serviços”. Estudos sobre o exercício da profissão de psicólogos realizados por Ana Almeida Carvalho (1982 e 1984) e com Kavano (1982) encontram, claramente, uma consequência do ensino superior lesiva para o exercício da profissão: profissionais formados há cerca de cinco anos identificam instrumentos de trabalho que aprenderam a usar nos seus cursos, identificam e até caracterizam diferentes “teorias ou escolas psicológicas”, identificam várias categorias de “problemas psicológicos”, mas não são capazes de definir minimamente o que constitui um “fenômeno psicológico”. Com isso, facilmente, “perdem a identidade profissional”, uma vez que só a conseguem definir pela “periferia” de seus componentes, enfatizados pela formação acadêmica. No MEC, na década de 1990 e na primeira década do século XXI, proliferaram currículos que eram cópias de outras instituições apresentados como projetos de novos cursos de Psicologia. Em um caso, foram identificados até quatro cópias xerox do mesmo currículo, quando já estava em exame e debate as diretrizes curriculares para o ensino de graduação em Psicologia. Infelizmente, ainda há muito por aperfeiçoar no ensino de graduação em Psicologia. Mormente com o surgimento de uma proposta de inovar esse ensino por meio de competências apropriadas para o trabalho em um campo profissional em grande parte ainda inexplorado. Os projetos de curso ainda não parecem estar em consonância com as possibilidades que as diretrizes curriculares, mesmo com várias lacunas ou imperfeições, ensejam.

Soares (1997) encontra seus ex-alunos de matemática na graduação, alguns anos depois de formados, ignorando o que aprenderam em matemática ao exercitar a profissão de engenheiros, utilizando apenas matemática de segundo grau e o que lhes indicavam os vendedores de equipamentos para as empresas nas quais trabalhavam. Stédile (1996) acompanha egressos que estudaram com ela como definir e realizar o trabalho de “prevenção em saúde” e encontra, alguns anos depois de formados, que seus alunos, sistematicamente, abandonaram o que aprenderam na Universidade e adotaram os conceitos, muito menos elaborados e pouco atualizados, a respeito do que consistia o conceito

e o trabalho de “prevenção em saúde”. Piazza (1997), ao investigar “o papel das coordenações de cursos de graduação segundo a percepção de coordenadores em exercício da função”, encontra uma absoluta ausência de preparação específica para o exercício dessa função no trabalho na Universidade. Marcon (2008) e Cruz (2008) encontram resultados similares em estudos com diferentes coordenadores de cursos, sendo este último em outro Estado diferente daquele em que foram realizados os estudos de Piazza e Marcon. As afirmações de Luiz Antonio Cunha parecem confirmar-se, valendo isso para os cursos de Psicologia, conforme investigam também D’Agostini (2006) ao examinar os objetivos equivocados para garantir a formação do psicólogo em um curso de graduação e Ferreira (2005) ao examinar as características dos serviços-escola de Psicologia dos cursos de graduação no meio-oeste catarinense.

Parece ainda permanecer urgente deslocar o conceito de serviços de Psicologia e a formação correspondente para realizá-los de maneira apropriada para além dos dois componentes nucleares do conceito de mercado de trabalho (demandas sociais e ofertas de emprego), na direção de outro conceito norteador para tudo isso: campo de atuação profissional, definido pelas necessidades da população e pelas possibilidades de trabalho do profissional em relação a elas. A diferença entre esses dois conceitos foi examinada por Rebelatto e Botomé (1987), Botomé (1988), por Paviani e Botomé (1993) e por Santos (2008) e contém um potencial de orientação diferenciada para a concepção de currículos de Psicologia. Uma orientação para um trabalho em relação a um campo de atuação profissional exige uma formação especial, fortemente marcada pela capacitação em produzir conhecimento e em empreender serviços inovadores no campo de atuação. Produzir conhecimento porque tanto as necessidades da população como as possibilidades de atuação são desconhecidas em sua grande maioria em relação ao que a Psicologia pode contribuir. E formação em empreendedorismo para tornar as possibilidades de atuação em empreendimentos concretos de serviços viáveis nas comunidades nas quais o psicólogo vier a atuar como profissional.

Há, também, um acentuado desenvolvimento em alguns setores. A “Psicologia Industrial” de outrora se ampliou muito e, melhor designada por “Psicologia Organizacional e do Trabalho” é um campo muito amplo de possibilidades de atuação do psicólogo. A Análise Experimental do Comportamento, de forma semelhante, deixou de ser restrita a uma formação para trabalhar com pesquisa e algumas poucas técnicas de modificação de comportamento para abarcar uma enorme amplitude de possibilidades de atuação com o comportamento em todas as esferas da atividade humana. Os congressos científicos proliferaram por uma grande variedade de sociedades científicas especializadas e, embora, tenha aumentado uma tendência a exibir trabalhos e a diminuir os debates efetivamente científicos, aumentou a quantidade de reuniões científicas, de pessoas participando delas e de trabalhos exibidos ou apresentados mesmo prejudicados com menos debates e com um perigo de diminuição da qualidade de muitos deles. A quantidade, no entanto, parece compensar e manter uma proporção de trabalhos de qualidade coexistindo com muita repetição, trabalhos superficiais ou até mal elaborados.

Ainda falta um sistema de Ciência, Tecnologia e Educação Superior integrador dessas atividades, hoje divididas entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o MEC, mantendo uma noção de que às Universidades cabe ainda serem “escolas”, quando seu papel poderia ser muito mais avançado e diferenciado em relação à educação dos graus anteriores. Talvez nos falte ainda uma formação educacional que integre a formação para a cidadania e a integração protagonista na sociedade com uma formação profissionalizante antes de iniciar programas de estudo (e não cursos) em nível superior, criando uma transição mais suave para a Universidade com já alguma experiência e possibilidades em campos de trabalho com afinidades aos programas de estudo de nível superior.

A própria pesquisa, que deveria ser desenvolvida em núcleos constituintes de Departamentos de Psicologia passou a ser concebida como atividade vinculada a “Cursos de Pós-graduação” (e não Programas de Estudos Pós-graduados), chegando ao ponto de deixar de ensinar pesquisa e oferecer uma sólida formação científica na graduação ou a, algumas instituições, quererem “ter pós-graduação para poder fazer pesquisa”. As distorções aumentaram

e aprofundaram em uma quantidade muito maior de unidades de ensino de Psicologia. Os governos facilitaram as expansões, aumentaram as exigências burocráticas, mas não garantiram as condições estruturais apropriadas para uma efetiva qualidade da organização e da produção do conhecimento e da produção das aprendizagens significativas para o desenvolvimento de um campo de atuação profissional importante para a sociedade, como é o da Psicologia, indo muito além das fronteiras do trabalho clínico.

A redução de seis para cinco anos na duração dos cursos de Psicologia aligeirou a formação de novos diplomados, mas não melhorou a capacitação desse campo de atuação. A proliferação de cursos de especialização (valorizados até pela denominação genérica e oportunista de “pós-graduação *lato sensu*”), aperfeiçoamento e congêneres ajuda a manter cursos de graduação que não preparam para uma efetiva atuação profissional, mas mantêm um bom mercado de trabalho às custas de um prolongamento artificial da preparação profissional que a redução de seis para cinco anos na graduação veio ajudar, agora fora do universo acadêmico. Isso facilitou um mercado relativamente artificial de trabalho para muitos psicólogos dando cursos em suas “especialidades” para compensar a insegurança e o despreparo que os graduandos relatam ao tentar iniciar seu trabalho no campo de atuação.

Mesmo com tudo isso, as condições para superar esses problemas são muito melhores, embora as políticas governamentais para a Educação ainda não ajudem muito nas inovações significativas. Ainda estamos muito mais voltados para expansões e ampliações do que para aprofundamento, aperfeiçoamento e desenvolvimento do trabalho científico, tecnológico e de ensino de nível superior. O movimento aumentou muito, mas a direção, profundidade e qualidade do que é feito não melhorou na mesma proporção, nem de longe.

A quem servimos hoje? Talvez ainda estejamos voltados para os mesmos tipos de clientes que podem pagar os custos de um trabalho de psicólogos. Uma dimensão de Psicologia Pública ainda não parece clara na formação e na concepção do campo de atuação mesmo com a multiplicação de debates, escritos e reuniões voltadas para isso e, em geral, patrocinadas pelos Conselhos Federal e Regionais de Psicologia, principalmente. Até aumentamos a concorrência e a

disputa pelo poder para ditar como deve ser a formação dos psicólogos, assim como multiplicamos a quantidade de publicações, tendendo a cada grupo ter sua revista quase particular para publicar os trabalhos cada vez em mais revistas especializadas. Parece que fazer pesquisa e publicar ou ter uma publicação mais do que serviço transformou-se em *status* ou poder político ou acesso a verbas públicas. Será isso o melhor para o País e para o desenvolvimento da Psicologia?

Talvez falte hoje um sistema articulador de todas as agências de trabalho com a Psicologia, sem haver hegemonia, ou dominância. Um sistema organizador que aumentasse o acesso e viabilizasse uma participação no trabalho coletivo e não apenas nas suas “correntes” cada vez mais fundamentalistas. As “contribuições” de diferentes autores cada vez mais ficam “escolas”, “teorias”, “abordagens” ou “perspectivas” excludentes, com todo o arcaísmo que isso possa ter. O alerta de Fred Keller (1937/1970) já indicava a necessidade de haver uma sistematização das múltiplas contribuições da Psicologia para auxiliar na orientação e velocidade de seu desenvolvimento. Nas palavras do autor, “uma ciência que se está fazendo não é, na prática, um negócio abstrato e impessoal. Inclui um grupo de seres humanos não inteiramente cooperador, cada um dos quais tem o seu passado de conhecimentos e pesquisas, suas próprias capacidades, seus preconceitos e preferências” (p. 135-136). Embora desacordos e controvérsias sejam inevitáveis e até instrumentais, ainda estamos longe de um debate que seja voltado para produzir o conhecimento e não para disputas para alguém “ter razão” ou “poder” em relação ao núcleo definidor do fenômeno psicológico que pode reunir os esforços e orientações de milhares de profissionais, pesquisadores, professores, administradores ou estudantes de Psicologia.

Isso, ainda nas palavras de Keller (1937/1970), “é especialmente verdade para uma jovem ciência como a nossa – recém libertada da filosofia e não sempre distinguida, em alguns de seus labores, da fisiologia” (p. 136). “Um sistema é uma tentativa sincera e cabal de manter a casa da Psicologia em ordem: de repor esta peça de mobiliário, de reparar aquela; de indicar a aparência fora da moda de uma sala ou a nudez de outra; acrescentar uma ala aqui ou um andar ali; e, se necessário, de por a casa abaixo e construir uma nova – sempre de acordo com a quantidade, a necessidade e as posses de seus ocupantes” (Keller, 1937/1970,

p. 141). O autor continua, “a analogia é tentadora (...). Um sistema psicológico é uma tentativa de arranjar e coordenar, de maneira lógica e inteligível, os fatos da ciência em um todo significativo e satisfatório; de indicar as fraquezas e lacunas do nosso conhecimento; e mostrar o caminho para o desenvolvimento futuro. Além disso, um sistema é uma tentativa de dizer justamente o que a psicologia é, do que é ciência, acerca do que se trata, definir o objeto e, assim, dirigir a pesquisa” (p. 141-142), o ensino, a capacitação de novos profissionais, a atuação profissional, os serviços que podemos prestar a tantos que, desvalidos ou desprotegidos diante do obscurantismo ou do desconhecido do que seja tal tipo de fenômeno sofrem ou ficam limitados em suas condições de interação com o mundo de maneira satisfatória ou, para usar um termo da moda, com “qualidade de vida”.

Ainda permaneceremos predominantemente nas esferas de atuação de atenuar sofrimento, compensar danos, reabilitar organismos, curar patologias ou desenvolveremos competências para efetivamente prevenir problemas? Ou, indo mais longe, seremos capazes de manter processos psicológicos de alta qualidade ou mesmo aperfeiçoá-los ou, quem sabe, com melhor conhecimento, promover novos mais significativos processos psicológicos para constituir a vida de todos na sociedade? Vamos manter as disputas por poder (garantir espaços, manter espaços, aumentar espaços etc.) ou vamos maximizar uma práxis que nos leve a um efetivo debate para produzir maior visibilidade sobre o conhecimento e as condições que determinam os processos psicológicos e não para manter uma disputa com outros, na esfera social, acadêmica, política ou outras? Em qualquer dos casos, qual a melhor alternativa para respondermos: a quem servimos, de fato, com nosso trabalho de psicólogos na sociedade?

Mudaram muitas das condições desde a década de 1970 até o começo da segunda década do século XXI, mas a pergunta parece merecer um permanente exame. “A quem nós, psicólogos, servimos de fato?” permanece como uma exigência de resposta que precisa envolver bem mais do que os preços de serviços e alguns tipos de serviços. Onde estaremos nos próximos anos em relação àqueles que mais necessitam do conhecimento da Psicologia sob as mais variadas formas de serviços que os psicólogos podem tornar acessíveis?

Referências Bibliográficas

- Botomé, S. P. (1988). Em busca de perspectivas para a Psicologia como área de conhecimento e como campo profissional. In Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Quem é o psicólogo brasileiro?* (pp. 273-297). São Paulo: Edicon.
- Carvalho, A. M. A., & Kavano, E. A. (1982). Justificativa de opção de trabalho em Psicologia: uma análise da imagem da profissão em psicólogos recém formados. *Psicologia*, 8(3), 1-18.
- Carvalho, A. M. A. (1984). Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém formados. *Cadernos de Análise do Comportamento*, 6, 1-14.
- Carvalho, A. M. A. (1982). A profissão em perspectiva. *Psicologia*, 8(2), 5-18.
- Cruz, R. C. (2008). Tipos de atividades que constituem as rotinas de trabalho de diretores de cursos de graduação de uma universidade e aprendizagens para o exercício da função. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Cunha, L. A. (1989). A universidade brasileira nos anos oitenta: sintomas de regressão institucional. *Em Aberto*, 8(43), 3-9.
- D'Agostini, C. L. A. de F. (2006). Aprendizagens propostas por professores como objetivos para compor a formação profissional do psicólogo. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Ferreira, V. A. (2005). Características dos serviços-escola dos cursos de graduação em Psicologia no meio-oeste catarinense. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Holland, J. G. (1973). Servirán los principios conductuales para los revolucionários? In: F. S. Keller & E. R. Iñesta (Orgs.), *Modificación de conducta: aplicaciones a la educación* (pp.265-281). México: Trillas.
- Holland, J. G. (1976). Ethical considerations in behavior modification. *Journal of Humanistic Psychology*, 16(3), 71-78.
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(1), 163-174.

- Keller, F. S. (1970). *A definição da psicologia*. São Paulo: Herder.
- Marcon, S. R. A. (2008). *Comportamentos que constituem o trabalho de um gestor de curso de graduação*. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Mello, S. L. (1971). *Psicologia*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas.
- Mello, S. L. (1975). *Psicologia e Profissão em São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Ministério da Educação - MEC. (1968). *Sinopse estatística do ensino superior no Brasil*.
- Nidelcoff, M. T. (1974). *Maestro pueblo o maestro gendarme?* Rosário: Biblioteca.
- Secretaria da Educação e Cultura. (1975). *Catálogo de distribuição de cursos superiores do Estado de São Paulo*.
- Overstreet, H. A. (1967). *A maturidade mental*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Pastore, J. (1972). *O ensino superior em São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- Paviani, J., & Botomé, S. P. (1993). *Interdisciplinaridade – disfunções conceituais e enganos acadêmicos*. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul.
- Piazza, M. H. (1997). *O papel das coordenações de cursos de graduação segundo a percepção de coordenadores em exercício da função*. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Rebelatto, J. R., & Botomé, S. P. (1987). *Fisioterapia no Brasil – perspectivas de evolução como campo profissional e como área de conhecimento*. São Paulo: Manole.
- Sindicato dos Psicólogos de São Paulo. (1977). *Boletim Informativo*.
- Singer. (1975). *Jornal Opinião*, 116.
- Soares, E. M. do S. (1997). *Comportamentos matemáticos e o ensino de matemática para cursos de Engenharia*. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Stédile, N. L. R (1996). Prevenção em Saúde: comportamentos profissionais a desenvolver na formação do enfermeiro. Dissertação de mestrado não-publicada, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

CAPÍTULO 10*

A FUNÇÃO SOCIAL DO PSICÓLOGO

Regina Helena de Freitas Campos

A expressão contida no título do trabalho que me foi solicitado desenvolver – a função social do psicólogo – evocou em mim dois diferentes enfoques, a partir dos quais podemos encarar a questão ali colocada.

Em um primeiro momento, fui levada a pensar em como definir, de um ponto de vista científico, a função social do psicólogo. Neste caso, para melhor focalizar o problema, tratar-se-ia de precisar qual é, ou qual tem sido – desde que se instituiu como profissional – o lugar do psicólogo na divisão social do trabalho.

Em um segundo momento, a expressão encerra a preocupação da busca de alguma espécie de ética profissional: será que o psicólogo, enquanto profissional, teria algum compromisso com a sociedade na qual insere sua prática, assumindo, pois, com referência a esta, uma função social?

Nas notas que trago hoje à consideração dos colegas, proponho assinalar algumas observações elaboradas a partir do estudo da história da Psicologia tanto nos países capitalistas avançados quanto no Brasil que, a meu ver, poderiam ajudar a analisar o problema sob os dois enfoques considerados.

* *Referência completa do texto original: Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. Educação e Sociedade, 16, 74-84.*

1 SOBRE O LUGAR DO PSICÓLOGO NA DIVISÃO SOCIAL DO TRABALHO

Para analisar a questão do lugar do psicólogo na divisão social do trabalho, é preciso consultar a história: história da divisão do trabalho que hoje conhecemos, e história do psicólogo como profissional.

Com relação ao psicólogo, vale lembrar que sua história não se conta apenas, como costuma parecer à primeira vista, a partir dos progressos da técnica de observação e de manipulação do comportamento humano. Foi preciso que, a partir de um determinado momento, se tornasse historicamente necessário o controle do comportamento para que tais técnicas aparecessem e passassem a ser utilizadas.

A nossa consulta à história do psicólogo, para chegar a delimitar o lugar que este profissional veio a ocupar na divisão do trabalho social, tem portanto o sentido de reconstituir as condições de produção da representação do mundo que deu origem aos modelos de concepção e atuação sobre o psíquico utilizados pelo profissional psicólogo. Acredito que é por este caminho, ou seja, a partir da compreensão do quadro ideológico de concepção do homem e do mundo que vigorava no momento histórico de constituição de seu lugar, que podemos chegar a compreender a que tipo de demanda veio a atender o profissional de que falamos.

É neste sentido, pois, que podemos afirmar que a história do psicólogo deve ser contada a partir do movimento engendrado pelas demandas que emergem da formação social onde sua prática passa a ser requerida – mediadas pelo quadro ideológico de representação do real formulado a partir daquela organização histórico-social – conjugados com o esforço em atendê-las representado pelo progresso da própria técnica.

Ora, em que tipo de sociedade aparece este profissional especificamente encarregado de conhecer e trabalhar o comportamento humano?

Vamos localizar o seu surgimento nas sociedades capitalistas da Europa do final do século XIX.

Observe-se, a propósito, que o tipo de relação de dominação de classe instaurada pelo capitalismo é das menos transparentes da história, pois que se exerce mediada por toda uma ideologia da liberdade individual e da igualdade de oportunidades.

Esta ideologia – a ideologia liberal – construída sobre a noção da liberdade individual e da igualdade de oportunidades, só pode funcionar como produtora do consenso acerca da justeza do modelo de convivência social do capitalismo liberal na medida em que as desigualdades provocadas pela divisão em classes e pela propriedade privada são atribuídas à desigual distribuição de dons e aptidões pela natureza, ou à responsabilidade individual de cada um.

É através da conceituação das aptidões como dons naturais que se pode explicar por que os indivíduos ocupam diferentes lugares na escala de ocupações, e a própria divisão do trabalho em trabalho manual e trabalho intelectual, entendendo-se aqui o trabalho intelectual como o trabalho de planejamento e controle.

Ora, esta ideologia, fundada na negação da responsabilidade do todo social pela desigualdade, demanda o aprofundamento da noção da desigualdade natural entre os indivíduos, assim como o surgimento de mecanismos de controle do comportamento e das reações das populações submetidas à sua lógica.

Por isso a noção de progresso, típica do advento do capitalismo, ser acompanhada sempre pela noção da ordem a ser mantida, na prática e na consciência, pelo consenso.

Para proceder à análise do surgimento da prática profissional do psicólogo deste ponto de vista, devemos estabelecer, portanto, a que tipo de demanda veio ele a atender, e a relação que os modelos de concepção do real e de trabalho por ele instituídos guardam com o quadro da ideologia liberal.

Podemos começar citando Gramsci, a propósito da formação da categoria dos intelectuais:

Segundo este autor,

“Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário

capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito...”

De um novo conceito de homem diríamos, completando o pensamento de Gramsci, e para voltar a nosso tema: o psicólogo.

E digo isto pensando no conhecido marco de surgimento da Psicologia Científica: a criação do laboratório de Wundt, na Alemanha.

Por que foi criado este laboratório, com a preocupação de elaborar e utilizar instrumentos precisos de medição, predição e controle das possibilidades e limites da percepção humana?

A divisão do trabalho capitalista, naquele momento, progredia do aperfeiçoamento da institucionalização do trabalhador coletivo, próprio do período manufatureiro, à introdução da máquina no processo de produção.

A quem poderia interessar, naquela época, o estudo da percepção e das habilidades humanas?

Minha hipótese é que a própria institucionalização do trabalhador coletivo, no período manufatureiro, constituído de muitos trabalhadores parcelares (cada um encarregado de uma tarefa partida no processo de produção da mercadoria) engendrou consigo a reelaboração do próprio conceito de percepção e de aptidão.

Como lembra Husserl ao tratar do mundo da vida como fundamento do sentido esquecido da Física, a necessidade da precisão e da previsão nas medidas é própria da era moderna, ou seja, do capitalismo.

Assim, penso que, na medida mesma em que a fábrica “fabricava” novas aptidões, pelo parcelamento do processo de trabalho, os psicólogos registravam e nomeavam o resultado do parcelamento.

O mesmo se pode dizer a propósito da elaboração dos conceitos do normal e do excepcional, noções que atravessam permanentemente o trabalho do psicólogo.

É na exata medida em que o processo de produção cria a figura do homem normal – aquele que se adequa ao processo de trabalho instituído pelo capital – e do excepcional – aquele cujo trabalho não pode ser convertido em valor-de-troca – que o psicólogo registra e separa estas duas categorias: o normal e o excepcional.

Acrescente-se a isto o fato de que o processo de institucionalização da empresa capitalista desorganiza o tipo de produção predominantemente rural anterior a ela, gerando grandes movimentos de massa em busca do mercado de trabalho na cidade – com as previsíveis conseqüências psíquicas decorrentes do desligamento das relações com a comunidade de origem – e teremos o quadro de patologias registradas e nomeadas como distúrbios da personalidade e do comportamento.

Podemos avançar, pois, a hipótese de que, se Freud – conforme observa Lourau, ao tratar da Psicanálise na divisão do trabalho – trabalhou sobre o terreno da insatisfação sexual e do ócio das mulheres da burguesia vienense (quadro este também produzido historicamente pela divisão capitalista do trabalho), também a Psicologia Científica oriunda dos laboratórios e da organização científica do trabalho na fábrica trabalhou sobre o terreno da dominação do capital sobre o trabalho.

A diferença reside, no entanto, no fato de que a Psicologia Científica não construiu o conceito de inconsciente. Pelo contrário, a ela ficou reservado o espaço ideológico do desconhecimento da exploração, pois sua função resultou em ser exatamente o lugar da elaboração das práticas destinadas a adaptar o homem a esta nova realidade do trabalho parcelado, no interior da divisão do trabalho em manual e intelectual.

Podemos acompanhar a institucionalização dos procedimentos de adaptação oriundos da Psicologia em diversas instituições.

Aqui mesmo, em Minas Gerais, o surgimento do profissional psicólogo obedeceu a lógica semelhante.

Tive oportunidade de reconstituir o quadro de surgimento do psicólogo em Minas Gerais nas décadas de 20 e 30, deste século, e verifiquei o seguinte:

O trabalho do psicólogo foi aqui demandado, primeiramente na área escolar, em função da expansão da rede de ensino primário no Estado ocorrida na década de 20, processo semelhante ao ocorrido no Brasil da época.

Esta expansão se deveu à combinação de dois fatores: de um lado, a crescente pressão da população da periferia urbana pelo acesso aos bens urbanos utilizados pela burguesia e pela pequena burguesia, entre eles a escola.

De outro, a burguesia nacional, presa à lógica do capitalismo dos países centrais pela exportação de não-manufaturados e sentindo os prenúncios da crise daquele tipo de economia, se interessava em assumir o projeto de industrialização do país.

O resultado deste processo foi o investimento do Estado na expansão da rede de ensino público e gratuito, sob o modelo da ideologia da igualdade de oportunidades.

Ora, mas para que a escola passasse, naquele momento, a exercer a sua função especificamente capitalista – a de separar os indivíduos e de alocá-los em diferentes lugares da escala ocupacional – era necessário justificar por que não havia lugar para todos no topo da pirâmide, isto é, nas profissões não-manuais.

Para isto, a ideologia dominante se apropria da noção das diferenças individuais e abre espaço, no interior do sistema escolar, para este novo profissional – o psicólogo – encarregado de utilizar a tecnologia já então desenvolvida na Europa, de medida da inteligência e das aptidões.

Ao lado disso, a entrada no sistema escolar deste contingente de crianças portadoras de padrões e normas culturais diferentes daquelas veiculadas pela escola tradicional – os padrões das classes dominantes – cria a necessidade da reforma dos métodos de ensino, e da adoção do ideário da Escola Nova, ou Escola Ativa.

Assinale-se que o ideário da Escola Ativa se inscreveu também no contexto do capitalismo europeu do final do século XIX e início do século XX: por um lado, o resultado das lutas pela humanização do trabalho nas fábricas fez surgir um novo personagem: a criança da classe operária. Já no século XIX, o discurso e a prática dominantes se preocuparam em delimitar o lugar social da criança burguesa e em marcar sua diferença em relação aos adultos,

procurando explorar as possibilidades de educá-la. No início do século seguinte, surge a preocupação com a educação da criança oriunda das classes dominadas. Se isto significou a superação de um problema da fase do capitalismo selvagem na Europa – crianças pequenas trabalhando em minas, manufaturas, etc. – por outro lado assinala a elaboração de uma consciência relativa à formação da mão-de-obra para o trabalho na grande indústria posterior à II Revolução Industrial.

Ora, são os métodos de medida da inteligência e de estudo do comportamento da criança que serão demandados pelo grupo de psicólogos trazido a Minas por Francisco Campos, então Secretário do Interior, em 1929.

Na Reforma do Ensino proposta na mesma época pelo Secretário, institui-se a cadeira de Psicologia Educacional no Curso Normal e criou-se um Laboratório de Psicologia em anexo à Escola de Aperfeiçoamento de Professores, fundada na mesma época.

A continuação da história é muito conhecida: Helena Antipoff é convidada a permanecer no país para assumir definitivamente a gestão do Laboratório, e passa a lecionar a cadeira de Psicologia Educacional.

São então introduzidos, no interior do aparelho escolar, os instrumentos de medida da inteligência e do interesse.

Qual o sentido histórico desta preocupação com a medida da capacidade intelectual?

Obviamente, no quadro da ideologia liberal, tratava-se de justificar e legitimar, por via da nova ciência do comportamento, a questão da desigualdade.

E através de que tipo de operação poderá a Psicologia preencher a função que lhe é solicitada? Podemos responder a esta questão lembrando que, quando a Psicologia se refere à criança, ela a toma como um ser abstrato e a-histórico – a criança em geral – deixando de reconhecer a existência da criança particular, marcada pelas diferenças de classe desde o meio familiar até o universo cultural e simbólico no qual deve aprender a buscar sua identidade. A crença na existência de aptidões naturais acompanha o mesmo tipo de lógica: a natureza é que dota diferencialmente os indivíduos, não a relação com a natureza que lhes é imposta pelo lugar que ocupam na estrutura social.

Daí o esvaziamento do conteúdo social da desigualdade, já presente na ideologia liberal.

As posteriores atividades de seleção e orientação profissional, na década de 50, acompanham o mesmo tipo de lógica.

Sabemos hoje em dia o quanto os instrumentos de medida da capacidade intelectual estão atravessados pelo conteúdo cultural dominante.

Ora, nossa hipótese é que esse pretenso erro corresponde exatamente à realidade necessária ao funcionamento do teste de medida psicológico: estes testes se revelaram, historicamente, extremamente eficientes para detectar dificuldades sócio-econômicas nos indivíduos a ele submetidos e em apresentar tais dificuldades como dificuldades psicológicas, naturais.

Esta observação foi feita aqui mesmo em Belo Horizonte, na década de 30, pela própria Helena Antipoff, quando ela propôs o conceito de “inteligência civilizada” para descrever o atributo medido pelos testes psicológicos.

Em trabalho publicado em 1936, Helena Antipoff, com enorme sensibilidade para a época, discutia a definição de inteligência proposta por Binet e observava que dificilmente os instrumentos de medida utilizados poderiam atingir o atributo em estado puro, como queria Binet, tantas eram as influências recebidas do meio a que se poderiam atribuir seus resultados.

Este tipo de observação, no entanto, na maioria das vezes permanece ignorado, uma vez que não é passível de ser absorvido pelas instituições sociais que se alimentam dos conceitos e práticas produzidas pelos psicólogos.

Este tipo de observação, repito, que contém no seu interior a denúncia do significado social de certas práticas adotadas pelo psicólogo, tende a ser desconhecido, negado, vindo a constituir uma espécie de história da contrapsicologia.

Sim, porque se podemos contar a história do psicólogo do ponto de vista de sua colaboração à reprodução da dominação de classe – e com enorme riqueza de exemplos – é de se supor que também é possível reconstituir a história da contrapsicologia, com mais dificuldade, é certo, pela falta de registro do tipo de iniciativa que buscamos.

É possível porque, como toda instituição que se estabelece sobre o terreno social da contradição de classe, também a prática do psicólogo será necessariamente atravessada por aquela contradição, que reaparecerá como realidade ora negada, ora denunciada em seu trabalho.

Observe-se, além disso, que todo saber social – inclusive o saber da Psicologia – é produzido em função e na luta que se trava a nível econômico, político e ideológico entre as classes fundamentais.

Assim, no momento de sua produção, ele não é um saber de classe, pois que só o será no instante de sua apropriação.

Ocorre que esta apropriação do saber pelas classes dominantes se dá através exatamente da malha de instituições que virão a constituir a peneira que não deixa passar a informação que não interessa à dominação.

Faço referência a esta necessidade de reconstituição dessa história da contrapsicologia, ou, melhor dizendo, da psicologia que denuncia a dominação para passar à segunda parte desta exposição, quando se coloca a questão: será possível que a categoria dos psicólogos, nascendo, conforme demonstramos, como uma das categorias de intelectuais orgânicos da burguesia, poderá reencontrar este lado obscurecido de seu saber, que é o saber sobre a dominação?

Esta questão me parece atual por dois motivos:

Em primeiro lugar, pelo fato de que, por razões ligadas ao próprio modelo de expansão e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, nossa categoria profissional enfrenta no momento uma crise de mercado de trabalho.

Esta crise se apresenta, atualmente, na quase saturação do mercado de trabalho destinado às classes de mais alta renda, o que nos obriga a buscar ampliar o mercado no sentido de buscar a prestação de serviços às classes de menor renda.

Ora, é neste momento que podemos tentar reencontrar, na história da prática do psicólogo, a história da prática da contradominação.

Isto porque os novos psicólogos, que estão no momento enfrentando a realidade do mercado das classes de baixa renda – seja no hospital psiquiátrico, na escola ou na própria indústria – verificam a sua falta de instrumentos para lidar com os problemas com que se defrontam, ou melhor, a inadequação dos

seus instrumentos tradicionais de trabalho para o tipo de problemática que, cada vez de forma mais transparente, lhes aparece como decorrente da própria relação de dominação de classe socialmente instituída.

E é neste momento de reflexão sobre as ferramentas de trabalho de que precisamos para enfrentar este mercado que eu percebo a possibilidade da criação, a possibilidade de que possamos, enquanto categoria, nos apropriar dos meios de produção da Psicologia e desvendar os seus não-ditos, aquilo que ela nega, embora esteja presente, sob a forma da negação, no interior de sua própria prática.

Por isso não concordo quando se fala na crise da Psicologia: não se trata de que a Psicologia esteja, como ciência, atravessando uma crise teórica ou metodológica.

Trata-se, muito mais, do fato de que as próprias contingências do mercado estão levando os psicólogos a se haverem com a insuficiência de seus modelos de interpretação do real.

E é sabendo do que esta situação traz de possibilidade de criação – pela própria possibilidade histórica de alteração do lugar do psicólogo na divisão social do trabalho – que penso na possibilidade de se reencontrar, na história da Psicologia, exemplos de denúncia como o de Helena Antipoff.

Foi também pensando nisso que trouxe à consideração dos colegas essa minha interpretação da história da Psicologia, não pensando em negar a nossa prática, mas em transformá-la.

Lembro ainda uma vez que o modelo de interpretação da história com o qual aprendi a trabalhar me obriga a analisar o fato histórico na relação que ele guarda com as forças antagônicas de constituição do real social.

Assim, se cada momento de criação na prática da Psicologia pode e deve ser analisado em sua contribuição à reprodução da dominação, cabe também analisá-lo em sua função de negação de um instituído anterior, que ele ajudou a superar.

CAPÍTULO 11

REFLEXÕES SOBRE A EVOLUÇÃO E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS NA HISTORIOGRAFIA DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL NO BRASIL

Regina Helena de Freitas Campos

Esta é uma oportunidade especial para falar de um trabalho feito anos atrás, mas que continua a render frutos até hoje. Atendendo ao convite dos editores dessa preciosa coletânea, que traz reflexões dos psicólogos brasileiros sobre a trajetória da nossa ciência e de nossa profissão, lembro os motivos que me levaram a iniciar minha participação nessa reflexão, desde os anos de 1980, e como vejo hoje a relação entre o psicólogo (especialmente na área educacional) e o contexto histórico-cultural em que vem se desenvolvendo a profissão.

1 Pensando as relações entre a profissão do psicólogo e a educação

O artigo “A função social do psicólogo” (Campos, 1983) decorre de pesquisa sobre o sentido da introdução da psicologia educacional como disciplina obrigatória nos cursos normais e no programa da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte em 1927 (Campos, 1980). Esse dispositivo fazia parte da reforma do sistema de ensino público mineiro, realizada pelo jurista

Francisco Campos, durante sua gestão no governo de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). A reforma ficou muito conhecida no Brasil e fazia parte do ciclo de reformas dos anos de 1920, realizadas em vários estados brasileiros pelos nossos pioneiros escolanovistas. As finalidades dessas reformas eram voltadas para a expansão e modernização dos sistemas de ensino público. Expansão significava ampliar o acesso à educação à população, sobretudo a urbana. Modernização significava introduzir técnicas de gestão mais atualizadas no sistema: estatísticas educacionais, ensino seriado, homogeneização das classes por níveis de desenvolvimento cognitivo e/ou resultados escolares, sistemas de avaliação mais objetivos etc. (Saviani, 2007).

Nesse contexto, a psicologia educacional comparecia como uma ferramenta privilegiada para a modernização do sistema: oferecia procedimentos e teorias para o melhor conhecimento dos educandos, ao lado de instrumentos de avaliação objetiva de seus níveis de desenvolvimento, buscando a adequação dos conteúdos e processos de ensino a esses níveis. Lourenço Filho assim resumiu as contribuições da psicologia à educação, no âmbito do movimento da Escola Nova: a descrição das variações psicológicas através das idades, a caracterização objetiva das semelhanças humanas e das diferenças individuais, a proposição de um modelo explicativo genético-funcional. Tratava-se de realizar o antigo sonho de Rousseau – conhecer a criança para melhor educá-la, partindo de suas tendências espontâneas e possibilidades individuais. A compreensão das variações psicológicas através das idades implicava o reconhecimento das diferenças nas formas de pensamento e de aprendizagem em crianças, adolescentes e adultos. Recomendava-se utilizar os métodos da observação ou do questionário (inventado por Stanley Hall) para definir esses perfis evolutivos. O conhecimento das semelhanças e diferenças individuais em relação a algumas características psicológicas e psicossociais tinha se tornado possível de forma mais objetiva com as técnicas da psicometria, especialmente com o trabalho de Alfred Binet e Théodore Simon em Paris, no início do século XX. Desse trabalho decorreu a formulação dos conceitos de *idade mental* (posteriormente *quociente de inteligência* de Stern) e de *aptidões*, expressando relações entre idade cronológica e níveis de desenvolvimento intelectual, emocional

ou social, através de comparações por coorte de idade nas respostas a testes específicos. Já o modelo explicativo genético-funcional, baseando-se no estudo da gênese das diferentes estruturas psicológicas e na sua funcionalidade para o desenvolvimento e adaptação a formas cada vez mais complexas de relação entre sujeito e ambiente, seria a contribuição teórica específica da psicologia dita experimental. Quando diziam psicologia experimental, autores como Lourenço Filho não se referiam apenas a estudos feitos no ambiente de laboratório (no qual era possível isolar e manipular determinadas variáveis e verificar seus efeitos), mas também os estudos que se valiam de propostas de observação e escuta dos sujeitos através de questionários e testes. Enfim, tratava-se, sem dúvida, de aperfeiçoar os instrumentos de conhecimentos dos educandos, visando fornecer aos educadores elementos objetivos para o planejamento das atividades educativas e a transmissão de conhecimentos (Lourenço Filho, 1930/2002).

O artigo, publicado na *Educação e Sociedade* de dezembro de 1983, faz a análise dessa utilização dos conceitos da psicologia na educação e em outros domínios de aplicação a partir de um nível elevado de abstração – hoje eu diria, como Willem Doise (2002), no nível de análise que se poderia denominar *societal*. Nessa análise, tratava-se de localizar o lugar do psicólogo na divisão social do trabalho, explorando sua função na sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, refletir sobre a função do psicólogo, do ponto de vista ético, no estudo e intervenção sobre questões humanas vivenciadas na sociedade contemporânea. Sobre a questão da divisão social do trabalho, a ideia era relacionar a divisão da sociedade em classes à visão de mundo e de ser humano difundida pela psicologia científica – uma hierarquia de capacidades intelectuais e aptidões correspondendo a determinadas funções a serem desempenhadas (*the right man in the right place*, como diriam os proponentes da administração científica do trabalho). Na pesquisa feita na época, achei ter identificado essa matriz de pensamento na introdução dos conceitos de normal e de excepcional no sistema escolar, matriz também presente no extenso programa de pesquisa sobre o desenvolvimento mental das crianças mineiras empreendido pelo Laboratório de Psicologia dirigido por Helena Antipoff na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, durante os anos de 1930. Era realmente

impressionante a articulação entre a ideologia liberal e a visão da psicologia. A ideologia liberal propunha oportunidades iguais para todos, e a oferta de possibilidades de desenvolvimento a cada um conforme sua natureza. A psicologia identificava as diferentes “naturezas”, compatíveis com diferentes funções na divisão social do trabalho. No entanto, já naquela época estava claro para nós, psicólogos, o impacto da cultura sobre o desenvolvimento e como esse impacto engendrava as diferenças individuais tidas como naturais. A psicologia social de orientação sócio-histórica se fazia presente em nosso meio intelectual com o trabalho da própria Antipoff (1931/2002), com o conceito de “inteligência civilizada”, e de autores como Célio Garcia (1974), Sílvia Lane e Wanderley Codo (1984), e o pessoal da Análise Institucional (Lapassade e Lourau, 1972). A partir dessa perspectiva psicossocial, fazia-se a crítica à naturalização das diferenças socioculturais.

Célio Garcia falava de uma *sócio-lógica* para explicar o efeito do social sobre o sujeito. Lourau e Lapassade propunham a interpretação da ação humana nos grupos sociais como resposta a pressões contraditórias. Para a Análise Institucional, todos os grupos seriam atravessados pelas contradições do meio social em que estavam inseridos – contradições de gênero, de classe, de status social, de raça etc. A ação humana estaria sempre de alguma forma relacionada à forma como essas contradições estavam sendo elaboradas pelos sujeitos participantes do grupo (ou instituição), e nesse movimento é que a dinâmica da história se realizava. Sem as contradições, os embates e as diferenças de perspectivas entre os sujeitos, que ocupavam diferentes lugares sociais, não haveria movimento, transformação. Uma das formas de expressão desses momentos de transformação estava presente na construção de analisadores – aqueles acontecimentos privilegiados que, eventualmente, tornavam transparentes os mecanismos de poder, de dominação e de contradominação sobre os quais as práticas grupais se organizavam.

Também Foucault ensinava sobre a importância de se prestar atenção aos jogos de poder e de verdade que se instauram nos grupos e nas instituições, e que, por serem a eles imanentes, provocam a transformação. Foucault não concordava com as interpretações da história que distinguem os grupos sociais

entre os que possuíam ou não o poder, a chamada *hipótese repressiva*. Para ele, o poder trazia a marca da positividade, e mesmo os grupos dominados detinham o poder da contradominação (Foucault, 1994). Mais que isso, esse autor tratava a história da psicologia como a história das práticas discursivas e não discursivas que engendraram as formas modernas de exercício do poder (e do contrapoder, eu diria). Na *História da Loucura*, o filósofo mostrava as relações entre a elaboração de um discurso libertador e práticas de sujeição, em uma dialética que provocou o enquadramento da doença mental através de práticas de normalização derivadas da nosologia psiquiátrica. As classificações da psicologia educacional em termos de diferenças de inteligência ou aptidões, e mesmo as atribuições de normatividade a essas classificações estão relacionadas de maneira evidente à dinâmica da distribuição do poder social mediada pela centralidade que as instituições escolares adquiriram nas sociedades contemporâneas, capitalistas, social-democratas ou socialistas. A imbricação entre os conceitos produzidos pela psicologia dita científica, quando apropriados pelas instituições e pela cultura, os jogos de poder e de produção/fabricação de verdades sobre a subjetividade parecia muito interessante a partir dessa leitura.

Implicava-me, contudo, a suposição de que era possível contar uma história sem sujeitos, a partir apenas do jogo das estruturas. Aliás, o próprio Foucault admitia que a psicologia deveria se libertar dos reducionismos presentes nas abordagens comportamentalistas ou existencialistas, e partir para uma reflexão sobre o humano em sua história concreta. Essa ideia me fazia voltar ao conceito do concreto em Marx, como a síntese (sempre provisória) de múltiplas determinações. A crítica de Thompson ao estruturalismo tomava essa mesma direção: não era possível contar uma história sem sujeito, pois é a construção do sujeito que constrói a história (Thompson, 1988).

Assim, foi com a soma de todas essas influências intelectuais que elaborei minha tese de Doutorado na Universidade de Stanford (Campos, 1989), buscando contar um episódio da história da psicologia educacional no Brasil a partir da experiência concreta de dois psicólogos bastante conhecidos e influentes: Helena Antipoff (1892-1974) e Lourenço Filho (1897-1970). Nessa

tese, investiguei o desenvolvimento de visões alternativas sobre a inteligência na obra dos dois psicólogos, e as relações de suas propostas sobre a evolução do sistema público de ensino no Brasil. A ideia foi verificar até que ponto as políticas e práticas educacionais foram atravessadas por diferentes interpretações acerca das origens da inteligência, bem como acerca das relações entre capacidades intelectuais e sucesso escolar. Visões alternativas sobre a inteligência correspondiam a orientações divergentes para a prática escolar. A ideia da inteligência como atributo geneticamente determinado, diferencialmente distribuído pela natureza e cujo desenvolvimento dependia prioritariamente da maturação do indivíduo correspondia a uma modelo escolar seletivo, as escolas sendo consideradas agências de distribuição dos indivíduos entre as ocupações disponíveis, de acordo com seu potencial herdado. A visão ambientalista, e mesmo a construtivista, acerca da inteligência poderia corresponder a um modelo educacional mais democrático, no qual as escolas seriam consideradas responsáveis pelo desenvolvimento das capacidades intelectuais das crianças. Encontrei elementos desses modelos (aqui descritos como tipos ideais) nas obras dos dois psicólogos, sendo a inflexão democratizante mais forte na obra de Antipoff. Em Helena Antipoff, formada na escola genebrina, encontrei uma perspectiva original no tratamento das diferenças individuais com forte ênfase nos efeitos da cultura no desenvolvimento cognitivo, derivada também de seu conhecimento da psicologia soviética de orientação histórico-cultural. A partir desse trabalho, tenho acompanhado o desenvolvimento das teorias construtivista e socioconstrutivista em psicologia, buscando evidências da relação entre a psicologia e o contexto sociocultural. Como exemplo da relação da teoria construtivista com a democracia e os movimentos de defesa dos direitos humanos, pesquisei a participação dos psicólogos e educadores do Instituto Jean-Jaques Rousseau, em Genebra, na elaboração da Declaração de Genebra, primeira declaração internacional de direitos humanos, aprovada em 1924 pela Liga das Nações (Campos, 2003a; 2003b).

2 Tendências contemporâneas na pesquisa sobre história da psicologia da educação no Brasil

Antunes (2003) propôs uma periodização para o desenvolvimento da área da psicologia da educação entre nós a partir do início do século XX em três fases: em primeiro lugar, a fase da *autonomização* (1890-1930), na qual o campo da psicologia científica se constitui como área específica de conhecimento; a seguir, a fase da *consolidação* (1930-1962), na qual a organização da psicologia como campo de conhecimento e de atuação profissional se consolida, especialmente a partir do trabalho dos psicólogos que se ocupam das questões educacionais; finalmente, a partir de 1962, a autora identifica uma fase caracterizada pelo *reconhecimento legal da profissão*, na qual ocorreu a expansão dos cursos de formação de psicólogos e a profissionalização, que privilegiou a abordagem clínica, voltada para a análise dos distúrbios a partir da perspectiva individual. Essa perspectiva teria sido também adotada pelos psicólogos que atuavam na área educacional, tendo sido duramente criticada, a partir de meados dos anos de 1970, tendo em vista a dificuldade dos psicólogos em lidar com as questões socioculturais, institucionais e/ou pedagógicas que contribuíam na emergência dos problemas ditos “de aprendizagem”.

Durante os anos de 1970 e 1980, alguns estudos críticos apontaram os problemas decorrentes da aplicação indiscriminada dos conceitos e teorias psicológicos a questões geradas pelo sistema de ensino contraditório e excludente que se instalou no país. Tomando como referência a historiografia crítica da psicologia que vinha sendo produzida em outros países, especialmente na França, na Inglaterra e nos Estados Unidos da América, buscava-se especialmente avaliar a real participação dos instrumentos de medida psicológica e dos conceitos classificatórios deles derivados na reprodução da desigualdade social e cultural através do sistema educacional. Essa literatura focalizava, sobretudo:

o desconhecimento, por parte dos psicólogos, dos efeitos sócio-políticos das classificações e diagnósticos por eles realizados; a falta de sensibilidade dos instrumentos de medida psicológica a questões socioculturais; e, finalmente, o prejuízo objetivo que a aplicação desses instrumentos vinha causando a grupos e estratos sociais culturalmente marginalizados ou oprimidos (Campos, 1996, p. 125).

Alguns desses estudos adotavam a perspectiva reprodutivista, e propunham pensar a aplicação de instrumentos e procedimentos psicológicos nos sistemas de ensino como parte da ideologia liberal e meritocrática: embora todos os indivíduos devessem ser considerados como iguais diante das oportunidades oferecidas pela educação, as diferenças inatas de aptidões e capacidades determinariam a ocupação de lugares diferenciados na estrutura social. Outros trabalhos, analisando a relação da psiquiatria com os movimentos da eugenia e da higiene mental infantil também contribuíram para redirecionar a interpretação sobre a aplicação da psicologia à educação em direção a uma perspectiva crítica, na qual as questões socioculturais no contexto educativo não fossem traduzidas na linguagem do déficit cognitivo ou linguístico (Costa, 1976; 1979; Machado, Loureiro, Luz & Muricy, 1978).

Nessa direção, os estudos de Maria Helena Patto (1984; 1991) exerceram grande influência sobre a historiografia da psicologia na área da educação. No primeiro, publicado em 1984, a autora analisa as abordagens da carência e da marginalidade cultural, comparando-as com a concepção liberal das diferenças individuais inatas. No segundo, publicado em 1991, apresenta um histórico das concepções de “fracasso escolar” presentes na literatura em psicologia e educação no Brasil ao longo do século XX.

A contribuição maior desses estudos críticos talvez tenha sido, justamente, chamar a atenção para a necessidade de estudar em maior profundidade a evolução da psicologia no Brasil, superando a ideia de que ela poderia ser caracterizada apenas como reflexo da história das ideias e das ciências no plano internacional. Tornava-se cada vez mais claro que “a psicologia no Brasil tem história” (Bock, 1999, p. 63). História no sentido pleno, isto é, no sentido de que é possível encontrar contribuições originais entre os teóricos da psicologia no Brasil, que devem ser compreendidas não como a aplicação mecânica das ideias desenvolvidas em outros países, mas como respostas elaboradas a partir da dinâmica sociocultural própria, e no diálogo com a produção internacional. Compreender esse processo de produção do conhecimento a partir das práticas sociais e institucionais e da própria criatividade dos autores locais é o trabalho que instiga os pesquisadores em história da psicologia na atualidade.

Nos últimos anos, novos estudos têm sido feitos, buscando determinar com maior precisão em que medida os problemas apontados nesses estudos críticos foram prevalentes, e os efeitos sociopsicológicos e culturais provocados por diferentes utilizações feitas por psicólogos e educadores dos conhecimentos gerados pela psicologia científica (Bock, 2003; Martinez, 2005; Meira & Antunes, 2003; Vieira, 2008). O estudo de Vieira (2008) é importante por evidenciar que a atenção ao contexto sociocultural é importante para a avaliação de escolares que apresentam os chamados “problemas de aprendizagem”. Nesse trabalho, a autora fez um estudo de caso da Clínica Édouard Claparède, estabelecida em 1955 na Fazenda do Rosário, em Ibitaré, Minas Gerais, pela psicóloga e educadora Helena Antipoff, cuja obra se destacou pela atenção às questões socioculturais. Assim, o estudo de caso dessa Clínica poderia evidenciar um trabalho diferenciado e implicado com as questões sociais, voltado para a inclusão. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com as psicólogas, análise dos laudos psicológicos e estudo dos arquivos documentais da Clínica cobrindo todo o período de seu funcionamento. A análise dos dados foi feita utilizando a modalidade fenomenológica de pesquisa em Psicologia. Concluiu-se pela confirmação da hipótese levantada. Na instituição estudada, realmente desenvolve-se um processo diferenciado de trabalho, onde se destaca a preocupação com a interpretação sociocultural dos processos psicológicos e com a inclusão escolar e social dos sujeitos atendidos. A partir dessa análise, são feitas considerações sobre a importância de uma sólida formação teórica e técnica para o exercício profissional, obtida através da associação entre ensino, pesquisa e extensão.

Outra característica dos trabalhos atuais na historiografia da psicologia brasileira é buscar compreender as ideias, conceitos e práticas desenvolvidos em cada momento da história em seu contexto específico. Procura-se evitar assim o risco do presentismo – a avaliação do passado a partir de categorias e intencionalidades derivadas da organização da área no presente, ou a compreensão do passado como preparação para o presente sempre mais elaborado. Trata-se, ao contrário, de buscar compreender o pensamento em relação a seu próprio tempo e lugar, procurando a lógica que levou os autores a se posicionarem desta ou daquela maneira em relação a sua própria época.

Para este enfoque, a compreensão da história da psicologia como parte da história da ciência tem sido importante, sobretudo tomando como referência as propostas de superação da dicotomia internalismo-externalismo (Hacking, 2001; Latour, 2001). Tanto para Hacking como para Latour, a separação dos estudos em história da ciência como internalistas ou externalistas (Lakatos, 1989) não faz muito sentido, já que a atividade de produção de conhecimentos científicos implica uma releitura do “mundo vivido” a partir de uma grade de conceitos produzidos na interação entre saberes e práticas sociais e culturais, e na dinâmica das instituições que tornam possível essa releitura. Ou seja, o desenvolvimento de um conjunto de conceitos científicos supõe a existência de uma cultura que os promove, e de uma linguagem que os acolhe e veicula (Carroy, 2001). O próprio laboratório de pesquisa se constitui como uma instituição social, com toda a dinâmica de interações entre práticas e representações sociais que isto implica.

A contribuição de Latour a esse debate concentra-se no desenvolvimento de uma metodologia para o estudo da construção de conceitos científicos a partir das práticas de laboratório e estudos de campo, ou do que ele denomina as interações entre humanos e não humanos (os produtos da pesquisa de laboratório ou de campo), e do estabelecimento de instituições que fazem perdurar os conceitos assim construídos através da criação e recriação de demonstrações empíricas das manifestações dos fenômenos descritos. No caso das ciências humanas, é preciso ainda considerar o “efeito de elo”, descrito por Hacking: a descrição científica da realidade empírica tende a se reproduzir na medida em que os próprios sujeitos da experiência passam a se identificar e descrever com a ajuda dos conceitos científicos propostos pelos estudiosos.

Em conclusão, pode-se dizer que o estudo das relações entre a história da psicologia e a história da educação no Brasil é uma área em expansão, na qual ainda há muito a pesquisar. É preciso não só reconstruir as trajetórias dos atores que contribuíram na construção da área da psicologia educacional entre nós, como também compreender melhor como a produção teórica em psicologia tem sido incorporada, debatida e transformada em conhecimento prático no interior das instituições educativas. Em outras palavras, é importante compreender como

os conceitos e procedimentos propostos pela psicologia, especialmente pela psicologia científica, vieram a fazer parte da cultura escolar, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX. A melhor compreensão dessas relações pode contribuir para iluminar as opções contemporâneas em matéria de organização das instituições educativas, uma vez que, como diria Tyack (1974), a maneira como compreendemos o passado modela profundamente a maneira como fazemos escolhas no presente.

Referências Bibliográficas

- Antipoff, H. (2002). O desenvolvimento mental das crianças de Belo Horizonte. In R. H. F. Campos (Org.), *Helena Antipoff: Textos Escolhidos* (pp. 83-125). São Paulo: Casa do Psicólogo. (Reedição de Boletim, 7, 1931).
- Antunes, M. A. M. (2003) Psicologia e educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: Teorias Críticas* (pp. 139-168). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bock, A. M. B. (1999). *Aventuras do Barão de Münchhausen na Psicologia*. São Paulo: EDUC/FAPESP/Cortez Editora.
- Bock, A. M. B. (2003). Psicologia da Educação: Cumplicidade Ideológica. In M. E. M. Meira & M. A. M. Antunes (Orgs.), *Psicologia Escolar: Teorias Críticas* (pp. 79-104). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Campos, R. H. F. (1980). *Psicologia e ideologia - um estudo da formação da psicologia educacional em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado não-publicada, Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte.
- Campos, R. H. F. (1983). A função social do psicólogo. *Educação e sociedade*, 16, 74-84.
- Campos, R. H. F. (1989). *Conflicting Interpretations of Intellectual Abilities Among Brazilian Psychologists and Their Impact on Primary Schooling (1930-1960)*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de Stanford, Stanford (EUA).
- Campos, R. H. F. (1996). Em busca de um modelo teórico para o estudo da história da psicologia no contexto sociocultural. In R. H. F. Campos (Org.), *História da Psicologia – Pesquisa, Formação, Ensino* (pp. 125-145). São Paulo: EDUC/ANPEPP.

- Campos, R. H. F. (2003a). Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. *Estudos Avançados*, 49, 209-234.
- Campos, R. H. F. (2003b). Psicologia e direitos humanos: a relação entre ciência e ética na perspectiva do Instituto Rousseau, em Genebra (1920-1940). In A. M. C. Guerra, L. Kind, L. Afonso & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social e direitos humanos* (pp. 77-90). Belo Horizonte: ABRAPSO-MG.
- Carroy, J. (1991). *Hypnose, suggestion et psychologie – l'invention des sujets*. Paris: PUF.
- Costa, J. F. (1976). *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Documentário.
- Costa, J. F. (1979). *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal.
- Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 27-35.
- Foucault, M. (1994). *Dits et Écrits 1954-1988*. Paris: Gallimard.
- Garcia, C., Luz, M. A., Chaim, S. K., & Lapassade, G. (1974). Análise institucional: teoria e prática. *Revista de Cultura Vozes*, 4(67), .
- Hacking, I. (2001). *Entre science et réalité: la construction sociale de quoi?* Paris: La Découverte.
- Lakatos, I. (1989). *La metodología de los programas de investigación científica*. Madrid: Alianza.
- Lane, S. T. M., & Codo, W. (1984). *Psicologia social – o homem em movimento*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Lapassade, G., & Lourau, R. (1972) *Chaves da Sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Latour, B. (2001). *L'espoir de Pandore - pour une version réaliste de l'activité scientifique*. Paris: La Découverte.
- Lourenço Filho, M. B. (1930/2002). *Introdução ao Estudo da Escola Nova* (16a ed.). São Paulo: Melhoramentos.
- Machado, R., Loureiro, A., Luz, R., & Muricy, K. (1978). *Danação da norma: Medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Martinez, A. M. (2005). *Psicologia Escolar e Compromisso Social*. Campinas: Alínea.
- Meira, M. E. M., & Antunes, M. A. M. (Orgs.) (2003). *Psicologia Escolar: Teorias Críticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e Ideologia: uma introdução crítica à Psicologia Escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1991). *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Saviani, D. (2007). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. São Paulo: Autores Associados.
- Thompson, E. P. (1988). *A formação da classe operária inglesa (2ª. Ed.)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Tyack, D. B. (1976). *The One Best System – A history of American urban education*. Cambridge: Harvard University Press.
- Vieira, R. C. (2008). *O psicólogo e seu fazer na educação: contando uma outra história*. Tese de Doutorado não publicada, Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte.

CAPÍTULO 12*

O PSICÓLOGO BRASILEIRO: SUA ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Paula Inez Cunha Gomide

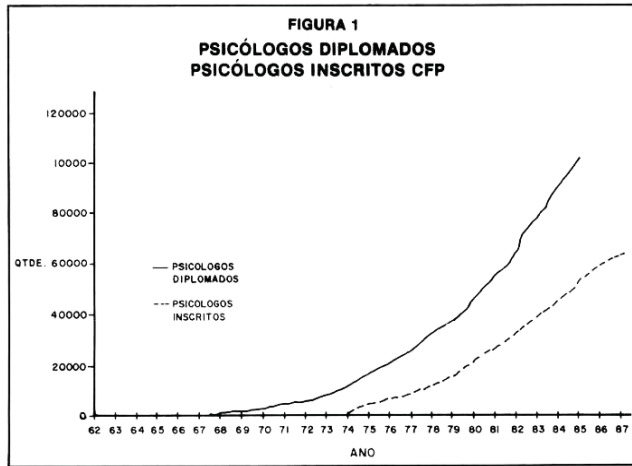
Apesar de pouco mais de vinte e cinco anos nos separarem da regulamentação da Psicologia como profissão é significativo o número de estudos que visam descrevê-la e tentam compreender os seus determinantes históricos, sociais e políticos. Não dispúnhamos, entretanto, de um estudo abrangente da realidade nacional, pois os trabalhos disponíveis até então se apoiavam em amostras reduzidas e de âmbito regional ou local. Visando suprir esta lacuna, assim como fornecer elementos para uma atuação mais efetiva junto às instituições de ensino, é que o Conselho Federal de Psicologia desenvolveu uma pesquisa cujos resultados completos estão disponíveis no livro QUEM É O PSICÓLOGO BRASILEIRO? O presente artigo apresenta um sumário dos principais resultados desta pesquisa que abrangeu uma amostra de 2448 psicólogos de diferentes regiões do País e que teve seus dados coletados através de um questionário aplicado entre 1986 e 87.

* Referência completa do texto original: Bastos, A. V. B., & Gomide, P. I. C. (1989). O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 9(1), 6-15.

A profissão no País *Um crescimento acentuado*

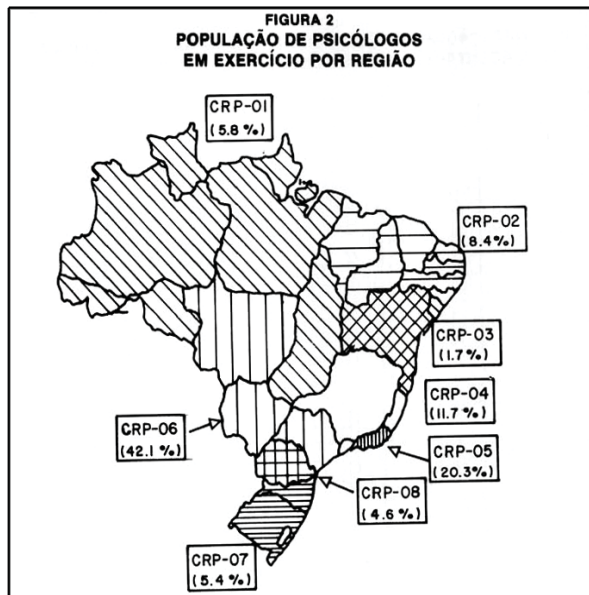
De 1962 até hoje, experimentamos um grande crescimento do número de psicólogos graduados pelas instituições de ensino, que não vem acompanhado por idêntico índice de inscrições nos Conselhos Regionais, condição para a legalidade do exercício profissional. Os dados da figura 1 mostram que o estoque de psicólogos graduados (segundo o MEC) atingiu 102.862 em 1985, tendo crescido, exponencialmente, a partir dos anos 70, com a conhecida proliferação das instituições particulares de ensino. Apesar disso, o número de inscritos nos Conselhos, no mesmo ano, atingia apenas 53.338 (uma perda de aproximadamente 50%). Em setembro de 1988, os registros no CFP apontavam a existência de 61.738 psicólogos em exercício no País. A que atribuir tão elevada perda de profissionais graduados que não se inserem no mercado enquanto psicólogos? Muitos fatores devem ser buscados para explicar o fato de que a profissionalização não é a meta de todos os que buscam o curso de Psicologia. A análise dos motivos apontados pelos psicólogos para a escolha do curso fornece algumas pistas. Divididos em três grandes blocos, os motivos apontados pelos entrevistados revelam um peso elevado de *razões pessoais* (“motivos voltados para si”, a exemplo do autoconhecimento e crescimento pessoal ou solução de problemas), ou *razões humanísticas* (“motivos voltados para o outro”, tais como conhecer ou ajudar o ser humano), em comparação com os “motivos voltados para a profissão”. Mesmo neste último grupo, o motivo que apresenta maior frequência caracteriza-se por um interesse genérico pela Psicologia, enquanto área de conhecimento (35,4%), sem um interesse mais explícito pela prática profissional. Há, ainda, 8,2% de citações de motivos extrínsecos à profissão (era segunda opção, a faculdade era perto etc...). Assim, parte das razões que levam as pessoas a cursarem Psicologia não garante, necessariamente, seu ingresso no mercado de trabalho enquanto psicólogos. Se agregarmos a isso o contingente dos que se “desiludem” com o curso, ou que fazem outros cursos paralelos com melhores chances no mercado, talvez encontremos a defasagem apontada na figura 1. Tal defasagem é, sem dúvida, um sintoma da crise maior do nosso

sistema universitário e, no nosso caso em particular, da ausência de uma política mais global para a formação de psicólogos no País, que atenda às peculiaridades regionais.



Características gerais

A distribuição dos psicólogos no País revela-se bastante desigual com quase 75% dos profissionais concentrados no sudeste como podemos ver na figura 2.



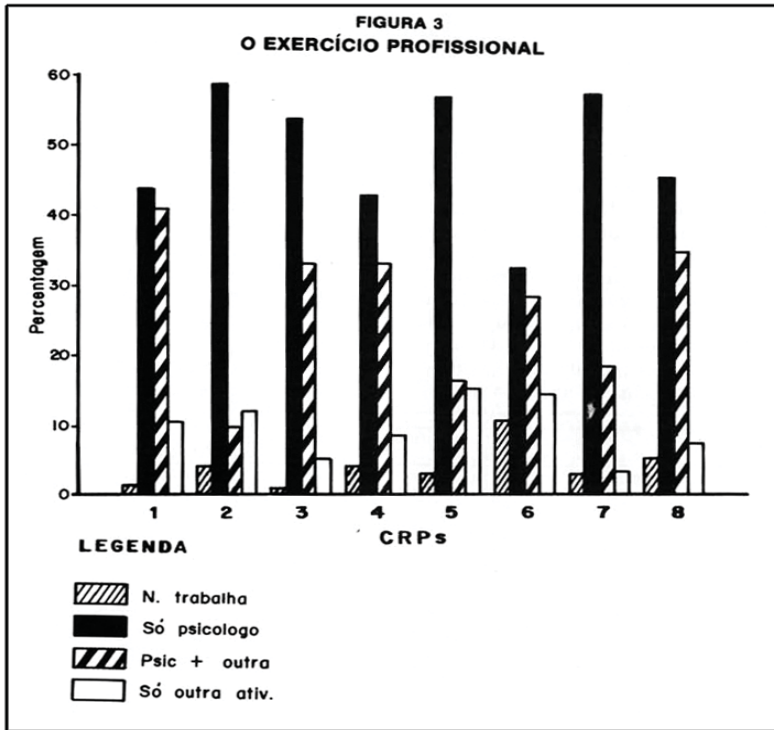
O CRP-06 (São Paulo, especialmente) concentra 42,1% dos psicólogos em exercício no Brasil e o Rio de Janeiro apresenta a menor relação habitante x psicólogo (1.187 hab/psicólogo). Em oposição, o CRP-03 (BA e SE) apresenta o menor quantitativo de profissionais e a mais elevada taxa de habitantes por psicólogos (próxima a 1 psicólogo para cada 13 mil habitantes). Outra informação importante trata da elevada concentração de psicólogos nas capitais dos estados. No geral, aproximadamente 70% dos profissionais trabalham nas capitais (índice que atinge 88% no CRP-03 e que se mostra mais atenuado nos estados do sul, incluindo São Paulo). Como coloca ROSAS et alii (1988), o mercado estabelecido nas capitais e as condições de vida que as tornam sedutoras são fortes fatores de fixação do psicólogo nos centros urbanos mais desenvolvidos (p. 39), o que não deve inibir iniciativas de incentivo à interiorização das práticas psicológicas.

Outros dados que caracterizam o exercício profissional são mais conhecidos: o predomínio absoluto das mulheres, com percentuais que vão de 81,9 (CRP-04) a 90,4% (BA e SE). Esse dado é importante para a compreensão de vários aspectos ligados ao exercício profissional, como por exemplo, o entendimento das mulheres do que seja uma profissão complementar a sua atividade principal – o casamento, com inclusive perda de profissionais graduados, a que nos referirmos anteriormente, como vários trabalhos já apontaram anteriormente, (vide ROSENBERG, 1983 e 1984 por exemplo). Somos, também, uma categoria jovem, com pequenas variações regionais, entre 73 e 90% dos psicólogos têm menos de 40 anos, sendo reduzido o percentual daqueles com 50 anos ou mais.

O exercício profissional

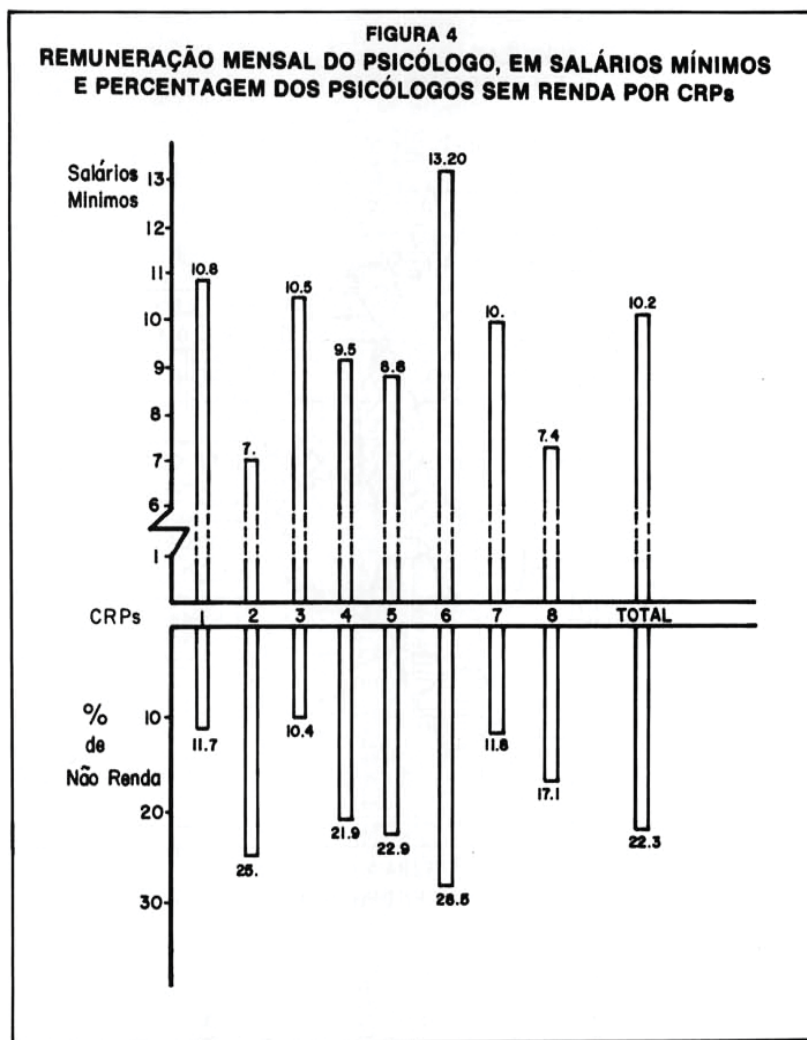
Emprego, desemprego e remuneração

Os resultados expressos na figura 3 mostram que, mesmo entre os que se inscrevem no Conselho (logo, pretendem atuar como psicólogos), a situação não é satisfatória.



Não mais do que 60% dos profissionais atuam *exclusivamente* como psicólogos (nos CRPs-01 e 04 este percentual é menor que 50% e, no CRP-06, cai para menos de 40% dos casos), sendo significativo o índice dos que combinam a atuação em Psicologia com outras atividades profissionais (esta realidade é menos forte no CRP-02 e 05). Considerando-se, conjuntamente, os psicólogos *desempregados* e os que *trabalhavam fora da Psicologia*, observamos que este contingente perfaz 25,6% da força de trabalho do CRP-06 e 18,6% do CRP-05, regiões que concentram, como vimos, a maioria dos psicólogos brasileiros. Estamos diante de mais um dado a exigir uma nova política para a abertura de cursos e vagas nestas regiões.

Quanto à remuneração, cujos dados podem ser vistos na figura 4, não temos, também, um quadro animador.



No País, encontramos 22,3% que não obtêm rendimentos como psicólogos (desempregados, trabalho em outras atividades, trabalho voluntário), realidade que se mostra mais grave no CRP-06 e 02, vindo a seguir os CRPs-05 e

04. A média salarial (excluindo o grupo que não tem rendimento) ficou em torno de 10.21 salários mínimos, sendo mais elevada em São Paulo (13.2), seguido por Brasília (10.84) e pela Bahia (10.45). A remuneração média dos psicólogos revela-se mais baixa no nordeste (7.04) e no Paraná (7.35). Considerando-se os níveis salariais conhecidos de outras categorias profissionais, de nível superior, podemos verificar que nos situamos em patamares mais baixos do que o nível inicial de muitas outras profissões (por exemplo, Engenharia, Direito, Administração etc). Mesmo o fato de o contingente expressivo de psicólogos ser autônomo não faz com que a média salarial se eleve significativamente, o que não nos distancia, sobremaneira, das demais profissões da área social, especialmente daquelas em que há o predomínio da força de trabalho feminina (fatores de menor valorização em termos de mercado).

Áreas de atuação

Embora a legislação que regulamenta a profissão não se refira à área de atuação, este conceito vem sendo largamente usado para descrever o conjunto de características que, de alguma forma, demarca o campo de trabalho do psicólogo e confere alguma identidade ao grupo de profissionais que se dedica àquelas atividades. Tradicionalmente, o conjunto de atividades e objetivos da atuação do psicólogo foi agrupado em quatro grandes áreas: clínica, escolar, industrial e docência. Hoje, os conceitos associados a estas áreas encontram-se ampliados e novas áreas foram concebidas (comunitária, social, pesquisa, por exemplo). A clínica absorve 43,4% dos empregos, vindo a seguir a área organizacional (18,8%), escolar (14,3%), e a docência (11,5%). “Embora não haja, no curso de graduação, qualquer propósito e, inclusive, condições de especializar o psicólogo em uma determinada área, verificamos, como pode se observar na tabela 1, que 73% dos profissionais entrevistados se dedicam, exclusivamente, a uma área, enquanto 22% combinam duas áreas e apenas 5% combinam três áreas. Dentre os 73% do primeiro grupo, a clínica, a organizacional e a escolar aparecem, respectivamente, com 39,3% 17,6% e 7,1%, significando que as demais áreas caracterizam-se por serem predominantemente complementares (na maioria dos casos vêm

acompanhadas por trabalhos numa destas áreas). A frequência com que a área clínica aparece associada às demais áreas é um indicador de que o número de psicólogos atuando nesta área (exclusivamente ou não) é bem superior ao que vimos apontando até aqui.” (BASTOS, 1988, p. 175). Na tabela 2, podemos observar que 60,7% dos psicólogos brasileiros têm, pelo menos, um emprego em clínica. Este índice é menor nos CRPs-01 e 03, regiões que apresentam uma participação maior da área organizacional (acima da média nacional de 23,6%). As áreas escolar e docência aparecem com percentuais iguais de 16,5%, sendo mais expressivas no sul do País (no caso da docência) e no CRP-04 e 03 (no caso de escolar). Apenas 5,6% dos psicólogos atuam na área comunitária (ela é maior no CRP-04, onde atingiu 10, 2%) e 3,0% se dedicam à pesquisa.

Tabela 1*Distribuição de psicólogos por área de atuação no trabalho atual*

Uma só área (73%)	Duas Áreas (22%)	Três Áreas (5%)
Clínica 39,3	Cli+Doc 5,7	Cli+Esc+Doc 1,0
Escolar 7,1	Cli+Esc 4,6	Cli+Org+Doc 0,7
Organizacional 17,6	Cli+Org 2,8	Cli+Doc+Org 0,6
Docência 4,3	Cli+Outra 1,7	Cli+Doc+Com 0,5
Pesquisa 0,4	Cli+Com 1,6	Cli+Doc+Pesq 0,5
Comunitária 1,9	Org+Doc 1,3	Cli+Esc+Com 0,5
Outra 2,3	Esc+Doc 0,8	Cli+Esc+Org 0,3
	Doc+Pesq 0,7	Div. Combinações 0,9
	Esc+Org 0,6	
	Cli+Pesq 0,5	
	Div. Combin. 1,8	

Nº de casos (1.862).

Tabela 2*Percentuais de psicólogos que atuam nas diversas áreas, por região.*

Área	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a	5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a	Brasil
Clínica	46,9	55,9	52,2	64,1	64,4	60,9	61,6	65,9	60,7
Escolar	9,4	12,4	21,3	22,5	13,5	16,5	16,7	19,7	16,5
Organizacion.	42,2	30,5	36,4	19,5	18,5	20,7	27,6	21,9	23,6
Docência	12,5	16,4	12,3	17,4	16,0	14,6	21,2	23,8	16,5
Pesquisa	6,3	1,7	2,4	1,5	1,1	4,9	3,2	1,2	3,0
Comunitária	3,1	5,6	4,9	10,2	1,9	2,0	5,4	5,5	5,6
Outras	3,1	0,5	4,9	3,6	2,5	10,2	3,8	1,2	5,0
Nº Casos	64	179	122	197	362	589	185	164	1862

*Exclui: não inseridos/desempregados/empregados fora da Psicologia/não informantes.

Como vemos, o predomínio da clínica é patente. Esta área, certamente, deve continuar definindo a profissão para o público externo e se constituir em forte pólo de atração para os que buscam a profissão (algo compatível com o conjunto de valores expressos nos motivos de escolha da Psicologia, como vimos anteriormente).

Relações de trabalho e carga horária

Coerente com o predomínio visível da clínica, criou-se uma imagem da Psicologia como uma profissão liberal; os dados obtidos, e apresentados nas três áreas que absorvem o maior contingente de psicólogos, mostram uma realidade um pouco diferente.

Mesmo na área clínica, aproximadamente, apenas a metade dos psicólogos trabalha como autônomos. Este índice cai, significativamente, nas áreas escolar e organizacional. Considerando-se toda amostra, o trabalho autônomo participa com 41,3% dos casos, enquanto a existência de algum vínculo empregatício caracteriza 51,8% dos trabalhos em Psicologia.

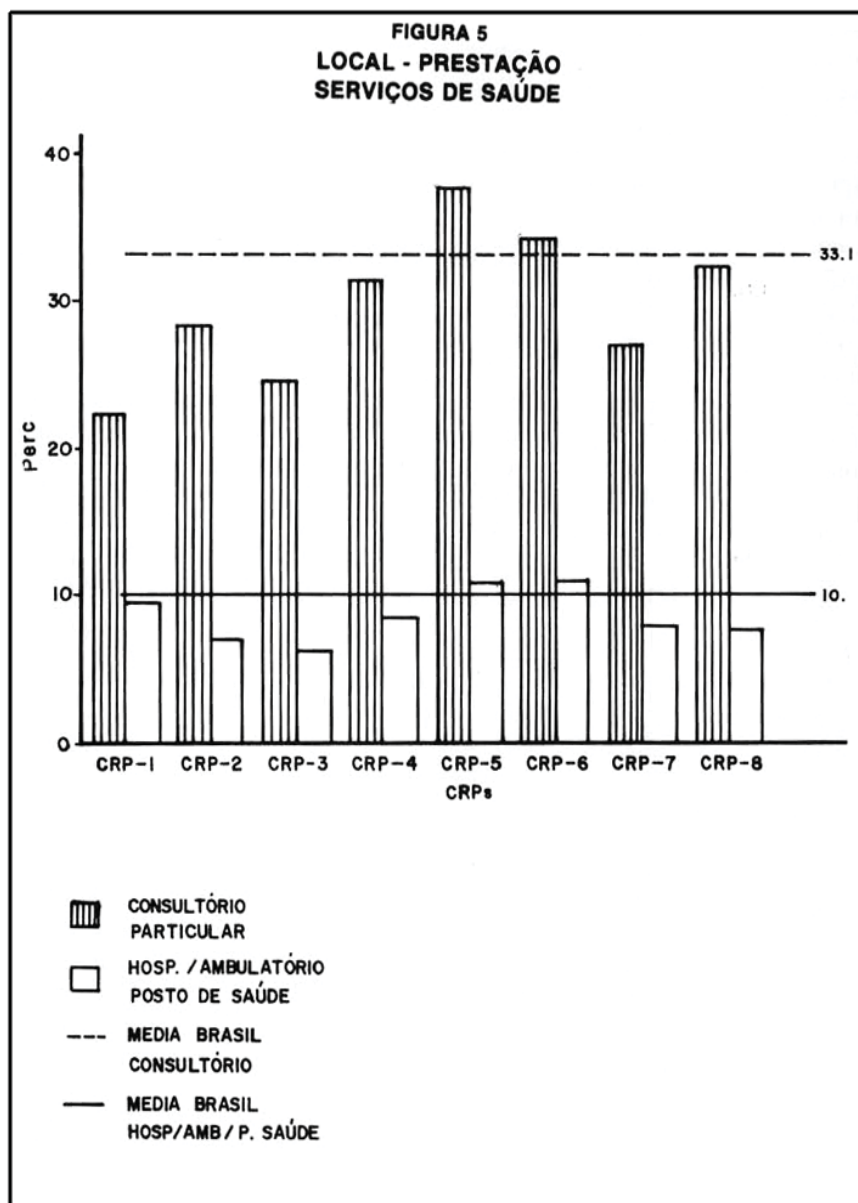
Quanto à carga horária de trabalho, encontramos dados que diferenciam as áreas de atuação e a natureza do vínculo empregatício. Assim, a média de horas de trabalho por semana é superior entre os empregados e servidores estatutários (34 horas), o que caracteriza o trabalho, por exemplo, na área organizacional. Esta média cai para 14 horas entre os autônomos que, em grande parte, se localizam na área clínica. Comparados com a realidade das outras profissões, PASQUALI (1988) conclui que a nossa carga horária semanal média de trabalho é “visivelmente inferior à média das profissões em geral no País” (p. 157), pois, segundo dados do IBGE, em 1985, no Brasil, 80,8% dos trabalhadores tinham um encargo de trabalho igual ou superior a 40 horas semanais. Tal discrepância pode ser compreendida sob dois pontos de vista: como um traço do caráter feminino da nossa profissão (a necessidade de trabalhos de tempo parcial) ou como uma fragilidade do mercado de trabalho, que impele o psicólogo a combinar trabalhos em locais e áreas diferentes para complementação dos seus rendimentos.

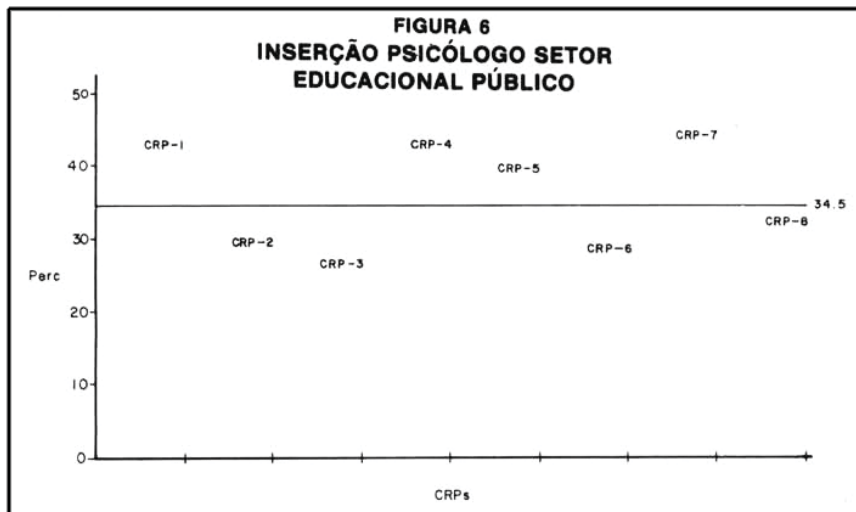
Locais de trabalho

As clínicas e consultórios psicológicos são, indiscutivelmente, os locais onde mais se concentra o trabalho do psicólogo... seja para ali desenvolverem suas atividades principais ou complementares (SASS, 1988, p. 206). Considerando-se a amostra global, o consultório atinge 34,2% dos locais de trabalho, vindo, a seguir: empresas (14,8%), escolas até o 2º grau (10,4%), instituições de ensino e pesquisa (8,5%), hospitais (7,8%), instituições de atendimento psicológico (5,9%), órgãos da administração (4,5%).

Evidentemente, há uma forte associação entre área/atividade e locais de trabalho. Assim, 2/3 dos que atuam em clínica trabalham em consultórios ou hospitais; idêntico índice de psicólogos organizacionais trabalha em empresas ou órgãos públicos. Alguns dados, entretanto, merecem destaque: o consultório é o terceiro local mais freqüente entre os psicólogos organizacionais (8,7%) e o segundo na área escolar (16,2%). A reduzida demarcação entre as áreas clínica e escolar ressalta-se ao verificarmos que a escola é o terceiro local de trabalho mais citado entre os psicólogos clínicos (7,2%).

A discussão do local de trabalho é importante por tangenciar a questão da democratização dos serviços do psicólogo. Há, de fato, uma reduzida inserção do psicólogo nos serviços públicos – o poder público (municipal, estadual e federal) mantém, apenas, cerca de 26% dos psicólogos que declaram atuar profissionalmente (SASS, 1988 p. 211). As figuras 5 e 6 mostram, comparando as diversas regiões, como se dá a inserção do psicólogo no setor público nas áreas de saúde e educação. No Rio e em São Paulo, encontramos um índice ligeiramente superior à média nacional de 10% de trabalhos em postos de saúde, ambulatorios e hospitais, nestas mesmas regiões, entretanto, encontramos também os maiores índices de trabalho em consultórios particulares. O trabalho em instituições de ensino público absorve apenas 34,5% dos que atuam na área escolar, revelando-se menor, ainda, nos CRPs-03 (26,3%), 06 (28,6%) e 02 (29,0%). Embora a questão da democratização seja bem mais complexa, não deixa de ser preocupante a constatação de que os serviços do psicólogo chegam, preponderantemente, ainda hoje, a parcelas privilegiadas da população (que estuda em escolas particulares ou pode freqüentar consultórios particulares). Romper o elitismo da profissão requer, certamente, medidas de amplo espectro que passam pela formação de novos profissionais e pela luta por políticas públicas para a área social que privilegiem o atendimento global dos indivíduos e suas múltiplas necessidades.



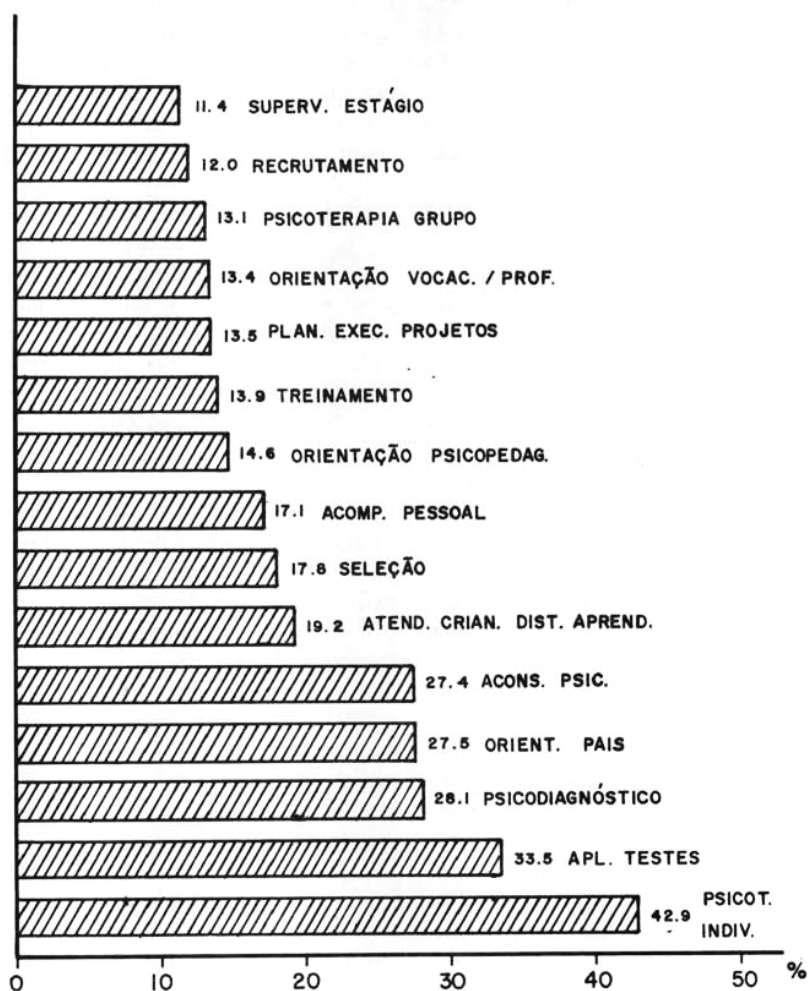


Atividades desenvolvidas

Na figura 7, encontramos as atividades mais freqüentemente desenvolvidas pelo psicólogo.

A psicoterapia individual foi citada por 42,9% dos entrevistados, sendo esta atividade exercida por 68,5% dos que atuam em clínica. A aplicação de testes é a segunda mais freqüente (33,5%) e aparece como uma atividade que permeia todas as áreas de atuação, chegando a atingir 48% dos que trabalham em organizacional. Olhando-se a figura fica visível o peso de atividades que, tradicionalmente, definem o modelo de atuação do psicólogo. A atividade de mensuração de características psicológicas (seja para a intervenção clínica, para seleção de pessoal ou aconselhamento psicopedagógico) parece ter o núcleo básico da identidade profissional, ainda hoje. Todavia, como assinala CARVALHO (1988), “há sinais, embora ainda numericamente inexpressivos, de uma tendência à diversificação da atuação” (p. 235). Uma série de atividades foi citada por profissionais que se formaram mais recentemente a exemplo de: orientação a gestantes, pesquisas de mercado, diagnóstico situacional, assistência a pacientes clínicos e cirúrgicos, orientação sexual (a partir de 1971) ou, criação publicitária, estimulação precoce, planejamento de políticas educacionais (a partir de 1975).

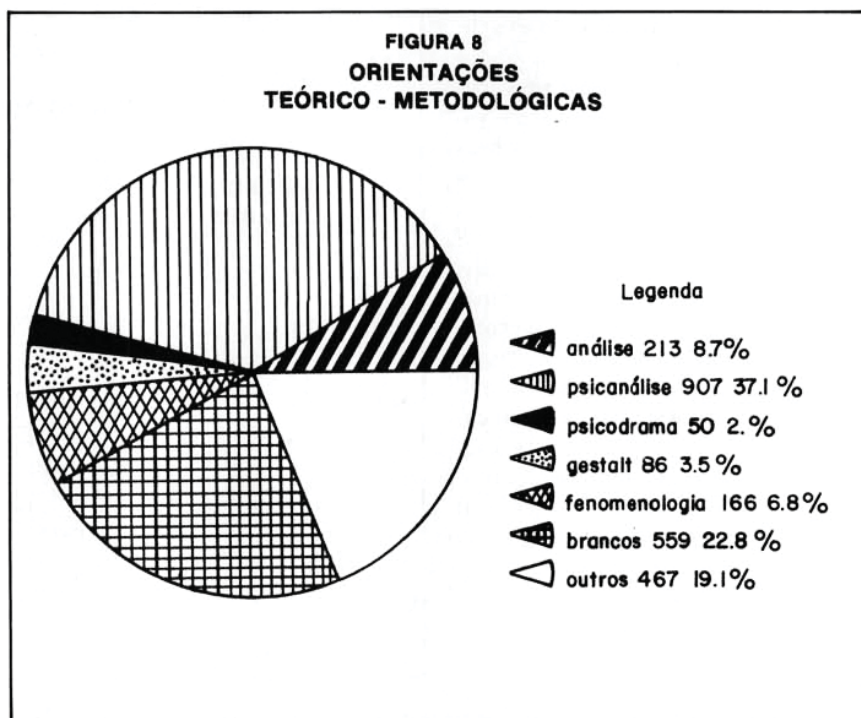
**FIGURA 7
ATIVIDADES**



Orientação teórico metodológica

A fragmentação da Psicologia, enquanto área de conhecimento, reflete-se, inevitavelmente, na atuação profissional. Questionados acerca de que orientação teórica fundamentava o seu trabalho, os psicólogos posicionaram-se como se vê na figura 8 que expressa os dados da primeira orientação citada pelos sujeitos.

O predomínio da psicanálise, como esperado, é inquestionável, no geral, aparece com 37,1% das citações, sendo a orientação mais citada em todas as áreas de atuação – em clínica, atinge 57,7%, caindo para 30,9% em escolar e 22,0% em organizacional. A hegemonia da psicanálise manifesta-se em todas as regiões do País, sendo especialmente forte nos CRPs 05 e 07 onde, respectivamente, 66,8 e 68,3% dos psicólogos, nela, se fundamentam. Em contrapartida, mesmo sem perder a condição de orientação predominante, ela é menos citada em Brasília (31,1%) e no CRP-02 (34,0%). A análise do comportamento e a fenomenologia vêm a seguir, com, respectivamente, 8,7 e 6,8% das opções. A análise do comportamento é a segunda orientação mais citada nas três principais áreas (em clínica atinge apenas 6,5%, crescendo para 11,9% em escolar e para 14,9% em organizacional) e em três regiões: CRP-08 (28%), no CRP-06 (20,0%) e o CRP-03 (16,2%). A fenomenologia revela-se mais forte entre os psicólogos clínicos e é a segunda orientação mais citada em todas as cinco regiões restantes. A gestalt é a terceira orientação predominante na clínica e nos CRPs-01-02 e 04. O psicodrama e a abordagem humanística / existencialista alternam, nas diversas regiões, a quarta e quinta colocações como orientações citadas e aparecem, com maior força, entre os psicólogos clínicos. Como abordagens mais específicas de uma área de atuação aparece, em escolar, a orientação piagetiana (7,1%) e, em organizacional, o conjunto de pressupostos agrupados sob o rótulo de recursos humanos (9,3%).



Três fatos chamam a atenção e requerem reflexão futura: (a) a pulverização de respostas (veja que 19,1% delas estão na categoria outras que consiste de um aglomerado enorme de rótulos, os mais diferentes e que não guardam relação com os grandes sistemas em que se divide a Psicologia, (b) o acentuado número de respostas em branco (22,8%) que pode significar desconhecimento ou falta de uma definição frente a um aspecto central da ciência e prática psicológicas e, (c) a junção de orientações teóricas, incompatíveis em seus pressupostos filosóficos e metodológicos, por um mesmo profissional. Esse aspecto particularmente grave, revela profundo déficit da sua formação.

Trajetória na profissão – alguns dados

No levantamento realizado, embora não tenhamos coletado todos os dados da vida profissional de cada psicólogo, caracterizamos a sua atuação em dois momentos: o primeiro emprego e os empregos atuais. Os dados que

apresentamos anteriormente referem-se à situação atual. Comparando-se, todavia, estes dois momentos, podemos observar algumas tendências que serão, sumariamente, apontadas a seguir.

- quanto à área de atuação: cresce bastante o número de trabalhos na área da docência, na sua maioria, como algo complementar. A clínica revela grande poder de atração, pois perde poucos profissionais que ingressam nesta área e recebe um grande contingente dos que deixam as demais áreas, especialmente a organizacional e a escolar. Estas áreas, na realidade, não experimentam um crescimento entre o primeiro emprego e o atual (o índice da área organizacional mantém-se estável e, em escolar, há uma pequena redução).

- quanto às relações de trabalho: o crescimento da área clínica vem acompanhado do crescimento de diversas características do trabalho associadas a esta área de atuação. Assim, cresce o percentual de autônomos e decresce o número de empregados; aumenta o contingente dos que conseguiram o trabalho investindo recursos próprios, diminuindo formas de concurso ou seleção.

- quanto às atividades: entre o primeiro trabalho e os trabalhos atuais verifica-se uma tendência de redução da diversificação das atividades ou uma especialização. Isto pode refletir, segundo CARVALHO (1988), uma concentração em atividades mais valorizadas, por qualquer motivo, ou a maior concentração na área clínica. Observou-se, por exemplo, que cresceram as citações das psicoterapias (inclusive de casal, família) e diminuíram, significativamente, a aplicação de teste (quase 20%), o aconselhamento psicológico e o atendimento a crianças com distúrbios de aprendizagem. Na área organizacional, diminuíram a seleção, recrutamento e acompanhamento de pessoal, tendo crescido o índice de planejamento e execução de projetos ou a ocupação de cargos de direção.

A formação profissional – como os psicólogos a avaliam

Curso de graduação

Uma crescente preocupação com o nível dos conhecimentos adquiridos durante a graduação tem tomado conta dos debates ocorridos nos Encontros, Congressos e Reuniões de Psicologia dos últimos anos. Esta pesquisa do CFP

apresentou aos entrevistados 14 questões, para que estes se posicionassem, sobre os níveis de conhecimentos e habilidades adquiridos durante a graduação. Os temas abordados pretenderam avaliar desde a influência da formação humanística e biológica, dos conteúdos dos processos psicológicos básicos, das disciplinas técnica-instrumentais, da formação em pesquisa científica, das práticas nos estágios profissionalizantes até a influência que a realidade sócio-econômica, na qual o psicólogo atua, tem sobre a sua prática profissional.

Os Currículos de Psicologia foram elaborados com o objetivo de formar indivíduos com um certo nível de conhecimento genérico em temas psicológicos, com uma razoável formação metodológica e com alguma habilidade técnica para auxiliar na intervenção. No entanto, ao analisarmos as respostas dos nossos entrevistados verificamos que, no que se refere à fundamentação filosófica, metodológica e científica, mais de 50% deles estão insatisfeitos com os conhecimentos adquiridos na graduação e este índice aumenta para 64,4% quando se refere à experiência científica. Weber (1985), ao analisar o Currículo Mínimo, no que se refere à formação científica, afirma que não se trata de introduzir ou redefinir disciplinas e/ou matérias no Currículo Mínimo que venham a favorecer a formação científica, mas o mais importante seria repensar a estruturação do Curso de Psicologia de tal forma que se permitisse ao estudante a sua participação em um processo de construção de conhecimento em realização, no Departamento em que está inscrito.

Quanto às ciências que fundamentam a Psicologia (Biologia, Sociologia, Antropologia etc) 41,7% declararam ter sido insuficientes os conhecimentos adquiridos na graduação. Já, 52,8% disseram ter adquirido suficientes conhecimentos teóricos dos processos psicológicos básicos (cognição, percepção, desenvolvimento, socialização, afetividade, etc).

As áreas de conhecimento que se referem à atuação clínica mostraram um índice um pouco mais elevado de suficiência, ou seja, 46,8% entenderam ter adquirido suficiente conhecimento e domínio de técnicas de observação de comportamentos; 47% estão satisfeitos quanto aos seus conhecimentos em testes psicológicos; 44% disseram ter conhecimento e domínio de técnicas de entrevistas e 48,3% tiveram suficiente prática de Psicologia Clínica, dado coerente

com o encontrado por Carvalho (1984-b) que, pesquisando modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados, relata que 66% dos entrevistados indicaram a área clínica como sendo a área de atuação em que foram melhor preparados durante o seu curso de graduação. Mais da metade (54,4%) dos sujeitos afirmaram ter adquirido consciência de problemas éticos na prática da Psicologia, durante o curso, porém uma parcela equivalente (52%) disse que teve insuficiente conhecimento sobre a realidade sócio-econômica na qual o psicólogo atua e também pouco aprendeu sobre o papel social deste profissional. Estes dados nos levam a concordar integralmente com Carvalho (1984) quando diz que a atual formação em Psicologia não transmite ao aluno – ou não o leva a elaborar – um conceito amplo de atuação psicológica; parece-nos que não estamos formando profissionais capazes de construir a Psicologia, mas apenas a de repeti-la. Em alguns casos, poderíamos dizer que o estudante apenas aprende técnicas e busca o cliente para aplicá-las.

Os conhecimentos práticos (em estágios) na área escolar e na área organizacional foram avaliados como insuficientes por 47,1% e 48,9%, respectivamente, dos entrevistados. É evidente que existe, na maioria dos nossos currículos, uma preferência por disciplinas clínicas em detrimento de disciplinas da área escolar ou organizacional. A quantidade de disciplinas voltadas, direta ou indiretamente, para o exercício profissional nestas duas áreas é extremamente limitada. Em média 22% dos entrevistados responderam “em dúvida” diante das questões formuladas.

Ensino Público versus Particular. A proliferação de cursos de Psicologia em todo o País, principalmente de escolas particulares, levou-nos a buscar possíveis diferenças entre as Universidades Públicas e as Faculdades Particulares. Existem 56 cursos de Psicologia em Faculdades Particulares (incluindo as PUCs) e 25 cursos em Universidades Públicas, ou seja, 70% do ensino de Psicologia do País estão concentrados nas Faculdades Particulares. Verificamos que estas diferenças não são muito contundentes, pois dos 14 quesitos estudados, em apenas 4 deles apareceram diferenças estatisticamente significativas. Em dois casos, Conhecimentos Metodológicos e Processos Psicológicos básicos, os sujeitos formados pelas Escolas Particulares avaliaram seus conhecimentos mais

favoravelmente dos que os formados em Instituições Públicas. Em contrapartida, a avaliação sobre a Atitude de Investigação Científica e Experiência em Pesquisa Psicológica foi mais positiva entre os egressos das Instituições Públicas.

Ao longo dos anos: Satisfação ou Insatisfação? Com a finalidade de avaliar se a formação oferecida pelos cursos de graduação melhorou, permaneceu inalterada ou piorou, ao longo dos 25 anos passados, agrupamos os sujeitos em 4 níveis, de acordo com os respectivos anos de formação, a saber: nível 1, até 1969; nível 2, de 1970 a 1975; nível 3, de 1975 a 1980 e nível 4, após 1980. Discute-se muito no meio acadêmico sobre a qualidade da formação, enfatizando-se que na última década o nível do ensino tem sofrido um sério prejuízo. De uma maneira geral, não observamos nenhuma diferença entre o ensino até 1975. As principais diferenças são encontradas quando comparamos o nível 3 com o 4. A tendência dos dados indica uma clara insatisfação com a formação na década de 80, no que se refere aos Conhecimentos Filosóficos, aos Conhecimentos das Ciências Básicas e às Técnicas de Entrevistas. Os sujeitos formados entre 1975 e 1980 são os mais satisfeitos com o seu Conhecimento e Domínio de Testes Psicológicos. A Atitude de Investigação Científica desenvolvida através dos cursos de graduação sofreu uma queda na avaliação da sua qualidade a partir de 1975. Isto se deveria às crescentes dificuldades que as Instituições de Ensino vêm enfrentando? Todavia, tanto a Prática Clínica como a Prática Escolar foram avaliadas de maneira mais positiva pelos formados na década de 80. Sabemos que a área de atuação preferida pelos psicólogos é a Clínica e que a Docência é a área mais escolhida como segunda opção, de tal forma que os Psicólogos clínicos – docentes estariam passando seus conhecimentos e habilidades com maior eficiência à medida que esta área de atuação vem se firmando ao longo dos últimos anos.

A formação complementar

A necessidade de formação complementar foi largamente apontada pelos psicólogos. Mais de 95% dos entrevistados revelaram que, para o seu exercício profissional após a graduação, tiveram que recorrer a formas complementares de formação (cursos, estágios, terapias etc). A necessidade de aprofundar a “experiência prática” foi a mais apontada nas diversas áreas de

atuação, especialmente na clínica. Nas de conhecimentos teóricos e domínio das técnicas não se observam diferenças entre os psicólogos das diversas áreas.

Langenbach e Negreiros (1988), ambas psicoterapeutas, fizeram uma análise bastante consistente da trajetória percorrida pelo psicólogo durante e após a formatura. As autoras chamam atenção para a abrangência e complexidade desta caminhada, mostrando que esta não se limita à aquisição contínua do saber, mas também envolve um permanente aperfeiçoamento da própria personalidade, que é promovido basicamente pelas psicoterapias. Neste trabalho, realizado na cidade do Rio de Janeiro, as autoras verificaram que 79,5% dos psicólogos submetem-se e/ou submeteram-se a algum tipo de tratamento psicológico. Fazendo parte do percentual, inclusive, profissionais não empregados (20%) e subempregados (50%). O fracasso profissional é atribuído, muitas vezes, a dificuldades de caráter emocional, já que é consensual que sua personalidade é seu principal instrumento de trabalho. O tempo gasto nas psicoterapias está na faixa de 1 a 5 anos, salientando-se que 30% da amostra fazem terapia de longa duração (+ de 5 anos). A orientação teórica predominante nas psicoterapias é a psicanalítica (70%).

Salientam, também, que desde o ingresso do aluno na faculdade de Psicologia, a mensagem da formação complementar lhe é passada, apontando para além dos muros universitários, tornando a Universidade esvaziada, pois esta passa a ser percebida com uma “efêmera passagem”, com o objetivo precípua de titulação, já que não tem compromisso “real” com a formação do estudante. Existe, por parte do aluno ou recém-formado, a expectativa de um espaço protetor, pelo pertencimento a um grupo que legitime o exercício profissional. Pertencer a uma organização com características corporativas remete à segurança em vários pontos: desde a obtenção de um respaldo teórico com uma abordagem já procurada por identificação; passando pelo compartilhar de angústias profissionais vividas a um nível técnico, através de supervisões; até a expectativa de reconhecimento profissional por certos pares especiais (terapeuta, supervisor, coordenador), que poderão significar encaminhamento de clientela. De tal maneira que quase não se formam grupos de colegas para estudo, supervisão e discussões gerais: tornando-se sempre necessário a figura

de um saber-poder maior que orientará os trabalhos desenvolvidos, cobrando, quase sempre, honorários altos, muitas vezes em dólares.

Para o exercício da clínica, afirmam Langenbach e Negreiros, é necessário, tanto para os estudantes como para os recém-formados, e até para os antigos profissionais, seguir um ritual que incluirá: grupos de estudo Freud e Lacan “sine que non”; estágios – sem remuneração, já que estão formados, restando o consolo da gratificação por conta da aprendizagem e do seu uso futuro; supervisões – individuais e em grupos; além de seminários, encontros, jornadas, maratonas, congressos em número nunca dantes existentes – oportunidades pouco exigentes (a não ser financeiramente) de se obter contatos profissionais e de se mostrar atualização. Esta prática mantém a categoria presa a um compromisso elitista e o psicólogo passa a ser constante consumidor de serviços psicológicos – o que representa, em grande parte, um mercado de trabalho autofágico.

Para manter todo o peso de sua formação e as incertezas inerentes ao exercício liberal, sem garantias trabalhistas, dizem Langenbach e Negreiros, sente-se o profissional autorizado e legitimado a cobrar altos honorários, reajustáveis de acordo com o ritmo inflacionário. Outro aspecto problemático é a prática da redução de honorários em troca da não declaração dos serviços ao Imposto de Renda. Embora esta prática seja generalizada também por outras categorias, como médicos, dentistas, advogados, etc., ela tem conotações específicas em se tratando de uma psicoterapia, podendo constituir-se num fator comprometedor da confiança desejável na relação terapeuta-cliente. As autoras terminam o texto afirmando que provavelmente o País, diante do atual panorama, não permitirá a “recompensa merecida” pela “eterna formação”.

A avaliação do exercício profissional

Interessou-nos também saber como os psicólogos avaliam sua profissão quanto ao “status” que ela tem junto à comunidade; quanto às dificuldades que o psicólogo encontra para o seu exercício profissional e quanto aos desejos que a categoria tem em mudar de profissão, de área de atuação ou de emprego.

Borges-Andrade (1988) analisou com precisão as respostas dadas pela categoria na pesquisa do CFP. O “status” da profissão dos psicólogos, segundo

o autor, não é muito elevado, embora os profissionais acreditem que sua importância ou relevância para a comunidade ainda seja bem maior do que a remuneração e os recursos de que dispõem para atuar. Na área organizacional, a situação financeira é mais bem avaliada, enquanto na comunitária e escolar, ela é julgada mais negativamente. As opiniões mais otimistas sobre o “status” encontram-se entre os pesquisadores, especificamente no que concerne à credibilidade, importância, relevância e prestígio de sua profissão. No Rio de Janeiro estão concentradas as pessoas com uma visão mais pessimista, a saber: baixa disponibilidade de recursos, inadequação da remuneração, baixa credibilidade da profissão junto a outros profissionais e pouca importância atribuída pela comunidade à profissão; enquanto que nos Estados do Sul do País, encontram-se as avaliações mais positivas: maior prestígio e credibilidade da profissão junto à comunidade, bem como remuneração mais adequada.

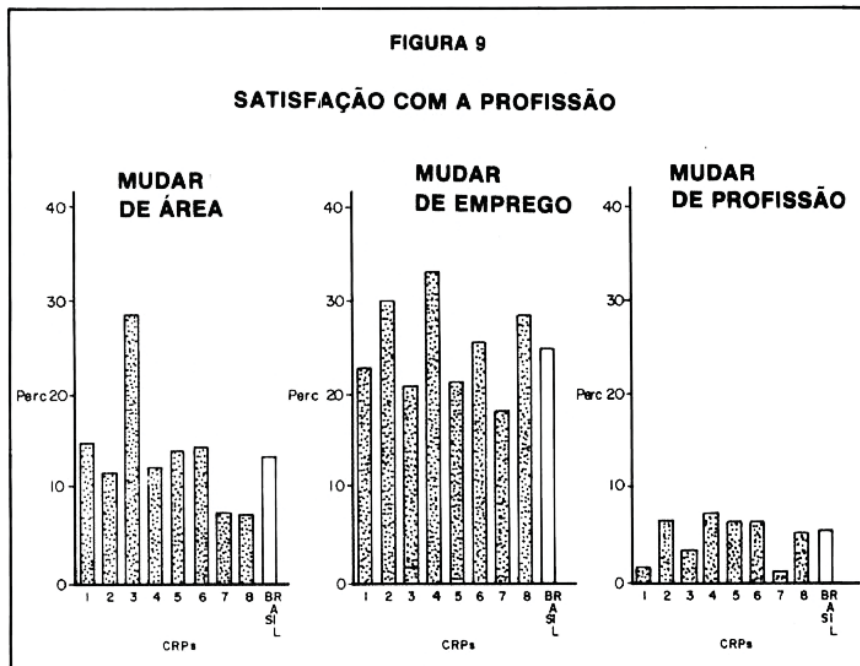
As dificuldades no exercício profissional que têm intensidade de ocorrência mais elevada são as provocadas pela política sócio-econômica do País e as relacionadas ao desconhecimento, por outros profissionais, da contribuição que o psicólogo pode oferecer. Talvez sintomaticamente, diz o autor, ambas refiram-se a atribuições de causas externas aos psicólogos.

Apesar dos problemas apontados, não se verifica, como se vê na figura 9, um elevado índice de profissionais que desejam mudar de profissão (5,6%). A insatisfação com a profissão revela-se um pouco maior exatamente naquelas regiões que apresentam maior índice de desemprego e baixa remuneração (CRP-02, 04, 05 e 06). Observa-se, também, que a insatisfação é mais quanto ao emprego (média nacional de 25,2%, sendo maior no CRP-02 e 04) e a área de atuação (média de 13,6%, sendo mais expressivas no CRP-03 que apresenta um dos mais altos índices de psicólogos atuando na área organizacional).

Dentre aqueles que querem mudar de profissão as razões dadas com maior frequência para mudança são as de natureza econômica e de remuneração; em seguida vêm as razões psicológicas e de insatisfação com as características sociais da profissão e, por último, aparece os interesses por outras profissões e as razões de mercado e oportunidades. Os mais descontentes com seus empregos, embora sejam os que menos desejam mudar de área de atuação e profissão, são

os da área comunitária. Parece que existe uma clara opção (ou contentamento) dos psicólogos comunitários pelo que fazem, embora desejassem fazê-lo em outro emprego, é também nesta área que estão os maiores problemas com a falta de preparo específico do psicólogo para atender as demandas sociais. Os mais satisfeitos com seus empregos são os das áreas de pesquisa e docência. Pode ser que, devido ao papel especial (mística?) que a população em geral atribui à pesquisa, os profissionais desta área tendam a generalizar que a profissão como um todo desfrute de igual nível de "status". Na área organizacional é que estão os que mais gostariam de mudar de área de atuação e de profissão, mas não de seus empregos, pois é nela que se sente, com menor intensidade, a falta de estabilidade profissional.

Esta é a área em que a discriminação sexual foi percebida como uma dificuldade maior; e é também nesta área que são mais intensas as críticas à omissão de entidades sindicais, associações e conselhos nas reivindicações da categoria.



Conclusão

Talvez este diagnóstico não agrade a maioria dos psicólogos e profissionais responsáveis pela sua formação – os docentes. No entanto, estes dados deverão servir para respaldar as atitudes daqueles que, com mais entusiasmo e competência, lutam por um Ensino de Psicologia de melhor qualidade, pois atitudes descompromissadas ou negligentes não poderão mais ser, como até então o foram, atribuídas à ignorância dos fatos. Embora preocupante, este diagnóstico deverá propiciar condições para análises, discussões e sugestões importantes, pois enxergar melhor a realidade favorece, sem dúvida alguma, a escolha dos caminhos mais adequados para assegurar, no futuro, a qualidade do Ensino da Psicologia no Brasil.

Quadro 1		
ÁREAS	RELAÇÕES DE TRABALHO	CARGA HORÁRIA
Clínica	Autônomo 53,2%	Até 8h – 24,9%
	Empregado (CLT) 31,1%	Até 24h – 48,8%
		Até 40 horas ou mais – 26,3%
Escolar	Empregado (CLT) 43,9%	Até 8h – 21,3%
	Autônomo 27,2%	Até 24h – 46,1%
	Servidor 18,7%	Até 40 horas ou mais – 32,6%
Organizacional	Empregado 72,3%	Até 8h – 17,2%
	Autônomo 15,3%	Até 24h – 19,6%
		Até 40 horas ou mais – 63,2%
		Mais de 40 horas – 16,5%

Referências Bibliográficas

- BASTOS A.V.B. – Área de atuação: em questão o nosso modelo profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o psicólogo brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap. 10, p. 163-193.
- BORGES-ANDRADE. J.E. – Avaliação do Exercício Profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap. 14, p. 252-272.

- CARVALHO, A.A. Olian, A.L. Bastos, A.V.B., Sodré, L.G., Cavalcante, M.L.P. A escolha da profissão: alguns valores implícitos nos motivos apontados pelos psicólogos. Quem é o Psicólogo Brasileiro? S. Paulo: Edicon, 1988 cap. 3, p. 49-68.
- CARVALHO. A.M.A. – A profissão em perspectiva. Psicologia, 1982. 8 (2).
- CARVALHO, A.M.A. – Modalidades alternativas de trabalho para psicólogos recém-formados. Cadernos de Análise do Comportamento, 1984-b, 6, 1-14.
- CARVALHO. A.M.A. – “Atuação Psicológica” Alguns elementos para uma reflexão sobre os rumos da profissão e da formação. Psicologia Ciência e Profissão 1984, (2).
- CARVALHO. A.M.A. – Atuação Psicológica: uma análise das atividades desempenhadas pelos Psicólogos. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988. Cap. 12, p. 217-235.
- D'AMORIM. M.A. – Emprego e Desemprego. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap. 8, p. 138-148.
- GOMIDE, P.I.C. – A Formação Acadêmica: onde residem suas deficiências? In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro? São Paulo: Edicon, 1988, cap. 4, p. 69-85.
- LANGENBACH. M. & Negreiros. T.C.G. – A Formação Complementar: um labirinto profissional. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap 5. p. 86-99.
- PASQUALI.L. Condições de Trabalho do Psicólogo. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap. 9. p. 149-162.
- PEREIRA S.L.M. A formação profissional dos psicólogos: apontamentos para um estudo. Psicologia, 1975, 1.
- ROSAS, P. & ROSAS, A & Xavier, I.B. – Quantos e quem somos. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap 2, p. 32-48.
- ROSEMBERG, F. Psicologia, Profissão Feminina In: Cad. de Pesquisa (47) 32-37 São Paulo, nov. 83.

– Afinal, por que somos tantas psicólogas? Psicologia, Ciência e Profissão. CFP n° 1/84.

SASS, O. – O Campo de Atuação Profissional do Psicólogo, esse confessor moderno. In: Conselho Federal de Psicologia. Quem é o Psicólogo Brasileiro. São Paulo: Edicon, 1988, cap 11, p. 194-216.

WEBER, S. Currículo Mínimo e o Espaço da Pesquisa na Formação do Psicólogo. Psicologia, Ciência e Profissão, 198

CAPÍTULO 13

O PSICÓLOGO BRASILEIRO: SUA ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL. O QUE MUDOU NAS ÚLTIMAS DÉCADAS?

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Sonia Maria Guedes Gondim

Jairo Eduardo Borges-Andrade

O artigo “O psicólogo brasileiro: sua atuação e formação profissional” apresentou, de forma sintética, os resultados do primeiro estudo de abrangência nacional sobre a profissão do psicólogo no Brasil. Os anos 1980 foram pródigos em estudos e reflexões sobre o exercício da psicologia no Brasil. Tais reflexões, congruentes com as transformações em curso no cenário político do país, tinham como eixo básico a crítica ao caráter elitista ou excludente da profissão, quer em termos do vasto contingente da população excluída dos seus serviços, quer em termos dos modelos teóricos vigentes construídos fora do país e, muitas vezes, pouco sensíveis a elementos importantes da nossa realidade cultural.

Faltava, no entanto, uma visão abrangente da profissão e de como ela se concretizava no vasto território nacional. Os estudos eram pontuais e restritos a realidades regionais ou estaduais. Superar essa lacuna foi, talvez, o principal mérito da pesquisa que originou o livro “Quem é o psicólogo brasileiro?”, publicado em 1988 e que trata, de forma bem mais detalhada, o conjunto amplo de dados que estão resumidos no referido artigo.

Os impactos desta pesquisa foram expressivos gerando, de imediato, uma nova imagem da profissão, que em suas linhas gerais apontava na mesma direção dos estudos anteriores. A pesquisa permitiu conhecer a face da profissão no país como um todo, já que eram relativamente superficiais as variações entre as regiões. O livro passou a ser uma referência importante não só para quem se dedicava a estudar a profissão, como para a própria formação do aluno, pelo conjunto amplo de questões que, de forma crítica e reflexiva, discutiu a partir dos dados analisados.

Passaram-se mais de vinte anos sem um novo estudo amplo e profundo sobre as transformações em curso no exercício profissional da Psicologia, apesar das evidências que foram acumuladas ao longo do tempo de que a profissão crescera bastante e que existiam tendências inovadoras ocorrendo em vários dos seus domínios. O crescimento dos cursos de graduação em Psicologia foi vertiginoso a partir da segunda metade dos anos 1990. Surgiram as novas diretrizes curriculares em substituição ao currículo mínimo de 1962 e uma nova geração de profissionais já ingressa na carreira tendo uma formação estruturada a partir deste novo marco regulatório. Mesmo assim, não tínhamos um retrato desta nova face da profissão e sequer sabíamos quão nova ela se mostraria efetivamente.

Como uma iniciativa do GT Psicologia Organizacional e do Trabalho da Anpepp, realizou-se entre 2006 e 2008 uma nova pesquisa sobre a profissão do psicólogo no Brasil. Agora, além de se replicar parte importante do estudo inicialmente conduzido pelo Conselho Federal de Psicologia nos anos 1980, o trabalho foi bem além, investigando a profissão a partir de várias categorias da Psicologia Organizacional e do Trabalho, compondo um painel ainda mais amplo e complexo sobre o estado atual do exercício da Psicologia no Brasil.

É com base nos resultados desse novo estudo que vamos retomar o artigo de 1989, buscando destacar elementos que configuram permanências e mudanças no exercício profissional da psicologia no Brasil. No escopo do presente trabalho, nos deteremos apenas naquelas dimensões em que é possível comparar os resultados dos dois estudos, procurando, sempre que possível, discutir possíveis determinantes das transformações detectadas. Para tanto,

organizamos o capítulo em alguns segmentos que reproduzem, na medida do possível, a estrutura do artigo que sintetizou os resultados da pesquisa de 1988. Para cada segmento serão destacadas as principais tendências encontradas na pesquisa de 2008, naquilo que confirmam ou alteram a realidade descrita duas décadas atrás.

1 O crescimento da profissão

No final dos anos 1980, chamava atenção o expressivo crescimento dos cursos de psicologia no Brasil e, em consequência, o aumento da comunidade de psicólogos. Essa realidade, todavia, mostrava uma crescente defasagem entre o número de psicólogos graduados pelos cursos e aqueles que se inscreviam nos Conselhos Regionais, indicador de inserção no mercado de trabalho como psicólogo. Questionava-se, então, que fatores explicariam a perda de aproximadamente 50% dos psicólogos graduados, apontando para o fato de que a escolha do curso de psicologia, para muitos, não se associava a um desejo de profissionalização efetivo. A este fator, restrições do mercado de trabalho poderiam estar impedindo que contingente expressivo de psicólogos nele se inserisse enquanto psicólogos.

A pesquisa atual revela um novo pico de crescimento acentuado da profissão, com uma expansão ainda mais vigorosa do número de cursos de graduação, agora não concentrados tanto nas capitais. Além do crescimento, verifica-se um claro processo de interiorização da profissão e de uma melhor distribuição no território nacional. Hoje, o percentual de psicólogos atuando em cidades do interior supera, ligeiramente, o dos que atuam em capitais dos Estados, configurando uma importante mudança na profissão, pelo que possibilita a ampliação da população que pode ter acesso aos serviços da psicologia. Apesar de hegemônica, a região Sudeste perde relativamente sua participação no conjunto da profissão no país, com o crescimento do número de psicólogos nas regiões Sul, Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

Identifica-se, ainda, que permanece uma importante defasagem entre o número de psicólogos graduados e inscritos nos Conselhos. No entanto, a curva que parecia distanciar cada vez mais estas duas condições não revela

uma aceleração maior dos graduados. Pelo contrário, há sempre uma perda de profissionais formados que não se inserem no mercado, mas também há um crescimento na mesma proporção de inserido. Este é um dado importante que sinaliza uma ampliação constante das oportunidades do mercado de trabalho que, no entanto, ainda não absorve todos os profissionais egressos do sistema de ensino.

2 Características gerais da profissão

O largo predomínio das mulheres entre os profissionais da psicologia, o que a caracteriza como uma profissão feminina, é um traço marcante da profissão que pouco se alterou ao longo das últimas décadas. As mulheres continuam representando mais de oitenta por cento dos profissionais inscritos nos Conselhos, assim como são maioria esmagadora nos cursos de graduação em psicologia. Ao longo do tempo, registra-se um pequeno acréscimo do número de homens, o que não altera o quadro geral. O caráter feminino associa-se a características do exercício profissional – atividades de apoio social e a condições mais precárias de vínculos empregatícios, tanto em termos de regime de contratação como de remuneração.

O contínuo crescimento da profissão, com um ingresso cada vez maior de jovens profissionais, faz com que a idade média e o tempo médio de atuação profissional também não tenham se alterado de forma significativa nas duas pesquisas. Ainda somos uma profissão com um grande predomínio de jovens profissionais. Apesar disso, quando comparado com os anos 1980, verifica-se um contingente bem mais expressivo de profissionais mais maduros e com maior tempo de atuação profissional.

3 Emprego, desemprego e remuneração

Apesar de lidarmos com os profissionais inscritos nos Conselhos, na pesquisa dos anos 1980, alguns indicadores apontavam inequívoca fragilidade do mercado de trabalho, em termos de condições oferecidas ao profissional. Naquele estudo, aproximadamente 30% dos psicólogos não atuavam no campo da Psicologia, quer por estarem desempregados, quer por terem empregos ou

trabalhos em outras ocupações. Além disso, apenas 45% dos psicólogos viviam exclusivamente da profissão, enquanto 25% tinham que ter uma atividade fora, na maioria dos casos para complementar ou mesmo ter alguma renda. Na pesquisa atual, já encontramos um quadro mais positivo. Cresceu o número de psicólogos que atuam na profissão, mesmo que tenham de conciliar com outras atividades fora do campo. Cresceu, também, o percentual de psicólogos que atuam apenas na psicologia, o que pode ser tomado como um importante indicador de estruturação das condições de trabalho. Mesmo assim, é importante registrar a existência de quase 16% dos psicólogos que estão excluídos do exercício da profissão, quer por estarem desempregados, quer por exercerem atividades em outros campos. Esse resultado é ligeiramente mais positivo do que o encontrado na pesquisa dos anos 1980.

Quanto aos rendimentos, os dados das duas pesquisas devem ser comparados com bastante cautela, considerando a distância no tempo e as mudanças da economia e da moeda nacional. O levantamento atual apresenta sinais contraditórios sobre a situação de remuneração dos psicólogos brasileiros. Por um lado, decresceu o quantitativo de psicólogos sem qualquer renda. Por outro lado, caiu, proporcionalmente, o número de psicólogos com renda mais elevada (acima de 20 salários mínimos). O dado mais importante, no entanto, é que a média salarial nacional dos psicólogos, que era de aproximadamente 11 salários mínimos na pesquisa dos anos 1980, cai, atualmente, para apenas seis salários mínimos. Apesar de os psicólogos ampliarem o seu campo de atuação profissional e conseguirem se inserir no mercado de múltiplas formas, poucos conseguem obter rendimentos mais elevados. Assim, mantém-se o padrão de manter vários vínculos de trabalho, de combinar empregos de tempo parcial e, para muitos, para combinar o exercício da psicologia com trabalhos fora do campo.

4 Áreas de atuação

Os resultados atuais, embora não revelem grandes alterações em relação ao diagnóstico feito nos anos 1980, especialmente no que tange ao expressivo peso da área clínica, apontam algumas mudanças que estão configurando uma

nova “cara” para a Psicologia brasileira. A primeira delas é a emergência de uma área, denominada saúde, que não fora contemplada na pesquisa de 1988 e que, na atual pesquisa, é a segunda área de inserção de psicólogos. Embora em muitas atividades se perceba uma afinidade entre a clínica e a saúde, não se pode minimizar o fato de que esse novo domínio envolve uma significativa ampliação do escopo de atividades e contextos de inserção do psicólogo, nas unidades de saúde de diferentes níveis de atenção, nos setores público e privado. A área organizacional e do trabalho cresce um pouco, embora passe a ser a terceira área a absorver mais psicólogos. Há uma expressiva queda no percentual de psicólogos atuando na área escolar/educacional. Aparecem, embora com percentuais bem reduzidos, as áreas social e jurídica, o que indica a consolidação de novos campos de atuação profissional, muito incipientes na primeira pesquisa. Verifica-se, ainda, o crescimento da docência em função da expansão do sistema de ensino superior no país com oferta de cursos de psicologia.

Permanece, todavia, a mesma tendência de o psicólogo, em grande proporção, combinar inserções em diferentes áreas da Psicologia. Na realidade, essa característica parece aprofundar-se na pesquisa mais recente quando comparada à primeira, o que pode ser tomado como um indicador adicional de fragilidade do mercado de trabalho, levando o psicólogo a ter que possuir vários empregos ou trabalhos. Essa crescente capacidade de o psicólogo transitar por duas, três ou até mais áreas de atuação coloca em pauta a própria discussão desse conceito que historicamente estrutura a forma de pensar o nosso campo profissional. Em que medida, quando se consideram as atividades efetivamente desenvolvidas, há limites nítidos entre as diferentes áreas? Isso é bastante claro, por exemplo, na sobreposição entre ações no campo da saúde e na área social e mesmo entre a saúde, a clínica e a própria organizacional e do trabalho com a crescente preocupação com a saúde do trabalhador. Apesar desta ampliação das inserções em diferentes áreas, a área organizacional continua sendo aquela em que há maior percentual de dedicação exclusiva do profissional. Outro dado importante é que a docência deixa de ser uma atividade complementar e passa a ser uma área de atuação exclusiva para importante contingente de psicólogos.

É importante destacar neste momento que a identificação da área de atuação na pesquisa recente foi feita a partir da associação entre local de trabalho e atividades desenvolvidas, não sendo, como na anterior, uma informação prestada pelo próprio psicólogo.

5 Relações de trabalho e carga horária

Uma importante discussão que cercava o exercício profissional da psicologia nos anos 1980 era a disputa entre um modelo de atuação liberal ou autônoma (mais fortemente dominante, inclusive no imaginário social, em função do peso da atividade clínica) *versus* o de trabalhador assalariado (visto como o caminho para tornar a psicologia mais acessível à população). Como revela o artigo, já nos anos de 1980, o trabalho autônomo não constituía o padrão dominante entre os psicólogos. Na realidade, 41,3% dos profissionais atuavam como autônomos e 51,8% já possuíam algum vínculo empregatício. Esse quadro parece ter se aprofundado ao longo das últimas décadas, já que na pesquisa mais recente apenas 28% atuam exclusivamente como autônomos, sendo que 73% possuem algum vínculo assalariado. Para a maioria, o trabalho autônomo parece ser complementar ao trabalho assalariado. Ou seja, os resultados mais recentes nos permitem apontar um crescente assalariamento do psicólogo, que se insere no serviço público (especialmente em instituições de saúde), seguido do setor privado e, em menor proporção, no terceiro setor.

Quanto à carga horária semanal de trabalho, o quadro varia fortemente quando se consideram os vínculos de trabalho e os setores em que se inserem o psicólogo. Esta diversificação associa-se, também, ao fato de a maioria dos psicólogos conciliarem ao menos dois trabalhos distintos, não sendo raros aqueles que combinam três ou quatro inserções. O quadro revelado pela pesquisa atual não apresenta grande variação ao da primeira pesquisa apresentado no artigo. Nele fica evidente que o trabalho assalariado, especialmente no setor público, associa-se a um padrão de tempo integral, enquanto o trabalho autônomo era, predominantemente, de tempo parcial. Na pesquisa atual, uma das novidades foi investigar o que está ocorrendo com o crescimento do terceiro setor e o maior

número de psicólogos inseridos em organizações do terceiro setor. Essa inserção tem uma natureza complementar, pois aproximadamente 73% dos psicólogos possuem um regime de trabalho de 20 horas semanais.

A pulverização de vínculos com a combinação de vários trabalhos de tempo reduzido é, certamente, uma característica reveladora de fragilidade do nosso mercado de trabalho. No entanto, é também um indicador da multiplicidade de possibilidades de trabalho que é desejada e mantida pelo psicólogo para poder exercitar conjuntos de competências e objetivos profissionais distintos. A enorme quantidade de trabalhos na área clínica com cargas horárias reduzidas era na primeira pesquisa, e continua sendo na pesquisa atual, um indicador do peso dessa atividade na própria identidade da categoria.

6 Locais de trabalho

Os locais de trabalho do psicólogo refletem as mudanças já apontadas quanto às áreas de atuação, pela estreita relação que existe entre as duas características, sendo o local, muitas vezes um critério básico para definição da área, mais do que as próprias atividades lá desenvolvidas. O consultório continua sendo o espaço mais utilizado de trabalho pelo psicólogo, como se depreende do peso com que aparece entre quem atua em diferentes áreas. Como esperado, quase 70% dos psicólogos clínicos trabalham em consultórios próprios ou alugados. Além disso, ele é o local de trabalho para aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos psicólogos que atuam na área escolar, organizacional, saúde e mesmo ensino/docência, algo que já fora identificado na primeira pesquisa, como está explícito no artigo em análise. Em comparação com a pesquisa dos anos 1980, há, todavia, um expressivo aumento do número de psicólogos inseridos em unidades dos serviços públicos de saúde ou instituições privadas de saúde, tais como hospitais. Nos hospitais encontram-se também um expressivo contingente de psicólogos que atuam na área organizacional. Finalmente, outro dado que aponta uma mudança importante é a queda proporcional de psicólogos atuando em instituições educacionais ou em escolas, mesmo entre aqueles que estão atuando na área educacional.

7 Atividades desenvolvidas

Em relação às atividades desenvolvidas, o quadro delineado pela mais recente pesquisa mostra muito mais continuidades do que mudanças em relação ao perfil encontrado nos anos 1980. Apesar das mudanças observadas nas áreas de atuação e da diversificação de campos e locais de trabalho ocorridas ao longo das duas últimas décadas, o psicólogo desenvolve atividades muito semelhantes, inclusive aproximando os fazeres de diferentes áreas. Este é o caso, por exemplo, das atividades de avaliação psicológica, psicodiagnóstico e aplicação de testes. Embora descritas em níveis de complexidade distintos, as três atividades estão presentes nos mais diversos domínios, inclusive entre os docentes. Mas, a despeito desse núcleo comum, é possível identificar também um núcleo de atividades que classicamente definem a especificidade de cada área de atuação.

Em linhas gerais, comparando o cenário atual com o do final da década de 1980, as mudanças não foram tão significativas. No entanto, elas sinalizam que o psicólogo está atuando para além da clínica e substituindo o modelo clínico de atendimento por modelos de intervenção grupais com forte ênfase social. Considerando as áreas que mais absorvem os psicólogos brasileiros, a organizacional e a docência são as que apresentam perfis mais diferenciados de atividades que lhes são específicas. Entre as áreas clínica, saúde e mesmo educacional há uma similaridade muito grande de atividades desenvolvidas, mudando apenas a frequência com que foram citadas. Esse dado certamente deverá estimular a discussão sobre os limites reais entre as áreas de atuação, como definidas classicamente no campo da Psicologia.

8 Orientações teórico-metodológicas

A Psicologia como um campo disperso e fragmentado em perspectivas teórico-metodológicas é fato amplamente reconhecido, quer no ambiente acadêmico, quer no profissional. Frente a essa realidade, duas posições se confrontam: a primeira parte do princípio de que cada perspectiva, por se apoiar em concepções de homem, de sociedade e de ciência distintos, requer uma adesão clara do profissional, com reflexos sobre a sua prática profissional que deveria ser, então, consistente com a perspectiva adotada. A segunda relativiza a distância

entre essas perspectivas, aposta na possibilidade de diálogo e aproximações, enfatiza a possibilidade de que elas se reportem a dimensões distintas dos fenômenos psicológicos e, em consequência, possam ser complementares. Logo, pode ser possível e até enriquecedor trabalhar com orientações distintas.

Ao se examinar o posicionamento dos psicólogos, tanto na pesquisa dos anos 1980 e, especialmente, na pesquisa atual, parece não haver dúvida quando a clara opção pelo ecletismo. O padrão dominante é a combinação de pelo menos duas abordagens, havendo casos de profissionais que combinam quatro e até cinco abordagens distintas. Como na pesquisa dos anos 1980, a psicanálise continua sendo a orientação do maior número de psicólogos quer isolada, quer acompanhada de outras. No entanto, o percentual de psicólogos de orientação psicanalítica caiu na pesquisa atual, pois foi escolhida por pouco mais de 20% dos participantes. Essa queda se deve ao crescimento de várias outras abordagens, vindo, por ordem, a Humanista, Comportamental, Cognitivista e a Sócio-histórica. Quando se examinam as abordagens por áreas de atuação, o quadro também não se altera significativamente entre as duas pesquisas. A psicanálise continua sendo a orientação mais presente entre os psicólogos que atuam exclusivamente na clínica ou a combinam com outras áreas, predominando, também, muito claramente na área de saúde. Esse quadro se altera na área organizacional e do trabalho com um peso bem expressivo das abordagens cognitivas e comportamentais.

Os resultados da mais recente pesquisa apontam claramente a necessidade de novos estudos que aprofundem a compreensão dos fundamentos para as combinações que os psicólogos fazem das diferentes abordagens. Aprofundar essa compreensão é de grande relevância para o processo de formação. Pouco se tem documentado em estudos empíricos sobre o processo de escolha dos alunos por alguma orientação teórica, incluindo os mecanismos envolvidos no processo de ensino e nas relações entre alunos e professores que favorecem a escolha de uma ou de várias abordagens.

9 A avaliação do exercício profissional

Nas duas pesquisas, buscou-se saber como os psicólogos avaliam o status de sua profissão junto à comunidade; quais as dificuldades que encontram para o seu exercício profissional e as intenções de mudança de profissão, de área de atuação ou de emprego. Na avaliação do status da profissão não há alterações muito expressivas. O psicólogo faz uma avaliação moderadamente positiva da credibilidade e prestígio da profissão, com pequeno incremento em relação à avaliação dos anos 1980. No entanto, os participantes sinalizam que a sociedade não tem um reconhecimento à altura da sua relevância, especialmente quando se trata da questão da sua remuneração. Agora, como há vinte anos, há uma avaliação de que a profissão é mal remunerada.

Apesar dos problemas que cercam o exercício da profissão, as intenções de nela permanecer são elevadas e melhoraram bastante quando comparadas com os anos 1980. Caiu de 25,2 para 17,3% aqueles que gostariam de mudar de emprego, mantendo-se na mesma área de atuação; reduziu de 13,6 para 8,9% a porcentagem daqueles que gostariam de mudar de área de atuação. E o pequeno percentual de 5,6% de psicólogos que gostariam de abandonar a profissão em 1988 caiu ainda mais para 2,4%.

Os dados revelam que, apesar das dificuldades encontradas no exercício da profissão, o psicólogo possui forte identificação com a sua ocupação, associada a um alto comprometimento com a profissão e com a sua área de atuação. Evidente que estamos, aqui, nos referindo ao contingente daqueles que estão atuando profissionalmente ou, mesmo sem atuarem na área, mantêm alguma expectativa de voltarem a atuar, o que justifica a manutenção do seu vínculo com o sistema Conselho. É importante, todavia, lembrar que um expressivo contingente de graduados em psicologia termina não se inserindo na profissão, questão que está a merecer um estudo mais específico e aprofundado.

10 A avaliação da formação acadêmica

O tratamento da questão da formação profissional não permite que os resultados das duas pesquisas possam ser comparados. As próprias alterações no campo da formação – a emergência das diretrizes curriculares em substituição ao

currículo mínimo, a ênfase em competências no lugar do conhecimento – fizeram com que a avaliação da percepção dos psicólogos sobre a formação recebida e o domínio de habilidades básicas para o exercício profissional fosse estruturada de forma bem diferente entre as duas pesquisas. Todavia, desprezando-se tais diferenças, os resultados apontam para um quadro de dificuldades sérias no processo de formação do psicólogo no Brasil.

Houve um expressivo crescimento do número de cursos de graduação em Psicologia no Brasil, sobretudo, no segmento privado. Em comparação com os anos 1980, cresceu a participação de profissionais egressos de instituições privadas, levando-nos a constatar que o perfil dominante do exercício profissional resulta do processo de formação que ocorre neste tipo de instituição. Por outro lado, houve um grande crescimento do nosso sistema de pós-graduação, agora, sobretudo, no sistema público de ensino. Com isso, cresceu o número de mestres e doutores, embora esse quantitativo esteja distante de atender à demanda de docentes, considerando o crescimento dos cursos de graduação.

Outro dado importante, um traço já identificado nos anos 1980, é que entre os psicólogos existe uma busca contínua de aperfeiçoamento profissional, valendo-se de várias estratégias (cursos, congressos, grupos de estudo, supervisões etc.). Essa busca cria um verdadeiro mercado de formação paralelo às instituições de ensino, o que explica que a docência seja uma atividade tão difundida e combinada com todas as áreas de atuação profissional.

Por outro lado, os psicólogos reconhecem uma distância significativa entre as suas aprendizagens na graduação e as demandas do exercício profissional. Os desafios da qualificação profissional e as defasagens entre o que é necessário para bem exercer a profissão e o que lhes é ensinado é uma das contribuições ricas oferecidas pelo estudo mais recente. Entre os pontos mais críticos no ensino superior encontra-se a formação científica (algo presente na pesquisa de 1988) e as competências para trabalhar com unidades de análise mais complexas que não o indivíduo, tais como grupos e organizações. As competências nas áreas mais clássicas de avaliação, psicodiagnóstico e a clínica em geral, como na pesquisa anterior, são reconhecidas como mais desenvolvidas nos cursos, o que ainda revela o viés clínico presente em grande parte do nosso sistema de ensino em psicologia.

Em síntese, apesar de tantas mudanças na estrutura da formação em Psicologia que nos levou a superar os limites do antigo currículo mínimo, ainda são enormes os desafios que cercam a formação do psicólogo, especialmente em um momento de expansão acentuada de cursos, cada vez mais distribuídos no território nacional, atingindo cidades de médio e pequeno porte. Tal crescimento não vem sendo acompanhado de condições, inclusive de corpo docente efetivamente qualificado, para assegurar uma formação de elevada qualidade.

11 Concluindo...

O artigo conclui apontando que o retrato da profissão traçado no final dos anos 1980 talvez não seja do agrado da maioria dos psicólogos, como também dos profissionais responsáveis por sua formação. No entanto, deveria ser tomado como base para políticas que aprimorassem o processo de formação e rompessem os limites impostos por um mercado de trabalho ainda restrito e claramente excludente. O livro gerado por aquela pesquisa, do qual o artigo é uma pequena síntese, constitui-se num marco importante na trajetória de a psicologia tornar-se consciente dos problemas da categoria ocupacional e de suas enormes responsabilidades frente a uma realidade social complexa e desigual.

O estudo conduzido mais de vinte anos depois nos permite atualizar esse retrato. Na atualização percebemos claros sinais de mudanças ao lado de permanências. Continuam existindo vários indicadores de fragilidade do mercado de trabalho, em termos das condições que oferece para o exercício da ocupação profissional. Há, no entanto, evidências de que a profissão se expande e amplia o seu leque de serviços, contextos e segmentos da população beneficiária, como no caso da área de saúde, e se mantém nas áreas de clínica e organizações e trabalho. Por outro lado, constata-se a perda de espaço do psicólogo no campo da educação, área tão fundamental para quaisquer processos de mudança na sociedade e no país.

O estudo atual revela que os problemas da formação ainda estão presentes e talvez tenham até se estendido, apesar da modernização dos currículos. A defasagem entre competências necessárias e adquiridas são um dos problemas a exigir profunda reflexão, especialmente do segmento voltado para

a formação. A profunda confusão que cerca a adoção de referenciais teóricos por psicólogos, e não apenas entre os recém graduados, é outra questão a merecer melhor escrutínio e propostas de solução, pelo papel central que tais referenciais desempenham na estruturação dos nossos cursos. Estudos complementares são também imprescindíveis para se compreender melhor o que está acontecendo com a noção de áreas de atuação. Esse conceito que embasa a organização do nosso campo profissional estaria deixando de ter sentido, considerando a forma como algumas atividades são comuns e a intensidade com que os psicólogos transitam entre elas?

Certamente, estudos abrangentes e voltados para traçar retratos gerais do nosso campo profissional precisam ser conduzidos em intervalos de tempo mais reduzidos. Suas metodologias podem e devem ser aperfeiçoadas de forma a captar com maior precisão as transições que estão ocorrendo no campo profissional da Psicologia. Só assim seremos capazes de aperfeiçoar continuamente as nossas práticas, assim como embasar políticas científicas, profissionais e educacionais mais congruentes com as necessidades e demandas postas pela sociedade à Psicologia.

Para os mais pessimistas, vinte anos depois da primeira pesquisa nacional, o exercício da profissão no Brasil não apresenta alterações significativas em aspectos como de rendimentos, número de psicólogos atuantes na profissão em relação aos graduados, profissão liberal e assalariada, ecletismo acrítico de orientações teóricas, descompasso entre as competências requeridas para a formação científica e a atuação grupal, organizacional e institucional, e as de domínio profissional, o que seria preocupante e deveria nos manter alertas, visto as mudanças que ocorreram nas políticas de ensino superior, nas demandas sociais e na formação do psicólogo em nosso país. Para os mais otimistas, alguns dados comparativos de 1988 e de 2008 reafirmam a forte identidade do psicólogo com a profissão, enquanto outros sinalizam pequenos avanços que merecem ser mais bem estudados. A livre escolha pela Psicologia, a percepção de status profissional, o forte comprometimento e a satisfação com a profissão, além da intenção de permanência na profissão e na área de atuação, reafirmam e fortalecem a identidade profissional. A interiorização da profissão, a

democratização do atendimento psicológico, o fortalecimento do setor público como maior empregador, o fortalecimento da docência como atividade principal, hibridismo de áreas de atuação que obrigam a uma revisão deste conceito e diversificação de algumas atividades, são todos dados indicativos de que talvez vinte anos não seja um tempo tão longo para que as mudanças de maior escopo se processem.

INFORMAÇÕES SOBRE OS AUTORES

Ana Ludmila Freire Costa

Possui graduação (2004) e mestrado (2006) em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Formação e Atuação do psicólogo em relação, principalmente, aos seguintes temas: psicologia comunitária, psicologia ambiental, saúde pública e publicação científica.

Antonio Virgílio Bittencourt Bastos

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1976), mestrado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (1982) e doutorado em Psicologia pela Universidade de Brasília (1994), com concentração em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Atualmente é professor titular de Psicologia Social das Organizações, no Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Foi membro presidente do Conselho Federal de Psicologia (1986). Atuou como membro da comissão de especialistas em ensino de Psicologia do MEC/SESu (1994-2000). Foi membro do CA de Psicologia do CNPq e membro da Comissão de Psicologia do INEP e da comissão de área da Psicologia na CAPES. Atualmente é Coordenador Adjunto da Área de Psicologia da CAPES. Pesquisador I-A do CNPq, atuando principalmente em temas da área de Comportamento Organizacional, a exemplo de: comprometimento no trabalho,

mudanças organizacionais, significado do trabalhar, cognições organizacionais, mapas cognitivos e redes sociais em contextos organizacionais.

Fellipe Coelho-Lima

Bacharel em Psicologia pela UFRN (2010). É Bolsista de Iniciação Científica Voluntário (2009-2010), pesquisando nos temas de: Produção Científica, Atuação do Psicólogo e Psicologia do Trabalho e das Organizações.

Jairo Eduardo Borges-Andrade

Possui graduação (1972) em Psicologia pela Universidade de Brasília (UnB) e mestrado (1977) e doutorado (1979) em Sistemas Instrucionais pela Florida State University. Estágios de pós-doutorado realizados: International Food Policy Research Institute (1990) e University of Sheffield e Rijksuniversiteit Gröningen (2001). Foi pesquisador da Embrapa (1979-1993), onde desenvolveu atividades ligadas a gestão de pessoas e de ciência e tecnologia. Desde 1993, é professor titular da UnB, onde faz pesquisa (Aprendizagem, Processos Psicossociais e Mudança nas Organizações), ensino (Graduação, Mestrado e Doutorado) e extensão (Treinamento e Desenvolvimento de Pessoal). Gestão realizada em entidades científicas e profissionais: Capes (Psicologia), CNPq (Psicologia), ANPEPP, SBPOT, CFP e CRP-01.

Joyce Pereira da Costa

Estudante de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq (2008-2010), com experiência em pesquisa sobre produção do conhecimento em Psicologia.

Keyla Mafalda de Oliveira Amorim

Estudante do curso de mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bolsista CAPES (2008-2010); graduada em Psicologia pela mesma instituição (2008). Tem experiência em pesquisa na área de Psicologia, com ênfase em produção de conhecimento em Psicologia, prática social do psicólogo, e Psicologia e políticas sociais.

Maria do Carmo Guedes

Doutora em Ciências Humanas (Psicologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1974). Atualmente é professora titular na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, nos Programas de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social e em Psicologia Experimental. Tem como linhas de pesquisa: História da Psicologia, Metodologia de Pesquisa, Disseminação do conhecimento científico.

Oswaldo Hajime Yamamoto

Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1994); mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1986); graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1975). Representante da área da Psicologia da CAPES (2005-2008); Representante Adjunto da área da Psicologia da CAPES (2002-2005); membro do Conselho Técnico Científico da CAPES (2005-2008); Membro do Comitê de Assessoramento da área da Psicologia do CNPq (2009-2012); Pró-Reitor de Planejamento e Coordenação Geral da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2003-2007). Fundador e editor da revista Estudos de Psicologia Natal (ISSN1413-294X) (1996-2003). Diretor da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia - ANPEPP (2000-2002). Diretor e Membro do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Editores Científicos ABEC (2002-2007). Tem experiência nas áreas da Psicologia e da Educação, investigando temas relacionados às políticas sociais e a teoria social marxiana.

Pablo de Sousa Seixas

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, possuindo graduação e Mestrado em Psicologia pela mesma instituição. Tem experiência na área de Psicologia da Educação e Pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicologia e Políticas Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: história da psicologia, psicologia na educação, psicologia no Rio Grande do Norte e formação e atuação do psicólogo.

Paula Inez Cunha Gomide

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina (1976), mestrado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1984) e doutorado em Psicologia (Psicologia Experimental) pela Universidade de São Paulo (1990). Professora aposentada da UFPR. Atualmente é professor titular da Faculdade Evangélica do Paraná e professor adjunto da Universidade Tuiuti do Paraná. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Estilos Parentais e Comportamentos Antissociais, atuando principalmente nos seguintes temas: comportamento moral, praticas educativas, estilo parental, adolescente infrator. Presidente da Sociedade Brasileira de Psicologia.

Regina Helena de Freitas Campos

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1974), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1980) e PhD em Educação pela Stanford University (1989). Realizou pós-doutorado na Universidade de Genebra (1998) e na École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris (2001-2002). Atualmente é professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais, pesquisador 1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, presidente do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. É líder do Grupo de Pesquisa em História da Psicologia e Contexto Sócio-cultural e pesquisadora do Laboratório de Psicologia da Educação Helena Antipoff, na Faculdade de Educação da UFMG. Coordena também Acordo de Cooperação Acadêmica e Científica entre a FAE/ UFMG e os Arquivos Jean Piaget, da Universidade de Genebra. Tem experiência na área de História da Psicologia e de Fundamentos da Educação, com ênfase em Psicologia Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: psicologia e educação no Brasil, história da psicologia educacional, representações sociais e educação, educação e direitos humanos.

Sílvio Paulo Botomé

Psicólogo do Departamento de Saúde da Comunidade da Secretaria de Higiene e Saúde do Município de São Paulo (SP). Professor da Universidade

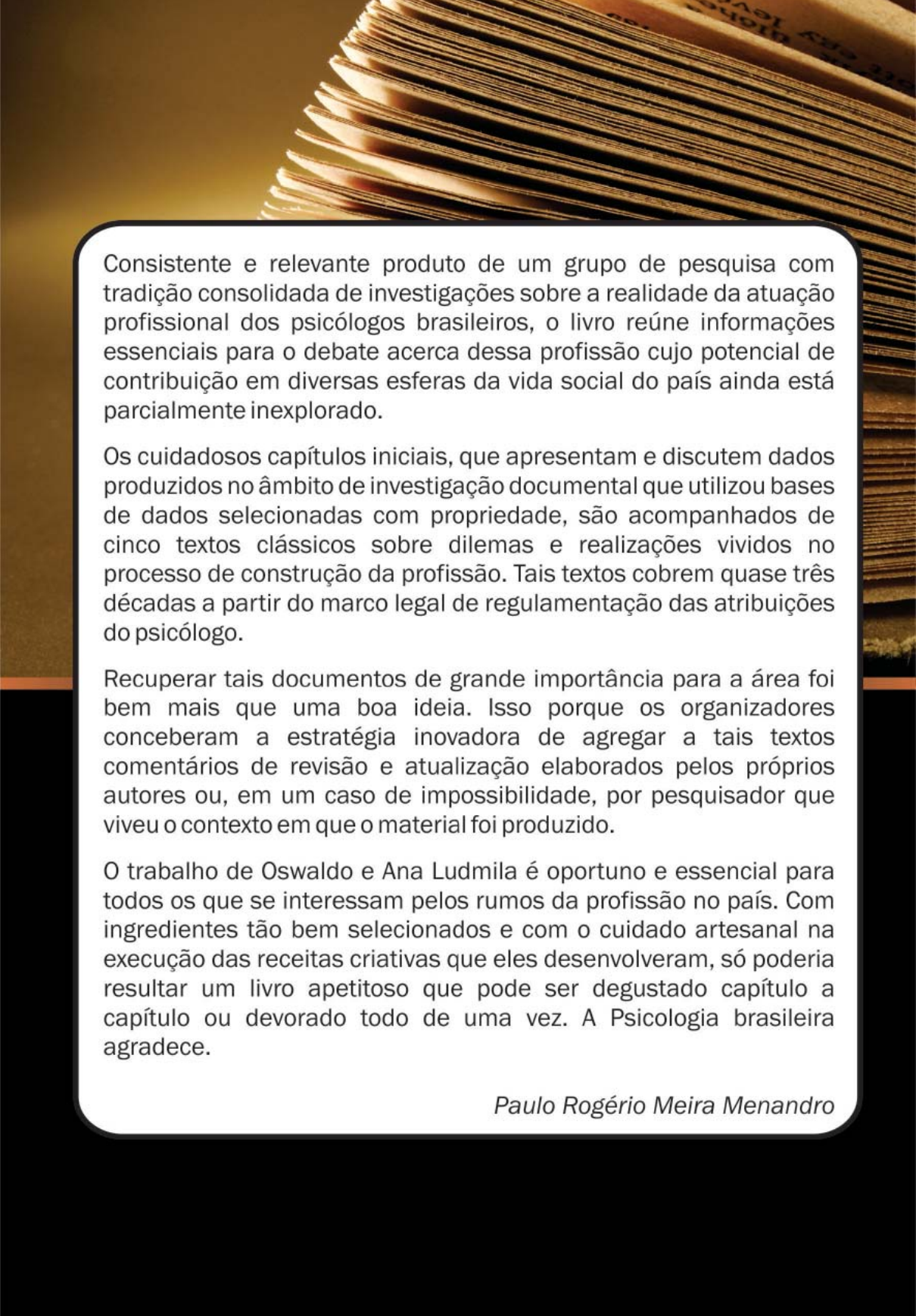
Federal de São Carlos (SP) e da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP). Pesquisador do CNPq. A partir de 1999, Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Sonia Maria Guedes Gondim

Professora Associada do Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia. Bolsista em Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Estágio pós-doutoral na Universidad Complutense de Madrid e na University of Cambridge no ano de 2007. Atua na graduação e na pós-graduação dos programas de Psicologia, Gestão Social e Administração da Universidade Federal da Bahia. Interesses de pesquisa na área de emoções e afetos no trabalho, identidade social e profissional, desenvolvimento de competências, formação de gestores, aprendizagem, processos grupais e gestão de pessoas. Interesses metodológicos em pesquisa qualitativa, especialmente grupos focais. Vice-presidente da SBPOT (Associação Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho). Editora associada da rPOT (Revista Psicologia, Organizações e Trabalho). Vice-diretora do Instituto de Psicologia da UFBA.

Sylvia Leser de Mello

Possui graduação em Filosofia pela Universidade de São Paulo (1961), especialização em *Psychologie* pela *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (1964) e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1972). Atualmente é professora titular da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Instituição, Profissão, Sociedade, Trabalho.



Consistente e relevante produto de um grupo de pesquisa com tradição consolidada de investigações sobre a realidade da atuação profissional dos psicólogos brasileiros, o livro reúne informações essenciais para o debate acerca dessa profissão cujo potencial de contribuição em diversas esferas da vida social do país ainda está parcialmente inexplorado.

Os cuidadosos capítulos iniciais, que apresentam e discutem dados produzidos no âmbito de investigação documental que utilizou bases de dados selecionadas com propriedade, são acompanhados de cinco textos clássicos sobre dilemas e realizações vividos no processo de construção da profissão. Tais textos cobrem quase três décadas a partir do marco legal de regulamentação das atribuições do psicólogo.

Recuperar tais documentos de grande importância para a área foi bem mais que uma boa ideia. Isso porque os organizadores conceberam a estratégia inovadora de agregar a tais textos comentários de revisão e atualização elaborados pelos próprios autores ou, em um caso de impossibilidade, por pesquisador que viveu o contexto em que o material foi produzido.

O trabalho de Oswaldo e Ana Ludmila é oportuno e essencial para todos os que se interessam pelos rumos da profissão no país. Com ingredientes tão bem selecionados e com o cuidado artesanal na execução das receitas criativas que eles desenvolveram, só poderia resultar um livro apetitoso que pode ser degustado capítulo a capítulo ou devorado todo de uma vez. A Psicologia brasileira agradece.

Paulo Rogério Meira Menandro